

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

YARA PAULINA CERPA ARANDA

**A BATALHA PELA PATAGÔNIA CHILENA:
O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E OPERAÇÃO DAS CRÍTICAS AO PROJETO
HIDRELÉTRICO “HIDROAYSÉN” E A CONSTRUÇÃO DE UM
CONFLITO AMBIENTAL**

**Porto Alegre
2014**

YARA PAULINA CERPA ARANDA

**A BATALHA PELA PATAGÔNIA CHILENA:
O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E OPERAÇÃO DAS CRÍTICAS AO PROJETO
HIDRELÉTRICO “HIDROAYSÉN” E A CONSTRUÇÃO DE UM
CONFLITO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

**Porto Alegre
2014**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Aranda, Yara Paulina Cerpa

A batalha pela Patagônia chilena: o processo de formulação e operação das críticas ao projeto hidrelétrico "HidroAysén" e a construção de um conflito ambiental / Yara Paulina Cerpa Aranda. -- 2014.

197 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Conflito Ambiental. 2. Sociologia dos regimes de ação. 3. Patagônia Chilena. 4. Construcionismo. 5. Sociologia Ambiental. I. Almeida, Jalcione Pereira de, orient. II. Título.

YARA PAULINA CERPA ARANDA

**A BATALHA PELA PATAGÔNIA CHILENA:
O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E OPERAÇÃO DAS CRÍTICAS AO PROJETO
HIDRELÉTRICO “HIDROAYSÉN” E A CONSTRUÇÃO DE UM
CONFLITO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em Porto Alegre, 15 de abril de 2014.

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
PPGEA/ICHI/ FURG

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky
PPGCS/Unisinos

À minha mãe

Yo tengo tantos hermanos,
que no los puedo contar,
en el valle, la montaña,
en la pampa y en el mar.

Cada cual con sus trabajos,
con sus sueños cada cual,
con la esperanza delante,
con los recuerdos, detrás.
Yo tengo tantos hermanos,
que no los puedo contar.

Gente de mano caliente
por eso de la amistad,
con un rezo pa' rezarlo,
con un llanto pa' llorar.

Con un horizonte abierto,
que siempre está más allá,
y esa fuerza pa' buscarlo
con tesón y voluntad.

Cuando parece más cerca
es cuando se aleja más.
Yo tengo tantos hermanos,
que no los puedo contar.

Y así seguimos andando
curtidos de soledad,
nos perdemos por el mundo,
nos volvemos a encontrar.

Y así nos reconocemos
por el lejano mirar,
por las coplas que mordemos,
semillas de inmensidad.

Y así seguimos andando
curtidos de soledad,
y en nosotros nuestros muertos
pa' que *naide* quede atrás.
Yo tengo tantos hermanos,
que no los puedo contar,
y una novia muy hermosa
que se llama libertad.

(Atahualpa Yupanqui, música *Los hermanos*)

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção que escrevo os agradecimentos desta dissertação. Ao pensar o ordenamento das palavras é impossível não lembrar que este trabalho é como um encerramento de um período de dez anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estando presente em quase um terço de minha vida, quero aproveitar este pequeno espaço para render um agradecimento aos momentos e pessoas que marcaram minha trajetória nesta Universidade, sendo difícil não cometer alguma injustiça mencionando um ou outro episódio, uma ou outra pessoa. Farei um esforço para minimizar as injustiças.

Começo com um recorte específico, que considero um divisor de águas em minha vida e que, portanto, não poderia ficar de fora desta parte que foi a experiência vivida no Curso Pré-Vestibular Resgate Popular (doravante “cursinho”). Guardo na memória o dia que estava trabalhando na Feira de Artesanato da Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre, quando sabendo de meu antigo desejo de entrar em uma universidade, uma colega de trabalho me apresentou o anúncio de um jornal de caráter popular e assim tomei conhecimento do cursinho preparatório gratuito coordenado por estudantes da UFRGS, destinado às classes populares. Foram cinco anos afastada dos “bancos” escolares e com uma prospecção de futuro que não ia além de um emprego precário ou o mercado informal. Estando no cursinho, antes de adquirir os instrumentos necessários para superar uma prova de seleção como o vestibular, tomei consciência de que antes de batalhar por um “privilegio”, estava para reivindicar um direito. Foi uma vivência revolucionária, que expandiu horizontes de futuros possíveis, não só para mim, como para meu irmão, portanto, gostaria de registrar meus especiais e eternos agradecimentos a cada um que tornou possível a superação desta etapa, em especial algumas pessoas que para sempre ficaram como referências em minha vida: Rodrigo Dal Molin, Kátia Michelle, Diego Grando, Melina Khun Fornari, Alisson Bentlin, Lucas Provin e Zé Ernesto.

No entanto, “estar” na UFRGS não era suficiente para me “sentir” pertencente ao meio. Entre conflitos e afetos do ingresso no Programa Conexões de Saberes/UFRGS, do qual fui bolsista de pesquisa e extensão por dois anos, ficaram muitos aprendizados sobre a dinâmica do meio acadêmico, mas principalmente amizades, que, com mais ou menos intensidade, levarei para o resto de minha vida. Embora fôssemos diferentes, estava entre “os meus”. Desta forma, expresso aqui meus agradecimentos aos coordenadores do programa, e em especial aos colegas/irmãos(ãs)/amigos(as) que o programa uniu em razão de trajetórias e origens semelhantes. Partilhamos angústias, anseios, impulsionamos a luta por políticas de acesso e permanência na UFRGS - em uma época em que apenas rumores havia sobre

Políticas Afirmativas - viajamos, juntos choramos e rimos e nos indignamos, nos fortalecemos! Por isso, cada um foi importante, em especial aqueles que mantenho contato até hoje: Ana Paula Arosi, Junara Ferreira, Valter Medeiros Correa, Marcos Goulart, Gabriela Silione, Vanessa Seibel, Tamara Carneiro e Tatiana Rodrigues.

Destas, duas pessoas foram especiais para o empreendimento deste trabalho, Bianca Ruskowski, uma pessoa com um coração tremendo e que talvez não tenha em conta quantas vezes me salvou de “apuros” acadêmicos. Tenho orgulho de chamá-la de amiga. E Helena Bonetto, a melhor “coisa” que o curso de Ciências Sociais me trouxe e provavelmente uma das pessoas que mais me entende e conhece neste mundo. Obrigada pela insistência em ser minha amiga. Adoro a ti e a tua família.

Não posso deixar de mencionar a atuação junto ao Grupo de Apoio à Reforma Agrária (GARRA) durante a graduação que, além de me aproximar de distintos movimentos sociais, me deixou duas amigonas, daquelas amigas gostosas, que não importa o tempo ou distância cada reencontro é como se estivéssemos sempre presentes na vida uma da outra, que são Katiane Machado e Deise Luiza. Vocês são demais e quanto mais o tempo passa, mais aumenta minha admiração por cada uma!

Agradeço também ao período de dois anos de estágio junto à Fundação Economia e Estatística (FEE), que garantiram minha permanência nos dois últimos anos de graduação e foi o espaço que me deu confiança e total liberdade para me preparar para o processo de seleção do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS.

Agradeço a todos os professores(as) que ministraram aulas no mestrado, todos de alguma forma contribuíram para a escrita desta dissertação. Em especial agradeço ao Prof. Fernando Coutinho Cotanda, pelos primeiros questionamentos quanto às minhas opções teóricas. Foram poucas palavras, mas me provocaram a explorar outras possibilidades. Ao Prof. José Carlos dos Anjos pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e pelo aceite para participação da banca de mestrado. Ao Prof. Cleyton Gerhardt, que me apresentou muitas referências e leituras que compõem esta dissertação e contribuiu muito para meu interesse no estudo dos conflitos ambientais. À Profa. Marilis de Almeida que foi fundamental para problematizar e concretar os caminhos possíveis em campo e que acima de tudo, sempre tinha uma palavra de incentivo ou um olhar afetuoso durante o curso. Obrigada!

Também agradeço Prof. Gianpaolo Knoller Adomilli e Prof. Aloísio Ruscheinsky que aceitaram participar da banca de dissertação.

Ao Prof. Jalcione Almeida, que aceitou me guiar por esta grande aventura sociológica, faço um agradecimento especial. Agradeço por estes dois anos corridos de conviência, pelo

cuidado com o trabalho, por tudo o que tenho aprendido, especialmente grata pela generosidade e compreensão com os meus tempos. Fica minha admiração pelo profissional dedicado e comprometido que é. Sempre será “o” exemplo do que quero ser como profissional. Muito obrigada!

Agradeço à vivência no grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), que foi um espaço incrível de troca de experiências, de muito aprendizado e, especialmente, de inspiração.

Finalmente, agradeço a todos que possibilitaram a realização do trabalho de campo na Patagônia. Tenho em conta que as palavras colocadas nesta dissertação não imprimem a totalidade das qualidades da região e dos problemas vividos expressos pelas pessoas, mas foi um trabalho com profundo respeito e honestidade. Agradeço a disposição e a receptividade de cada entrevistado. Agradeço em primeiro lugar à Família Velasquez Paredes, pela atenção e calorosa acolhida. Agradeço à amizade da Anita Velazques, minha “guia” em campo e quiçá amiga para toda a vida. Meus especiais e eternos agradecimentos às irmãs Marianela e Lorena Molina, pela solidariedade e a toda a Família Molina. Sem vocês metade do trabalho de campo não teria sido possível! Não poderia ter melhor demonstração da solidariedade patagônica. Obrigada pela diversão, confiança e carinho!

Ao Secretário Executivo do *Consejo de Defensa de la Patagonia*, Patricio Rodrigo, deixo um especial agradecimento pela receptividade em minha primeira entrevista. Agradeço pela atenção!

Agradeço ao meu pai, Guillermo e ao meu irmão, Milton, pelo apoio, por me receberem e tornarem agradável meu reencontro com o Chile e minha estadia em Santiago. Muito obrigada pelas comidas, passeios e risadas!

Por fim, agradeço aos mais importantes, os que sempre estiveram ao meu lado: meus irmãos Bruno, Milton e (para sempre) minha pequenina Tâmara. À minha “quixotesca” mãe, Jacqueline, que por toda sua vida valentemente tem enfrentado moinhos gigantescos e sozinha tem lutado para nos dar as melhores condições possíveis de vida, nos incentivado para sermos pessoas melhores, a nos superar e a jamais desistir de nossos sonhos. Amo-os acima de tudo!

Agradeço ainda à CAPES pelo apoio financeiro durante toda a realização do mestrado, sem o que não seria possível a realização da pesquisa.

Hoy el Baker está en disputa
por las riquezas que encierra
mi gente está dividida
si esto ya parece una guerra
como añoro aquellos tiempos
de libertad sin frontera
sin pedir derechos de agua
porque de todos comprendan
pero ellos eso no lo entienden
y así no trabaja mi tierra.

[...]

Señores pido clemencia
porque creo en un porvenir
todos tenemos derechos
y no queremos sufrir
por intereses mezquinos
que nos quieren dividir.

Me he *desahogado* con mis rimas
añorando su atención
porque yo quiero a mi tierra
y no quiero destrucción,
por mi juventud no debiera
pero pido comprensión
creo que represento
al joven luchador
señores pido respeto
pa los dueños del fogon.

Ellos trajeron sus sueños
su familias y el amor
trajeron las tradiciones
el cariño y el honor
de haber nacido chilenos
haciendo Patria si señor,
donde el Diablo ni siquiera
perder el poncho penso,
Señores yo soy del pueblo
escuchen a su cantor.

Espero no sea tarde
y hablemos de corazón
que nos tomemos las manos
y hagamos la reflexión,
que la unión hace la fuerza,
por eso vale la unión,
que el futuro sea nuestro,
que nos inunde el perdón.
Que la tierra es nuestra casa
y protegerla es nuestra obligación.

(Nicasio Luna, *cantautor* regional, trecho da música *Yo soy del Baker*)

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de constituição do conflito ambiental em torno ao Projeto Hidrelétrico HidroAysén (PHA), proposto para Região de Aysén, Patagônia chilena. O consórcio conformado em 2006 pela empresa hispano-italiana, ENDESA (51%) e a chilena Colbún (49%), propõe a construção de um complexo hidrelétrico de cinco represas nos rios Baker e Pascua. Desde seu anúncio, o projeto foi alvo de controvérsia quanto aos possíveis impactos e denúncias de falências no estudo de impacto ambiental. Sob a reivindicação de uma “Patagônia Sem Represas”, um amplo movimento opositor ao PHA organizou-se impulsionando o debate, impedindo o andamento do empreendimento por via judicial e obtendo um relativo sucesso em termos de repercussão e adesão à “causa”. Neste cenário, o objetivo geral do estudo é compreender de que forma uma demanda transcende o local para se tornar uma demanda nacional. Deste modo, a partir da perspectiva teórica-epistemológica de Luc Boltanski (2010) e colaboradores articulada à síntese construcionista de John Hannigan (2009) investigam-se as ações e mobilizações coletivas e individuais contrárias ao PHA. Para tanto, priorizou-se decompor o fio das ações, identificando os agentes engajados (conservacionistas, produtores rurais, ONG’s, entre outros), apresentando a experiência negociada na convergência de um interesse em comum e evidenciando os objetos em que estes se apóiam para formular e referendar a validade de suas argumentações. A pesquisa de campo foi realizada entre maio e agosto de 2013, em Santiago do Chile e em quatro localidades adjacentes ao projeto em Coyhaique, Cochrane, Caleta Tortel e Villa O’Higgins, utilizando-se uma combinação de procedimentos qualitativos, como: observação, entrevistas narrativas episódicas de Flick (2008), fotografia, pesquisa documental e diário de campo. Como resultado, observou-se que as competências emergem de três situações: 1) da necessidade de instaurar a Patagônia como um *bem comum* por meio de uma qualificação ambiental das justificativas, colocando-a sistematicamente como algo importante para as futuras gerações; 2) das percepções quanto ao PHA, onde se destaca a disputa sobre quem são os “atingidos”; 3) e do embate entre o que é planejado localmente e o que é imposto sob égide do “desenvolvimento”. O estudo de tais competências permitiu caracterizar a tendência das ordens de justificação evocadas pelos agentes contrários ao PHA em críticas: a) ambiental e estética; b) ambiental e social; c) críticas às práticas da empresa ao modelo desenvolvimento. Por outro lado, apresentam-se as justificativas acionadas pelo ente criticado e pelo pólo favorável ao PHA: a) projeto país; b) desenvolvimento e progresso regional e nacional; e c) críticas ao ambientalismo. Por fim, averiguou-se a existência de todos os elementos necessários para a construção bem sucedida de um problema ambiental conforme os fatores elencados por Hannigan (2009). Contudo, considerou-se precipitado afirmar que a presença destes elementos são as condicionantes que tornam este conflito excepcional, ficando o indicativo da importância da realização de futuros estudos em perspectiva comparada de conflitos ambientais para maiores inferências.

Palavras-chave: conflito ambiental; Patagônia Chilena; regimes da ação; HidroAysén; construcionismo.

ABSTRACT

This research analyses the process of formation of the conflict over environmental issues surrounding the establishment of the HidroAysén Hydropower Plant (PHA), approved for the Aysén Region, located at Chilean Patagonia. A joint venture formed in 2006 between the binational (Spanish and Italian investment) ENDESA (51%) and the Chilean Colbún (49%), aims to build a complex of five hydroelectric power plants located in the Baker and Pascua Rivers. Since its official announcement, the Project has arisen intense controversy in what regards both its damages to the environment, and the probity on the issuing of environment certifications. An active movement of resistance has convened around the so called "Patagonia Sin Represas" ("Patagonia without dams"), providing momentum to the public debate against the PHA and obtaining favorable judicial pronouncements to obliterate the construction of the dam. This has resulted in an increase on the morale of the cause against the PHA. Against this scenario, this research aimed at comprehending in what ways do a local demand transcends the local dimension and turn into a broader demand, echoing in the broader national sphere. For that purpose, this research draws on Luc Boltanski (2010) theoretical and epistemological contribution, as well as on the constructionist synthesis as elaborated by John Hannigan to investigate the collective and individual mobilization and actions taken against the PHA. A priority was given to the decomposition of the tread of actions taken, identifying the actors engaged (environmentalists, land owners, NGO's, etc.), in order to clarify the negotiation contained in the phenomena and the objects in which the parties rely on in the search to validate their positions. The research field has been effectuated in 2013, between may and august, in Santiago and in other four different locations adjacent to the projects Coyhaique, Cochrane, Caleta Tortel e Villa O'Higgins. There has been employed a combination of a certain number of qualitative methods for data collection: direct observation, Flick's (2008) episodic narratives interview, photography, research on documents and notes taken in field diaries. As a result, there has been possible to observe that certain competences emerge within three given situations: 1) the necessity to instate Patagonia as *common good* through means of qualification of the environmental rhetoric, placing it as importante for future generations; 2) perceptions of the PHA, in especial regards to those deemed directly "affected by the dam", and 3) the disputes between that which is planned locally and that, otherwise, is imposed under the auspices of the "development". The study of those competencies allowed for characterizing the tendencies in the order of justification by the critics of the PHA: a) environmental and esthetical; b) environmental and social; and c) critical to the practices assumed by the joint venture, responsible for the PHA, in terms of the present paradigm of development. On the other hand, the research also presents the arguments for the justification posed by the part being criticized, the PHA supporters and its advocates: a) project of Nation; b) development and regional and national progress; c) criticism to the environmentalist. All the elements enumerated by Hannigan (2009), and deemed as necessary for the establishment of a well succeeded environmental agenda, were detected in this research. Nevertheless, it's been considered still early to draw affirmative conclusions as to whether the presence of these elements are a condition for the exceptionality of the conflict. Notwithstanding, this remains as an indication of the importance for the realization of future comparative studies in the same realm of research.

Keywords: environmental conflict; Chilean Patagonia; schemes of action; HidroAysén; constructionismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização da Região de Aysén.....	23
Figura 2: Declaração da Cavalgada Anti-represas. Destaques do original.....	36
Figura 3: Cavaleiros encarando a sede da empresa HidroAysén na comuna de Cochrane.....	37
Figura 4: Ao fundo a confluência do Rio Neef com o Rio Baker.	37
Figura 5: Na frente o Sr. Cecílio Olivares, de 88 anos, tido como o líder espiritual do movimento.....	37
Figura 6: Cavalgada chegando na cidade após percorrer 330 Km em nove dias.	37
Figura 7: Sistemas Elétricos no Chile. Apresentação do Ministro de Energia, Jorge Bunster, realizada diante da Comissão de Minas e Energia, Câmara de Deputados (05/09/2012).	46
Figura 8: Demanda elétrica por setor no Chile (1997-2011).....	46
Figura 9: Localização dos rios Baker e Pascua	49
Figura 10: Vídeo (1)“ <i>Pabellón</i> ” inicia apresentando um procedimento médico em curso.	52
Figura 11: (Cont.) Em seguida a tela se divide para mostrar o corte de energia provocado no hospital pelo toque no interfone do entregador de pizza.....	52
Figura 12: Vídeo (2) “Indústria”. Inicia com fábrica funcionando a pleno vapor.....	52
Figura 13: (Cont. do vídeo 2). Em seguida a tela dividida mostra o corte de energia provocado na fábrica pelo uso doméstico do liquidificador.....	52
Figura 14: Vídeos 1 e 2.“Chile a medias” mensagem veiculada no encerramento dos vídeos	53
Figura 15: (Cont.)“Ninguna fuente de energia por si sola es suficiente”.....	53
Figura 16: “A favor de la corriente”.....	53
Figura 17: - Marca da empresa no final do vídeos	53
Figura 18: Comparativos entre centrais hidrelétricas, colocando HidroAysén como a mais eficiente do mundo.	54
Figura 19: Trecho do sítio eletrônico da empresa: “Energia para Chile, y desarrollo para Aysén”.....	55
Figura 20: Ao centro Cacique Mulato (nome indígena Chumjaluwün), conhecido como o último chefe Tehuelche, perto de 1910	59
Figura 21: Crianças Alacalufes em canoa.	59
Figura 22: Sede onde funciona Chile 21.	91
Figura 23: Faixa de abertura da marcha. Santiago, 22 abr/2013.	92
Figura 24 Faixa com membros do CDP. Santiago, 22 abr/2013.	92

Figura 25: Faixa do movimento PSR carregada durante a marcha por moradores da região da Patagônia com os dizeres “A água de Aysén también é tua. Recuperemos a água já!”. Santiago, 22 abr. 2013.	92
Figura 26: Trabalhadores do Cobre. Santiago, 22 abr/2013.....	93
Figura 27: Dia da entrega dos recursos de invalidação solicitando a anulação da RCA. Falando ao microfone, Daniela C., de <i>Conservación Patagónica</i> , ao seu lado o Senador Horvarth, seguido de Viviana Bitencourt pré candidata a deputada pela região e Claudia Torres, militante e candidata a deputada também pela região. Coyhaique, maio/2013.	95
Figura 28: Um dos recursos nas mãos do advogado da Ong conservacionista Conservación Patagonica. Coyhaique, maio/2013.	95
Figura 29: Os dois recursos de anulação do EIA entregues no Serviço de Avaliação Ambiental. Coyhaique, 31 de maio de 2013.	95
Figura 30: Consulta cidadã com urnas colocadas na feira de rua. “Como achas que são para a nossa região os megaprojetos HidroAysén e Energia Austral? Positivos ou negativos” e mais abaixo “Nossa região, nosso futuro, nossa decisão”. Coyhaique, 8 jun. 2013.	97
Figura 31: Bispo Dom Luis Infanti de la Mora.	97
Figura 32: Apuração de votos da consulta no Liceo Municipal Josefina Aguirre Montene. Coyhaique, jun/2013.....	98
Figura 33: Ônibus com os dizeres “Aysén Reserva de Vida”. Centro de Coyhaique, jun/2013.	98
Figura 34: Rio Baker	99
Figura 35: Cartaz colocado no trajeto entre Coyhaique e Cochrane, como os dizeres “Nossa linda Patagônia. Que selvagem faria isso? HidroAysén faria”. Jun/ 2013.....	100
Figura 36: Professor Joaquín Cheukeman Fuentes, ativista <i>Defensores del Espíritu de la Patagonia</i> . Jul/2013.....	102
Figura 37: Atividade cultural realizada pelos Jovenes Tehuelches. Ao fundo “Patagonia Sin Represas”, abaixo a imagem símbolo da organização, fazendo menção ao quadro de explorador inglês George Chaworth Musters, que retrata um tehuelche caçando um puma.	103
Figura 38: Barcaça Padre Ronchi.	104
Figura 39: Arredores de Villa O’Higgins. Rumo ao campo. Villa O’Higgins, jul/2013.....	106
Figura 40: Crianças no campo. Villa O’Higgins, jul/2013.....	107
Figura 41: Caleta Tortel.....	110
Figura 42: Passarelas de Caleta Tortel.	110
Figura 43: Caleta Tortel.....	111

Figura 44: Passarela em direção à pista de pouso.	111
Figura 45: Mapa das áreas protegidas por The Conservation Land Trust-Chile.....	115
Figura 46: Símbolo internacional do Comitê Oscar Romero.	119
Figura 47: Símbolo Mujeres Unidas por los Rios Libres.	120
Figura 48: Símbolo do Colectivo Jovenes Coyhaiquinos.....	123
Figura 49: Símbolo da Agrupación Jovenes Tehuelches.....	123
Figura 50: Sede da associação <i>Defensores del Espíritu de Patagonia</i>	124
Figura 51: Símbolo da Agrupación Chonkes.	125
Figura 52: Sede da Agrupación Rio Pascua.	126
Figura 53: Esboço do símbolo da agrupação Rio Pásqua.....	126
Figura 54: Quadro de atributos do PHA.....	157
Figura 55: Sequência de pôsteres “ <i>La Peor Imagen del País</i> ” ,“ <i>Existen Alternativas</i> ”.....	165
Figura 56: Pôsteres com referência aos Patrimônios da Humanidade. “Aqui seria inaceitável, em Aysén también”.	166
Figura 57: Série “9 razones”. “Porque Hidroaysén é negócio de poucos e ruína de muitos..	168
Figura 58: Série “9 razones”. “Para reduzir o consumo energético.	168
Figura 59: “Chile Decide, 58% se opõem as represas na Patagônia”.....	168
Figura 60: “Precisamos de uma revolução elétrica agora”.....	168
Figura 61: “Leis HidroAysén”.....	169
Figura 62: Concessões elétricas, cozinhando uma lei para HidroAysén.....	169
Figura 63: Vota Sem Represas.	169
Figura 64: “Aqui jaz Hidroaysén, 2005-2014. Um projeto obsoleto e desnecessário.....	169

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Distribuição dos direitos de água na Região de Aysén.....	46
QUADRO 2 - Quadro descritivo do PHA.....	49
QUADRO 3 - Divisão Política Administrativa da XI Região de Aysén.....	60
QUADRO 4 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com críticos ao PHA.....	86
QUADRO 5 - Entrevistas realizadas com favoráveis ao PHA.....	87
QUADRO 6 - Projetos Conservacionistas de Tompkins Conservation.....	112
QUADRO 7 - Quadro descritivo das principais publicações técnico-científicas.....	151
QUADRO 8 - Dinâmica gramatical do conflito.....	155
QUADRO 9 - Organizações internacionais que integram o CDP.....	167
QUADRO 10- A construção do problema ambiental em torno do PHA, segundo proposição de Hannigan (2009).....	170

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CDP	Consejo de Defensa de La Patagonia
CLT	Conservation Land Trust
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNE	Conselho Nacional de Energia
CODEFF	Comité Nacional Pro Defensa de la Flora y Fauna
CP	Conservación Patagónica
DIA	Declaración de Impacto Ambiental
DGA	Dirección General de Águas
ERNC	Energias Renováveis Não Convencionais
ENDESA	Empresa Nacional de Electricidad Sociedad Anónima
ICSARA	Informe de Aclaraciones, Rectificaciones y/o Ampliaciones
NRDC	Natural Resources Defense Council
IFC	Resettlement Handbook International Financial Corporation
PSR	Patagonia Chilena Sin Represas
PHA	Projeto Hidrelétrico HidroAysén
RCA	Resolucion de Calificacion Ambiental
SEA	Servicio de Evaluación Ambiental
SIC	Sistema Interconectado Central
SING	Sistema Interconectado del Norte Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 PATAGONIA CHILENA SIN REPRESAS: O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DE UMA REIVINDICAÇÃO	32
2.1 A TRAJETÓRIA DA INDIGNAÇÃO: HISTÓRICO DO CONFLITO.....	32
2.2 O SETOR ELÉTRICO E O CÓDIGO DE ÁGUAS CHILENO.....	45
2.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO HIDROAYSÉN.....	49
2.4 UM POUCO SOBRE PATAGÔNIA, AYSÉN.....	56
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....	66
3.1 O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AMBIENTAL	66
3.2 O CONCEITO DE “ATINGIDO”.....	69
3.3 A SOCIOLOGIA DA PLURALIDADE DOS REGIMES DA AÇÃO: A SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE CRÍTICA.....	71
3.3.1 Os aspectos gramaticais da ação	73
3.3.2 A justificação ecológica	75
3.4 A SÍNTESE CONSTRUCIONISTA DE JOHN HANNIGAN NA ABORDAGEM DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS	77
3.5 AS ARENAS PÚBLICAS DE AÇÃO E DEBATE PÚBLICO.....	79
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
4.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	83
4.2 AS ETAPAS DO TRABALHO DE CAMPO: ABORDANDO MUNDOS DISTINTOS	84
4.2.1 Transitando entre mundos distintos	89
5 O SISTEMA ACTANCIAL DA DENÚNCIA: A EXPERIÊNCIA NEGOCIADA DA FORMULAÇÃO DAS CRÍTICAS AO PROJETO HIDROAYSÉN.....	112
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTADORES.....	112
5.1.1 Atuação de opositores em escala de ação nacional e internacional.....	113
5.1.2 Atuação de opositores em escala de ação local.....	118
5.2 NATUREZA DOS ARGUMENTOS: OS FUNDAMENTOS DAS DENÚNCIAS, CRÍTICAS E JUSTIFICATIVAS.....	129
5.2.1 A Patagônia como o <i>bem comum</i>	130
5.2.2 A formulação de críticas ao projeto HidroAysén	137

5.2.3 Sobre o Desenvolvimento	148
5.3 CENÁRIOS DE AÇÃO: A OPERAÇÃO DAS CRÍTICAS NAS ARENAS DE DEBATE....	152
5.4 TENDÊNCIA DAS CRÍTICAS E JUSTIFICATIVAS	172
5.5 OS FATORES NECESSÁRIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO E PERMANÊNCIA DA DISPUTA	173
6 CONCLUSÕES	176
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FATO RELEVANTE APÓS A FINALIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	181
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE A: Roteiro das entrevistas	188
ANEXO A: Íntegra da declaração cavalgada de 2007	191
ANEXO B: Íntegra da carta da empresa Colbún	193
ANEXO C: Íntegra da declaração dos <i>Jovenes Tehuelches</i>	194
ANEXO D: Íntegra da resolução do Comitê de Ministros	195
ANEXO E: Trecho de reportagem, 15 de junho de 2014.	197

1 INTRODUÇÃO

Sentí que la inmensidad se desplegaba sobre mí cabeza, nombrándome testigo del Aysén deslumbrante, con sus cerreríos, sus cascadas, sus millones de árboles muertos y quemados que acusan a sus antiguos homicidas, con el silencio de un mundo en nacimiento en que está todo preparado: las ceremonias del cielo y de la tierra. Pero faltan el amparo, el orden colectivo, la edificación, el hombre. Los que viven en tan graves soledades necesitan una solidaridad tan espaciosa como sus grandes extensiones.

Pablo Neruda, *Confieso que he vivido*, 2005, p. 417.

Quando na manhã de 30 junho de 2013 iniciava minha jornada em direção ao interior da Patagônia Chilena carregava, juntamente com minha mochila e meus instrumentos de trabalho (dois gravadores, uma máquina fotográfica e um notebook), muitas inquietudes: o medo da estrada, o nervosismo por ser mulher e viajar sozinha, preocupação e temores com os rumos da pesquisa. Mas acima de tudo estava ansiosa para percorrer os cenários de natureza selvagem descrito tantas e tantas vezes com efusivos adjetivos: cenários prístinos, intocáveis, majestosos, entre outros. No entanto, para além de previsíveis elogios o que eu vi, o que me marcou e as circunstâncias que permitiram essa viagem encontram eco nas palavras de Pablo Neruda acima transcritas.

Sem contar com a “espaçosa” solidariedade local, metade de meu trabalho de campo não teria sido viável. Desde a hospedagem até o empréstimo de roupas adequadas para a neve e o frio, tal qual o poeta, fui testemunha da extensão da solidariedade de Aysén. Além disso, sem dúvida, a região faz justiça a todos os adjetivos evocados para defini-la, não há exageros, a beleza é deslumbrante. No entanto, nos 330 quilômetros percorridos entre Coyhaique (Capital de Aysén) e Cochrane também é possível vislumbrar um cenário que apresenta vestígios dramáticos da relação humanos-natureza impossíveis de ignorar: amplas faixas de erosão resultados de anos de políticas equivocadas de expansão de pecuária e milhares de árvores ciprestes carbonizadas ao longo do trajeto que apontam para o que denuncia o poeta, árvores que acusam seus antigos homicidas.

Após a primeira viagem em direção ao interior, muitas outras vieram durante naquele mês. Era principalmente naqueles trajetos entre as localidades, ao todo quatro, que com frequência se fazia necessário recapitular minhas motivações e o modo como cheguei a uma das partes mais extremas do Chile. Por diversos momentos na viagem me dediquei a retomar minha trajetória e a realizar o exercício de reconstituir minhas próprias justificativas - objetivas e subjetivas - enquanto aspirante a pesquisadora.

Certamente ser filha de chilenos é uma condição favorável, mas não determinante. Passara parte de minha infância no Chile, porém, há cerca de quinze anos não retornava àquele país. Portanto, o mais certo é que não mais me interessasse pelo país de meus pais. Não obstante, o interesse pelo Chile sempre esteve presente em minha vida. Posso dizer que nasci no Brasil, mas cresci numa casa chilena, cercada de elementos culturais, identitários e políticos muito fortes em minha formação. Até aqui poderíamos dizer que aqui estão os elementos que explicam a escolha do país. Mas o que explicaria a escolha do tema?

Durante toda minha formação acadêmica, no período de graduação, sempre considerei que não poderia descartar o privilégio que é transitar entre duas culturas, dois países com características tão diferentes como o Brasil e o Chile, apenas não sabia por onde abordar. Considerando os diversos problemas sociais ocasionados pelo modelo econômico neoliberal implementado no Chile nas últimas décadas, diversas situações poderiam me instigar (como muitas vezes cogitei) a empreender uma investigação: o sistema educacional, a transição para a democracia, a desigualdade social, conflito chileno-mapuche, entre outros.

Entre a multiplicidade de assuntos, foi no primeiro semestre de 2011 que ocorreu o primeiro contato com a temática a ser desenvolvida neste trabalho. Confesso que foi a emergência e a repercussão de um tema que considerava incomum ou secundário (um tema ambiental) sobre outros problemas, que, até então, considerava mais relevantes que surgiu meu interesse primeiro. Particularmente, ao longo de minha vida pessoal e acadêmica estive em diversas ocasiões em contato e envolvida com movimentos sociais, especificamente na área de educação e da reforma agrária. Partindo dessa experiência, tinha consciência da dificuldade que é estabelecer uma “causa”, mobilizar pessoas, angariar simpatizantes, negociar com outros movimentos e organizações sociais, entre outras dificuldades. Chamava-me a atenção, portanto, a dimensão e a repercussão de um acontecimento que deslocava a questão ambiental para o centro do debate de todo um país.

No mês de maio de 2011, os noticiários e diversos meios de comunicação chilenos realizavam uma insistente cobertura midiática acerca do rechaço a um projeto hidrelétrico e a “defesa” da Patagônia da ameaça do mencionado projeto. Comentaristas e cronistas esforçavam-se em entender e registrar as impressões acerca das maiores manifestações ocorridas desde o fim do período de ditadura militar. Intuí que estava diante de fenômeno social no mínimo efervescente e como cientista social considerava que não possuía o instrumental teórico necessário para compreender o que estava acontecendo.

Por uma daquelas gratas coincidências da vida, no semestre seguinte, durante o período letivo de 2011/2 tive a oportunidade de cursar a disciplina Sociologia da Questão

Ambiental na condição de aluna de permanência na ênfase de bacharelado do curso de Ciências Sociais desta universidade - com o Professor Dr. Jalcione Almeida. Na ocasião, pude conhecer os caminhos (e descaminhos) e as principais abordagens teórico-metodológicas suscitadas pela questão ambiental. Com o debate conceitual e empírico do campo apresentado durante a disciplina, finalmente comecei a direcionar meus interesses científicos e acadêmicos a fim de estruturar um problema de pesquisa que abarcasse tanto a minha experiência e interesses acadêmicos, quanto minha trajetória pessoal. Assim, fui dando meus primeiros passos em direção ao estudo dos denominados “conflitos ambientais”. De posse desse novo instrumental teórico-metodológico decidi empreender uma investigação sobre aquilo que considerava ser um conflito ambiental em andamento. E assim postulei a uma vaga no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS).

Ao entrar no PPGS/UFRGS contava com a dimensão empírica definida: o conflito acerca do Projeto Hidrelétrico HidroAysén (PHA), proposto para a região da Patagônia Chilena, localizada na Região de Aysén, Sul do Chile (Figura 1). Para a elaboração de meu problema de pesquisa e para definir a dimensão teórica decidi me guiar pela minha curiosidade inicial: afinal, como esse “povo” conseguiu chegar lá? Como conseguiram ocupar a agenda pública de debates? Qual foi o percurso? Como “construíram” esse problema?

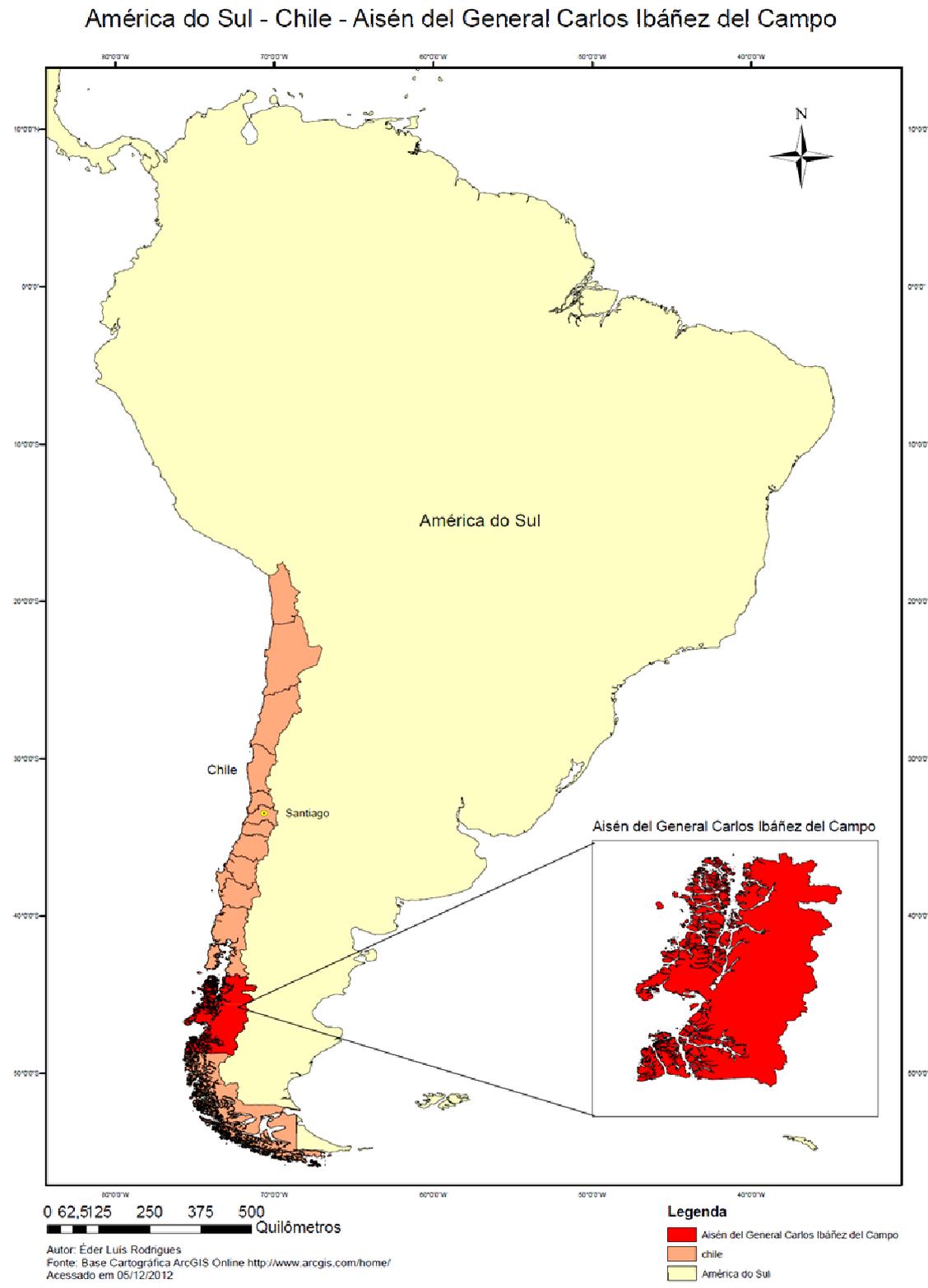


Figura 1: Mapa de localização da Região de Aysén.

Fonte: Elaborado por Éder Luis Rodrigues. Base Cartográfica ArcGIS Online <http://www.arcgis.com/home/>. Acesso em: 5 dez. 2012.

Recapitulando um pouco os eventos, desde os primeiros rumores sobre o PHA, em 2005, nas localidades possivelmente afetadas, passando pelo processo de judicialização e surgimento do debate em nível nacional, vigente até hoje, instaurou-se uma tensa dinâmica de troca de denúncias, versões, acusações entre opositores e favoráveis ao PHA. Permanentemente, opositores, empresa e governo lançam mão de diversas estratégias para legitimar suas posições.

Observando a dinâmica dos acontecimentos nota-se uma problemática que se consolida na medida em que se constituiu uma arena em disputa, com diferentes espaços e processos de circulação pública de versões a respeito do assunto em questão, suscitando uma série de indagações preliminares: o que está em jogo nesse embate? Quais são os recursos e estratégias utilizadas para legitimar cada posicionamento? Quais são os argumentos para legitimar suas formas de apropriação do espaço em disputa?

Em 2013, o Chile celebrou 40 anos desde que começou sob, a ditadura de Pinochet, a aplicação de um modelo econômico estritamente neoliberal, um modelo de desenvolvimento em plena vigência, baseado na indústria extrativa dos “recursos naturais” para exploração e exportação, que tem nos investimentos estrangeiros um dos pilares fundamentais de crescimento econômico (FUENZALIDA; QUIROZ, 2012). Somente o setor de mineração, que se caracteriza por intenso uso de energia, representou 58% das exportações do ano de 2012¹. Nesse contexto, governo, setor energético e o setor empresarial defendem que para que a economia chilena siga crescendo, o país precisará duplicar sua capacidade energética até 2020, tornando-se independente do abastecimento de outros países, como Argentina.

Os principais eixos do setor exportador chileno são a mineração, a pesca, agrícola e florestal que têm provocado problemas de degradação ambiental em todas as regiões do país, afetando ecossistemas, saúde e qualidade de vida de pessoas e vulnerando direitos de acesso a elementos básicos para uma vida digna (LARRAÍN, 2004). Conforme denunciam ONGs, existem atualmente 68 localidades (comunas) com conflitos ambientais em atividade e a maior parte ligados à intensificação do modelo exportador primário e a sua necessidade de energia. Números que tendem a aumentar, considerando o grande número de projetos e quantidade de investimentos que aguardam o serviço de avaliação ambiental (FUENZALIDA; QUIROZ, 2012). Parte da explicação da emergência dos conflitos está no centralismo de governo e na exclusão das comunidades afetadas dos processos decisórios.

¹ Informações contidas no relatório elaborado pela Comisión Ciudadana-Técnico-Parlamentaria para la Política y la Matriz Eléctrica. Disponível em: http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/dinamicos/chile_necesita_una%20gran_reforma_energetica.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014

Generalmente, por las condiciones del exacerbado centralismo chileno, los proyectos económicos privados ligados a la explotación de recursos naturales obtienen la venia del Estado sin haber desarrollado mecanismos de consulta vinculante de las decisiones y consideraciones de los actores locales. Esta situación desemboca en un fuerte rechazo de la comunidad que se ve directamente afectada y que al mismo tiempo, valoriza y resignifica el cuidado del medio ambiente. es decir, a lo largo y ancho del territorio nacional (FUENZALIDA; QUIROZ, 2012).

HidroAysén é o projeto que se impõe para a região da Patagônia Chilena. Os escassos mecanismos de consulta, as acusações de conflitos de interesses, o apoio do governo central são algumas das críticas ao projeto que impulsionam o conflito. Ao ser objeto da crítica o PHA lança mão de diversos argumentos na esfera pública para justificar a execução do empreendimento, enquanto que o governo se desdobra para atender as demandas do setor elétrico.

Parece-nos pertinente a análise do processo de emergência do projeto hidrelétrico “HidroAysén” não apenas como um assunto público, mas como uma denúncia pública de injustiça. Sem querer evadir do debate do contexto mais amplo do conflito, focamos nossa análise no espectro opositor ao PHA. Assim, na presente dissertação, investigam-se *as ações e mobilizações coletivas e individuais contrárias ao PHA, buscando caracterizar e interpretar as diferentes gramáticas evocadas pelos agentes durante o processo de constituição do conflito*, buscando estabelecer a trajetória dos eventos a fim de compreender de que forma um “problema” localizado, tão distante do centro do país, foi/é capaz de mobilizar tantas pessoas em torno de uma “causa” e aos poucos promover debates sobre o abastecimento e soberania energética, reforma Constitucional, a defesa da Patagônia, entre outros.

O objetivo é estabelecer de que forma uma demanda transcende o local para se tornar uma demanda nacional. Para tanto, para o tratamento analítico consideramos interessantes os caminhos teóricos abertos pela perspectiva pragmática de Luc Boltanski e Thévenot que consiste “na possibilidade de ver as ações humanas como uma série de sequências onde as pessoas engajadas em momentos sucessivos, devem mobilizar competências diversas a fim de realizar, de acordo com as circunstâncias, uma adequação à situação presente” (DODIER, 1993, p.77).

E por se tratar de um problema social que desloca a questão ambiental para o centro do conflito, consideramos adequado articular a perspectiva pragmática mencionada com a síntese construcionista de John Hannigan na abordagem dos problemas ambientais. Podemos dizer que os questionamentos em torno ao projeto impulsionam uma discussão que aparece alimentada por diferentes gramáticas que embasam as diferentes *ordens de justificação* das partes envolvidas. Por isso, para abordar a problemática aqui colocada, assumimos a

perspectiva construcionista dos problemas sociais, na qual o processo de argumentação é tratado como mais importante do que a tarefa de avaliar se estes argumentos são válidos ou não (DOSSE, 2003; CORCUFF, 2001; SPECTOR e KITUSE, 1976 *apud* HANNIGAN, 2009).

Desta forma, estabelecemos como tema deste trabalho o processo de construção de um “conflito ambiental” entendido como um conflito que envolve diferentes grupos “com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Nesse contexto, os conflitos ambientais podem revelar modos diferenciados de existência que questionam o modelo de desenvolvimento hegemônico das sociedades industriais e podem expressar a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna (CARNEIRO, 2005).

Concordando com Zhouri e Oliveira (2007), os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Tais conflitos não se restringem apenas às situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial, como revelam, por exemplo, as análises sobre processos de licenciamento. Este parece ser o caso do projeto HidroAysén.

A justificativa para esta investigação se liga a importância, cada vez maior, que assume a questão ambiental no quadro dos grandes temas da atualidade. Nesse contexto, concordamos que a análise dos conflitos ambientais apresenta-se, “como um grande desafio, que remete, inclusive, aos fundamentos da produção do conhecimento na academia contemporaneamente” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 26). Dessa forma, nossa intenção é contribuir para a construção de material empírico e teórico sobre essa temática.

Do ponto de vista empírico este estudo apresenta um fenômeno recente, um conflito ambiental ainda em curso e com poucos trabalhos acadêmicos publicados na área das ciências sociais². Do ponto de vista teórico, este trabalho aposta na perspectiva analítica dos estudos sobre conflitos ambientais, que considera os agentes competentes para denunciar e criticar

²Durante a redação do projeto de pesquisa de dissertação (2012) foram encontrados cerca de três artigos publicados em algumas revistas acadêmicas chilenas. No site *Scielo*, utilizando o termo “*Hidroaysén*” apenas dois artigos resultam das buscas, um para uma revista de biologia marinha e outro para uma revista sobre botânica: PRADO-FIEDLER, Roberto. Winter and summer distribution of dissolved oxygen, pH and nutrients at the heads of fjords in Chilean Patagonia with possible phosphorus limitation. **Rev. biol. mar. oceanogr.** Valparaíso, v. 44, n. 3, dic. 2009; VIDAL, OSVALDO J et al. Woodland communities in the Chilean cold-temperate zone (Baker and Pascua basins): Floristic composition and morpho-ecological transition. **Gayana Bot.** [online]. 2011, vol. 68, n. 2, p. 141-154. Acesso em: 08 dez. 2012.

uma situação de incerteza e injustiça, no qual o papel do cientista social é seguir e investigar como os atores constroem os seus mundos, observando a *heterogeneidade dos regimes de ação* em oposição às teses da “determinação estrutural” ou “cálculos racionais da ação”:

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas à quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. (CEFAÏ, 2009, p.15).

Assim, a opção pela perspectiva pragmática de Boltanski neste trabalho parte da necessidade de entender como se configura o “grupo” contrário ao projeto, buscando captar como ocorrem os deslocamentos entre o caso particular e o interesse geral, ou como se constroem “as equivalências entre pessoas para fazer emergir *um interesse comum*” (CORCUFF, 2001, p.140), considerando a pluralidade de concepções, interesses e características entre os agentes atuantes. Apenas no Conselho de Defesa da Patagônia são agrupadas 68 entidades, entre ONGs, entidades ou grupos reunidos, entre os quais figuram grupos com ideários conservacionistas, preservacionistas, grupos preocupados em preservar a cultura patagônica, entre outros. Outro exemplo, que marca a heterogeneidade do grupo contrário, é a atuação do Bispo de Aysén, Dom Luis Díaz Infante de La Mora que considera a implementação do projeto na região “uma nova espécie de colonialismo³”. Na arena política, por exemplo, políticos de distintas tendências se destacam na discussão, no entanto, sem dúvida o senador pela região, Antonio Horvath, militante de um partido de direita, foi líder e referência sobre o tema atuando contra a aprovação do projeto (LIBERONA, 2011). O estudo destas gramáticas permite evidenciar e entender de que forma as distintas percepções dos diferentes protagonistas se relacionaram para construção de uma definição coletiva de problema.

Ao fim da pesquisa, ao se propor a reconstituir o processo de formulação da crítica e a trajetória da definição pública do problema, se poderá auxiliar no planejamento de futuras denúncias de injustiças, mobilizações e reivindicações. Além disso, poderá contribuir para apontar os limites e pensar melhorias nos processos institucionais de participação pública nos processos decisórios que envolvem a temática ambiental e que geralmente excluem a participação das comunidades afetadas pelos projetos causadores de problemas ambientais.

³ Entrevista de Dom Infante de la Mora concedida dia 18 de outubro de 2012 para a revista Instituto HumanitasUnisinos: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514629-hidreletricas-na-patagonia-o-novo-colonialismo-entrevista-especial-com-dom-luis-diaz-infante-de-la-mora>. Acesso em: 28 nov. 2012.

Este trabalho se insere num contexto de disseminação de projetos hidrelétricos na América Latina, o que, segundo Acselrad e Bezerra (2010), responde a uma nova geopolítica dos “recursos naturais”, que vem acompanhada de uma crescente disseminação de conflitos ambientais em território latino-americano, pois, frequentemente o avanço das fronteiras da exploração de “recursos” choca-se “com a disposição de sujeitos sociais localizados a dar outros sentidos a seus territórios, atribuir outros destinos a seus recursos comunais, optar por outros modos de regular o tempo-espaço aos quais, muitas vezes, associam suas próprias identidades” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 34).

Para reforçar a necessidade de estudos sobre a temática, também vale lembrar os impactos, danos sociais e ambientais gerados pelos megaempreendimentos de engenharia. Em novembro de 2000, o relatório elaborado pela Comissão Mundial de Barragens (CMB), citado por Bellini e Ulboa (2009), responsabilizou as grandes barragens como geradoras de incontáveis danos sociais e ambientais, como: o deslocamento entre 40 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo; o comprometimento dos meios de subsistência de milhares de pessoas que viviam rio abaixo e rio acima, perda de habitat natural e da biodiversidade aquática, entre outros sérios danos. Desta forma, trata-se de um tema que se insere em problemáticas mais amplas, quais sejam, as definições em torno do desenvolvimento; os interesses de capitais estrangeiros nas construções de grandes obras em plano e em curso; o crescente e necessário debate sobre a reestruturação energética dos países que considere os usos das chamadas energias renováveis (biomassa, eólica, pequenas hidrelétricas, solar e geotérmica), entre outros.

Dito isto, colocamos como problema de pesquisa duas grandes questões: (1) *como ocorreu o processo de elaboração da crítica e quais são as características das gramáticas que sustentaram e sustentam publicamente as ações e mobilizações individuais e coletivas contrárias ao projeto hidrelétricos e que fizeram com que a denúncia do projeto HidroAysén fosse aceita como uma denúncia pública de injustiça?* (2) *Neste processo de formulação da crítica, de que maneira estão presentes os elementos necessários para a construção bem sucedida de um problema ambiental?*

Por ações, atividades ou mobilizações consideramos desde a elaboração e difusão de laudos científicos até a elaboração de panfletos e campanhas publicitárias, convocatórias de marchas, entrevistas, entre outros meios de denúncia. Para responder à problemática a ênfase da análise é colocada nos significados produzidos e articulados pelas diferentes racionalidades que se organizam diante de uma contexto específico para criticar e resistir ao projeto, sejam

ONGs, entidades públicas e privadas, ativistas, acadêmicos, especialistas, políticos, ambientalistas, entre outros agentes.

Nosso objetivo geral é interpretar o processo de construção do conflito ambiental em torno ao PHA caracterizando e reconstituindo as gramáticas evocadas pela crítica (ou pelas ordens de justificações) dos agentes contrários ao projeto, reconstruindo a trajetória da definição coletiva do problema ambiental e da aceitabilidade da denúncia pública de injustiça. Para tanto estabelecemos como objetivos específicos: (1) identificar as distintas concepções evocadas pelos agentes sobre temas e noções que se tornam patentes no conflito ambiental em questão; (2) caracterizar o que prepondera nas atividades e nos discursos efetuados pelos agentes para criticar ou se justificar diante de críticas e a partir daí construir uma tipologia desses conteúdos; (3) descrever a trajetória da definição coletiva do problema ambiental.

A hipótese geral de trabalho pressupõe que a ação dos agentes denunciante centra seus esforços em demonstrar que um caso particular se reveste de um interesse geral. Neste sentido, o processo de formulação, negociação e operação das críticas (por exemplo, aos danos ambientais, aos processos de licenciamentos, aos problemas sociais) entre uma pluralidade de agentes é fundamental para aceitabilidade da denúncia pública do projeto em questão como uma denúncia de injustiça.

Por se tratar de um conflito que coloca a questão ambiental no centro de uma disputa, a segunda hipótese de trabalho objetiva testar se há uma relação direta entre a aceitação da denúncia pública e existência dos elementos necessários para a construção bem sucedida de um problema ambiental.

O método adotado é o qualitativo, tendo como objetivo a “construção de um corpus” resultante de uma seleção de informações considerando fatores como: relevância, homogeneidade, sincronicidade e saturação (BAUER; AARTS, 2008). A coleta de dados da pesquisa foi realizada a partir de uma combinação de técnicas qualitativas, tais como: observação participante, entrevistas em profundidade, pesquisa documental e, de modo complementar, o diário de campo.

A pesquisa documental foi realizada em diversos sites de notícias, no site do Conselho de Defesa da Patagônia e do PHA, além da coleta durante o trabalho de campo de livros e panfletos e atendendo dois objetivos: (1) delimitar o que é dito sobre o problema, ou seja, como se formula a crítica, observando as reivindicações sobre as condições que os membros percebem como ofensivas e indesejáveis, e (2) identificar os argumentadores.

Para a construção do roteiro de entrevista tomou-se como referência os elementos constituintes do sistema actancial de denúncia (BOLTANSKI, 2010) e as variáveis advindas

da síntese construcionista do estudo dos problemas ambientais. Para chegar aos entrevistados, foi realizado, por meio da pesquisa documental, um mapeamento dos agentes que se destacavam no processo de discussão e posteriormente, durante o trabalho de campo, foi utilizada a técnica *bola de neve* para complementar a identificação dos agentes envolvidos.

Entre maio e agosto de 2013 foi realizada a ida a campo, o que significou uma viagem de Porto Alegre/RS ao Chile, com uma curta permanência em Santiago para realizar os primeiros contatos com os agentes críticos ao projeto e para organizar a ida ao local do conflito, Aysén, distante mais de 2000 mil quilômetros da capital chilena. Na região de Aysén, especificamente na Província de Capitán Prat, foram visitados quatro municípios: Coyhaique (capital de Aysén), com aproximadamente 50 mil habitantes; Cochrane com cerca de 3000 habitantes; Caleta Tortel, com 507 habitantes; e Villa O'Higgins com aproximadamente 500 habitantes. Foram realizadas 39 entrevistas: prefeitos, vereadores, empresários, membros de ONGs, *campesinos*⁴ atingidos diretamente, membros de associações comunitárias, um representante do Vicariato Apostólico de Aysén, um jornalista, entre outros opositores ao PHA. Durante o trabalho de campo também foram realizadas entrevistas com agentes pertencentes a uma organização favorável ao PHA que se organizava de modo insipiente em nível local. Dezenove foram transcritas integralmente e o restante parcialmente. As transcrições foram realizadas em português.

A dissertação está organizada da seguinte maneira: o capítulo primeiro pretende “historicizar” e contextualizar o conflito, trazendo para a análise elementos que consideramos pertinentes para entender o cenário desta investigação, com uma breve recapitulação das fases do processo de discussão evidenciando os momentos considerados emblemáticos, com base na pesquisa documental, nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Em seguida, para um melhor entendimento das condições que permitiram o surgimento da proposta do PHA, realizamos uma breve discussão do setor elétrico e do código de águas chileno, que são elementos permanentes evocados para justificar o projeto. Logo após, uma breve caracterização do PHA e traçou-se uma breve apresentação do local onde se desenvolve a pesquisa. No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico empregado na pesquisa. No capítulo terceiro optou-se por apresentar o referencial metodológico, composto pela descrição das técnicas de pesquisa utilizadas e por um breve relato de campo. O último capítulo retoma o referencial teórico e o articula com os “achados” do campo. Por fim, nas conclusões

⁴ O termo *campesino* é utilizado fazendo referência aos trabalhadores do campo. No Brasil seria referente a pequenos agricultores ou produtores rurais.

retomam-se as hipóteses de pesquisa e avalia-se a pertinência da sociologia pragmática dos regimes de ação na análise dos conflitos ambientais.

2 PATAGONIA CHILENA SIN REPRESAS: O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DE UMA REIVINDICAÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de historicizar e contextualizar o ponto de partida desta pesquisa e de aproximar o leitor aos antecedentes do conflito aqui descrito e analisado. Desta forma, iniciamos por entender o contexto de emergência da reivindicação, pois é dela que decorrem as questões que serão mais adiante problematizadas. Nessa recapitulação das fases do processo de discussão é possível observar, de um lado, as estratégias do movimento opositor para manter vigente o debate e, por outro lado, o alinhamento do governo com a empresa para viabilizar o projeto. Para um melhor entendimento das condições e circunstâncias que permitiram o surgimento da proposta do PHA realizamos uma breve descrição do setor elétrico e do código de águas chileno, elementos que são permanentemente evocados para justificar o projeto. Para finalizar, uma breve caracterização do PHA e uma breve apresentação do território colocado no centro da disputa, a Patagônia, e das localidades em que se realizou o trabalho de campo que sustenta esta pesquisa.

2.1 A TRAJETÓRIA DA INDIGNAÇÃO: HISTÓRICO DO CONFLITO

O ano de 2011, ano em que a revista Time nomeia “O Manifestante” como personalidade do ano, foi um ano sem precedentes nas últimas décadas, no qual diversos países viram eclodir uma grande quantidade de manifestações políticas com destacada massividade e cobertura midiática: a primavera árabe, o movimento dos “indignados” na Espanha, as ocupações dos bairros financeiros na Inglaterra e EUA, entre outros. Foi naquele ano que o Chile viu-se convulsionado como há tempos não se via. No mês de maio de 2011 rapidamente uma demanda apoderou-se dos debates públicos. Tratava-se de uma polêmica e um intenso debate envolvendo um grande projeto hidroelétrico na denominada Região da Patagônia. Sob a insígnia “Patagonia Chilena Sin Represas” ou simplesmente “*Patagonia Sin Represas*”, naquele mês milhares de pessoas ocuparam as ruas de Santiago e em diversas localidades do Chile. Era a expressão máxima de uma batalha que vem se desenvolvendo na Região de Aysén, Patagônia Chilena, desde o ano de 2005, quando se ouviram os primeiros rumores e anúncios de interesses em retomar antigos projetos elétricos na região⁵.

⁵No dia 9 de abril de 2005, o jornal *La Tercera*, um dos jornais de maior circulação do país noticiava: “Endesa retoma proyectos por US\$ 500 millones y acelera megacentrales en Aysén” (SEGURA, 2009).

Interesses que remontam à década de 1940 quando o Estado chileno realizou as primeiras expedições como o objetivo específico de reconhecer os recursos hidrelétricos da região e ao período militar, entre as décadas de 1970 e 1990, quando em plena ditadura de Augusto Pinochet se realizaram novos estudos para o desenvolvimento hidroelétrico dos rios Baker e Páscua e se privatizaram os direitos de água dos rios Ibáñez, Páscua e Baker (INFORME, 2012; SEGURA, 2009).

No final dos anos 1990, já no período democrático, durante o governo do Presidente Eduardo Frei, atualizaram-se estudos (com recursos públicos) para medir a potencialidade hidroenergética dos rios Baker e Páscua, concluindo-se que estes possuem um potencial para desenvolver cerca de 2800 MW, considerando duas centrais em Baker e duas em Páscua (INFORME, 2012).

No final de 2004, ENDESA Chile⁶ realiza as primeiras incursões no terreno para levar adiante o Estudo de Impacto Ambiental⁷ na região, concentrando-se na *Provincia de Capitán Prat* (província composta pelos municípios de Caleta Tortel, Cochrane e Villa O'Higgins) dando início, assim, ao denominado “Proyecto Hidroeléctrico Aysén”.

Considerando os antecedentes acima descritos, para fins de pesquisa estabelecemos o estudo no espaço temporal compreendido entre os anos de 2005 e 2013 e dividimos o processo de discussão em três grandes fases que obedecem a três momentos emblemáticos no processo de constituição do conflito: *criação do Projeto HidroAysén* (2005-2007), *aprovação do Estudo de Impacto Ambiental* (2008-2011) e *suspensão* (2012-2013). A seguir, com base na pesquisa documental e nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, faremos uma breve recompilação dos eventos e ações, em nível regional, nacional e internacional, que marcam o processo de construção do debate público e evidenciam os sintomas de um conflito ambiental em andamento.

1ª Fase: Criação do Projeto HidroAysén (de 2005 a 2007)

Bom, a princípio em 2006 estávamos ainda no campo e existiam os rumores, que [ENDESA] tinha os direitos da água no [rio] Báker e que algum dia iriam fazer uma represa. E em 2006, me parece que chegou uma pessoa a fazer uma reunião da junta de vizinhos e disse que começaria a vir pessoas... porque tinham que fazer um estudo de impacto ambiental para as represas e que tomara os *recebêsemos bem* e nesse momento, bem nesse momento, nasceu a *Agrupación Los Defensores*. Porque

⁶ Endesa Chile é uma filial de Enersis S.A., que por sua vez é controlada pela empresa hispanoitaliana Endesa (Enel).

⁷ Estudo de Impacto Ambiental completo disponível em: <http://infofirma.sea.gob.cl/DocumentosSEA/MostrarDocumento?docId=e8/03/92eae0642bbba32b4c1a28aee61da6e66d>. Acesso em: 16/08/2013.

viram que nem do município, nem o Estado se enxergava e estava só a empresa, que queria entrar nos campos e as pessoas não sabem o quê fazer ou não sabem de seus direitos. Então, por essa necessidade viram que precisavam se organizar e informar as pessoas. *Eu soube pelo meio dos Defensores sobre meus direitos*. Bom, e assim começou: chegaram as pessoas, as universidades, a mesma empresa para fazer o estudo de impacto ambiental e aí disseram, no fim, chegaram em casa me mostraram um mapa *"olha, assim vai ficar teu campo, a metade inundado, mais acima vamos fazer uma estrada e vai passar uma linha de alta tensão e ao lado vamos fazer um... por isso, teu campo não vai servir pra te dar um sustento, então por isso vocês estão no plano de realocação"*. Então assim foi apresentado o estudo de impacto ambiental com o plano de realocação. (Trecho de entrevista: Camponesa atingida pela represa Baker 2. Cochrane, jul/ 2013).

O trecho de entrevista acima transcrito pertence à Lili, uma campesina dona de uma área na Comuna de Cochrane. Vinda da Alemanha, região da Bavária, chegou na região “mochileando” há 20 anos e decidiu ficar. É o que os locais costumam denominar uma *venida y quedada* (uma “VYQ” conforme me contaram nas conversas informais). Há 17 anos conheceu Rosendo, um *nacido y criado* (um “NYC”, como os nativos costumam se apresentar). No dia que a entrevistei estava a poucos dias de celebrar 15 anos de casamento. Juntos criam seus dois filhos, são pequenos agricultores, vivem da venda de lenha e da criação de ovelhas. Também aproveitam a época de verão para receber turistas e fazer passeios a cavalo, numa pequena cabana “um refúgio muito pequeno mesmo” para quatro pessoas. Vive no setor chamado de Los Ñadis que é o seu projeto de vida. Acredita que nasceu na Alemanha por um equívoco. Lili tem um jeito pausado e tímido, mãos calejadas pela lida do campo. Ao contrário do que se poderia esperar de uma estrangeira “mochileira”, não se trata de uma pessoa com muita desenvoltura ou discursos prontos, “não gosta de filosofar”, sempre franze a testa e diz que não gosta muito das minhas perguntas difíceis, não é uma ambientalista. Agradece e considera importante o apoio de alguns ambientalistas, mas pensa que alguns não respeitam a cultura local. Mundos distintos pensando e lutando por mundos possíveis. Suas razões são objetivas: suas terras estão ameaçadas de inundação. Sua vida já está alterada pela ameaça do Projeto HidroAysén. Desde o anúncio do projeto, já concedeu dezenas de entrevistas, para documentaristas, estudantes e jornalistas. Seu pequeno relato é um retrato do modo como tudo começou e como foram as primeiras articulações em escala local na fase que estabelecemos com a “Criação do PHA”.

Na fase de “*Criação do Projeto HidroAysén*”, entre 2005 e 2007, tem-se não somente a criação do consórcio responsável pelo empreendimento, como também as primeiras movimentações em oposição ao projeto. *Centrales Hidroeléctricas de Aysén S.A* foi oficialmente constituída no dia 4 de setembro de 2006 com o propósito de levar adiante o PHA por meio da sociedade anônima composta por uma grande empresa transnacional

hispano-italiana, a *Empresa Nacional de Electricidad S.A*, ENDESA⁸ Chile (51%) e a empresa nacional Colbún S.A (49%)⁹. O empreendimento conhecido com a marca “HidroAysén” é o maior e também o mais controvertido projeto de infraestrutura da história do Chile. Com investimentos na ordem de US\$ 3,200 milhões, precisaria inundar 5.910 hectares e prevê a construção de cinco represas na Patagônia Chilena (MEMORIAL, 2011).

Além das cinco centrais hidroelétricas, estão em discussão os impactos dos mais de 2000 quilômetros de extensão dos cabos para transportar a energia de Aysén até a região metropolitana de Santiago, no centro do país. Esta parte do projeto não pode se assumir por ENDESA e estaria a cargo de TRANSELEC (pertencente à canadense HIDRO QUEBEC) e demandaria um investimento de US\$ 15000 milhões. Especula-se¹⁰, pois a empresa mantém em absoluto segredo sobre qual seria o traçado, que a linha de transmissão de alta tensão afetaria milhares de terrenos públicos e privados ao longo de nove regiões do país, passando por 66 comunas, 10 áreas do *Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas del Estado*, 3 áreas protegidas privadas, 11 *Sitios Prioritarios para La Conservación* e 26 zonas úmidas (LARRAÍN, 2010).

Logo do anúncio de ENDESA, em 2005, iniciando os estudos que integrariam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), distintas entidades regionais começaram a se informar e analisar o projeto.

Organizaron talleres de capacitación para la comunidad sobre energía, participación ciudadana, evaluación de impacto ambiental, legislación y sobre el propio proyecto de Endesa. Se abrió en Coyhaique (capital de la región), un debate que resultó en la formación, en enero de 2006, de la Coalición Ciudadana por Aysén. (SEGURA, 2009).

Em seguida, no ano de 2007, ocorre a fundação de uma das entidades fundamentais no estabelecimento do debate público em torno ao projeto: o *Consejo de Defensa de La Patagonia* (CDP), entidade virtual e sem personalidade jurídica, que reúne 68 organizações locais, nacionais e estrangeiras, de distintos setores (ambiental, comunitário, produtivos, entre outros)¹¹. O CDP destaca-se como responsável em nível nacional pela difusão da campanha e

⁸ Endesa Chile é uma filial de Enersis S.A., que por sua vez é controlada pela empresa hispanoitaliana Endesa (Enel).

⁹ Colbún é uma empresa hidroelétrica chilena cujos principais acionistas são Minería Valparaíso S.A. (Grupo Matte), com 34,97% e Electropacífico Inversiones Ltda. (28,6%).

¹⁰ Sobre o traçado que passaria por nove regiões e afetaria cerca de 2000 proprietários “No estamos listos para presentarlo”, dice María Irene Soto, encargada de comunicaciones. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/pais/2011/01/21/la-estrategia-de-negociacion-de-hidroaysen-y-las-claves-del-trazado-que-divide-a-chile/>. Acesso em: 20 abr. 2014.

¹¹ Greenpeace, *Cooperación Chile Ambiente, Coordinadora de Afectados por Grandes Embalses (COAGRET/España), Agrupación de Defensores del Espíritu de La Patagonia, Associazione Studi America Latina Italia*, entre outros.

pelo movimento *Patagonia Chilena Sin Represas*¹²(PSR), que inclui o lançamento de site de notícias, livros, estudos científicos, panfletos, shows e diversos tipos de propagação das reivindicações em torno à discussão, sendo também responsável por trabalhar no âmbito legal, técnico e político.

Nesse período, muito antes do debate atingir uma escala nacional, em nível regional, no mês de novembro de 2007, realizou-se uma cavalgada entre duas localidades ameaçadas pelo projeto (de Cochrane a Coyhaque). Permeada de atos simbólicos em seu percurso e de elementos da cultura local, por meio de uma declaração pública, divulgava o descontentamento e as diretrizes gerais do movimento opositorista. Eram os sinais eloquentes de um conflito que colocava em oposição distintas formas de conceber o futuro da região.

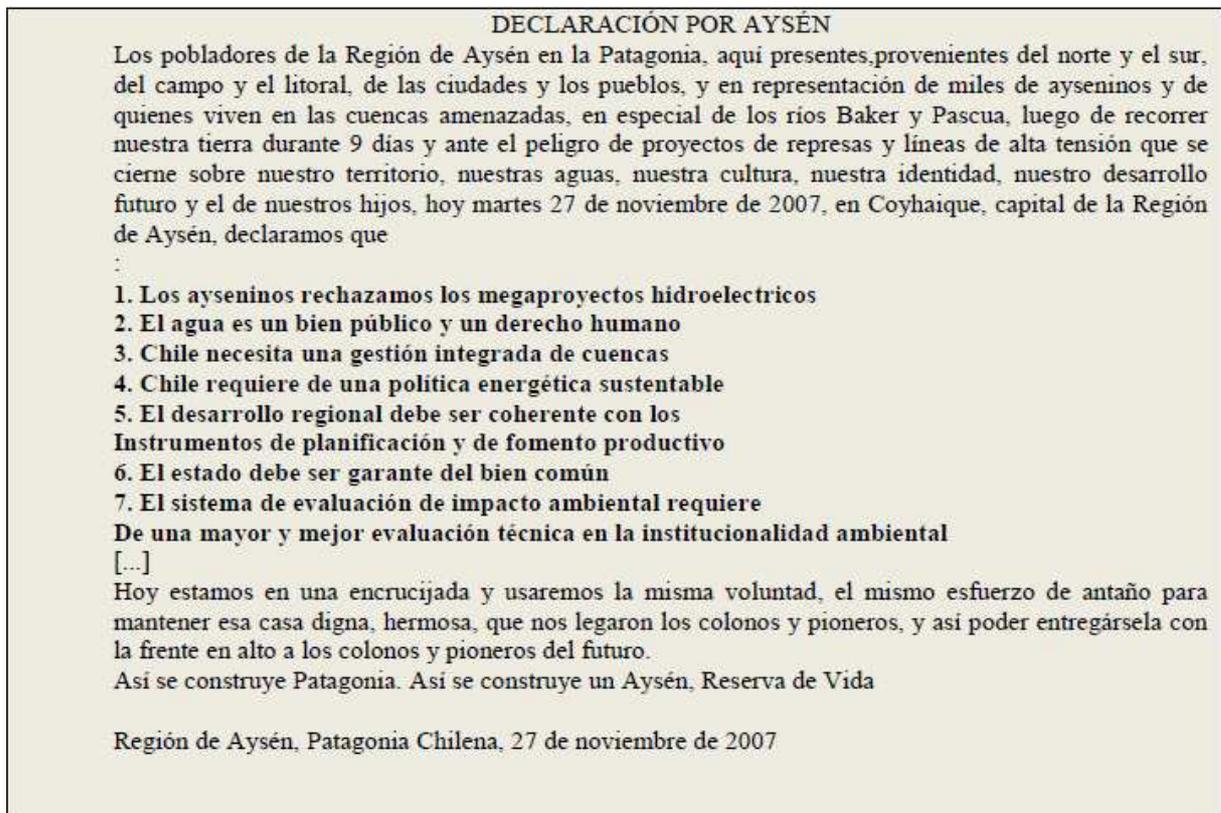


Figura 2: Declaração da Cavalgada Anti-represas. Destaques do original.

Fonte: Declaração na íntegra disponível no ANEXO A. Acervo disponível do sítio eletrônico do Consejo de Defensa de la Patagônia. <http://www.patagoniasinrepresas.cl>. Acesso em: 10 jan. 2014.

¹² Site do movimento “Patagonia Chilena sin Represas”. Disponível em: <http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Momentos da Cavalgada “Patagonia Sin Represas”



Figura 3: Cavaleiros encarando a sede da empresa HidroAysén na comuna de Cochrane



Figura 4: Ao fundo a confluência do Rio Neef com o Rio Baker.



Figura 5: Na frente o Sr. Cecílio Olivares, de 88 anos, tido como o líder espiritual do movimento.



Figura 6: Cavalgada chegando na cidade após percorrer 330 Km em nove dias.

2ª Fase: Aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (entre 2008 e 2011)

[sobre o dia da aprovação] foi como ver um gigante, um monstro e pensar diante dele como nos oporíamos, como faríamos a resistência. E sentíamos que somente se nos uníssemos, não só nós, mas também os que moram fora da Patagônia e acreditam que há uma coisa para defender, na solidariedade com todos nós. Bom, eu ainda sinto como uma ameaça, como uma *espada pendurada balançando* [...] ainda sinto que é um monstro gigante e não sei... é difícil. Somos pessoas comuns e correntes, somos pessoas apenas [...] Eu creio que houve muito desgaste [...], *está a lembrança do nove de maio da tragédia daquele dia*. Até esse dia tínhamos esperança, ainda que fosse pequena, mas tínhamos a esperança que não fosse assim e foi um golpe, não só a aprovação, mas também por toda a repressão que houve. Uma repressão inesperada, eu não conseguia acreditar. Pouco antes tinha visto uma manifestação quando veio o presidente aqui. Mas foi a primeira vez eu vi o *guanaco* [carro lança água] reprimindo aqui e me pareceu algo tão terrível e tão doloroso e inesperado. Como era possível? Eu sabia de outras partes, mas aqui não, aqui não! Nem pensar! E depois ver os *guanacos* pela carreteira, pelo chão batido, os veículos policiais, os carros lança água, as forças especiais para mim *foi verdadeiramente como uma violação!* Não sei... *como uma violação sexual, como uma violação à tua terra*. Eu creio que foi um longo caminho até que se aprovou, como algo muito grande, um poder muito grande e eu tinha muito um sentimento de que éramos pequenos e poucos. (Trecho de entrevista: Professora de educação inclusiva, membro do Comité Oscar Romero, Coyhaique, jun/2013).

Conheci a Profa. Glória no dia 5 de junho de 2013 durante uma atividade organizada pelo movimento anti-represas na cidade de Coyhaique. Foi uma das primeiras pessoas que entrevistei. Acompanhei, entre idas e vindas, o seu dia de trabalho como “mesária” na atividade organizada para marcar o dia do meio ambiente e que realizava uma consulta popular local sobre as represas. O Comité Oscar Romero que ela participa era um dos organizadores. Entre uma conversa e outra, fui até sua casa no dia seguinte. Lá chegando, de início, não se considerava muito “apta” a falar, mas “vamos ver se te sirvo para algo”. Na realidade “serviu” e muito. Com uma personalidade muito franca e doce, foi a primeira vez que presenciei o impacto de determinadas recordações acerca deste conflito. Na realidade, a partir de uma questão de meu roteiro de entrevista “mal compreendida”, que solicitava para o entrevistado que realizasse uma espécie de avaliação ou recapitulação dos passos que levaram a aprovação do projeto, fui jogada pela sua resposta diretamente ao dia 9 de maio de 2011. Não foram apenas as palavras, mas os gestos, a voz embargada, a personificação da impotência diante de algo externo que se impunha. No decorrer do trabalho de campo, fui sucessivamente conhecendo em detalhes os eventos daquele dia. O nove de maio de 2011 é um marco na vida dos críticos ao projeto e da região. Sem dúvida, um dos eventos emblemáticos de marcam a segunda fase do processo de discussão.

Na segunda fase de discussão, a “*Aprovação do Projeto*”, entre 2008 e 2011, destaca-se o ingresso do estudo de impacto ambiental na comissão de avaliação, a apresentação do projeto às comunidades mais diretamente afetadas e o fortalecimento das campanhas

publicitárias em nível nacional por parte da empresa e opositores ao projeto e, por fim, a aprovação do projeto pelas autoridades ambientais.

No dia 14 de agosto do ano de 2008, durante o Governo Bachelet, a empresa ingressa o EIA no Servicio de Evaluación Ambiental (SEA). O fato de aceitar a tramitação era um sinal a favor da iniciativa, conforme um ex-porta voz do governo¹³.

É neste período que a empresa, se apresenta às comunidades futuramente afetadas pelo empreendimento, comprometendo-se com uma série de compensações, como: energia com menor custos; programa de cadeia de alimentação; programa de bolsas de estudo; programa de melhoramento da infraestrutura educacional; programa de mão obra local; cadastro de fornecedores; fomento ao desenvolvimento social (MEMORIAL, 2011).

Nesta fase ocorre um dos principais momentos do processo de discussão do projeto: no dia 9 de maio de 2011, a “Comisión de Evaluación Ambiental” (CEA) da Região de Aysén, como 11 votos a favor e uma abstenção, concede a “Resolución de Calificación Ambiental” (RCA) favorável ao projeto HidroAysén, desencadeando uma série de manifestações por todo o país.

Calcula-se que o período de construção das cinco represas levaria cerca de 12 anos e implicaria no deslocamento de milhares de trabalhadores para uma região com uma população estimada em no máximo 4000 pessoas (considerando somente as localidades adjacentes às represas).

No entanto, nem governo, nem empresa e tampouco as organizações contrárias que integram o CDP e que destinaram todos seus esforços a preparar o cenário e gerar expectativas, pois previa que o projeto seria aprovado pela *Comisión de Evaluación Ambiental* da região de Aysén, esperavam uma resposta tão contundente da população atingida: um forte rechaço da população que contou com a adesão de vários setores políticos, religiosos, estudantis, ambientalistas, artistas e organizações internacionais.

Para Liberona (2011), a polêmica sobre HidroAysén no primeiro semestre de 2011 foi emblemática e marcou de modo jamais visto o advento da temática ambiental na agenda pública chilena. De fato, o país, no ano de 2011, foi marcado por manifestações e pelo descontentamento social por parte de cidadãos e estudantes¹⁴. Em diversas frentes as

¹³ Disponível em: <http://diario.latercera.com/2011/05/22/01/contenido/reportajes/25-69909-9-el-gran-remazon.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2013.

¹⁴Definitivamente, 2011 é o ano que o chilenos saíram “a la calle” e os dados oficiais corroboram essa constatação: apenas na região metropolitana de Santiago, foram autorizadas 240 marchas – contra 134 em 2010, o que corresponde a uma média de 20 marchas mensais (PÉREZ, 2012 *apud* GAMBOA; SEGOVIA, 2012, p. 67).

manifestações e as marchas públicas impulsionadas neste período colocaram em xeque o denominado “modelo econômico chileno”. Embora posteriormente tenha sido ofuscada pela força das mobilizações estudantis, que colocaram em pauta, principalmente, o sistema educacional, o caso das represas na Região de Aysén é considerado por alguns autores como a problemática que inaugura e provoca a explosão social vivida em 2011. Até o mês de maio daquele ano, a quantidade de pessoas mobilizadas sob o lema “*Patagonia Sin Represas*” superava todas as cifras referentes a manifestações públicas realizadas desde a redemocratização (MIRA, 2011; GAMBOA; SEGOVIA, 2012; IGLESIAS VÁZQUEZ, 2011).

O fato, considerado por alguns autores como emblemático e provocador das manifestações, ocorre no dia 9 de maio de 2011, a 2.300 km de Santiago, em Coyhaique, Região de Aysén, com a aprovação do projeto pelas autoridades ambientais (GAMBOA; SEGOVIA, 2011). Na ocasião, cerca de 500 pessoas aguardavam no local o resultado da votação. Com a aprovação, o protesto tornou-se violento e alguns mais exaltados chegaram a apedrejar o local. Ao mesmo tempo, em Santiago entre 3500 e 5000 pessoas marcharam contra a aprovação, com saldo de 53 detidos e 11 policiais feridos (IGLESIAS VÁZQUEZ, 2011, p. 3).

Tras la aprobación de HidroAysén, el 9 de mayo, el escenario cambió radicalmente. Lo que hasta entonces era básicamente un conflicto por las instalaciones de cinco megacentrales hidroeléctricas en la Patagonia chilena, se transformó en un estallido social y una sumatoria de manifestaciones. Además, ya no sólo cuestionaba HidroAysén, sino que se sumaron lo que hasta entonces parecían simples conflictos locales aislados, denuncias de irregularidades, rechazo a HidroAysén y a otros tantos proyectos. El ciudadano común salió una y otra vez a las calles a manifestar su rechazo a aprobación de HidroAysén, en una escena se repitió en diversos lugares de Chile: Arica, Iquique, Valparaíso, La Serena, Talca, Valdivia, Concepción, Puerto Montt y por supuesto Coyhaique, e incluso hubo manifestaciones fuera del país (LIBERONA, p. 219).

Para os críticos ao projeto que estavam no dia votação, o dia da aprovação foi um percebido como um golpe:

Foi terrível [...] eu sempre digo que quando chegou o momento nós sempre estávamos aí [na espera] “em que momento vem a aprovação?”. Eu sempre tentava me preparar, assim como dizer “o que vai acontecer quando chegar esse momento”. E sabe o que eu sentia quando eu me preparava, naquele momento? Minha mãe estava muito doente, minha mãe faleceu faz quase dois anos e eu também sempre pensava como vou enfrentar o dia que minha mãe não esteja, embora não morasse mais com ela, mas é tua mãe então eu sabia que ela estava doente e que ia morrer. E sempre se pensa que te podes ir preparando, mas quando chega te desarma igual. E aqui foi o mesmo, como posso me preparar? O que vou fazer se aprovam? Como vou reagir ou o que vou dizer para meus filhos? Eles tinham claro toda a luta em que

estávamos [...] e o dia que se aprovou eu senti que foi como, não foi só a sensação, mas o espaço onde estávamos esperando esse veredicto foi como uma condenação à morte. *Eu senti que era uma condenada, que estava esperando uma sentença e fui condenada a morte sendo inocente.* Essa foi a sensação que eu acho que deve ter alguém que colocam a pena capital e dizem está condenada à cadeira elétrica e tu sabe que, bom, que vão te matar, mas o pior é saber que tens a razão e que eras inocente. E minha sensação foi essa que tinham me condenado. Más depois retornei e disse não! Não podem me condenar, eu tenho a razão e tenho que lutar por isso e a razão tem que ganhar e a verdade tarda, mas sempre gana. Mas foi um golpe forte, forte. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista ambientalista, Coyhaique, jun/2013).

No dia 13 de maio, quatro dias após a aprovação do projeto, uma convocatória realizada às pressas por meio das redes sociais mobiliza cerca de 40 mil pessoas no centro de Santiago. Dias depois, em plena véspera de feriado nacional, o *Conselho de Defesa da Patagônia* consegue mobilizar cerca de 80 mil pessoas no centro de Santiago sob o lema "Patagônia Chilena Sem Represas".



Figura 7: Marcha do dia 13 de maio, passando pelo Cerro Santa Lucia e indo em direção à La Moneda, sede do governo.

Fonte: Jornal La Tercera, maio de 2011.

Esta aprobación inauguró y catalizó el potencial descontento en variados sectores y movilizó manifestaciones masivas que dieron paso a un “movimiento ciudadano” cuyas demandas ya sobrepasan los embalses y se proyectan a la democratización del país. Aproximadamente 80.000 personas marcharon el viernes 20 de mayo por el centro de Santiago (según la policía, 40.000), 50.000 el sábado 21 del mismo en el puerto de Valparaíso, (capital de la V región, ubicada 120 kilómetros al norte de la capital, lugar en el que el mandatario de turno hacía su rendición de cuenta anual al parlamento) y decenas de miles más en 26 ciudades (MIRA, 2011, p. 198).

Foi o período de maior projeção do movimento de oposição ao projeto. A título de exemplo, no dia 11 de maio do mesmo ano, o vocalista do grupo porto-riquenho *Calle 13* manifestou seu apoio ao movimento PSR durante uma apresentação ao vivo no canal de televisão ABC americana¹⁵, quando, durante a execução da música “Baile de los pobres” tirou a camiseta e nas costas expôs escrito “Patagonia Sin Represas”.

Conforme uma reportagem especial, publicada em 22 de maio de 2011 em um jornal de grande circulação, intitulada *O Gran Remezón* (O Grande Abalo) as mobilizações tomaram de surpresa o governo, congresso e até mesmo o movimento PSR que não haviam previsto que a convocatória assumisse tal magnitude.

Na ocasião, o *Ministro del Interior y Seguridad Pública*, Rodrigo Hinzpeter, afirmou que “os ambientalistas haviam *profissionalizado* o descontentamento com o projeto”. No campo político, membros da Concertação, coalizão de centro-esquerda governista na ocasião de apresentação do projeto, recordaram que a campanha contrária começou a ser gerada em 2005, em Coyhaique, por meio de algumas ONGs, no entanto, poucos esperavam que a iniciativa terminasse competindo à mesma altura da campanha de HidroAysén, com *outdoors* próximos aos aeroportos, avisos televisivos e recursos internacionais (LA TERCERA, 22 de maio de 2011).

Também nesse período, durante oito meses, entre junho de 2011 e janeiro de 2012, uma Comissão Especial de Direitos Humanos da Câmara de Deputados do Parlamento chileno investigou supostas irregularidades em torno aos procedimentos de avaliação do projeto HidroAysén, concluindo que o estudo de impacto ambiental jamais poderia ter sido aprovado devido a graves deficiências e falências (ORREGO, 2013).

Do outro lado, governo e empresa lançaram mão de diversas estratégias para legitimar o empreendimento, com uma pesada campanha (TV e outras mídias) sobre a insuficiência energética do país e as garantias de sustentabilidade do projeto hidrelétrico, como fonte de energia limpa e renovável. Encabeçados pelo *slogan* “A favor de la corriente, HidroAysén, Chile con energia” e “A favor del agua”, a campanha a todo momento se esforçou em oferecer exemplos dos perigos da carência de energia que o Chile está submetido nos próximos anos. Por exemplo, os disponíveis na *web* veiculados pela mídia mostram uma fábrica paralisando a produção, ou um estádio de futebol às escuras, um hospital paralisado por um apagão.

Inicia-se também o processo de judicialização do conflito: no dia 20 junho de 2011 a Corte de Apelações de Puerto Montt acolhe três recursos de proteção apresentado contra a

¹⁵ Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/2011/05/11/vocalista-de-calle-13-pide-una-patagonia-sin-represas-durante-show-de-la-tv-americana.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2014.

Comissão de Avaliação Ambiental da Região de Aysén que qualificou favoravelmente o PHA, paralisando temporariamente o projeto. Em outubro de 2011, em uma sentença dividida – dois a um - rechaçou os recursos, diante do que os advogados do CDP apelaram à Corte Suprema em Santiago. No mês de abril de 2012, na Corte Suprema, novamente com votos divididos, os recursos do CDP são recusados.

A disputa judicial aguarda uma decisão de um Comitê de Ministros, integrado pelos titulares dos Ministérios de Meio Ambiente, Saúde, Energia, Mineração, Agricultura e Economia que deve emitir um veredicto final a respeito das 35 reclamações - que contém cerca de mil objeções, inclusive por parte da própria empresa operadora, HidroAysén, que reclama das condições impostas pelas autoridades ambientais consideradas excessivas e de pessoas físicas e jurídicas.

No início de 2014, passados dois anos e meio da apresentação das reclamações, prestes a terminar o governo Piñera, o Comitê de Ministros¹⁶ se reuniu às pressas e divulgou um parecer inconclusivo, com duas reclamações pendentes, solicitando mais estudos¹⁷. Ainda assim, na ocasião, a Ministra de Meio Ambiente assinalou que o projeto já teve sua Resolução de Impacto Ambiental aprovada e pode iniciar sua construção sem prejuízos dos estudos pendentes, ficando assim a resolução definitiva jogada para o próximo governo a assumir, a recém-eleita Michele Bachelet.

3ª Fase: A Suspensão (2012 a 2013)

Colbún Matte, diz “não podemos seguir nisso, as linhas de alta tensão e o projeto não o apresentaremos”. No outro dia aparece Piñera (Presidente) com a Lei de Carretera Electrica. Então sabemos e conhecemos bem e nós dissemos para cada um que tem a memória frágil, por todas as coisas do dia a dia de cada pessoa diferente, “atenção isto vem assim” “querem meter uma vez mais as mãos no nosso bolso para que construamos as linhas de alta tensão com a carretera elétrica”. Assim que é um trabalho para sempre, nunca vamos um passo à frente, porque eles têm o poder econômico, o poder comunicacional e o poder político à disposição. É como se nós fôssemos *sempre remando atrás* e é como que os alcançamos e lá vamos nós fazer o trabalho, se juntar com as pessoas, explicar as pessoas e levar um pouco de verdade, segundo nossa percepção, com respeito ao que eles querem projetar e o que querem implantar com seus projetos. (Trecho de entrevista: El Bagual, ativista, Coyhaique, jul/2013).

No dia 8 de junho de 2013 participei na cidade de Coyhaique de uma reunião na qual estavam presentes cerca de 10 organizações locais anti-represas. Era uma reunião da

¹⁶ Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/economia/2014/01/30/642302/comite-de-ministros-se-reune-hoy-para-resolver-reclamaciones-por-hidroaysen.html>. Acesso em: 20 fev. 2014.

¹⁷ Disponível em: <http://www.latercera.com/noticia/negocios/2014/01/655-563216-9-hidroaysen-comite-de-ministros-encarga-dos-estudios-para-resolver-reclamaciones.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2014.

Cordinadora Regional Anti-Represas e na ocasião pude observar uma discussão que exemplifica o “sempre remando atrás”. Era uma reunião de urgência para, entre outras coisas, definir os posicionamentos e delinear as estratégias diante de uma lei prestes a ser votada: a *Ley de Concesiones Electricas*.

A terceira fase do processo, a “Suspensão” (2012-2013), tem como emblema a suspensão da tramitação legal da fase da obra que trata da construção dos cerca de 2000 quilômetros de extensão dos cabos de energia que passariam por nove regiões do país, incluindo diversas reservas ecológicas. Em junho de 2012, Colbún S.A, a empresa minoritária do consórcio, paralisa o estudo de impacto ambiental do traçado, informando que

Mientras no exista una política nacional que cuente con amplio consenso y otorgue los lineamientos de la matriz energética que el país requiere, Colbún estima que no están dadas las condiciones para desarrollar proyectos energéticos de esta magnitud (Original disponível no Anexo B).

Desde que Colbún propôs a paralisação do projeto HidroAysén em maio de 2012 não existe clareza sobre os próximos passos do Grupo Matte e ENDESA. Em um encontro realizado em junho de 2012 reunindo empresários, altos executivos do setor elétrico e membro dos governos, ENDESA e Colbún lançaram duras críticas ao Chile pela *judicialização* de projetos e pela crescente oposição social. Larraín Matte afirmou que o setor empresarial enfrenta riscos com o crescente “empoderamento da cidadania” e apontou quatro barreiras que a seu juízo, devem ser superadas em prol do desenvolvimento: a fragilidade das linhas de transmissão, a excessiva demora das permissões, a judicialização e a forte oposição social¹⁸.

Diante desse cenário o governo decide impulsionar uma série de iniciativas objetivando viabilizar a execução do projeto HidroAysén e combater a crescente judicialização. São as denominadas pelos opositores “Leis HidroAysén”: A “Ley de La Carretera Electrica” y “Ley de Concesiones Electricas”.

Por outro lado, em 2013, o movimento opositor, tendo em vista o ano eleitoral, centra seus esforços na campanha “Vota Sin Represas”, visando comprometer os candidatos.

CDP “Vota sin Represas” puso a disposición en las redes sociales el vídeo “Somos miles que queremos una Patagonia Sin Represas”, donde aparecen seis de los nueve candidatos que postularon a la presidencia y que se comprometieron a “reorientar el modelo energético de Aysén y el país hacia la sustentabilidad social, ambiental y económica con el fin de *evitar mega proyectos como HidroAysén y Energía Austral*”. (Trecho extraído do site da Ong Ecosistemas¹⁹ destaques no original).

¹⁸ Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/2012/09/12/endesa-espana-lanza-duras-criticas-a-chile-por-judicializacion-de-proyectos-y-oposicion-social.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2014.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ecosistemas.cl/2013/11/15/vota-sin-represas-cierra-campana-con-video-y-apoyo-de-presidenciables/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

2.2 O SETOR ELÉTRICO E O CÓDIGO DE ÁGUAS CHILENO

Na disputa pela apropriação da Patagônia, o setor elétrico é agente de peso no conflito. Com a circulação dos argumentos de “crise energética” e “necessário para manter os níveis de crescimento” sendo permanentemente acionados para justificar empreendimentos do porte de HidroAysén, é importante conhecer minimamente como se configura o setor elétrico. Apresentaremos também como se organiza a gestão dos recursos hídricos no Chile, sob o Código de Águas, legado do regime militar e que apresenta características únicas.

O setor elétrico chileno é composto pelas atividades de geração, transmissão e distribuição. Estas atividades são desenvolvidas por empresas que são controladas em sua totalidade por capitais privados, enquanto que o Estado, por meio do Conselho Nacional de Energia (CNE), apenas exerce a função de regulação, fiscalização e planificação dos investimentos e de transmissões

No Chile existem quatro sistemas elétricos interconectados: o Sistema Eléctrico de Aysén, e de Magalhães, o Sistema Interconectado del Norte Grande (SING) e o Sistema Interconectado Central (SIC). O SING e o SIC são os maiores sistemas e em conjunto concentram 98% da capacidade de geração instalada de 16.261 MW. A composição no SING é 100% de termoelétrica, enquanto que no SIC é de 50% termoelétrica, 47% hidroelétrica e 3% Energias Renováveis Não Convencionais (ERNC). O total de eletricidade gerada em ambos os sistemas foi de 58.257 GW em 2012, principalmente sob a base carvão, petróleo e gás (62%) e hidroeletricidade (35%), enquanto que as ERNC contribuíram com a apenas 3% (Figura 7)

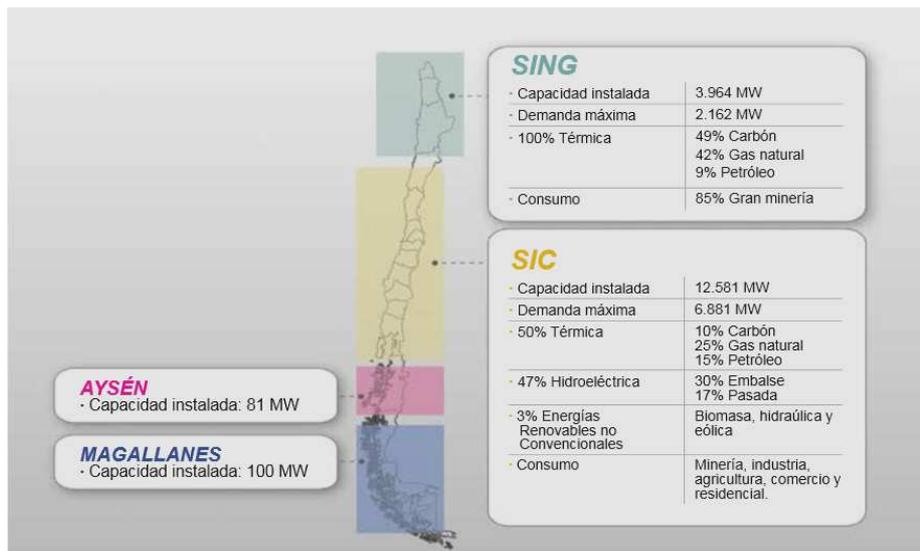


Figura 7: Sistemas Eléctricos no Chile. Apresentação do Ministro de Energia, Jorge Bunster, realizada diante da Comissão de Minas e Energia, Câmara de Deputados (05/09/2012).

Fonte: Livro online “Chile, energia para quien?” do programa “Chile Sustentable”²⁰.

O principal consumidor de eletricidade no Chile é o setor de mineração, com 34% do total nacional, seguido pelo setor industrial com 28% e finalmente o setor residencial que consome apenas 16% da energia gerada (Figura 8).

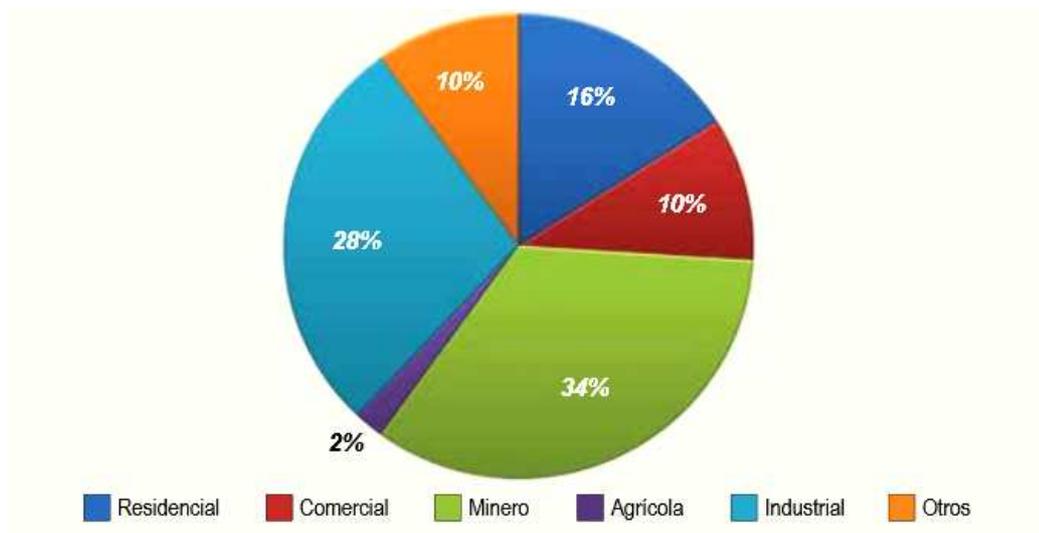


Figura 8: Demanda elétrica por setor no Chile (1997-2011).

Fonte: www.ine.cl/canales/chile-estadistico/estadisticas-economicas/energia/series-estadisticas.php. Disponível: Livro online “Chile, energia para quien?”.

Efetivamente três geradoras de energia controlam 80% da produção do SIC, que abastece mais de 90% da população do país. Conforme informe entregue pela *Asociación de*

²⁰ Disponível em: http://www.chilesustentable.net/wp-content/uploads/2013/03/energia_para_que_para_quien_14marzo2013.pdf
Acesso em: 10 jan. 2013.

Generadoras em abril de 2013, 32% da energia foi entregue por ENDESA (incluindo suas sociedades San Isidro e Pehuenche), 27% por AES Gener e 21% por Colbún. Apenas 20 % da energia entregue ao sistema é proporcionada por outras firmas como SN Power, Pacific Hidro e Duke Energy, entre outras. Já o SING é controlado por três empresas que concentram 81%. E-Cl, companhia controlada pela franco-belga GDF Suez, com 41% da geração do norte, junto com Gener, com 31% da eletricidade entregam para o sistema e GasAtacama, firma controlada em partes iguais por ENDESA e Southern Cross com 9%.²¹

Caso construam HidroAysén, ENDESA e Colbún poderiam ampliar seus domínios de mercado elétrico em mais de 80%, ficando com o controle de 90% do consumo doméstico. Somado a isso, ENDESA, GENER e Colbún são proprietárias de 40% das águas destinadas para a geração de energia. Isso é resultado de uma situação insólita: o Chile é único país do mundo onde a propriedade dos direitos de água se consagra por meio da Constituição Política de 1980²² (TODELO; ARAVENA; 2009) e no Código de Águas de 1981²³.

Conforme o Código de Águas do ano de 1981, a água é considerada um bem econômico, no qual o único instrumento regulatório que o consagra é o mercado de águas. “Não há cobranças pelo uso da água, nem impostos específicos vinculados ao seu uso, nem pagamento pelo uso de águas servidas”. Na prática “pode-se se dizer que existe gratuidade na manutenção e propriedade do recurso em seu uso e na geração efeitos externos” (DOUROJEANNI; JOURAVLEV, 1999, p.3, tradução livre). Com algumas reformas pouco substantivas ocorridas em 2006, o Código de Águas segue vigente e, constitui o principal guia de gestão de águas do Chile, onde “qualquer pessoa pode solicitar água junto ao órgão estatal encarregado, a *Dirección General de Águas* (DGA), mas na prática [...] tem ocorrido um processo de acumulação de direitos de água das grandes corporações desde que entrou em vigência em 1981” (CARMONA; SALINAS, 2009, p. 697, tradução livre).

Conforme o código de águas, uma vez entregue os direitos de água a entes privados que a solicitam, o Estado já não volta intervir e a “reassignação” destes recursos se faz através do comumente denominado “mercado das águas”, onde o proprietário privado dos direitos de água podem alugar, comprar e vender como qualquer imóvel (LARRAÍN, 2010, p.5 - tradução livre).

²¹ Dados consultados em: <http://www.nuevamineria.com/revista/2013/06/26/tres-firmas-electricas-concentran-el-80-del-mercado-en-el-sic/> Acesso em: 10 jan. 2014.

²² Artigo 24 da Constituição de Chile de 1980: “*Los derechos de los particulares sobre las aguas, reconocidos o constituidos en conformidad a la ley, otorgarán a sus titulares la propiedad sobre ellos*”. Acesso em: 10 jan. 2014.

²³ Decreto com força de lei publicado em 1981. Disponível em: <http://transparencia.dga.cl/documentos/codigodeaguas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

No direito de água para o uso “não consutivo”, que é o direito orientado principalmente para geração de energia elétrica, a propriedade tem se concentrado em empresas transnacionais como ENDESA (sob o domínio do conglomerado italiano ENEL), AES GENER (EUA) e a chilena Colbún. Conforme o balanço divulgado em 1999 pela DGA, a empresa ENDESA é o maior possuidora de direitos de água, 6.256 mt²/seg., o que equivale a 80,4% do total nacional de direitos de aproveitamento de águas para uso “não consuntivo”. Ou seja, o principal ator titular de águas é o setor hidrelétrico.

Os direitos de água de uso “não consutivo” eram originalmente propriedade da empresa estatal de geração de energia, a ENDESA, e foram primeiramente repassados para empresas nacionais durante o regime militar, que logo vendeu para a empresa de capitais estrangeiros, a espanhola ENDESA ESPAÑA, que foi anos depois adquirida pela empresa estatal italiana ENEL (LARRAIN, 2010).

O processo de privatização, desregulamentação e significativa transnacionalização da propriedade da água, significou a perda do controle público sobre as fontes e sobre a gestão ambiental e econômica das águas (LARRAIN, 2010). Não obstante, até pouco tempo os “usos” das águas era considerado “micro”. No caso do rio Baker, por exemplo, se destina essencialmente para a agricultura de subsistência, turismo e para o consumo animal. Com o surgimento de megaprojetos como o de HidroAysén, emergiu um contexto de contestação do mercado de águas e gerou uma rejeição e reação de atores locais dispostos a defender suas águas (CARMONA; SALINAS, 2009, p. 697).

QUADRO 1 - Distribuição dos direitos de água na Região de Aysén	
Rios da Região de Aysén	Empresas Proprietárias dos Direitos de Água
Río Cuervo	Xstrata (SUIZA)
Río Bravo	AES GENER (EEUU)
Río Palena	AES GENER (EEUU)
Río Blanco	XSTRATA (SUIZA)
Río Chacabuco	AES GENER (EEUU)
Río Pascua	AES GENER (EEUU)
Río Manso	ENDESA/AES GENER (ESP / EEUU)
Río Puelo	ENDESA (ESPAÑA)
Río Futaleufú	ENDESA (ESPAÑA)
Fonte: Elaboração própria, adaptado de informações da publicação “Patagonia Chilena Sin Represas (2008).”	

2.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO HIDROAYSÉN

O propósito do Projeto HidroAysén (PHA) é a construção e operação de cinco centrais hidroelétricas, duas no Rio Baker (Baker 1 e Baker 2) e três no Rio Pascua (Pascua 1, Pascua 2.1 e Pascua 2.2). O PHA se localiza na Região de Aysén, Província de Capitán Prat, especificamente nas comunas de Cochrane, Tortel e Villa O'Higgins. Referencialmente, se localiza entre os paralelos 47 e 49 Latitude Sul (Figura 9).

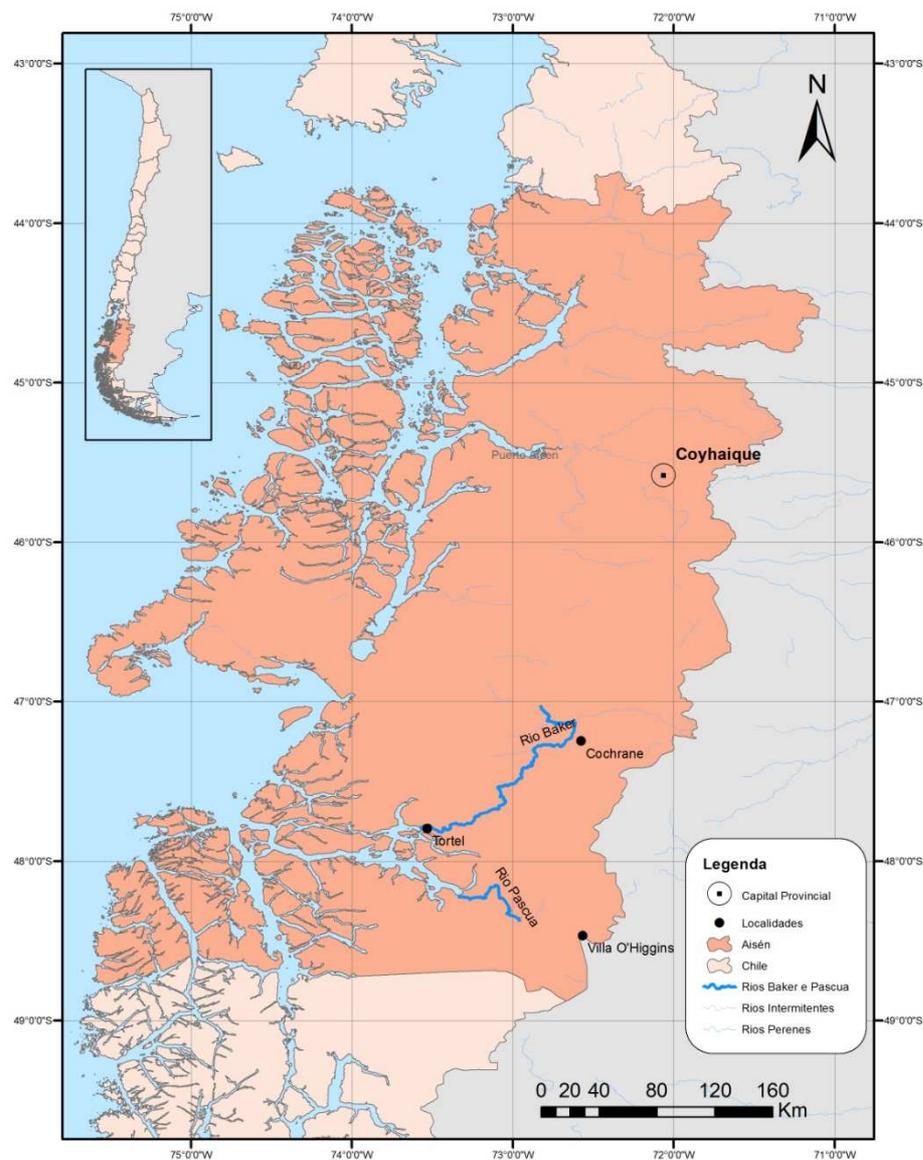


Figura 9: Localização dos rios Baker e Pascua

Fonte: Elaborado por Éder Luis Rodrigues. Base Cartográfica ArcGIS Online: <http://www.arcgis.com/home/>. Sistema de coordenadas geográficas, datum WGS 1984. Acesso em: 19 de junho de 2014.

Enquanto obras de infraestrutura do PHA, se incluem no EIA as instalações em Cochrane (escritórios administrativos e moradias), o sistema de abastecimento elétrico dos locais de trabalho (grupos de geradores, central hidrelétrica de apoio Del Salto de 14 MW e linha de 66KV), infraestrutura portuária (terminal marítimo em Porto Yungay e novas rampas no mesmo lugar e em Puerto Rio Bravo), construção de novas estradas (90 km), melhoramento (187 km) e reposição (10 km) de caminhos públicos, telecomunicações (sistema VHF) e um aterro sanitário no setor de San Lorenzo. Para a execução das obras do PHA, incluindo as centrais, linhas de enlace e obras de infraestrutura, será necessário contar com instalações de apoio que funcionariam apenas durante a etapa de construção do PHA. Estas instalações compreenderiam: um centro médico em Cochrane, instalações de canteiros de obras, acampamentos, caminhos provisórios, entre outras.²⁴

A implementação do PHA levaria *11 anos e meio*, o que requereria a média mensal de 2.260 trabalhadores, cujo número máximo mensal a empresa estima em 5.100 pessoas distribuídas em diferentes frentes de trabalho. Posteriormente, para a operação do Complexo Hidrelétrico Aysén seriam necessárias apenas 140 pessoas, incluindo a manutenção de rotina. A operação das centrais se realizaria em duas organizações, uma para as centrais Baker 1, Baker 2 e Del Salto com base em Cochrane, e outra para as centrais Pascua 1, Pascua 2.1 e Pascua 2.2, com base em uma parte do acampamento da construção das centrais do rio Pascua, que ficará condicionado para tal propósito

O investimento estimado para executar o PHA é de U\$3.200 milhões e a superfície estimada a ser utilizada é de 8.722 hectares que corresponde principalmente aos reservatórios (5910 hectares) e ao sistema de enlace de transmissão elétrica (1379 hectares). No entanto, estima-se que com a atual paralisação os custos tenham chegado a US\$10.000 milhões²⁵. O Complexo Hidroelétrico Aysén teria uma potência instalada de aproximadamente 2750 MW e o suficiente para produzir uma média anual de aproximadamente 18.430 GWH, com 5910 hectares de superfície que seria incorporado ao *Sistema Interconectado Central (SIC)*.

²⁴ Informações contidas no EIA. Disponível em: <http://infofirma.sea.gob.cl/DocumentosSEA/MostrarDocumento?docId=e8/03/92eae0642bbba32b4c1a28aee61da6e66d>. Acesso em: 21 mar. 2014.

²⁵ Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/2014/01/07/endsa-deja-de-mostrar-hidroaysen-como-su-proyecto-estrella-a-inversionistas.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2014.

QUADRO 2 - Quadro descritivo do PHA				
Central/Rio	Superfície Represada (ha)	Energia Média Anual (GWh)	Potência Instalada (MW)	Localização
Baker 1	710	4420	660	No estreito de Chacabuco, 1 km água acima da confluência dos rios Baker e Chacabuco.
Baker 2	3600	2.540	360	No estreito de El Salton, 2 km água acima da confluência dos rios Baker e El Salton.
Pascua 1	500 s	3.020	460	No estreito de Lago Chico, 1,2 km água acima da confluência do rio Pascua com a desembocadura do lago Gabriel Quirós
Pascua 2.1	990	5110	770	No estreito do rio Pascua, uns 8 km água acima do setor San Vicente
Pascua 2.2	110	3.340	500	No estreito do San Vicente, uns 4 km água acima da confluência do rio Pascua com a desembocadura do Lago Quentru
Total	5.910	18.430	2.750	

Fonte: Adaptado do HidroAysén/Memoria Anual, 2001

Caso levado adiante, para o desenvolvimento das obras o projeto HidroAysén ainda requer os direitos *consuntivos* de águas necessários para as instalações de canteiros de obra, acampamentos e uso industrial. Para operação de cada uma das centrais, em que se requer os direitos de aproveitamento de águas *não consuntivos*, Hidroaysén já conta com os direitos outorgados.

No EIA constam as medidas de mitigação, compensação e reparação dos potenciais impactos ambientais associados às etapas de construção e operação do PHA e que visam atender 99 impactos negativos detectados gerados pelo projeto. Entre os impactos, destacam-se as 39 famílias identificadas como “atingidas” que integram o *Plan de Relocalización* (PDR), que implica na realocação de 18 famílias, 18 realocações dentro do próprio terreno que habitam; duas famílias trasladadas temporariamente e um caso especial com problemas de conectividade.

Uma das principais justificativas acionadas pelo projeto enunciadas no EIA ampara-se no cenário energético, baseado majoritariamente em centrais termoelétricas e dependente do abastecimento do gás natural desde a Argentina²⁶, algo que seria incompatível com as prospecções de crescimento econômico do país, colocando-se como uma solução diante de tal cenário.

²⁶ Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/economia/2006/11/15/236105/argentina-corta-todo-el-gas-natural-a-chile.html> e <http://www.elmundo.es/mundodinero/2007/05/29/economia/1180407426.html>. Acesso em: 21 mar.2014.

Nesse contexto que HidroAysén se propôs a desenvolver o PHA, buscando contribuir para a solução que se requer em termos energéticos e cuja direta vinculação com o crescimento econômico e social do país, a fazem da maior urgência e importância. De acordo com as projeções que se podem obter com a informação de crescimento do sistema, é possível estimar que na data que estejam funcionando todas centrais do Complexo, estas contribuirão com 21% da energia consumida pelo SIC. (Trecho extraído do EIA - tradução livre).

Nesse sentido, no período pré-aprovação do projeto, foi lançada a campanha “A favor de la corriente, HidroAysén, Chile con energia” e “A favor del agua”, que apresenta um cenário em que o Chile estaria suscetível para os próximos anos caso não viabilize o PHA (Figuras de 10 a 17, vídeos disponíveis na web veiculados pela mídia mostram uma fábrica paralisando a produção, ou um estádio de futebol às escuras, um hospital paralisado por um apagão).



Figura 10: Vídeo (1) “Pabellón” inicia apresentando um procedimento médico em curso.



Figura 11: (Cont.) Em seguida a tela se divide para mostrar o corte de energia provocado no hospital pelo toque no interfone do entregador de pizza



Figura 12: Vídeo (2) “Indústria”. Inicia com fábrica funcionando a pleno vapor



Figura 13: (Cont. do vídeo 2). Em seguida a tela dividida mostra o corte de energia provocado na fábrica pelo uso doméstico do liquidificador



Figura 14: Vídeos 1 e 2. “Chile a medias” mensagem veiculada no encerramento dos vídeos



Figura 15: (Cont.) “Ninguna fuente de energia por si sola es suficiente”.



Figura 16: “A favor de la corriente”.



Figura 17: - Marca da empresa no final do vídeos

Provavelmente, foi uma das piores estratégias de comunicação da empresa e que prontamente foi denominada “La campaña del terror”, fazendo referência à campanha realizada pela direita no período do “Plebiscito del Si o No”, no qual os defensores da continuidade do regime de Pinochet se dedicavam a espalhar o medo da iminência do retorno do “terrorismo marxista-leninista”. Durante o período de trabalho de campo, quando questionados sobre a campanha de HidroAysén, provavelmente este era o momento mais “descontraído” das entrevistas, a reação da maioria dos entrevistados foi de risos diante da denominada “subestimação” por parte da empresa quanto à capacidade das pessoas de acreditarem na mensagem veiculada:

[...] a diferença dos governos chilenos, consideramos que o cidadão chileno, assim como nós, é muito inteligente [...] não somos “*huevo*nes” [“chilenismo” para reforçar a ideia de bobos]. Então, quando vimos essa campanha morremos de rir, porque obviamente, [...] foi a primeira que fizeram, se você olhar os *twitters*, os *facebooks*, todo mundo ria da campanha, porque era uma campanha estúpida, ridícula e rindo da inteligência do chileno. Claro, dissemos, “oh, a campanha que fizeram”. Mas nos demos conta imediatamente que as pessoas percebiam que era uma tremenda estupidez. (Trecho de entrevista: Miriam, empresária local, Coyhaique, jun/2013)

*Ui...eu disse, sabes que, bom que façam essa campanha porque eu acho que eles [...] sozinho têm se enterrado, como gol contra, praticam gol contra, sozinhos. Quando eu vi essa propaganda eu pensei: ui, realmente a empresa de publicidade não gosta deles, eu fosse publicitária diria que com essa campaha não chegas a nenhuma parte, vais provocar o efeito contrário. E isso foi o que provocou, ninguém acreditou que ia ficar às escuras e se relacionou em seguida à campanha do terror que foi quando estava Pinochet para o Plebiscito do sim ou não. Foi exatamente igual, se tu não votas pelo “sim”, chegarão os terroristas, marxistas e ficaremos outra vez cheios de fogo e barricadas, chegará o terror e chegará o exército cubano para dominar o Chile, assim era a campanha. E as pessoas votaram pelo “não” e não aconteceu nada disso, então isso o relacionaram muito, por isso se chamou de *campanha do terror*. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR, Coyhaique, jun/2013).*

Conforme o EIA, os “recursos hídricos” da Região de Aysén são estratégicos para o Chile, principalmente os rios Baker e Pascua, que se caracterizam por apresentarem caudais abundantes e com baixa variação durante o ano todo. Tais condições se dariam pelas características climáticas da região e pela regulação que realizada pelos lagos que se localizam acima de suas nascentes. Destas condições únicas, partiria a justificativa do projeto enquanto uma alternativa sustentável, pois estaria “aproveitando” um “recurso abundante”, com baixa variação estacional, compatível com outras fontes de energia e atenuando os períodos de escassez na matriz energética.

Diante de um contexto de forte oposição, a empresa centra seus esforços em difundir suas justificativas. No sítio eletrônico de HidroAysén, por exemplo, a empresa, considerando o contexto energético, apresenta-se como uma aliada das Energias Renováveis Não Convencionais (ERNC); como uma energia limpa e competitiva e como o projeto mais eficiente do mundo, conforme pode ser observado na captura de tela abaixo:

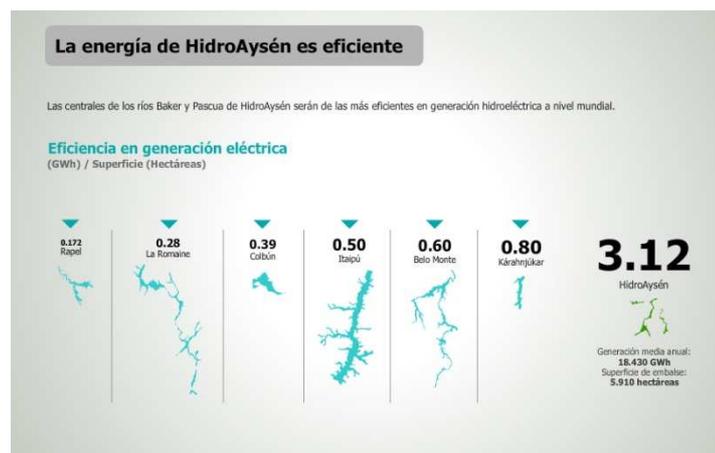


Figura 18: Comparativos entre centrais hidroelétricas, colocando HidroAysén como a mais eficiente do mundo.
Fonte: Sítio eletrônico da empresa: <http://www.hidroaysen.cl>. Acesso em: 15 mar. 2014.

Por outro lado, além de representar mais energia para o Chile, HidroAysén se apresenta como uma proposta de desenvolvimento para A Região de Aysén (Figura 19). Parte dessa orientação está expressa nas áreas de responsabilidade social da empresa, algumas já

foram mencionadas, mas a lista de políticas e benefícios parece interminável: Fundos Concursáveis, Bolsas de Estudos, Programa de Qualificação de Mão de Obra; Programa de Melhoramento das Escolas Locais; obras de infra-estrutura e conectividade na região; criação de centros culturais; criação de 14 km de trilhas especiais para *trekking* e refúgio de turistas; equipamento de centros de saúde para o futuro hospital de Cochrane e para os postos de saúde de Tortel e Villa O’Higgins, entre outras.



Figura 19: Trecho do sítio eletrônico da empresa: “Energia para Chile, y desarrollo para Aysén”.
 Fonte: Sítio eletrônico da empresa: <http://www.hidroaysen.cl>. Acesso em: 15 mar. 2014.

No entanto, os trabalhos mais recentes da empresa têm se centrado na tentativa de minimizar o desgaste de imagem e a perda da credibilidade após aprovação do projeto em 2011, o que implicou em uma virada nas formas de aproximação da empresa com as comunidades atingidas. Se no período de pré-aprovação a estratégia de aproximação da empresa com a comunidade foi a distribuição de dinheiro, por meio do Programa de Fundo Concursáveis, após a aprovação do projeto a orientação passou a ser outra:

Durante el 2012, HidroAysén concentro esfuerzos en la región, con un intenso trabajo en terreno que permitió generar mayor acercamiento con la comunidad y sus inquietudes, bajo un estilo dialogante que ha permitido ir derribando mitos y conceptos erróneos en torno al proyecto, sembrados por los opositores. (MEMORIAL, 2012).

Assim, a empresa tem realizado cada vez mais campanhas de porta em porta, distribuindo boletins informativos, com programas na rádio três vezes por semana (o meio de comunicação mais importante da região), entre outras atividades. Durante a realização do trabalho de campo fui uma “quase” testemunha dessa nova estratégia de aproximação da empresa. Cada vez que chegava a uma localidade, a empresa acabava de encerrar sua campanha de “porta em porta” e nas casas que chegava lá estavam os “brindes”, chaveiros, canetas, jornais com o logo de HidroAysén. O que aponta que, apesar de todos os contratempos provocados pela oposição, o debate ainda está longe de se encerrar.

2.4 UM POUCO SOBRE PATAGÔNIA, AYSÉN

Os que somos nativos e os que, de uma ou outra maneira, procuram entender o processo da *cosmovisão de Aysén*, temos aprendido e vamos aprendendo que aqui se pode viver muito bem. E se pode viver muito bem sob esse famoso conceito filosófico que não muita gente entende "*el que se apura pierde el tiempo*"²⁷. E esse ditado não é uma coisa supérflua ou leviana. Tem todo um conceito de vida filosófico que, quando começamos a entender, sabes que isso vai te conectando em definitivo com tudo o que são as cosmovisões dos povos indígenas: de fazer tudo em seu momento justo. [...] E é belíssimo aprender viver sob esse conceito de quem "se apura pierde el tiempo"[...]e não é um sacrifício e de fato *nunca* foi um sacrifício. Coyhaique e a região é muito jovem, tem 80 anos e eu tenho 52. Eu tive a sorte de crescer quando a metade dos velhos que tinham armado tudo isso andavam nas ruas, então eu vi [...] essa concepção de fazer acreditar as pessoas de que aqui era sacrificado é posterior ao golpe de estado que se gera em 1973. Por quê? Porque aí começa a gerar uma espécie de assistencialismo nas pessoas e o assistencialismo é a melhor maneira para controlar as pessoas [...] Tenho entrevistado todos esses velhos e a grande maioria desses velhos tinha essa concepção que te digo. Os velhos chegavam, por exemplo, janeiro, fevereiro, março e abril se dedicavam a trabalhar. A semear, já tinham semeado em setembro e outubro começava a época da colheita. As velhas, eu digo carinhosamente, começavam a fazer doces, a fazer os licores, a defumar a carne e o velho ia para Argentina trazer provisões, juntavam lenha, então o que acontecia, quando chegava o inverno, o inverno duro, os velhos estavam em casa e desfrutavam. Liam, os que sabiam ler, a vida era em torno ao fogão, cozinha [...] e então aí se crescia, se tocava violão, se contavam histórias, contos, adivinhações, se aprendia a tricotar, a defumar, uma infinidade de coisas, fazer laços, era tempo de crescimento. Então, sob essa perspectiva, era um sacrifício viver assim? Não. Claro, de vez em quando havia alguns problemas, que alguém ficava doente não tinha doutores, mas agora também não temos médicos. [...], ou seja, qual era a diferença? Por exemplo, se alguém fica doente na Pintana (em Santiago), às três da manhã, é exatamente o mesmo problema, também não consegue sair, não chega taxi e a violência... Então é um sacrifício morar aqui? (Trecho de entrevista: Documentarista²⁸, Coyhaique, jul/2013).

A longa fala que introduz este capítulo aborda algumas características marcantes do modo de vida na região, e ao problematizar a noção de "sacrifício" coloca em questão o que qualquer pessoa pensaria ao imaginar as condições de vida de uma região de tantos extremos climáticos, geográficos e isolamento. É impossível compreender o que está em jogo nessa disputa sem fazer alusão ao clima e ao isolamento, produto da geografia do lugar, entre outros

²⁷ "O que se apressa perde o tempo"

²⁸ O entrevistado, "nascido e criado" na região, tem uma larga carreira como documentarista. Possui 1500 horas de gravações em seu acervo audiovisual de história regional, sendo 300 entrevistas com os "velhos de 70, 80, 90 anos" de todas as partes da região.

elementos que contribuem na configuração da identidade regional. Portanto, a seguir abordaremos alguns aspectos para conhecer e situar o local onde se desenvolve o conflito.

Embora os críticos do PHA reivindiquem a defesa da Patagônia, o conflito em si se desenvolve em apenas uma parte da região do que se entende por Patagônia. Em termos geográficos a Patagônia Chilena compreende cinco regiões ecológicas. Administrativamente está dividida em três regiões: Los Lagos (X Região), Aysén del General Carlos Ibañez del Campo (XI Região) e Magallanes e a Antártica chilena (XII Região). Historicamente existiu como uma só região que cobre desde Llanquihue até o Extremo Austral, incluindo o que hoje se conhece como Patagônia Argentina (INFORME, 2013).

A Região de *Aysén del General Carlos Ibañez Del Campo* ocupa a parte central na Patagônia Chilena, que se estende de norte a sul entre os graus 44 e 48 e de ocidente a oriente desde o oceano Pacífico até a fronteira chileno-argentina, cujos limites foram estabelecidos em 1975. O território delimitado de Aysén é uma superfície de 109.052 Km², que representa 14,2% do território chileno. A região limita ao norte com a região de Los Lagos; ao oriente limita com a Argentina e ao sul com a região de Magallanes e Antártica Chilena e ao oeste com o Oceano Pacífico. Administrativamente, a Região de Aysén se divide em quatro províncias: Coyhaique, Aysén, General Carrera e Capitán Prat (MARTINIC, 2004; CEPAL, 2012).

No seu marco natural, se distinguem três áreas diferenciadas, que se apresentam de oeste a leste: uma conformada por um conjunto insular ocidental que integra os arquipélagos dos Guaitecas, Chonos e o complexo peninsular de Tatao. Uma segunda, constituída por um cordão de cordilheiras – os Andes Patagônicos – que percorre a parte central do território e uma terceira conformada por terra de *ultra-cordilheira* em direção ao oriente, que declina sua elevação na medida em que se aproxima da fronteira internacional (MARTINIC, 2004).

A relação estabelecida entre os elementos meteorológicos e as diferentes morfologias dão origem a um mosaico conformado por cinco tipos de clima (MARTINIC, 2004):

- a) Marítimo Temperado Frio Chuvoso, vigente na zona de arquipélagos e na vertente andina ocidental. Caracteriza-se por uma pluviosidade elevada média de 2000 mm/ano, com temperatura média entre 7° e 9° C, não superando os 13° no mês mais quente e não baixando de 4° no mês mais frio;
- b) Temperado Frio de Grande Humidade, que domina o setor subocidental da Região (desde a península Tres Montes ao Baker Médio) e a zona insular limite com Magalhães, cujas características se assemelham ao anterior, porém com uma pluviosidade mais permanente;

- c) Gelo das Alturas, que impera nos picos da cordilheira, com gelo permanente e nos Campos de Gelo, com temperatura média anual 0°;
- d) Andino Estepário, com clima próprio que se caracteriza por uma média pluviométrica decrescente que vai desde 1500 a 500 mm próximo a fronteira internacional. Coyhaique (capital de Aysén) recebe uma média anual de 1349 mm, enquanto que Balmaceda 611mm, com uma amplitude térmica muito notória e com ventos frequentes; e
- e) Estepe Fria, que cobre a parte mais oriental da região, com precipitações médias anuais abaixo dos 600 mm.

As formações vegetais se agrupam em três biomas: Florestal, Estepe e Tundra.

Em termos de ocupação territorial, há mais de 10.000 anos teriam chegado a região de Aysén seus primeiros habitantes, que conformaram duas culturas: os *Aónikenk* (gente do sul) ou *Tehuelches*, também conhecidos como os *gigantes patagones*, que habitaram principalmente a zona continental da região. No litoral, teve lugar a cultura *Kaweskar*, também denominados *Alacalufes*. Durante o século XIX um contágio de varíola praticamente exterminou o povo *Aoniken*, sendo vistos pela última vez em território chileno por 1927. Os *Kawashkar*, por sua parte, habitavam os canais austrais no Golfo Penas. Extraíam seus produtos para alimentação no mar, lobos marinhos, lontras, aves, peixes e mariscos e se deslocavam para a caça ou pesca em canoas fabricadas de cipreste ou de coigue, em tamanho suficiente para carregar até dez pessoas (CEPAL, 2012).



Figura 20: Ao centro Cacique Mulato (nome indígena Chumjaluwün), conhecido como o último chefe Tehuelche, perto de 1910²⁹



Figura 21: Crianças Alacalufes em canoa.³⁰

Os primeiros indícios de expedicionários datam de 1520, com as viagens efetuadas por Hernando de Magalhães.

Durante a Guerra do Pacífico (1881), o Chile assinou um tratado com a Argentina por meio do qual se fixou um limite binacional na linha dos altos cumes e a na divisória de águas. No entanto, os limites só foram definidos claramente após uma arbitragem internacional realizada pela monarquia inglesa. Em vista disso, o governo contratou o geógrafo alemão Hans Steffens para realizar um intenso reconhecimento a campo que durou entre 1892 e 1902.

Após o estabelecimento das fronteiras pelo Laudo Arbitral de 1902, o governo passou a entregar grandes extensões de terra para arrendamento para companhias de criação de gado como a “Sociedad Industrial de Aysén”, que seria a mais importante entre 1903 e 1904 obtendo a concessão de uso de 826.000 hectares do Estado, junto com outras empresas como a “Sociedade Ganadera Cisnes” (1924), a “Sociedade Anónima Ganadera Valle Chacabuco” e a “Estancia Largo Bertrand” (CEPAL, 2012).

Junto com a chegada das companhias de gado se produz uma lenta, porém constante chegada de colonos chilenos desde a Argentina, que se estabelecem de maneira espontânea pelos vales mais férteis na vertente oriental da cordilheira (Memória Chilena). Em seus inícios a colonização não obedece nenhuma política governamental, a ocupação original ocorre pela busca de emprego nas grandes estâncias, migrantes vindos de outras regiões empurrados para

²⁹ Foto disponível para reprodução no site “Memória Chilena: Biblioteca Pública Nacional”: www.memoriachilena.cl. Fonte: Los aónikenk: historia y cultura / Mateo Martinic B. 1a. ed. Santiago: Universidad de Magallanes, 1995 (Santiago : Vanic) 387 p. Acesso em: 19 fev. 2014.

³⁰ Foto disponível para reprodução no site “Memória Chilena: www.memoriachilena.cl Fonte: Andes patagónicos : viajes de exploración a la Cordillera Patagónica Austral / Alberto Ma. de Agostini. 2a. ed. aum. y corr. il y mapas autor. Buenos Aires : Tall. Gráf. Guillermo Kraft, 1945. 445 p. Acesso em: 19 fev. 2014.

estas terras pela profunda crise mundial dos anos 1930, pela pobreza insular de Chiloé ou pela ocupação do território pelo governo argentino (CEPAL, 2012).

A região de Aysén foi o território com mais tardia incorporação ao Chile. Em 1907 contava com apenas 197 habitantes e em 1920 registrava uma população de 1960 habitantes. Com as políticas de colonização de 1930, a população cresceu de forma significativa, até alcançar 9.711 habitantes (CEPAL, 2012).

A partir da década de 1930, o Estado impulsiona uma política de colonização depredadora. De maneira contraditória, a política pública refletida na lei de colonização foi responsável por gigantescos incêndios florestais. Muitos dos primeiros colonizadores, chamados *pioneiros*, chegaram com manadas de animais desde o pampa argentino e foram enviados a terras perimetrais em torno das estâncias das empresas de gado. A partir de 1937, por meio da política Caja de Colonización³¹, se entregaram terras para esses colonos com a condição de que cada um comesse eliminando 120 hectares de bosque de suas terras, o que se fez a fogo (CONTRERAS, 2007).

As características geográficas sempre foram obstáculo para a integração física ao resto do país e para conectividade interna da região. Características que influenciaram a tardia e lenta colonização da área, que começou apenas em 1903. Para resolver os problemas de isolamento e incomunicabilidade interna, em 1965 o Ministério de Obras e Transportes decidiu construir um caminho que cruzaria a região de norte a sul. O traçado que se inicia em 1970 tem um avanço muito lento devido às dificuldades geográficas. Somente em 1976, sob regime militar, visando à integração do território nacional, começa-se a construir o caminho conhecido como *Carretera Austral*. Desde Puerto Montt, o caminho penetra por territórios únicos, percorrendo 1.240 km até Villa O'Higgins e desde Puerto Yungay até Puerto Natales, na Região de Magalhães, servindo mais de 37 localidades, se ramificando por outros 229 quilômetros de caminhos transversais, com previsão de término de construção para o final de 2020 (MUÑOS; SALINAS, 2010; HOLZAPFEL, 2007).

Oficialmente denominada “Carretera Austral General Augusto Pinochet Ugarte”, é a maior obra viária da ditadura e a “menina dos olhos” do General.

No hubo año que el camino no fuera supervisado por Pinochet. Cada verano organizaba una gira para conocer los avances que se hacían en la zona. No sólo quería estar al tanto de los pueblos que se conectaban, sino que también le gustaba dar su opinión sobre la estética de la ciudad. En uno de esos viajes le recomendó al alcalde de Cochrane, Luis Rueda, que le pusiera más “pino” a la plaza de armas. Al

³¹ Órgão estatal criado 1928 encarregado de formar, dirigir e administrar colônias destinadas a organizar e intensificar a produção agrícola. Fonte: <http://www.cronologiabancaria.cl>. Acesso em: 21 mar. 2014.

año siguiente, la manzana entera apareció llena de pinos, que hasta hoy siguen allí (ROJAS, 2013).

Sob o *slogan* “Restauración Nacional e Desenvolvimento Regional”, o trajeto se impôs como vontade nacional, resultando numa obra construída sem direitos trabalhistas e muito menos avaliação ambiental. Derrubando bosques e dinamitando rochas, assustados, obrigados, molhados, famintos, sem equipamento adequado e mal pagos, mais de 10 mil homens trabalharam durante oito meses sob temperaturas abaixo de zero e dez meses de chuvas completamente isolados (HOLZAPFEL, 2007).

Entre selva y montañas, sobre ríos, fiordos y canales, con 500 mil kilos de explosivos se levantaron puentes, se removieron 12 millones de metros cúbicos de rocas y se instalaron 27 campamentos para los 10 mil reclutas que participaron. Civiles, muchos desterrados políticos, así como trabajadores del PEM (Plan de Empleo Mínimo) y del POJH (Programa Ocupacional para Jefes de Hogar), garantizaron mano de obra casi costo cero; el gobierno de facto obvió costos de expropiación e indemnización, argumentando razones soberanas. “Haciendo Patria”, muchos incluso dieron sus vidas, víctimas de derrumbes, accidentes y explosiones (HOLZAPFEL, 2007, p. 49).

Atualmente, a região conta com 20 áreas protegidas *Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas del Estado* (SNASPE). Compreendendo 50,3% do território regional, com 2.985.341 hectares de parques nacionais, 2.087.422 hectares de reservas nacionais e 409 hectares de santuários de natureza e monumentos naturais que cobrem principalmente a macrozona sudocidental e sul de Aysén e as áreas dos parques nacionais “Queulat” e “Isla Magdalena” na parte setentrional, e outros parques que se estendem para o território de Magalhães (MARTINIC, 2004).

Em relação à extensão e população, Aysén é a terceira região mais extensa do Chile e a mais desabitada, com 91.492 habitantes, conforme dados Instituto Nacional de Estadísticas de 2003, com uma densidade populacional muito baixa, de 1,1 habitantes por Km². Tais características se devem ao seu isolamento e clima extremo, chegando a -30°C e ao seu relevo com características abruptas (MUÑOS; SALINAS, 2010).

Administrativamente, a Região de Aysén se divide em províncias e comunas:

QUADRO 3 - Divisão Política Administrativa da XI Região de Aysén	
Provincia	Comunas
Aysén	Aysén
	Cisnes
	Guaitecas
Coyhaique	Coyhaique
	Lago Verde
General Carrera	Chile Chico
	Rio Ibañez
Capitan Prat	Cochrane
	Caleta Tortel
	Villa O'Higgins
Elaboração própria. Fonte: <i>site</i> do governo: www.goreaysen.cl . Acesso em: 19 fev. 2014.	

A província que seria mais afetada pelo projeto Hidroaysén é a Província de Capitán Prat. Cochrane, Caleta Tortel e Villa O'Higgins são as localidades adjacentes aos lugares onde se construiriam as represas caso o projeto fosse levado adiante. A seguir faremos uma breve descrição dessas localidades, além de falar um pouco da capital de Aysén, Coyhaique, que também é palco importante na construção do conflito.

➤ *Coyhaique*

O frio mata, mas o frio curte também, e o vento... Se cresce com o vento, o frio e a fome. Aqui somos super Austrais. Estamos muito desconectados do mundo. Quando a gente sai de Puerto Montt para cima se dá conta de que Coyhaique é um pequeno burquinho, como a região em si. Mas somos maravilhosos, isso não dá pra discutir, enquanto a qualidade de sua gente, as paisagens, os recursos naturais que temos. Se me perguntassem, se gostaria de morar em outra parte, sim, mas voltaria para morrer aqui. De maneira alguma morreria em outra parte que não fosse na região. (Trecho de entrevista: Ativista do movimento social *Jovenes Coyhaiquinos*. Coyhaique, jul/2013).

Coyhaique possui um frio persistente que dura quase o ano inteiro. Trata-se da localidade mais povoada de Aysén, com mais de 50 mil habitantes (44.850 na área urbana e 5191 área rural³²), localizada a 1.649km ao sul de Santiago.

Entre 1903 e 1906 se instalou no vale do Rio Coyhaique a administração da companhia mais importante da região, a Sociedade Industrial de Aysén, que se dedicava a criação de ovelhas. Nesse lugar conhecido como a Pampa del Corral, em 12 de outubro de 1929 se fundou o povoado Baquedano, que logo mudaria de nome para Coyhaique. Hoje em dia possui um comércio pujante, com a maior quantidade de prestação de serviços, escolas e o único hospital da região.

³² Dados do censo 2002.

➤ *Cochrane*

*Cochrane, refúgio del Huemul*³³

Cochrane é um povo que avança e se converte rapidamente em cidade, tem a maioria dos benefícios que se encontra numa cidade grande. Sim, nosso grande problema aqui é o isolamento [...] ainda o caminho é muito ruim para chegar ao primeiro centro povoado da região que é Coyhaique. Isso implica também que seja deficiente em muitos aspectos, como por exemplo, em saúde, educação para as crianças, mas para, além disso, Cochrane é um lugar tranquilo, com muita natureza que esperamos não se destrua e bom, eu sou Cochranino, assim que eu gosto de morar aqui. (Trecho de entrevista: Professor e escritor. Cochrane, Jul/2013).

Cochrane é capital da Provincia de Capitán Prat. Ocupa uma superfície estimada em 8500 km², com uma população de 2.867 pessoas dividida em 2.217 no meio urbano e 650 no meio rural. Cochrane foi fundada no ano de 1954 com o nome Pueblo Nuevo. A geomorfologia da comuna é dada pela Cordilheira Patagônica, com uma ativa ação glacial e depositária do Campo de Gelo Norte cujas *línguas glaciais* (ou *glaciar costeiro*, quando o glaciar ou a “língua” de gelo atinge o mar ou oceano) alimentam os rios Baker, Neff e Colonia, entre os mais importantes. Nos vales orientais se localizam um dos sistemas hídricos mais importantes do país, o Rio Baker, Cochrane, Salto e Ñadis. A pampa é o relevo típico fortemente modelado pelo vento, no qual se desenvolve a atividade ovina, sobre a base do pasto de coirón³⁴, aspectos encontrados principalmente manifesta no Valle Chacabuco. A paisagem da comuna se destaca pela quantidade de rios como os rios Baker, Brown, Esmeralda, juncal, Vargas, Colonia, que prestam para a abundante pesca de truchas samonídeas. Destacam-se também os cumes nevados do Campo de Gelo Norte, abundante bosque nativo e uma importante fauna, onde sobressaem os Huemules que se encontram protegidos pela Reserva Tamango (CEPAL, 2012).

➤ *Caleta Tortel*

[...] se bem é certo está perto do mar, na costa do mar e é uma Caleta, não é uma Caleta de pescadores. Não é uma comunidade de pescadores é uma comunidade madeireira. E é bem particular, porque de onde viemos, esta gente chegou aqui a cavalo, então largou o cavalo, porque era o gaucho patagón e ingressou no bote. Tornou-se um navegante e, além disso, tornou-se carpinteiro, arquiteto, porque tiveram que fazer suas "autoconstruções" [...] começaram construindo as passarelas

³³ Lema do município. O Huemul é um cervo andino ameaçado de extinção. Chega a 1,70m de altura entre machos, seu peso oscila entre 40 e 100 kilos. Disponível em: www.cochranepatagonia.cl. Acesso em: 15 fev. 2014.

³⁴ *O Arg. y Chile* Planta xerófila, da família das Gramíneas, que alcança 50 cm de altura, de folhas, duras, de cor verde amarelado. Emprega-se na construção de choças e é um importante recurso de forragem.
Fonte: Dicionário da Real Academia Espanhola. Disponível em: <http://lema.rae.es/drae/srv/search?key=coir%C3%B3n>. Acesso em: 15 fev. 2014.

e isso foi dando um sentido ao que é Caleta Tortel hoje em dia [...] tu vêes que não existem ruas, então é muito particular. Mas isso foi de acordo as necessidades que se tinha. (Trecho de entrevista: Prefeito de Caleta Tortel, jul/ 2013).

A comuna de Caleta Tortel é a mais setentrional da Região de Aysén. Possui uma superfície de 20.390km². Está estrategicamente localizada entre os campos de Gelo Norte e Sul (que são uns 4000km² de glaciares descomunais) e nela desemboca o Rio Baker e se encontra com o Golfo Penas. Sua geografia é magnífica: se divide, de um lado, por uma zona de arquipélagos, com várias ilhas, canais e estuários e, de outro, por escarpas, cordilheiras coroadas com gelos glaciais cortadas por vales estreitos (HARTMANN, 2001). Sua população, segundo o censo de 2002 estava em 507 habitantes na área rural.

Caleta Tortel foi fundada em 28 de maio de 1955, tendo sua economia baseada principalmente na extração de cipreste. A cidade possui uma estrutura organizacional e urbana singular, não existindo ruas de cimento ou carros, as pessoas se deslocam em passarelas e escadas de madeira, com as casas encostadas nos morros, de frente para o mar. As passarelas construídas de madeira nativa de cipreste dos pântanos percorrem mais 7,5km e até 2003 somente era possível aceder por via navegável. Em 2003 se conecta com a Carretera Austral por meio de um desvio de 20 km, facilitando a entrada e saída dos nativos e permitindo a circulação de ônibus com turistas. No entanto, devido a fatores climáticos eventualmente Tortel fica totalmente ilhada.

➤ *Villa O'Higgins*

*Capital de los Glaciares Patagónicos*³⁵

Morar aqui em Villa O'Higgins, bom... quando cheguei recém se estavam instalando as redes de água, as redes antigas, digamos, que tinha com uma chavezinha assim. Instalamos uma chave de passo do lado de fora das casas e as redes internas se congelavam, alguns canos estouravam, agora tem se desenterrado alguns com os projetos que se fazem na Villa. A luz era três horas ao dia, era uma rede muito precária, uma central que o povo fez com mão de obra dos próprios moradores, através de um estancamento artificial das pendentes de água do campo de Don Albano. Foi um processo comunitário, claro teve investimento estatal, mas a maioria foi esforço dos mesmos povoadores. (Trecho de entrevista: Moradora e membro da organização comunitária *Agrupación Río Pascua*. Villa O'Higgins, jul/2013).

Villa O'Higgins é um pequeno vilarejo com uma superfície de 9.506km² , com aproximadamente 500 habitantes em área rural, porta de entrada dos Campos Gelo Sul, trecho final da *Carretera Austral*, localizado no quilômetro 1240. Está localizada no extremo sul-oriental da Região de Aysén, limitando com a Região de Magallanes. No território se encontra

³⁵ Apresentação do município disponível no endereço eletrônico: <http://www.municipalidadohiggins.cl/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

o Parque Nacional Bernardo O'Higgins, o Lago O'Higgins (Lago San Martín pelo lado Argentino) e parte dos Campos de Gelo Sul³⁶.

Atualmente a comuna é acessível por via aérea desde Coyhaique e Cochrane. Também por via terrestre e lacustre desde a Argentina ou pelo Chile usando a Carretera Austral. A paisagem da comuna possui uma grande quantidade de rios, lagos e lagunas e ventisqueiros (zona de montanhas onde se formam acumulações de neve) que se desprendem na maioria dos casos do Campo de gelo Norte. A comuna apresenta um forte potencial turístico, baseado em sua beleza natural, por ser um território não poluído, com muitas áreas inexploradas pelo homem, rico em flora e fauna, com espécies sem identificação, sendo também por isso destino de viagens de interesse científico (CEPAL, 2012).

Entre seus atrativos estão o Rio Mosco, a 500 metros de Villa O'Higgins, onde nascem dois ventisqueiros, rodeados de abundante vegetação e o Ventisquero Grande, que vem do Campo de Gelo Sul e se precipita em direção ao Lago O'Higgins, com uma largura de 8 km e uma parede de gelo com 150 metros de altura sobre o nível das águas do lago. O rio de gelo penetra entre os picos da cordilheira criando uma paisagem fantástica. O Monte Fitz Roy, que é um dos picos mais altos da Cordilheira, com 3.441 metros de altura e rodeado por uma grande quantidade de bosque nativo e abundante fauna em estado selvagem. O Rio Mayer, que nasce entre o cordão cordilheirano chamado Sierra Sangra, em território argentino. Em sua passagem pelo lado chileno se unem diversos rios até desembocar no Lago O'Higgins (CEPAL, 2012).

³⁶ Informações do site do município e do site "Villa O'Higgins Exploraciones" : <http://www.villaohiggins.com>. Acesso em: 12 fev. 2014.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Para este trabalho, como referencial teórico, optou-se, como ponto de partida, pela abordagem sociológica pragmática, com ênfase na sociologia dos regimes da ação de Luc Boltanski, em conjunto com a síntese construcionista da constituição dos problemas ambientais de John Hannigan. Além disso, por conta da especificidade do objeto empírico em questão, faz-se necessário articular a perspectiva teórica mencionada às contribuições das pesquisas no campo de estudos sobre conflitos ambientais, nas quais se debatem as diferentes noções e/ou conceitos de desenvolvimento, de atingidos por barragens, de preservação, conservação, entre outras, que se tornam patentes na construção de um problema ambiental. Entende-se, no entanto, que a aplicação de tais abordagens e categorias precisa ser realizada mediante a análise empírica, a fim de preencher e confrontar as categorias apresentadas.

3.1 O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Diversos autores observam que nos últimos 30 a 40 anos vêm se configurando internacionalmente, e no Brasil, com diferentes apropriações e dimensões, uma nova questão pública: a “questão do meio ambiente”, colocando no centro das agendas públicas de debates temas até pouco tempo inexistentes, sendo atualmente discutidos por amplos e variados setores da sociedade (ACSELRAD, 2004; ALMEIDA; GERHARDT, 2005; FUKS, 1998; LEITE LOPES, 2006). A amplitude das questões mobilizadas pelo ao tema configura, segundo Almeida (2000, p.1) um movimento social enquanto “um componente novo e duradouro da realidade social, do funcionamento e da evolução da sociedade”.

Nesse sentido, Almeida (2000), apoiado nas ideias do sociólogo francês Marcel Jollivet, aponta que o “meio ambiente” transformou-se em uma questão ao instituir, mobilizar e organizar distintas representações coletivas sociais. Os ministérios públicos do meio ambiente, por exemplo, consagraram a “questão do meio ambiente” como um tema inserido no espaço público. Outras evidências podem ser apresentadas para colocar o ambiente enquanto uma problemática:

O meio ambiente como trunfo político, entrando no jogo institucional da democracia regido pelo voto e pelos partidos; o *lobby* ecologista; a construção de uma “opinião pública” cada vez mais sensibilizada pelos problemas ambientais (exploração de situações locais e em nível regional de conflitos para mostrar a legitimidade das posições ecologistas) (ALMEIDA, 2000, p. 1).

A questão ambiental inaugura várias questões, mobilizando múltiplas disciplinas. Enquanto campo de pesquisa, de modo geral, esta pode ser tratada segundo três abordagens principais:

A gestão/conservação dos recursos naturais (grande influência da economia neoclássica – “economia ambiental); enquanto espaço de conflitos sociais; e como sendo produto do esgotamento de paradigma e na busca de novos modelos (influência da perspectiva sistêmica). (ALMEIDA, 2000, p. 4).

Assim, considerando nosso objeto de estudo e dentre as possíveis linhas de investigação da questão ambiental, a abordagem aqui recai sobre a análise dos conflitos ambientais, concebido como um conflito envolvendo diferentes grupos “com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Nesse contexto, os conflitos ambientais podem revelar modos diferenciados de existência que questionam o modelo de desenvolvimento hegemônico das sociedades industriais e podem expressar a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna (CARNEIRO, 2005).

Ao mesmo tempo, com a emergência de cenários cada vez mais conflitivos envolvendo problemas ambientais, recolocam-se e renovam-se os debates em torno da noção de desenvolvimento. Segundo Zhouri (2007), isso ocorre porque historicamente os projetos de desenvolvimento foram marcados por desastrosas consequências sociais e ambientais.

Uma vasta literatura coloca que a mundialização ou globalização, como um novo mecanismo de acumulação do capital, tem resultado não só na realocação dos investimentos e atividades produtivas, mas na polarização de riquezas. Assim, longe de um cenário de integração global, a lógica seletiva do capital atinge de maneira diferente determinadas regiões do planeta, resultando numa distribuição desigual de impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas. No caso da América do Sul, esta tem se inserido em uma nova geopolítica mundial de “recursos naturais”, na qual energia, água e minérios são altamente cotados no mercado internacional (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; ACSELRAD, 2010).

Para Zhouri e Oliveira (2007), as políticas de desenvolvimento voltadas ao crescimento econômico com ênfase na exportação seriam concentradoras de “espaço ambiental” gerando assim os conflitos sociais. As assimetrias na apropriação social da natureza geradoras de uma má distribuição ecológica dariam origem aos conflitos ambientais, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorre em detrimento do uso que outros segmentos sociais possam fazer de seu território. Nesse contexto, por exemplo, se situam as construções de barragens:

Em geral [as barragens hidrelétricas] tendem a produzir energia para suprir primordialmente um determinado segmento da economia industrial, notadamente as indústrias eletrointensivas, como o setor de alumínio (BERMANN, 2002). Nessa medida, entendemos que as barragens são geradoras de injustiça ambiental. Via de regra, os projetos são licenciados, malgrado insuficiências de estudos, restrições legais e resistências das populações atingidas. As decisões ancoram-se no paradigma ambiental dominante, que deposita fé na “modernização ecológica”. Nesse sentido, configuram-se como ações políticas no âmbito da lógica econômica, “atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental” (ACSELRAD, 2004b, p. 23) através de medidas mitigadoras e compensatórias (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 122).

Além disso, Zhouri e Laschefski (2010), em trabalho recentemente publicado acerca da relação entre desenvolvimento e conflitos ambientais como campo investigativo, classificam, para efeitos heurísticos, os conflitos ambientais em três diferentes tipos, a saber: (1) conflitos ambientais distributivos, que indicam as desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos “recursos naturais”, no qual os estudos abordam o “espaço ambiental” e a “pegada ecológica” apenas de maneira abstrata e quantitativa; (2) conflitos ambientais espaciais, que abrangem aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre territórios, agentes ou grupos sociais, como emissões gasosas, poluição de água; e (3) conflitos ambientais territoriais, que:

[...] marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial – por exemplo, área para a implementação de uma hidrelétrica versus territorialidades da população afetada. A diferença em relação aos conflitos sobre a terra é que os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete na variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

O debate estabelecido pela construção das represas na *região patagônica* demonstra como o ambiente pode ser deslocado para o centro de um conflito social. Neste sentido, assumimos que se trata de um conflito ambiental territorial, percebe-se que está deflagrada uma batalha na qual, movidos por distintos interesses, são utilizados diversos recursos materiais, organizacionais e simbólicos por parte dos envolvidos no mesmo recorte espacial, tanto para “criticar”, quanto para “justificar” o projeto hidrelétrico em questão.

Ao nos aproximarmos da realidade a ser estudada, percebe-se que o antagonismo entre ambiente e desenvolvimento marca o conflito. Neste caso, a preocupação ambiental ora é colocada como entrave ao desenvolvimento, dado ao eminente risco de “apagão” do país, ora é colocada como a razão principal para apoiar o projeto, apoiando-se no argumento de um projeto hidrelétrico como uma alternativa “de energia limpa e renovável”. Para todos efeitos, a noção de desenvolvimento é central na discussão e cumpre uma importância fundamental: se opor a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida (RIBEIRO, 1992).

Concordando com ZHOURI e OLIVEIRA (2007), os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Tais conflitos não se restringem apenas às situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial, como revelam, por exemplo, as análises sobre processos de licenciamento. Este parece ser o caso do projeto HidroAysén.

3.2 O CONCEITO DE “ATINGIDO”

O conceito de atingido é considerado um dos elementos essenciais na operação e implementação de um empreendimento hidrelétrico. No conflito aqui analisado também se trata de um conceito construído e apreendido de diversas formas, visto que não se trata de um projeto que necessitaria realizar grandes “remoções” ou “deslocamentos” de famílias, como em outros mega empreendimentos de engenharia.

Conforme a literatura, o conceito de atingido não é uma noção meramente técnica, nem estritamente econômica. Trata-se de um conceito em disputa, que remete ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Grosso modo, a ampliação do conceito decorre de um longo histórico de graves problemas ambientais e sociais provocados pela implementação de hidrelétricas, somado ao acúmulo das lutas dos atingidos pela inclusão das dimensões históricas, culturais e “valorativas” (VAINER, 2005, s/p.).

Por um longo tempo a implantação de projetos hidrelétricos operou com a chamada “concepção territorial patrimonialista”. Nesta abordagem, o setor elétrico limitava-se a indenizar os proprietários das áreas a serem inundadas. Não se reconhecia qualquer impacto social ou ambiental. O único problema era patrimonial fundiário.

Outra concepção é a chamada “concepção hídrica”, que identifica o *atingido* e o *inundado*. Esta perspectiva tende a circunscrever os efeitos do empreendimento à área a ser inundada, o que na prática implica na omissão sistemática dos efeitos do empreendimento nas populações não atingidas pelas águas. Ou seja, “continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor” (VAINER, 2005, s/p).

Para ultrapassar as concepções patrimoniais ou hídricas, o *Resettlement Handbook International Financial Corporation (IFC)*³⁷ de 2001 traz a noção de pessoas *economicamente deslocadas*, superando os afetados pelas águas nas concepções anteriores, incluindo o

³⁷ A IFC constitui o braço privado do Banco Mundial (VAINER, 2005).

deslocamento físico (resultantes da inundação) e a condição de *deslocados econômicos* (como pescadores que perdem ou veem reduzida a possibilidade de pescar, ou agricultores que deixam de ter acesso à agricultura vazante).

As diretrizes do Banco Mundial e do BID também enfatizam a incorporação dos não proprietários, ressaltando que a não titularidade legal sobre a terra não pode ser razão para negar a compensação e reabilitação a grupos que possam ter direitos informais sobre a terra como as populações indígenas, étnicas e rurais.

A Comissão Mundial de Barragens assume a mesma posição do IFC, somando a necessidade de incluir os efeitos dos vários subprojetos associados aos empreendimentos principais: as linhas de transmissão, vias de acesso, áreas para implantação de canteiros de obras. Destaca-se que há grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos dos empreendimentos desde o anúncio da obra, outros que sofrem durante as obras e outros que serão afetados com o enchimento e operação dos reservatórios (RUPPENTHAL, 2011).

3.3 A SOCIOLOGIA DA PLURALIDADE DOS REGIMES DA AÇÃO: A SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE CRÍTICA

Como mencionado anteriormente, o tratamento analítico terá como base a teoria dos regimes de ação, desenvolvida principalmente pelo sociólogo francês Luc Boltanski e seus colaboradores (BOLTANSKI 2000; BOLTANSKI; CHIAPELLO 2009; THÉVENOT; LAFAYE, 1993). A proposta apresentada por Boltanski e colaboradores fala sobre como a sociologia pode tratar e analisar questões ou problemas relacionados com a justiça, à crítica e à justificação.

Os teóricos da justificação observam os litígios, disputas, contendas, cenas e discórdias de todo tipo, nas quais a grandeza relativa das pessoas é publicamente colocada em pauta. Com a finalidade de analisar as operações críticas (denunciar, disputar, acusar, justificar, etc.) Boltanski e Thévenot construíram um modelo pragmático baseado na competência do julgamento que os atores manifestam sem recorrer à violência, tendo como referência os valores gerais das “cidades” e se apoiando sobre objetos comuns, os “dispositivos” (VANDENBERGUE, 2006).

Segundo Boltanski, o sociólogo deve abordar a qualificação singular e/ou coletiva de um caso como produto da atividade dos atores, no lugar de tratar coletivos como se já estivessem plenamente constituídos; apreender as operações de construção dos coletivos examinando a formação das causas coletivas, ou seja, a partir da dinâmica política (BOLTANSKI, 2000).

Com De La justificacion, Luc Boltanski e Laurent Thévenot tomaram como objeto as disputas comuns que ativam a crítica e a justificação das pessoas em espaços públicos, isto é, potencialmente sob o olhar e os pedidos de explicação dos outros membros da coletividade. Eles formularam a hipótese de que, sobre estes debates públicos pesam fortes constrangimentos de legitimidade e de generalidade dos argumentos utilizáveis que levam as pessoas envolvidas a superar a situação particular no interior da qual elas estão engajadas (CORCUFF, 2001, p. 173).

Justiça, crítica e justificação não são temas abordados de maneira separada ou independente por Boltanski: toda luta ou pedido por justiça (ou seja, a denúncia de uma injustiça) comporta em si mesmo, ainda que de maneira implícita, a crítica a uma ordem estabelecida. Portanto, um mundo social de operações críticas vem acompanhado de operações de justificação, visto que esta é a forma que um ator pode responder ou prevenir-se da crítica do outro. Ou seja, é possível considerar a crítica e a justificação como duas facetas distintas, vinculadas à justiça (ARCOS; BERNAL, 2011).

Em o Novo Espírito do Capitalismo (2009), Boltanski e Chiapello colocam a noção de “crítica” como uma categoria sociológica central para entender as transformações recentes do capitalismo e de suas ordens de justificação. Neste trabalho, os autores atribuem à crítica um papel impulsionador das mudanças do espírito do capitalismo.

Essa explicação corresponde a uma das características da sociologia pragmática boltanskiana: o distanciamento da sociologia crítica, mais especificamente da abordagem de Pierre Bourdieu, de quem Luc Boltanski foi discípulo e colaborador. Segundo Bénatouïl, a sociologia pragmática de Boltanski fornece uma tripla análise da abordagem crítica, na qual esta é “como um certo *regime de ação* e de *qualificação* fundada sobre a denúncia, sendo objeto, portanto, de uma recontextualização pragmática: ela é colocada no mesmo plano que outros regimes de ação dos quais ela supõe a interrupção total” (BÉNATOUÏL, 1999, p. 313, tradução livre e grifos meus).

Neste sentido, uma das preocupações de Boltanski é deslocar a posição da crítica como privilégio do sociólogo para o ator/agente social (DOSSE, 2003). Este é um dos pontos de ruptura com a “sociologia crítica” que, para Boltanski, é essencialmente uma sociologia da denúncia, na qual o investigador em ciências sociais reivindica para si a capacidade de apresentar uma perspectiva da realidade diferente e superior à dos agentes:

Embora reconheça que tenha produzido uma interpretação que não esgota a realidade, o sociólogo clássico está convencido de colocar uma luz sobre uma dimensão da realidade que não aparece como tal aos olhos dos agentes (BOLTANSKI, 2000, p. 38, tradução livre).

Para efetivar a ruptura com o paradigma crítico, Boltanski defende que o trabalho investigativo deve “definir um procedimento capaz de fornecer os meios para analisar a denúncia enquanto tal e tomar por objeto o trabalho crítico operado pelos próprios agentes” (BOLTANSKI, 2000, p. 37, tradução livre). Assim, para estudar as atividades críticas dos agentes e tomar por objeto a sociedade crítica devemos assumir uma exterioridade mais elevada do que aquela com qual se contenta a sociologia crítica. O que não significa que não haja uma assimetria entre investigador e agente, somente que adquire outra forma. Em efeito, Boltanski propõe que a atividade do sociólogo seja a “de reconstituir, da maneira mais completa possível, o espaço crítico no qual se constrói e se joga o caso” (BOLTANSKI, 2000, p. 54, tradução livre). Igual a um juiz, explica Boltanski (2000), o sociólogo da crítica coloca em cena o processo recolhendo e registrando os informes dos agentes e seu informe de investigação é acima de tudo uma ata destes registros, um informe de informes.

Nesse sentido, para o autor, somente diremos que somos capazes de compreender as ações das pessoas quando, com o uso deste modelo, tenhamos recuperado as coações que os

agentes deveram tomar em conta, numa dada situação, para fazer com que suas críticas ou suas justificações resultassem aceitáveis para os demais. Estes modelos são produtos de um trabalho de elaboração realizado a partir dos argumentos colocados pelos agentes e pelas situações em que se desenvolvem (BOLTANSKI, 2000). Um trabalho de “modelização”, que consistiria em

(...) reconstituir la competencia a que los actores deben poder tener acceso para producir, em situaciones determinadas, argumentos aceptables para los demás o , como suele decirse, convincentes, esto es, capaces de sostener una pretensión de inteligibilidad y dotados también de um elevado grado de objetividad y, por consiguiente, de universalidade (BOLTANSKI, 2000, p. 59).

Por fim, para um sociólogo pragmático o pressuposto do pluralismo nos regimes de ação exige que ele se dê por tarefa construir sistemas de ações coerentes que deem conta da diversidade que ele encontra sobre o terreno em termos de coexistência de vários regimes de ação. Daí a predileção pela proliferação de regimes: o regime de ação planificada, o regime de familiaridade, etc. (BÉNATOUÏL, 1999).

O regime da justificação pública, por exemplo, é um regime de ação entre outros. Em *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*, Boltanski (2000) distingue quatro regimes pragmáticos de ação: o amor, a justiça, a justeza e a violência. Mais adiante veremos que autores como Lafaye e Thévenot vão explorar os regimes de ação em situações em que o ambiente se desloca para o centro das discussões.

A sociologia dos regimes de ação aparece como uma operação de colocar *em ordem a diversidade* dos recursos usados pelos atores, bem como das propriedades dos cursos de ação. O aprofundamento de tal perspectiva passa, sobretudo por uma exploração mais sistemática das passagens entre regimes de ação, ou seja, por colocar em relação diferentes aspectos (interiorizados e exteriorizados) da realidade social. Trata-se de levar em conta a *heterogeneidade* interna da ação, buscando pensar suas *articulações*. (CORCUFF, 2001, p. 183).

Ao levar em conta os diferentes regimes de ação e a capacidade das pessoas para passar de um regime a outro, Boltanski pretende realizar uma descrição realista do mundo social. É desta forma que a sociologia da ação pretende dar a sua maior contribuição para a sociologia: levar a sério as habilidades críticas dos indivíduos e sua capacidade de chegar aos princípios de equivalência (DE BLIC, 2000).

3.3.1 Os aspectos gramaticais da ação

Ao colocar em pauta as operações de construção dos coletivos examinando a formação das causas coletivas, estudar as condições de aceitabilidade de uma denúncia pública de injustiça coloca-se como essencial. Na sociologia dos regimes da ação o termo "gramática" refere-se a todas as regras para que um acordo seja sustentável (DE BLIC, 2000). “La

cuestión que tomamos por objeto pasó a ser entonces la siguiente: qué condición debe satisfacer la denuncia pública de una injusticia para ser considerada admisible (sea qual fuere el curso dado a la demanda)?” (BOLTANSKI, 2000, p. 22).

A gramática da denúncia busca entender e analisar como as pessoas protestam publicamente contra uma injustiça e tentam criar “causas”, “boas causas”, “causas coletivas”, sem esquecer-se dos esforços que elas devem realizar para passar de um caso singular para o geral, ou demonstrar que um “caso particular” se reveste de um “interesse geral” (ARCOS; BERNAL, 2011, p. 59, tradução livre).

Assim, o ponto de partida para Boltanski é o da *adesão*. Para que haja adesão a uma reclamação por justiça é preciso que a reclamação seja considerada válida pelos demais. Embora os “testes de validação” possam ser numerosos, sem dúvida o primeiro de todos os testes é o de validade da denúncia (BOLTANSKI, 1996 *apud* ARCOS; BERNAL, 2011, p. 56). Ou seja, a busca dos juízos e condições que estabelecem os critérios de normalidade de uma denúncia é o horizonte/objetivo de sua concepção gramatical da ação. Para estabelecer esta gramática, Boltanski caracterizou o sistema actancial da denúncia³⁸ como uma série de códigos, introduzidos na forma de variáveis complementares:

Tais códigos se definem, em parte, pelas características de cada um dos actantes e das diferentes modalidades que podem apresentar-se e, por outro lado, os diferentes modos de relação que podem se estabelecer entre eles. (BOLTANSKI, 2000, p. 247, tradução livre).

Assim, uma denúncia instaura um sistema de relações entre quatro actantes: 1) aquele que denuncia; 2) aquele que se favorece com a denúncia; 3) aquele contra quem se apresenta; 4) aquele a quem se dirige a denúncia. Para facilitar, Boltanski (2000) convencionou estes quatro actantes com os termos “denunciante”, “vítima”, “perseguidor” e “juiz”. As coações que pesam sobre a realização de uma exigência de justiça se refere à realização da *prova*. “Entre os actantes pode haver diferentes graus de proximidade: desde a identidade completa (quando a vítima e o denunciante são a mesma pessoa), até a alteridade total, quando vítima e denunciante nunca tiveram relação prévia à situação de injustiça”. (ARCOS; BERNAL, 2000, p. 60, tradução livre).

Vale lembrar que Boltanski busca constituir uma gramática dos casos que deve necessariamente apontar um autor e, portanto, colocar em marcha um processo em que acusação em que aquele que é acusado também pode, por sua vez, sentir-se injustiçado. Neste caso, o trabalho do sociólogo não pode determinar a priori quem é o perseguidor e quem é o perseguido (ARCOS; BERNAL, 2011).

³⁸Conforme Boltanski (2000), o termo actante refere-se ao mesmo sentido dado por Bruno Latour (LATOUR, 1984 *apud* BOLTANSKI, 2000). Trata-se de denominar os seres que intervêm na denúncia com o mesmo termo, sejam seres individuais, coletivos ou em vias de constituição.

Diferentemente de um campo em disputa nos termos de uma sociologia crítica, na gramática da denúncia de Boltanski, a viabilidade da denúncia não se reduz a um “tamanho” dos actantes ou a “distância” entre eles. A gramática da denúncia está sujeita a outras regras relacionadas aos argumentos e às provas que os agentes podem contribuir e apresentar durante um “litígio”. Nesse sentido, nem todos os argumentos são válidos, visto que uns se adaptam melhor à denúncia do que outros e, portanto, estão sujeitos a limites. Tais limites dependem do modo em que se institui uma ordem política, ou uma “cidade” nos termos de Boltanski, ou os “princípios da ordem” ou “princípios de equivalência” que se estabelecem as ordens consideradas legítimas. (ARCOS; BERNAL, 2011).

3.3.2 A justificação ecológica

O modelo de justificação pública, proposto por Boltanski e seus colaboradores, foi confrontado a diferentes terrenos empíricos, sobre o modo de uma construção sistemática que nunca existe tal como a realidade observada, mas justamente serve de instrumento de investigação (CORCUFF, 2001). Nesse sentido, autores como Claudette Lafaye (1993), Laurent Thévenot e Olivier Godard (1989), exploraram a potencialidade de análise da sociologia dos regimes da ação no entendimento das questões conflituosas referentes à questão ambiental. Lafaye e Thévenot (1993), por exemplo,

[...] associam algumas justificações e recursos argumentativos a um princípio de legitimidade que seria próprio da ecologia, questionando tanto a abordagem das discussões sobre desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento a partir de um compromisso entre as ordens cívica e industrial, quanto a abordagem econômica neoclássica, que coloca a discussão sobre o uso dos recursos naturais em um compromisso mercantil-industrial (NUNES; TAVARES, 2006, p. 10).

Lafaye e Thévenot (1993) partem da constatação de que a “natureza” é cada vez mais evocada nas relações entre os seres humanos: desde caçadores buscando garantir seu campo de caça que evocam a natureza sob o pretexto de “manter o equilíbrio de um ecossistema”, passando por pessoas preocupadas em proteger sua propriedade privada diante de grandes projetos, a grupos sociais ou agentes institucionais de defesa do meio ambiente. Assim, o desafio seria instaurar uma análise da “naturalização” ou da “ecologização” dos processos sociais enfatizando o processo de argumentação. Para estes, interessa compreender como, em diferentes contextos, os argumentos ecológicos passam de casos particulares ao geral.

Segundo Lafaye e Thévenot, a sociologia dos movimentos sociais teria desenvolvido suas análises sobre as mobilizações políticas em torno da ecologia sem estabelecer exatamente de que maneira se constroem tais interesses coletivos. “Seria uma solidariedade

idêntica àquela que se mobiliza em torno de direitos sociais? Como determinados projetos extrapolam os interesses particulares e formam atores coletivos?” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 495, tradução livre).

Para esclarecer tais questionamentos, os autores buscaram ordenar os diferentes argumentos que se apresentam nas disputas que envolvem a “natureza” e observaram a necessidade de uma qualificação ambiental das justificativas diferente das justificativas já consideradas legítimas, visando ao estabelecimento do ambiente como um “*bem comum*” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993).

Assim, os autores sugerem que além da atenção na diversidade de vozes dos agentes envolvidos na questão ambiental, também convém levarmos em conta os argumentos e os recursos mobilizados. Por exemplo, nas primeiras mobilizações com preocupações ecológicas, que marcaram a década de 1970, especificamente na luta anti-nuclear, estava em jogo não apenas a questão ambiental, mas também o bloqueio de informações para um debate público e democrático. Conforme estes autores, estas primeiras mobilizações tinham uma orientação crítica e suas denúncias estavam enraizadas na rejeição de valores e ideais de progresso e na denúncia de um estado totalitário (LAFAYE; THÉVENOT, 1993).

Por fim, ao analisar e organizar diferentes argumentos ecológicos a hipótese dos autores é que a construção de uma justificativa ecológica passa do local para o geral. Como bem observa Acselrad (2005), na perspectiva destacada, “ao contrário de uma causa universal ecológica que se manifestaria através de atores particulares, como sugere com frequência o debate corrente, observa-se uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis” (ACSELRAD, 2005, p. 19).

A literatura coloca que a evolução dos distintos debates apontaria para uma nova ordem de grandeza, uma “magnitude ecológica”, que envolve um questionamento radical das gramáticas (regras) política e moral comum presente em diferentes formas de justificação. O que está em questão é a capacidade das associações tornarem aceitáveis a defesa de seus interesses diante de administradores, planejadores, autoridades eleitas e até mesmo outras associações.

Com base em diferentes matrizes argumentativas, sustentam eles, são acionados no debate público as categorias destinadas a justificar os objetivos desejados. Não são decisivas nestes embates a “veracidade” ou a capacidade de “atestação científica” dos argumentos, mas as estratégias discursivas de persuasão enquanto pretensão a tornar gerais objetivos determinados. (ACSELRAD, 2005, p. 20).

Por exemplo, um dos recursos mobilizados no argumento ecológico é a vinculação de uma ação no presente a consequências generalizadas. Consequências não apenas em relação a

territórios ou paisagens, mas também relação ao tempo futuro, às futuras gerações. “Assim, o argumento ecológico permite um constante movimento para trás e para frente, entre o passado, presente e futuro” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 504, tradução livre).

O debate acerca das ordens de justificação que vigoram nos embates ambientais está longe de ser esgotado. Vale lembrar a contribuição de Godard (1989) que, tomando de empréstimo a tipologia das “cidades” de Boltanski e Thevenot, se esforçou em escrever uma tipologia fundamentada nas ordens de justificação ecológicas³⁹.

3.4 A SÍNTESE CONSTRUCIONISTA DE JOHN HANNIGAN NA ABORDAGEM DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

A abordagem construcionista (ou construtivista) dos problemas sociais surge quando as explicações convencionais para a existência dos problemas sociais foram afrontadas, especialmente no início da década de 1970. Até então, a abordagem estrutural funcional aos problemas sociais tinha dominado a área de estudo. Nesta perspectiva, tomava-se como certa a existência de problemas sociais, os quais eram produtos diretos das condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis.

Para John Hannigan, a publicação em 1973 e “*Social Problems: a Reformulations*” de Spector e Kituse apresentou os princípios de uma nova abordagem dos problemas sociológicos fundamentada no argumento de que os problemas sociais não são condições estáticas, mas “sequências de eventos” que se desenvolvem com base nas definições coletivas (HANNIGAN, 2009).

Este eixo de interpretação caracteriza-se pela tentativa de subordinar as análises dos problemas ambientais às estratégias convencionais de abordagem empregadas na análise, por exemplo, os conceitos de “riscos” (DOUGLAS, WILDAVSKI, 1983), “sociedade de risco” (BECK, 1996), “modernização ecológica” (SPARGAARGAREN, MOL, 1992), mas quem conseguiu sistematizar esta posição epistemológica foi a síntese construcionista formulada por John A. Hannigan (MATTEDI, 2003, p. 7).

Basicamente, Hannigan propõe demonstrar que os problemas ambientais não existem por si mesmos, mas são produtos de um processo de construção multifacetado. Para caracterizar os problemas ambientais, estes são representados como visões fluentes que são baseadas culturalmente e contestadas socialmente. Assim, trata-se do estudo dos dispositivos

³⁹Seis cidades são identificadas por Godard: a de “natureza inspirada” (que aciona critérios de singularidade, gratuidade e integridade); a de “natureza de renome ou da fama” (fundada na celebridade/monumentalidade reconhecida); a de “natureza doméstica” (confiável, identitária, dotada de memória); a de “natureza cívica” (remetendo à ideia de cidadão livres e iguais expressos na ação de instituições coletivas de representação do interesse geral); a natureza industrial (critérios de funcionalidade e eficácia); de mercado (associada à regulação pela escassez de bens raros) (GODARD 1989, *apud* ACSELRAD, 2004).

mediante os quais os processos de comunicação, processamento discursivo, orientação normativa, formam e transformam o debate ambiental.

Deste ponto de vista as relações sociedade e natureza e os problemas ambientais a elas relacionados, compreende uma construção social que se exprime mediante uma variedade muito ampla da experiência negociada, estendendo-se das formas de representação mística até a científica. Assim, as definições ambientais podem diferir igualmente ao longo das linhas étnicas e de classe, variando de acordo com circunstâncias históricas e experiências de vida compartilhadas (HANNIGAN, 2000 *apud* MATTEDI, 2003, p. 8).

A partir daí os problemas sociais passaram a ser vistos “como as atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações a organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis” (BEST, 1973 *apud* HANNIGAN, 2009, p. 48). Deste ponto de vista, o processo de criação de exigências é tratado como mais importante.

Entretanto, os construcionistas sociais são frequentemente criticados chegando a ser retratados como um tipo de “Darth Vader”, “perventendo” a força da compreensão sociológica e ignorando a “realidade” da crise “ambiental” (HANNIGAN, 2009). No entanto, segundo Hannigan,

O que os construcionistas estão realmente dizendo é que nós precisamos olhar mais de perto os processos sociais, políticos e culturais nos quais certas condições ambientais são definidas como inaceitavelmente arriscadas e por isso contribuem para uma criação de um perceptível “estado de crise”. Como Thompson (1991) observou, os debates ambientais refletem a existência não somente de uma ausência de certeza, mas ao invés disso de certezas contraditórias: diversas séries de convicções divergentes e mutuamente inconciliáveis sobre dificuldades que nós enfrentamos e as soluções disponíveis (HANNIGAN, 2009, p.52).

Contudo, destaca Hannigan, embora os problemas ambientais sejam similares em muitas formas aos problemas sociais gerais, há algumas diferenças importantes: os problemas ambientais, tais como a contaminação ou o aquecimento global, são ligados às descobertas científicas e têm uma base física mais contundente do que os problemas sociais, que são mais enraizados em problemas pessoais e convertidos em questões públicas (HANNIGAN, 2009).

Porém, a percepção de um problema ambiental depende de múltiplos fatores, cabendo à sociologia ambiental, conforme Hannigan, analisar como os problemas ambientais são *montados, apresentados e contestados*. No entanto, segundo o autor, os argumentos ambientais devem possuir elementos que garantam vitalidade e reputação ao problema, para não perecerem em um mar de desinteresse e irrelevância. Assim, segundo o autor, para garantir a construção bem sucedida de um problema ambiental e da formulação de exigências constam como fatores de influência:

autoridade científica para a validação dos argumentos; a existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência; atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais. incentivos econômicos para uma ação

positiva; recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade (HANNIGAN, 2009, p. 119).

Neste sentido, no trabalho aqui proposto buscaremos estabelecer de que modo a crítica se consolida e se articula com os elementos acima mencionados para a construção bem sucedida de um problema ambiental.

Para operacionalizar a análise, e seguindo na perspectiva da constituição do problema, Best (1989 *apud* HANNIGAN, 2009) propõe o construcionismo não apenas como uma posição teórica, mas também como ferramenta analítica. Para tanto estabelece três *focos iniciais* para o estudo dos problemas ambientais: a *natureza dos argumentos*; os *argumentadores* e o *processo de argumentação* que por sua vez apresentam uma série de indicadores e variáveis. É a partir destes três focos iniciais que operacionalizaremos a análise e a construção das críticas e das justificações pertinentes ao caso aqui estudado.

3.5 AS ARENAS PÚBLICAS DE AÇÃO E DEBATE PÚBLICO

Hilgartner e Bosk (1988), observando uma série de situações ou “tragédias ecológicas” que poderiam ser percebidas como problemas sociais, mas não são assim definidas, colocam que “uma teoria que vê os problemas sociais como meros reflexos de condições objetivas, não pode explicar porque algumas condições são definidas como problemas, chamando a atenção de grande parte da sociedade, enquanto que outros, igualmente nocivos, não são” (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 57, tradução livre).

Desta forma, assumindo os problemas sociais como produtos de processo de definição coletiva, identificaram as arenas de discurso público como o local para avaliação das definições dos problemas sociais. Arenas são entendidas como o escopo no qual estão em curso as atividades reivindicatórias, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, os conflitos processados pelos tribunais e a definição de políticas públicas como espaço de ação e debate que permite identificar quem são e como interagem as partes envolvidas (HANNIGAN, 2009; FUKS, 2001).

Fuks (2001) deriva da definição de Hilgartner e Bosk (1988) o conceito de *arena pública como uma arena argumentativa*, na qual distintos grupos participam (mídia, políticos, organizações). O interessante desta abordagem é que propicia uma morfologia do debate, na qual há uma interação permanente entre ação e debate:

Não se trata de um processo regido por uma entidade abstrata chamada “cultura”, nem ocorre em locais vagos tais como a “sociedade” ou a “opinião pública”, mas emerge da disputa sediada em espaços específicos, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos agentes e silêncio para outros (FUKS, 2001, p. 47).

Considerando que as disputas se originam em diferentes locais, cenários culturais e organizacionais, confirma-se a existência de “espaços comuns e espaços diferenciados de ação e debate” (BINKOWSKI, 2009, p. 49). A característica destes espaços é o que definirá os elementos e regras que serão condicionados nas arenas. Assim, admite-se que nem todos os setores da sociedade estão presentes nesses espaços, frequentados basicamente por grupos específicos, que possuem recursos organizacionais e simbólicos e que podem em certos momentos atuar na mesma arena embora tenham interesse antagônicos (BINKOWSKI, 2009).

Estudos anteriores das arenas de ação e debate público no cenário de conflitos ambientais dão conta da heterogeneidade presente nas distintas arenas que se conformam e das variadas intersecções entre estas, ora a arena política encontra pontos em comum com a arena ambiental, ora a arena midiática equaciona apenas os argumentos de uma das partes do conflito, entre outras dinâmicas (FUKS, 2008; BINKOWSKI, 2009). No processo de discussão do presente estudo consideramos interessante aliar a necessidade de concretização das provas (DODIER, 1993) relacionadas às distintas arenas que se conformam no debate público em questão. Portanto, é uma iniciativa que visa acompanhar um pouco mais de perto o sentido da crítica ao projeto, sem, no entanto, traçar a morfologia completa do debate.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos de investigação a serem apresentados estão intrinsecamente vinculados ao referencial analítico adotado. Portanto, cabe lembrar que a proposta teórica de investigação dos regimes de ação apresenta-se como uma “conjunção de uma análise ao mesmo tempo descritiva, interpretativa e pragmática”, tendo como objetivo compreender os processos em vias de generalizações em que se pressupõe “levar a sério a fala dos agentes”, buscando reconhecer nos agentes uma competência própria para analisar sua situação (DOSSE, 2003).

A sociologia pragmática dos regimes da ação parte “dando atenção à forma pela qual as pessoas elas próprias qualificam, identificam, interpretam e explicam aquilo que ocorre” (DODIER, 1993, p. 104). É uma epistemologia pluralista e pragmática que conduz a uma teoria dos mundos de ação que rompe com a pretensão dos sociólogos em traduzir o sentido verdadeiro da ação, mas tampouco se filia ao rigor interpretativo da etnometodologia, que consideram ter uma linha muito frágil entre interpretações e as comuns (DODIER, 1993). Desenvolvem uma ideia de pluralidade de maneiras de acesso aos objetos e é pragmática ao distinguir os diferentes regimes de ação dando às pessoas a possibilidade de oscilar entre um regime e outro ou permitir o uso ou a mobilização de recursos oriundos de regimes variados. “Trata-se, portanto, certamente de uma “pragmática”, mas de uma pragmática “arquitetada” que não cede às tentações de um apelo enfático à contingência” (DODIER, 1993, p. 92). Levar a sério a passagem entre um regime e outro permite identificar as circunstâncias e o que as pessoas mobilizam. Para isso, ao falar das ações das pessoas, o cientista social deve aceitar

engajar-se a priori num regime de provas que vai permitir o reconhecimento de seres (pessoas, objetos, animais, etc), vai impor exigências para o julgamento e vai circunscrever as expectativas em relação ao discurso. Cada regime abre possibilidades e impõe exigências (DODIER, 1993, p. 104).

Basicamente, a abordagem pragmática aqui adotada pode ser resumida da seguinte forma: “levemos a sério as justificativas das pessoas, estudemo-las em sua pluralidade, acompanhemos o desdobramento das explicações, acumulemos relatos das pessoas suas, ações e examinemos os sentidos de justiça” (DODIER, 1993, p. 104).

No modelo proposto, é necessário decompor o fio das ações em momentos, observando os *objetos* em que as pessoas se apóiam para referendar a validade de suas argumentações, pois “apenas o apoio em um mundo ‘comum’, ou seja, sobre a objetividade

daquilo que existe entre as pessoas, permite a estas demonstrar que suas pretensões não se constituem em um puro arbítrio” (DODIER 1993, p. 80).

Aliada à perspectiva pragmática da ação, trabalhamos com o referencial analítico construcionista como uma ferramenta que fornece algumas variáveis que instrumentalizam o olhar da perspectiva pragmática no estudo da construção de um problema ambiental.

Partindo das premissas mencionadas, o método adotado é o qualitativo, tendo como objetivo a “construção de um *corpus*” de pesquisa resultante de uma seleção de informações considerando fatores como: relevância, homogeneidade, sincronicidade e saturação (BAUER; AARTS, 2008).

Ao adotar o método qualitativo é importante adotar determinados critérios para contornar futuros questionamentos quanto à validade dos resultados da pesquisa. Conforme Goldenberg (1997), os principais questionamentos dirigidos ao método qualitativo seriam dirigidos aos critérios que forneceriam uma maior legitimidade às pesquisas qualitativas, referindo-se à acusação de falta de objetividade e precisão de seus resultados, visto que se apresenta como uma prática subjetiva, interpretativa, que não busca generalizações sobre o comportamento humano, partindo da premissa que este é único, singular, e deve ser apreendido em sua especificidade.

Um dos problemas apontados na pesquisa qualitativa baseia-se na ampla margem de penetração dos vieses ou *bias* (termo em inglês que pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito) na condução e nos resultados da pesquisa. De fato, não haveria como excluir o *bias* nas ciências sociais, cabendo apenas seguir determinados caminhos para contê-lo, “o que Pierre Bourdieu chama de objetivação: o esforço controlado de conter a subjetividade” (GOLDENBERG, 1997).

Nesse sentido, um dos caminhos fundamentais para controlar o *bias* seria a *explicitação de todos os passos da pesquisa do pesquisador*, conforme acreditavam Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker (GOLDENBERG, 1997). Adotando esse caminho, o pesquisador tomaria consciência dos valores envolvidos na escolha de seu objeto de estudo, das influências do contexto social do tema pesquisado, das preferências teóricas do pesquisador e do momento sócio-histórico em que a pesquisa é produzida, possibilitando um controle de seus interesses durante o desenvolvimento da pesquisa e da avaliação dos seus resultados. Assim, “quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o *bias*, muito mais do que aquele que trabalha com o ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas” (GOLDENBERG, 1997, p. 45).

Desta forma, o pesquisador deve explicitar suas operações de forma clara e detalhada para aqueles que não participaram da pesquisa, desde a definição do problema até os resultados finais. Esta solução para apresentação dos resultados seria o que Howard Becker chama a “história natural” das conclusões (GOLDMAN, 1997).

4.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

As técnicas escolhidas para a coleta dos dados e produção (para a construção do corpus) são: a pesquisa documental, observação participante, entrevista narrativa episódica (FLICK, 2008) e o diário de campo (LOPES, 1993 *apud* BINKOWSKI, 2009).

1) *Pesquisa documental* – Por meio da pesquisa documental buscou-se estabelecer e delimitar o que é dito sobre o problema, sendo possível identificar os principais agentes e grupos envolvidos no conflito e auxiliar a entender como estes registram e concretizam suas provas, suas atividades e visões, em vídeos, *sites* e *blogs*, publicações e imagens publicitárias difundidas na mídia. Como ponto de partida, trabalhamos com dois canais para a coleta de materiais: o sítio eletrônico do “Conselho de Defesa da Patagônia”⁴⁰, que mantém arquivo público de notícias, laudos e materiais publicitários e é atualizado com frequência, e o sítio eletrônico de HidroAysén⁴¹, que igualmente divulga seu projeto e mantém um acervo público. A partir daí uma ampla variedade de fontes foram exploradas, *sites* de outros grupos, *sites* de notícias, produções e publicações dos grupos opositores e sítios eletrônicos do governo para aceder ao estudo de impacto ambiental. Além disso, durante a realização do trabalho de campo foram recolhidos materiais (livros, adesivos, panfletos) e tiradas centenas de fotos que também foram incluídas na análise.

2) *Entrevistas semi-estruturadas* – As entrevistas correspondem a parte mais contundente do *corpus* da pesquisa. Para a realização das entrevistas foi estabelecido um roteiro considerando os objetivos pré-estabelecidos, tendo como variáveis os componentes necessários para se estabelecer o sistema de denúncia, ou seja, buscando delimitar a identificação dos agentes (os argumentadores), a natureza dos argumentos que fundamentam a denúncia de injustiça, o processo de dramatização e consolidação das gramáticas em jogo.

3) *Observação participante e o diário de campo* - A observação participante não ocorreu, e tampouco era uma meta, com a densidade e nos termos necessários para um trabalho etnográfico. No entanto, as circunstâncias do trabalho de campo permitiram a

⁴⁰Disponível em: <http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/> Acesso em: 16 out. 2012.

⁴¹Disponível em: <http://www.hidroaysen.cl/>. Acesso em: 16 out. 2012.

participação e observação de algumas atividades que foram fundamentais para o andamento desta investigação. Nesse sentido, o diário de campo foi uma técnica complementar de auxílio para registrar os “achados” em campo. Consideramos parte do diário de campo as fotos registradas durante o trabalho e que compõem o corpo desta dissertação.

A perspectiva adotada para a análise dos dados recolhidos é a análise discursiva segundo Spink (1996), com ênfase no “processo de elaboração de representações (ao invés do conteúdo das representações)”, focando na análise das práticas discursivas. Para tanto, a autora, conceitua o discurso como

o uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo linguístico sendo que a institucionalização pode ocorrer tanto no nível macro dos sistemas políticos e disciplinares, quanto no nível mais restrito dos grupos sociais (SPINK, 1996, p. 40).

Já as práticas discursivas são dialógicas (os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato, ou são endereçados a outra) e marcadas temporalmente, o que a autora convencionou em três tipos: tempo histórico, que marca os conteúdos do imaginário social; o tempo vivido, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização; e o tempo do aqui-e-agora.

4.2 AS ETAPAS DO TRABALHO DE CAMPO: ABORDANDO MUNDOS DISTINTOS

Uma das etapas do trabalho consistiu na elaboração do roteiro de entrevista. Para operacionalizar a perspectiva teórica que orienta esta pesquisa, a elaboração do roteiro de entrevista foi uma ferramenta fundamental para abordar os mundos distintos, os deslocamentos entre um regime e outro e a busca de acordos comuns. A seguir apresentam-se as bases que orientaram a construção deste nosso instrumento de trabalho e os desdobramentos relativos a este em situação de trabalho de campo.

As entrevistas narrativas episódicas, como sugerido por Flick (2008), pretendem abordar dois tipos de conhecimento - o semântico (mais abstrato, generalizado e descontextualizado) e o cotidiano (ligado a circunstâncias concretas, tempo, pessoas, acontecimentos e situações) – com o objetivo central de “analisar o conhecimento cotidiano do entrevistado sobre um tema ou campo específico” (FLICK, 2008, p. 118). Alguns parâmetros devem seguidos:

Deve combinar convites para narrar acontecimentos concretos (que sejam relevantes ao tema em estudo) com perguntas mais gerais que busquem respostas mais amplas (tais como definições, argumentações e assim e por diante) de relevância pontual. Deve mencionar situações concretas em que se pode pressupor que os entrevistados possuem determinadas experiências. Devem ser suficientemente aberta para permitir que o entrevistado selecione os episódios ou situações que ele quer contar, e também

decidir que forma de apresentação ele quer dar (por exemplo, uma narrativa ou uma descrição). O ponto de referência deve ser a relevância da situação para o entrevistado (FLICK, 2008, p.117).

Para o andamento da entrevista Flick (2008) faz um delineamento de nove fases, cada uma constituindo um passo em direção ao objetivo de análise pretendido. As fases 1 e 2 correspondem aos passos preliminares da entrevista propriamente dita: a elaboração do “guia” ou roteiro com campos e tópicos de perguntas que busquem as narrativas; e a explicação e introdução do entrevistado buscando familiarizá-lo com a prática. A seguir exemplifica-se e apresentam-se algumas questões estão presentes em nosso guia. O roteiro completo está no apêndice.

Na fase 3 deve-se buscar a *concepção* do entrevistado(a) sobre o tema e a sua biografia com relação a ele (FLICK, 1993, p. 119). O princípio mais importante é que relembre situações específicas e conte:

- Como você define a Patagônia Chilena?
- O que o convenceu a ser opositor a HidroAysén?
- O que você entende por desenvolvimento? [Com desdobramentos como: “O que você acha que seria bom para o desenvolvimento da região?” e/ou “Você acha que Coyhaique/Tortel/Cochrane/Villa O’Higgins é desenvolvido?”]
- Como souberam das intenções de HidroAysén de construir as represas?

Na fase 4, as questões devem buscar o *sentido que o assunto tem para sua vida cotidiana*. O objetivo das perguntas tem a finalidade de juntar as narrativas em uma cadeia de situações relevantes.

- Como é a sua participação no movimento anti-represas?
- Quais são as principais críticas que vocês enquanto opositoristas devem lidar?
- Como é a relação com as outras organizações anti-represas?
- Como é relação da população (de vocês) com a natureza ou meio ambiente?

Na fase 5, as questões devem focar as partes centrais do tema em estudo. Concentra-se na busca de aspectos *chave* do tema.

- Como descreverias o processo que levou à aprovação do HidroAysén pelas autoridades ambientais? [Conforme o andamento das entrevistas esta questão já abordava diretamente o evento final, ficando: Como foi o *dia 9 de maio de 2011*, dia da aprovação do projeto pelas autoridades ambientais?]
- Achas que o projeto HidroAysén é injusto?

- Quais são os principais símbolos da campanha ou momento
- Quando HidroAysén lançou a campanha “Chile com Energía”, na qual todo o país sofreria um blecaute caso não se construíssem as represas aqui em Aysén, como foi recebida essa campanha aqui?

Na fase 6, alguns tópicos mais gerais podem ser mencionados a fim de ampliar seu alcance. Esta parte da entrevista permite a elaboração de um “referencial de conhecimento transsituacional” (FLICK, 1993, p. 123) que o(a) entrevistado(a) desenvolveu ao longo do tempo.

- Quais foram os efeitos positivos da campanha anti-represas e de toda essa discussão desde que HidroAysén apareceu em suas vidas? *O que fica de tudo isso?*
- Tens alguma frustração com respeito a todo o processo de discussão que gerou HidroAysén em suas vidas?
- Como pretendem dar continuidade ao debate?

A fase 7 corresponde a uma avaliação no formato de conversa informal que permite que o entrevistado aborde tópicos fora do contexto explícito da entrevista.

A fase 8 corresponde a documentação a fim de contextualizar a entrevista com indicadores como, onde nasceu, quantos filhos, em que profissão trabalha e desde quando, idade do entrevistado. As informações que consideramos pertinentes em vistas a contextualizar o entrevistado foram colocadas no início da entrevista (com o objetivo de identificar os argumentadores). No decorrer do trabalho de campo algumas questões foram emergindo e sendo acrescentadas. Para impulsionar as narrativas não bastava perguntar a qual “movimento ou organização” o entrevistado se filiava. No processo de (auto)identificação fazia-se necessário delimitar outros elementos. Basicamente, o processo ocorria da seguinte forma: com a segunda questão “há quanto tempo vives aqui?”, surgiam elementos como “sou nascido e criado” e logo a narrativa se desdobrava em explicações de como é a vida na região (em termos de benefícios e dificuldades) e como isso conformava a identidade “do *aysenino* ou *patagón*”.

A fase 9 corresponde à fase da análise das entrevistas:

- Qual a sua atividade profissional? Ou, “o que você faz para viver?”
- Há quanto tempo vives em Coyhaique/Caleta Tortel/Villa O’Higgins/Cochrane?
- Como é viver na região?
- Quais os benefícios e dificuldade de viver aqui?

- Como você definiria ou descreverias o “aysenino” ou “patagón”?
- Qual organização pertences atualmente?

Foram realizadas ao todo 38 entrevistas, com duração entre 30 minutos e 1h30, das quais: 19 foram transcritas integralmente e o restante parcialmente. A escolha dos entrevistados partiu de um mapeamento inicial dos “agentes chaves” no processo de construção do conflito. Posteriormente, foi utilizada a técnica bola neve, na qual um entrevistado indicava outro considerado relevante no debate.

No decorrer do trabalho de campo também foram entrevistados agentes favoráveis ao PHA. A formação insipiente de um grupo que se organizava para apoiar a realização do PHA foi um dos “achados” do campo. Portanto, de maneira improvisada, foram realizadas entrevistas com agentes-chave da organização, apenas para complementar a análise descritiva, sem alterar os objetivos da investigação.

Algumas entrevistas ocorreram em razão da “relevância social” que as pessoas da região indicavam. Foi o caso das entrevistas com os professores na comuna de Cochrane. A figura do professor da comunidade que “educou a todos” e conhece e “entende sobre isso tudo”, me levou a entrevistar a professora aposentada, Sra. Tita (que realmente parecia ter alfabetizado a todos na comunidade pela quantidade de indicações) e a entrevistar o Prof. Cheukeman.

QUADRO 4 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com críticos ao PHA			
Entrevistado(a)	Vínculos	Grupo Social	Localidade
01 Patricio R.	Dir. Ejecutivo Corporación Chile Ambiente e Secretario Ejecutivo CDP	Org. Comunitária	Santiago
02 Patricio S.	Jornalista Ativista Coalición e CDP.	Organização Não Governamental	Coyhaique
03 Daniela C.	Responsável Técnica do CDP e Conservación Patagonica	Organização Não Governamental	Coyhaique
04 Edwin	Advogado de Conservación Patagonica	Organização Não Governamental	Coyhaique
05 Jesus	Teólogo	Igreja Católica	Coyhaique
06 Glória	Comité Oscar Romero	Coletivo Autônomo	Coyhaique
07 Miriam	Sec. Regional do CDP. Corp. de Desarrollo de Aysén	Empresária Regional	Coyhaique
08 Anita V.	Chonkes de Tortel	Organização comunitária	Coyhaique
09 Claudia T.	Radialista	Movimento Social PSR	Coyhaique
10 Nela	Mujeres Unidas por los Ríos Libres	Movimento Social PSR	Coyhaique
11 Peter H.	Comité Nacional Pró Defensa de La Flora y Fauna, CODEFF. Aysén y Coalición	Organização Não Governamental	Coyhaique
12 Deisy	Jovenes Coyhaiquinos	Coletivo Autônomo	Coyhaique
13 Victor	Ex-Ecosistemas	Movimento Social PSR	Coyhaique
14 Negro	Documentarista	Sem vínculo	Coyhaique
15 Alcalde	Prefeito de Coyhaique	Governo Regional	Coyhaique
16 Ximena	Jovenes Tehuelches	Movimento Social	Coyhaique
17 Mario P.	La Voz de La Patagonia	Movimento Social	Coyhaique
18 Carlos G.	Organización Defensores Del Espíritu de La Patagonia	Org. Comunitária	Cochrane
19 Lili	Campesina e Sec. Defensores Del Espíritu de La Patagonia	Org. Comunitária	Cochrane
20 Valter V.	Consejal/ Vereador	Governo Municipal	Cochrane
21 Cheukeman	Professor e escritor.	Movimento Social	Cochrane
22 Andrea R.	Agrupación Río Pásqua	Org. Comunitária	Villa O'Higgins
23 Daniela	Agrupación Río Pásqua	Org. Comunitária	Villa O'Higgins
24 Lolo	Vereadora, ex-presidente da Agrupación Río Pásqua	Governo Municipal	Villa O'Higgins
25 Marcela	Artista Plástica, membro da Agrupación Río Pásqua	Org. Comunitária	Villa O'Higgins
26 Papo	Campesino Membro da Agrupación Río Pásqua	Org. Comunitária	Villa O'Higgins
27 Yanile	Presidente da Agrupación Río Pásqua	Org. Comunitária	Villa O'Higgins
28 Prefeito	Prefeito de Caleta Tortel	Governo regional	Caleta Tortel
29 Chonkes	Entrevista em grupo.	Org. Comunitária	Caleta Tortel
30 Jara	Morador	Campesino	Caleta Tortel
31 Virginia	Moradora/ Dona de casa	Sem vínculo	Caleta Tortel

Fonte: elaboração própria. Entrevistas realizadas entre maio e agosto de 2013. Chile.

QUADRO 5 - Entrevistas realizadas com favoráveis ao PHA.

Entrevistado(a)	Vínculos	Grupo Social	Localidade
01 Carlos O.	Pecuarista, presidente da organização La Voz de La Patagonia	Movimento Social Favorável ao Projeto	Cochrane
02 Tita	Professora e escritora	Personalidade local de referência, favorável ao projeto. Sem vínculo.	Cochrane
03 Angélica C.	Vereadora e secretária da organização La Voz de La Patagonia	Governo Municipal -Movimento Social favorável ao projeto	Villa O'Higgins
04 Nora	Moradora Sem vínculo	Comerciante local	Villa O'Higgins
05 Marcus	La Voz de La Patagonia	Empresário Regional	Villa O'Higgins
06 Mirta	Moradora Sem vínculo	Comerciante local Sem vínculo.	Villa O'Higgins
07 Alejandra	La Voz de La Patagonia	Empresária Regional	Caleta Tortel
Fonte: elaboração própria. Entrevistas realizadas entre maio e agosto de 2013. Chile.			

A quantidade de entrevistas de certo modo ultrapassou o critério de saturação. Na realidade, as condições e a distância entre o lugar onde realizava o trabalho de campo e o local onde faria a análise e a escrita foram mais determinantes. Não teria segunda chance de retornar ao campo para “tirar dúvidas” ou reforçar um ou outro aspecto. Sempre tinha em mente que “talvez não volte nunca mais”. Desta forma, em muitos casos fui movida a aproveitar ao máximo as oportunidades de entrevista, que ao fim e ao cabo, eram ótimas oportunidades de conversas. Estrategicamente, isso permitiu em uma ou outra entrevista colocar mais ênfase em uma parte ou outra do roteiro de pesquisa. A seguir, com a premissa de detalhar ou escrever a história das conclusões, segue uma descrição de como foi a aproximação em campo.

4.2.1 Transitando entre mundos distintos

Parte importante do andamento desta pesquisa foi o deslocamento entre as diferentes localidades. O propósito desta parte é incorporar elementos do cotidiano e situações ocorridas em campo. É um pequeno relato da pesquisadora, um informe de investigação que apresenta brevemente o processo e as circunstâncias de registro dos informes dos atores. A escrita busca evidenciar elementos que foram sendo interessantes para a construção da pesquisa, bem como aproximar-se um pouco da realidade vivida, das relações sociais cotidianas, enfim, compreender um pouco os *mundos distintos* em jogo.

Em Santiago: a primeira entrevista, a palestra e a passeata.

A chegada em Santiago do Chile ocorreu aproximadamente dois meses antes de minha partida para o local do conflito propriamente dito, a Região de Aysén. Neste período tive a oportunidade de presenciar e observar alguns eventos: uma passeata e uma palestra sobre HidroAysén e política energética, na qual pude contatar meu primeiro entrevistado. Na mesma ocasião, pude conhecer um professor da Universidade de Valparaíso e membro de uma ONG ambientalista com experiência em projetos na região da Patagônia. No dia seguinte à palestra, aceitando o convite feito pelo professor, compareci à uma Feira sobre Meio Ambiente realizada num campus universitário onde tive a oportunidade de conversar por uma tarde inteira sobre a Região de Aysén e o movimento PSR. Finalmente, após acompanhar a temática por tanto tempo à distância, tais experiências foram aos poucos me introduzindo no campo e me colocando em contato com os agentes partícipes do processo de construção do conflito.

A palestra do dia 8 de abril intitulada *Hidroaysén y Política Eléctrica*, ministrada por Patricio R., diretor executivo da *ONG Corporación Chile Ambiente* e secretário executivo do CDP, foi um ótimo pontapé inicial do trabalho de campo. Nos cerca de 40 minutos de apresentação, o palestrante fez um balanço das mobilizações anti-HidroAysén e apresentou um conjunto de propostas ao setor elétrico, que foram fundamentais para compreender em que estágio se encontrava o conflito.

Alguns dias depois fui até da ONG *Corporación Chile Ambiente*, localizada no bairro Ñuñoa. A sede é um complexo que abriga outra organização, a *Chile 21*, que se apresentam como “un centro de estudios que genera contenido, reflexión y propuestas en materia de políticas públicas, inspirados por los ideales de libertad, igualdad, participación, solidaridad y justicia social⁴²”. Um prédio moderno e elegante, com secretárias e recepcionistas. A entrevista foi realizada na sala de Patricio R., onde existe uma sala de reuniões. Ao som de música clássica, conversei por uma hora e meia com aquele que se apresenta o porta-voz do *Consejo de Defensa de la Patagonia* (CDP). Apresentou-me um álbum gigante, de umas 500 páginas contendo fotos e recortes de notícias das ações do CDP e de suas entrevistas para televisão e rádio. Tudo é documentado e catalogado. É notório o alto profissionalismo. Naquele dia ele estava se preparando para participar de um *Talk Show* num canal de televisão em nível nacional, onde contaria os estágios da campanha PSR e discutiria a iniciativa das empresas donas dos direitos de água da Patagônia venderem água para Arábia Saudita. Em

⁴² Consultado em: <http://www.chile21.cl>. Acesso em: 27 fev. 2013.

um quadro gigante na sala era possível ver os primeiros passos da “Campanha Vota Sem Represas”, com uma lista de possíveis candidatos a senadores e a deputados. Durante a entrevista contou que o pedido de auxílio para organizar a campanha veio da região. Ao fim da entrevista, presenteou-me com um livro de sua autoria, junto com mais dois ambientalistas: “Manifiesto de Santiago. Política de Civilización: El fin de um Modelo y la Emergencia de uma Nueva Consciencia Ecológica”.



Figura 22: Sede onde funciona Chile 21.
Fonte: Site da ONG.

No dia 22 de abril de 2013 participei de uma marcha realizada pelas ruas de Santiago sob o tema *Marcha Carnaval: por la recuperación y defensa del agua* onde pude observar uma das formas de “dramatização” dos problemas ambientais e perceber a acolhida desse tipo de manifestação. A convocatória teve ampla adesão.

Movimentos sociais de todas as partes do país “desfilaram” suas demandas e denúncias. Comunidades afetadas por grandes projetos, entidades ambientais, lideranças do Partido Comunista, representantes da comunidade Mapuche, trabalhadores do setor do cobre, entre outros, uma diversidade incontável de entidades, o que indica que cada vez mais a crítica ambiental não se restringe a um determinado tipo de agente (ecologistas ou autoridades ambientais), e que pode ser motivada por contestações ao modelo econômico, à desigualdade, a luta por reconhecimento, entre outros. Ou, em outras palavras, como interpreta Lopez (2004), uma pequena demonstração da crescente “ambientalização” dos conflitos sociais.

Finalmente, no dia 27 de maio de 2013 embarquei com destino a Balmaceda, Aysén.



Figura 23: Faixa de abertura da marcha. Santiago, 22 abr/2013.
Fonte: Fotografia da autora



Figura 24 Faixa com membros do CDP. Santiago, 22 abr/2013.
Fonte: Fotografia da autora



Figura 25: Faixa do movimento PSR carregada durante a marcha por moradores da região da Patagônia com os dizeres “A água de Aysén também é tua. Recuperemos a água já!”. Santiago, 22 abr. 2013.
Fonte: Fotografia da autora.



Figura 26: Trabalhadores do Cobre. Santiago, 22 abr/2013.

Em Coyhaique: os recursos, a consulta, a reunião

Do período do trabalho de campo na realizado na região de Aysén, foi na capital Coyhaique que permaneci mais tempo e pude realizar a maior quantidade de entrevistas. Dezesesseis entrevistas ao todo e pude observar e participar de ao menos quatros eventos: (1) a entrega no dia 31 de maio de 2013 junto a moradores, dirigentes sociais e políticos de uma solicitação de invalidação da *Resolución de Calificación Ambiental* de maio de 2011; (2) a consulta popular realizada nos dias 5 e 8 de junho na qual participaram 1600 pessoas e o resultado foi a rejeição 87,2% das pessoas às represas e 11,5% que consideraram positiva; (3) a reunião da Coordinadora Regional Anti-Represas e (4) um evento de arrecadação de verbas para uma candidata a vereadora anti-represas.

Ou seja, logo nos primeiros dias estava inserida em distintos cenários de ação e diante de (1) uma prova material sólida de contestação, um recurso técnico de contestação do EIA; (2) de um processo de dramatização do problema, a busca de respaldo na população na luta anti-represa por meio da consulta cidadã; (3) a dinâmica de *modelização* das críticas entre distintos agentes, na reunião para discutir as ações contrárias a uma lei prestes a ser aprovada;

e (4) as tratativas dos críticos aos projetos de consolidar um argumentador na arena política (institucional) do conflito.

Embora tivesse me comunicado por telefone desde Santiago, visando encontrar um local para hospedagem não havia decidido onde me hospedaria e tampouco tinha algum informante estabelecido. Portanto, ao desembarcar no aeroporto Balmaceda, distante uma hora do meu destino, tomei o veículo até a cidade de Coyhaique e pedi ao motorista que me levasse para uma hospedagem qualquer. A viagem de cerca de uma hora entre a pista de pouso e a cidade de Coyhaique foi de tirar o fôlego. Era um dia nublado e caía uma fina chuva-neve sob a estepe. No horizonte, a Cordilheira.

Os dois primeiros dias foram então dedicados a escolher onde ficaria nos próximos 30 dias. O conforto era fundamental, pois o frio era fora do comum para quem vem do Brasil. No dia que cheguei a temperatura estava perto dos cinco graus e em minha primeira noite na hospedagem precisei utilizar o saco de dormir para me aquecer. Após essa experiência notei que era imperativo encontrar um lugar que não economizasse em lenha. Desta forma, no dia seguinte passei a manhã pesquisando lugares e valores (altíssimos para uma estudante, em média 50 dólares diários). Os custos refletiam não uma intenção de altos lucros, mas os altos custos de viver na região: as casas precisam de aquecimento dia e noite, os alimentos são importados do “norte” (não necessariamente o norte do país, mas todos os lugares acima de Aysén). Por fim, cheguei a casa de uma família. Logo ao me apresentar para a dona da casa e explicar os motivos de minha viagem de estudos, esta não hesitou em contar que essa era uma “casa PSR!”, “aqui não queremos saber de HidroAysén” e assim me “carregou” pela casa para me mostrar os adesivos da campanha e me levar ao quarto de sua filha onde havia um espelho todo escrito com palavras de ordem anti-represas e contar com certo orgulho das vezes que sua filha participou das manifestações. Mudei-me definitivamente. A opção por uma casa de família pareceu-me a decisão mais acertiva no momento e resultou ser uma experiência muito boa, por duas razões: para não me sentir sozinha e para acompanhar mais de perto a dinâmica social local. Com meu caderno de anotações me dirigi até sede da *Coalición Reserva de Vida* (entidade que congrega diversas organizações locais contrárias ao PHA) para estabelecer os primeiros contatos com pessoas do movimento e assim, no dia seguinte, já tinha uma entrevista marcada.

No dia de minha primeira entrevista na região, dia 31 de maio, se completavam dois anos da publicação oficial da RCA. Na sede do movimento soube que haveria a entrega de um informe no *Servicio de Evaluación Ambiental* (SEA) solicitando a anulação da RCA.

Perguntei se poderia acompanhar esse momento. Fui e chegando me deparei com um bom número de jornalistas e políticos presente.



Figura 27: Dia da entrega dos recursos de invalidação solicitando a anulação da RCA. Falando ao microfone, Daniela C., de *Conservación Patagónica*, ao seu lado o Senador Horvarth, seguido de Viviana Bitencourt pré candidata a deputada pela região e Claudia Torres, militante e candidata a deputada também pela região. Coyhaique, maio/2013.

Fonte: *Jornal Patagón de Domingo*.



Figura 28: Um dos recursos nas mãos do advogado da Ong conservacionista *Conservación Patagonica*. Coyhaique, maio/2013.

Fonte: fotografia da autora.

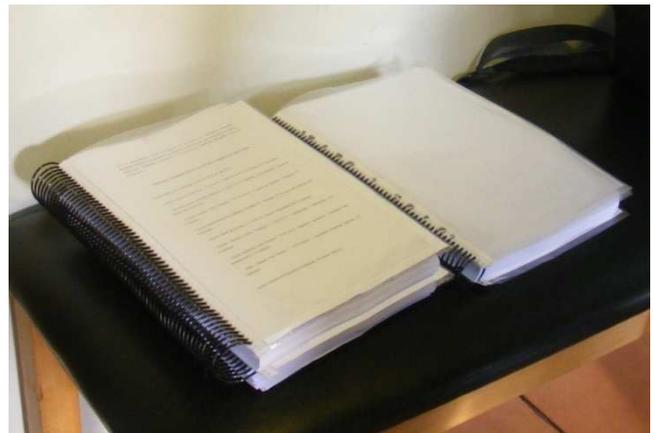


Figura 29: Os dois recursos de anulação do EIA entregues no Serviço de Avaliação Ambiental. Coyhaique, 31 de maio de 2013.

Fonte: fotografia da autora.

Finalizado esse evento fui informada que haveria uma consulta popular sobre a construção das represas nos próximos dias. O tema estava presente e fervilhando no cotidiano do lugar.

A participação na consulta cidadã realizada nos primeiros dias de maio (5 e 8) foi providencial. Conheci boa parte dos agentes que se destacam na localidade. Estabeleci contatos, realizei entrevistas, fiz amizades e finalmente tinha os “meus” informantes-chave. Nos dias que se seguiram planejava a continuidade do trabalho de campo. Realizava cálculos e, passado um tempo, estava quase decidida a ir apenas mais um lugar, Cochrane e encerrar o trabalho de campo. Para realizar o trabalho em todas as localidades planejadas dependia de muitas variáveis. Os problemas de conectividade eram grandes e corria o risco de ficar ilhada em algum lugar e com alto custo das hospedagens. Não podia me arriscar. Qualquer imprevisto, deslizamento de terra, neve, enxurrada, poderia trancar os caminhos e ser motivo de atrasos. Os relatos davam conta de vários dias de caminhos fechados. Definitivamente, viajar para a Patagônia em pleno inverno tem seus custos. Mas por outro lado, isso foi muito valorizado pelos nativos, já que poucos costumam chegar à região nessa época do ano. Talvez, por isso, uma rede de apoio se articulou a meu favor. Uma das pessoas que conheci no dia da consulta cidadã tinha parte de sua família vivendo em Villa O’Higgins (última cidade na Carretera). Quando expressei meus receios e dificuldades, ela foi peremptória: “de maneira nenhuma! Deves ir para Villa!”. E assim, a família viabilizou minha ida e estadia em *Villa*, além de caronas com conhecidos, local para ficar, até roupas adequadas para a neve. No dia 30 de junho, embarquei para Cochrane e posteriormente para Villa.



Figura 30: Consulta cidadã com urnas colocadas na feira de rua. “Como achas que são para a nossa região os megaprojetos HidroAysén e Energia Austral? Positivos ou negativos” e mais abaixo “Nossa região, nosso futuro, nossa decisão”. Coyhaique, 8 jun. 2013.

Fonte: fotografia da autora.



Figura 31: Bispo Dom Luis Infanti de la Mora.

Fone: fotografia da autora



Figura 32: Apuração de votos da consulta no Liceo Municipal Josefina Aguirre Montene. Coyhaique, jun/2013.
Fonte: fotografia da autora.



Figura 33: Ônibus com os dizeres “Aysén Reserva de Vida”. Centro de Coyhaique, jun/2013.
Fonte: Fotografia da autora.

Em Cochrane: o rio Baker, a oposição aos opositores, os professores

No trajeto entre Coyhaique e Cochrane, a imensidão das montanhas, a vegetação, os bosques, os rios de cor turquesa, o lago, as cachoeiras, a alternância entre áreas com neblina, sol e áreas completamente nevadas, o ar por vezes congelante. Foi durante essa viagem que vi pela primeira vez o rio Baker, ameaçado por duas barragens, que tanto ouvira falar, que por tanto tempo apreciei por fotos e vídeos. Foram oito horas de percurso por terra, realizado em micro-ônibus, para cumprir o trajeto de 320 km que separam Coyhaique de Cochrane. O tempo para fazer o trajeto dá uma noção dos perigos da estrada. No caminho, pude observar expressões do conflito nos *outdoors* gigantescos e placas dispostas ao longo da Carretera Austral.



Figura 34: Rio Baker

Fonte: Fotografia da autora



Figura 35: Cartaz colocado no trajeto entre Coyhaique e Cochrane, como os dizeres “Nossa linda Patagônia. Que selvagem faria isso? HidroAysén faria”. Jun/ 2013.
Fonte: fotografia da autora.

Chegando em Cochrane, no mesmo dia, Camilo, o filho da dona da hospedagem, ao saber as razões de minha viagem foi fazer fogo na lareira da casa e aproveitou para conversar sobre o tema. Durante a conversa me sugeriu contatar com o presidente da organização La Voz de La Patagonia (VLP). Disse que o grupo estava crescendo, que já tinha 600 pessoas, que deveria ouvir os dois lados. Na reunião realizada em Coyhaique, o grupo fora mencionado, mas ninguém tinha muitas informações a respeito. Decidi entrar em contato. Embora Camilo tivesse me passado o telefone, procurei o presidente da organização numa rede social (*Facebook*) e contatei-o. No impulso, não pensei que ele veria que *minhas* posições expressas na rede social eram contrárias ao projeto. Quando me dei conta, já era tarde demais e recebi uma resposta não muito amigável:

Quando conheças a forma de vida da patagônia e vivas na própria carne o que se sofre aqui para viver, só então, vou aceitar que opines sobre a necessidade de desenvolvimento!(Presidente do movimento La Voz de La Patagonia).

Embora as palavras não fossem amigáveis, era uma frase que encerrava a noção que permeia todo o conflito: o *desenvolvimento*. Na mesma hora telefonei e expliquei detalhadamente as razões de minha pesquisa, explicitiei minhas posições e ele concordou em conversar. Carlos é intermediador de venda de gado. É um *nacido y criado* (NYC), neto de

pioneiros. Segundo ele, o grupo surgiu em resposta a uma ação do Bispo Infanti, referência do movimento anti-represas, que junto com outras lideranças, no início do ano de 2013, realizou a entrega de uma carta em La Moneda, sede do governo central, dirigida ao comitê de Ministros, expondo os pontos contrários ao projeto. Como reação a essa ação, Carlos organizou junto a um grupo de pessoas uma coleta de 1500 assinaturas, manifestando apoio ao projeto, expondo as dificuldades de viver na região e a “necessidade” de desenvolvimento e progresso.

Vou te colocar outro exemplo: estamos no século XXI e não temos uma ponte no Rio Baker. Tu sabes que temos uma balsa [...] uma balsa! Que tem horários de oito da manhã às cinco da tarde, eu tenho um campo do outro lado onde tenho gado e eu vou naquele campo e tenho que ir rápido senão fico sem balsa e fico do outro lado. Então essas são as coisas que você não pode entender e como tem gente que não quer desenvolvimento em circunstância que para nós a *única* possibilidade de desenvolvimento é a empresa privada. (Trecho da entrevista: Presidente de La Voz de La Patagonia, jul/2013).

A partir de então, o grupo vem se organizando enquanto um movimento social que se identifica como “a voz autorizada”. Sua principal atividade é um programa de rádio de alcance regional. Os delineamentos gerais do grupo são diametralmente opostos aos críticos ao projeto. O grupo não apenas mantém uma posição favorável ao PHA, como questiona a identidade, as motivações e delimita quem pode ou não “opinar sobre a Patagonia”. Seus maiores “inimigos” são os ambientalistas estrangeiros que “impedem o desenvolvimento da região”.

Nos dias seguintes realizei as demais entrevistas, ao todo seis. Tive a oportunidade de entrevistar uma “atingida” direta, Lili, e na ocasião pedi para que me indicasse outras famílias “atingidas”, no entanto, ela preferiu não me passar os contatos. Em ocasiões anteriores, jornalistas haviam distorcido as falas dos *campesinos* na televisão, causando problemas para pessoas na região, por isso preferia não correr esse risco.

Nas conversas, em geral em todas as localidades visitadas, as pessoas são muito amigáveis, curiosas das histórias dos forasteiros e abertas a conversar. No mercadinho, na pensão, no ponto de compra do bilhete do ônibus, sempre tinha alguém disposto a me indicar pessoas “Uhhh...sobre isso tens falar com tal pessoa, ela sabe!”. Foi assim que decidi falar com os professores, espécie de autoridades locais.

A Sra. Tita se demonstrou favorável, para desgosto dos críticos ao projeto, pois, muitos não sabiam que, como professora teve a possibilidade de trabalhar com a empresa em projetos de educação pela região. Sua visão é de resignação às mudanças que o tempo traz. Do alto de seus 70 e poucos anos já viu muita coisa mudar em Cochrane. Já o professor Cheukeman, que foi aluno de Sra. Tita e agora é o professor em atividade na comunidade, é

absolutamente contrário. Em seu terreno, junto com amigos possui um restaurante que é frequentemente usado para realizar atividades abertas à comunidade, como exposição de documentários e filmes com a temática ambiental e a história da região.

Na noite anterior a minha viagem para Villa O'Higgins, chegou um jovem casal em uma caminhonete na pensão onde estava hospedada. Ele antropólogo, ela designer. Também estavam realizando trabalho de campo, especificamente, coletando histórias orais. Conversando, descubro que são os fundadores de um dos primeiros grupos de oposição ao PHA. Eram os “Jovenes Tehuelches”, grupo organizado por estudantes universitários distribuídos pelo país. Na região de Aysén não há universidades, portanto, os jovens saem para realizar seus estudos em distintas partes do país. Muitos se conhecem e se encontram para realizar atividades, reuniões, ou, tal qual o modo de vida de “imigrantes”, enviar ou receber coisas das famílias. Conforme o relato do casal, nesse contexto que surgiu o Jovenes Tehuelches, sendo os primeiros a organizar atividades contra as represas fora da região. Conversamos quase a noite toda, trocamos contatos, me passaram materiais. O mundo conspirava a favor. No dia 4 de julho embarquei em direção à Villa O'Higgins para retornar em dez dias, pernoitar e viajar com destino a Caleta Tortel.



Figura 36: Professor Joaquín Cheukeman Fuentes, ativista *Defensores del Espíritu de la Patagonia*. Jul/2013.
Fonte: Fotografia da autora



Figura 37: Atividade cultural realizada pelos Jovenes Tehuelches. Ao fundo “Patagonia Sin Represas”, abaixo a imagem símbolo da organização, fazendo menção ao quadro de explorador inglês George Chaworth Musters, que retrata um tehuelche caçando um puma.

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Ximena Mansilla.

Em Villa O’Higgins: a vida no campo, a agrupação

Para Villa O’Higgins a viagem foi de carona. Caso contrário, teria que esperar muitos dias até que saísse um ônibus de Cochrane para Villa. Sai um por semana e se nesse dia houver algum problema na estrada, paciência, afinal *el que se apura em La Patagonia pierde el tiempo*.

A viagem que mais temia, foi a mais impressionante. O trecho entre Cochrane e Villa O’Higgins é o menos percorrido, os caminhos estão sendo feitos. Menos bioma estepe, mais gelo, vegetação e neve. Muitos condores sobrevoam a região. Para chegar a Villa O’Higgins por via terrestre é necessário fazer uma travessia em barcaça pelo fiorde Mitchell, desde o Puerto Yungay ao Rio Bravo, um trajeto de 12 km, que leva aproximadamente 45 minutos de navegação é um dia inteiro de viagem.

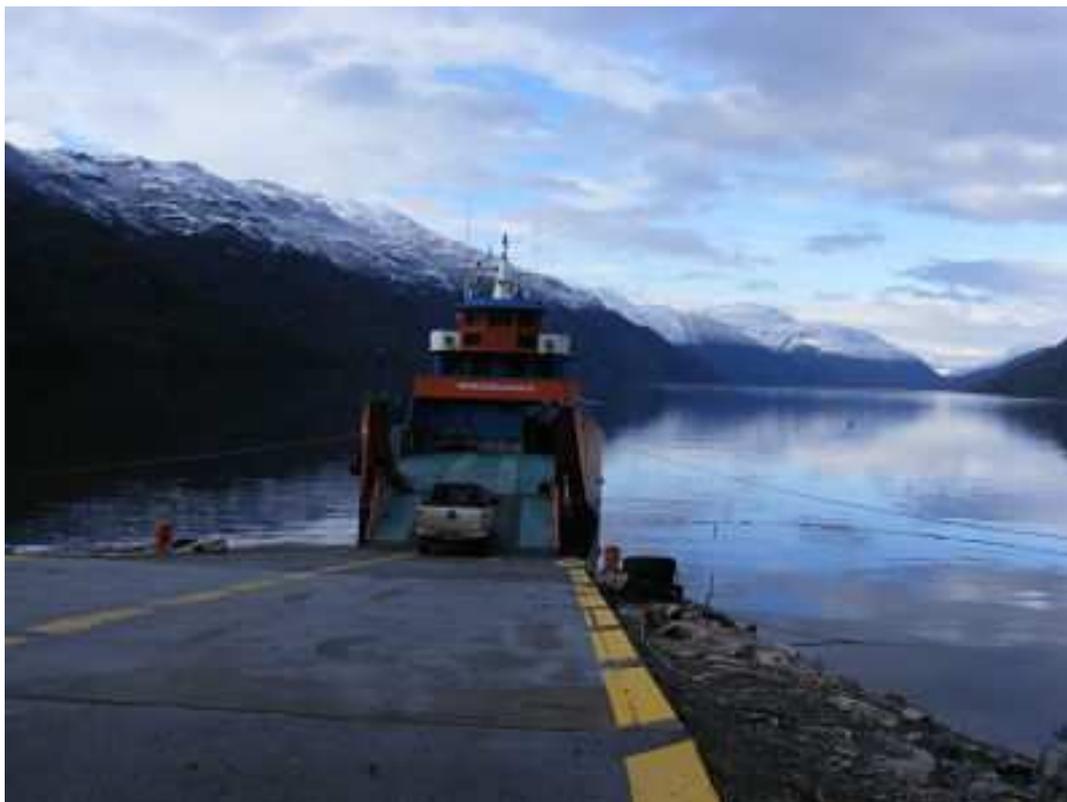


Figura 38: Barcaça Padre Ronchi.

Fonte: fotografia da autora

Chegando, escuro, a carona me deixa na frente da casa na qual ficaria hospedada. Entro e para minha surpresa ninguém está em casa. Não se usam chaves nas casas. Aliás, não é raro entrar nas casas dos conhecidos para tomar um copo d'água ou passar rapidinho no banheiro, mesmo não havendo ninguém. Alguns minutos depois chegaram os donos da casa. Era um casal com dois filhos, uma adolescente de 13 anos e um menino de oito. A mãe estava esperando outro *gauchito* e no inverno se desdobrava entre a casa, o serviço como vereadora, o trabalho como ativista, que envolve entre outras coisas, conduzir um programa de rádio todos os dias de manhã. No verão, recebem turistas. O pai da casa trabalha no campo, doma de cavalos, corte de lenha para cercas, criação de ovelhas e gado. Não há agricultores em Villa O'Higgins, o frio impede as plantações. Alguns dias ele dorme no campo e a única forma de se comunicar é por meio de um rádio. No campo não tem luz, consequentemente, sem telefone. Um dia fomos visitá-lo, estava carneando um boi. Era dia da família andar a cavalo, mas o pasto e as poças d'água estavam congeladas, ficou para outro dia.

Em Cochrane tampouco tem agricultura. Certa vez, por uma “crise de abstenção” por comer algo cru e fresco, paguei quase três dólares por um tomate! Em Villa as verduras chegam uma vez por semana, quando chegam. O menino quer ser igual ao pai. Não se interessa por coisas da cidade. O dia que falei que queria conhecer a “cidade de Villa

O'Higgins" não gostou e rindo disse: "que cidade, aqui é a Villa!". A menina já conta os dias para ir estudar em Coyhaique, é seu último ano no ensino fundamental e para a tristeza dos pais, deve partir para realizar os estudos fora.

Em Villa muitas atividades são levadas adiante com base no trabalho conjunto e voluntário, aulas de ginástica, a rádio local, os cuidados com a escola, a internet, por exemplo, é paga por todos. Villa é tão pequenina que com quatro pontos de *wi-fi* todos podem acessá-la. Muitas atividades são organizadas pela *Agrupación Rio Pásqua*, entidade que é muito ativa dentro da comunidade e nasceu para fazer oposição ao PHA

No período que estive em Villa começavam as férias de inverno. Muitos jovens e crianças retornavam para casa naquela semana e os esforços dos adultos estavam concentrados em organizar atividades para recebê-los. Atividades na biblioteca, oficinas de arte, passeios. Em uma ocasião fui convidada para a recepção de um jovem. Era uma festa, com farta comida, carne e bebida.

As dificuldades também são muitas. Não há médicos. Um dia uma criança ficou doente, com febre. Contato com médico só por telefone. Testemunhei apreocupação em preparar tudo caso fosse necessário sair. Uma pessoa liga para outra para saber a evolução da doença da criança. Entende-se porque a promessa de um hospital feita pelo PHA convence muitos favoráveis.

Independente da posição quanto ao projeto, todos temem que o ritmo de vida mude. Muitos optaram viver lá fugindo do crescimento de Coyhaique. Já sentem os efeitos do PHA, que divide a comunidade:

Eu sempre quis morar aqui, mas meus pais não deixavam. Minha mãe menos. Imagina, ela nasceu na beira do Rio Mayer, criada e mal criada aqui e também na Argentina e nunca gostou de voltar, não quer. Eu sim, eu era a teimosa, de todos os meus irmãos a única que sempre voltou [...], mas meus pais não deixavam, até que eu vim. Ainda meu pai chega nas segundas-feiras e nas quintas-feiras e me convida para ir pra Coyhaique. De fato, me custa muito [...] vou para Coyhaique, me custa três quatro dias dormir bem, por causa do ruído dos veículos, as luzes das ruas, me incomoda. Sou meio à antiga, meio velha para as coisas, tenho muitas manias. (Trecho de entrevista: Andrea, Agrupación Rio Pásqua, Villa O'Higgins, jul/2013).

O crescimento muito rápido que teve Coyhaique foi demasiado.... brusca a mudança. Me criei em Coyhaique com ruas de terra, carretas, tropas de animais passando pelas ruas, poucos veículos. E isso, esse crescimento abrupto que teve Coyhaique me fez decidir mudar de lugar para viver. (Trecho de entrevista: Vereadora de Villa O'Higgins, Villa O'Higgins, jul/2013).

O prefeito é favorável ao projeto, mas insólitamente não mora em Villa O'Higgins. Mora em Coyhaique e aparece uma vez por semana. Sua eleição recente é permeada de suspeitas, me contam os moradores que a quantidade de votos que o elegeram quase superam a população votante que reside em Villa. A atuação do prefeito tem gerado tensão entre os

moradores, tirando postos de trabalhos dos críticos ao projeto e facilitando a chegada da empresa, que tem um espaço de publicidade garantido na rádio, esta de propriedade do prefeito.

Em Villa fiquei por dez dias, foram dez entrevistas, com duas vereadoras (uma da Agrupación Rio Pascua e outra da Voz de La Patagonia), um dirigente da VLP, três membros da Agrupación Rio Pascua, uma artista plástica, 2 comerciantes favoráveis, um *campesino*.

Favoráveis e contrários ao projeto já se sentem *atingidos* pelo projeto, justamente pela divisão entre “favoráveis e contrários”. Alguns mencionaram que em alguns momentos dos debates, as pessoas se “quitaran el saludo” (deixaram de se saudar), algo realmente grave entre os nativos. Também pelos atos do prefeito e o mau pressentimento pela recente militarização da comunidade com a instalação de um quartel militar.



Figura 39: Arredores de Villa O’Higgins. Rumo ao campo. Villa O’Higgins, jul/2013.
Fonte: fotografia da autora



Figura 40: Crianças no campo. Villa O'Higgins, jul/2013.
Fonte: fotografia da autora.

Em Caleta Tortel

Para chegar a Caleta Tortel é preciso retornar à *comuna* de Cochrane. Em Caleta Tortel foi minha estadia mais curta. No entanto, considero que nos poucos dias que fiquei no povoado foi possível realizar as entrevistas necessárias para fazer as inferências pertinentes. Para esta ocasião, já havia estabelecido o contato prévio com a liderança da organização que pretendia entrevistar, a *Agrupación Chonkes de Tortel*, e por um acaso esta também estava em Cochrane e viajaria para Caleta Tortel no mesmo micro-ônibus em que eu iria. No caminho, conversamos rapidamente e ele, muito gentilmente, sugeriu uma reunião em que todos os membros da organização estivessem presentes para realizar uma conversa em grupo. Concordei, embora não estivesse preparada para tal feito, mas não perderia a oportunidade de registrar as palavras e reações de um movimento.

A percepção que tive em Tortel foi que o tema referente a HidroAysén é mais tenso aqui. A informante que tinha em Coyhaique já havia me avisado que em Tortel estavam os mais “radicais”. Mais de uma vez conseguiram bloquear, impedir literalmente a entrada da empresa na comuna (só há uma via de acesso terrestre). De fato, quando me encontrei com o grupo Chonkes fui avisada que agora estava “marcada” como opositora. Também é o lugar onde as pessoas têm mais receio em expressar as opiniões. O prefeito é contra as represas e muitas pessoas dependem da prefeitura para viver, logo, estas pensam que é melhor não se declarar publicamente favorável. Para compensar os que se “atrevem”, a empresa distribui dinheiro na comunidade. Ao menos duas famílias ergueram hospedarias graças aos incentivos econômicos da empresa (HidroAysén). Uma delas faz parte da diretiva do movimento pró-HidroAysén. Sandra, que tive a oportunidade de entrevistar e que além de receber dinheiro para construir uma hospedaria é o “rosto” publicitário da empresa. Está em um calendário e aparece em um vídeo promocional depondo a favor do PHA.

Certo dia estava caminhando e parei na janela de uma casa para comprar um cigarro avulso, e a senhora que vendia os cigarros me convidou para fumar dentro da casa e tomar um “matecito” ao lado fogo. Era mais uma pessoa favorável ao projeto que tinha reformado sua casa com dinheiro de HidroAysén.

A entrevista com o grupo foi extensa. Não estava preparada para uma “entrevista grupal”, mas foi interessante. Eram cinco pessoas. Um casal que trabalha na prefeitura, um que só estuda e dois que trabalham com madeira (extração e venda). Entre eles, Eduardo, um rastafári de bombacha, trabalha com navegação. O último nascido e com registro no Rio Báker. No verão trabalha navegando com turistas até os Campos de Gelo para que estes

bebam *whisky* com gelo milenar: “nunca entendi a graça disso”, disse ele. A reunião foi em sua casa, no centro da sala havia uma enorme “costela de baleia”, estava decidindo ainda o que fazer com ela. Gostou tanto do meu nome que decidiu que seu primeiro barco se chamaria Yara.

Durante a *entrevista-conversa* surgiram elementos que não estavam tão presentes nos outros grupos, como o *distanciamento* com a campanha PSR organizada em nível nacional. Questionamento de lideranças e Ong’s, as dificuldades de mundos distintos chegarem a acordos comuns.

Na casa de família que fiquei hospedada, a dona da casa era favorável e o homem da casa tinha 92 anos, já não se importava com isso. Gostava de conversar sobre como conquistou sua esposa e sobre o tempo que trabalhava nas estâncias de criação de ovelhas na *Tierra del Fuego*. Ainda corta lenha, ajuda a fazer pão e sobe e desce as passarelas de Tortel.

Em Tortel não há médicos, não tem escola de ensino médio ou bancos. Também há falta de abastecimento, frutas e verduras só enlatadas. A energia elétrica é de distribuição gratuita entre a comunidade, por meio de uma pequena central. Não há iluminação pública noturna nas passarelas e nos invernos com os dias curtos, eu precisava andar correndo de um lado para outro, subindo e descendo escadas. Uma noite precisei andar na escuridão total.

No dia seguinte de minha chegada em Caleta Tortel, logo de manhã me dirigi até a prefeitura com a esperança de agendar uma entrevista com o prefeito. Ele dispôs-se a me atender na mesma hora. Ao todo foram cinco entrevistas. Uma com o grupo, o prefeito, uma moradora e uma favorável ao projeto.

Encerradas as entrevistas em Caleta Tortel, retornei a Cochrane e em seguida em Coyhaique onde permaneci mais uns dez dias até retornar para Santiago, e finalmente Porto Alegre, encerrando o trabalho de campo.



Figura 41: Caleta Tortel.
Fonte: Fotografia da autora, jul/2013.



Figura 42: Passarelas de Caleta Tortel.
Fonte: Fotografia da autora, jul/2013.



Figura 43: Caleta Tortel.

Fonte: Fotografia da autora, jul/2013.



Figura 44: Passarela em direção à pista de pouso.

Fonte: Fotografia da autora. Caleta Tortel, jul, 2013.

5 O SISTEMA ACTANCIAL DA DENÚNCIA: A EXPERIÊNCIA NEGOCIADA DA FORMULAÇÃO DAS CRÍTICAS AO PROJETO HIDROAYSÉN

O tratamento analítico deste estudo tem como foco a reconstrução das competências em jogo enquanto gramáticas construídas pelos agentes em determinados contextos quando se engajam numa disputa. Para estabelecer a gramática do conflito em questão, buscaremos agora caracterizar o sistema actancial da denúncia (BOLTANSKI, 2000). Por se tratar de um processo de construção de um problema ambiental, adaptamos à nossa análise as ferramentas sugeridas pela síntese construcionista que estabelece três pontos primários para o estudo dos problemas ambientais: os argumentadores, os argumentos e o processo de argumentação (HANNIGAN, 2009).

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTADORES

[...] antes aqui tem algo que é preciso demarcar claramente uma diferença: ONGs e CDP não são a mesma coisa, eu sempre digo *vamos pelo mesmo objetivo, mas não somos o mesmo*. Se o movimento cidadão PSR é um sentimento amplo no qual estamos todos, o *trabalho territorial* que fazem os Chonkes em Tortel, que fazem a Agrupação Rio Pásqua em Villa O'Higgins, a Agrupação Defensores de Cochrane, Murta, Lago Verde, La Junta, *camino hasta al norte*, Puerto Aysén, Villa Mañiguales, é um trabalho importante no sentido da informação que podemos transmitir em algum momento ou *consensuar de acordo a contingência*. (Trecho de entrevista: Bagual, ex-ong ambientalista e ativista PSR. Coyhaique, jul/2013).

Nossa abordagem focaliza a descrição e interpretação das operações críticas que levam a formulação de provas e disputas a partir de agentes em *situação*. “Permite, assim, analisar os coletivos a partir das percepções dos próprios atores sobre o que consideram justo e injusto, de situação em situação, e entender como estes “sensos de justo e injusto constroem a trama da construção da ordem pública” (FREIRE, 2013, p. 722).

O primeiro passo para validar empiricamente o conjunto teórico adotado é a observação e um levantamento acerca dos seres que configuram a denúncia. Sejam estes seres individuais, coletivos ou em vias de constituição. A síntese construcionista de Hannigan (2009) coloca algumas questões iniciais que orientaram nosso olhar em campo: “são os argumentadores afiliados a organizações específicas, movimentos sociais, profissões e grupos de interesse? Eles representam seus próprios interesses ou de terceiros? São experientes ou noviços?” (HANNIGAN, 2009, p. 102).

No entanto, é importante lembrar que ao partilharmos do paradigma pragmático, impõe-se ao investigador a postura de *seguir os actantes*, tomando como objeto as *ações*, sem pressupor “nenhuma antropologia que fixaria a *priori* os traços socialmente pertinentes das

“pessoas que ela estuda”, sem qualquer interpretação definitiva colocando em questão “a prioridade da competência sobre a performance e define os atores (competências) a partir das ações (performances) e não o inverso” (BENÁTOÏL, 1999, p. 297).

Na oposição ao PHA coexistem seres individuais e coletivos com distintas características que influem de modo distinto no processo de formulação da denúncia e das críticas ao projeto. Embora relacionados entre si, consideramos que inicialmente as diferenças estão marcadas pela localização espacial dos agentes. Assim, embora não seja um fator estanque e estejam todos de certa forma inter-relacionados, ora atuando em cenários de ação nacional, ora local, para fins desta pesquisa dividiremos os agentes em duas escalas espaciais de atuação: local e nacional/internacional.

5.1.1 Atuação de opositores em escala de ação nacional e internacional

Em nível nacional e internacional, como mencionado anteriormente destaca-se a atuação do Consejo de Defensa de La Patagonia, que congrega 68 organizações. Destas, seis organizações compõem a diretiva do Conselho: (1) Conservación Patagónica (responsável pelas áreas técnica e legal); (2) ECOSISTEMAS (área internacional); (3) Corporación Chile Ambiente (responsável pela área política e pela secretaria executiva); (4) CODEFF e Coalición (responsáveis pela área econômica e social); (5) Corporación de Desarrollo de Aysén (Secretaria Regional de Aysén).

Analisando a composição diretiva do Conselho podemos mapear um perfil de como se configura o movimento em nível nacional e internacional.

A entidade *Conservación Patagónica*⁴³ (CP), responsável pela área técnica e legal do CDP, é uma organização conservacionista fundada por Khris Tompkins, pertencente à *Tompkins Conservation*, que por sua vez é financiada pela fundação filantrópica *The Conservation Land Trust* (CLT), criada por Douglas Tompkins. Conforme Daniela, responsável técnica da área de estudos de impactos ambientais de CP,

Conservación é bem especial. CP é uma fundação que está associada com a criação de parques nacionais. É um pouco distinta das outras Ongs, *é fundação nos EUA e empresa aqui no Chile*. Estamos trabalhando em muitas coisas com trabalhadores do setor. Faz um tempo nos integramos na campanha PSR, desde seus inícios, por ter uma posição crítica dos projetos de HidroAysén, no entanto, não somos vistos como uma ONG cidadã. De fato, somos vistos como um *poder forte, externo e contraposto* a HidroAysén e não creio que sejamos considerados como uma Ong pequena e cidadã. (Trecho de entrevista: Daniela, Área técnica de revisão de EIA de Conservación Patagónica, Cochrane, jun/2013).

⁴³ Endereço sede: Conservacion Patagonica | 1606 Union Street, San Francisco, CA, 94123, Estados Unidos Tel.: 415-229-9339 / Fax: 415-229-9340 | e-mail: info@conservacionpatagonica.org.

A forma de atuação dos Tompkins consiste em comprar grandes porções de terrenos estratégicos para depois negociar junto aos estados a criação de parques e reservas naturais. A referência de atuação da organização é a criação do Parque Nacional de Yellowstone:

Concibiendo la necesidad de conservación de grandes superficies, en 1872, Estados Unidos crea el primer parque nacional del mundo: el *Parque Nacional Yellowstone* "como parque público de recreación para beneficio y placer del pueblo". Con esta declaración quedó *plasmado un nuevo concepto que conjuga la conservación de muestras representativas de los sistemas naturales* lo más prístinos posible, con el goce y beneficio humano (The Conservation Land Trust⁴⁴).

Com base no modelo Yellowstone foram criadas muitas áreas de preservação, destinadas à recreação, sem moradores e sem o uso de recursos naturais:

A beleza exuberante de Yellowstone e muitas características naturais tais como o maior lago de montanha nos Estados Unidos, seus geysers, cachoeiras maravilhosas, picos cobertos de neve e fauna abundante motivaram a criação de milhares de parques em todo o mundo. Durante anos os administradores lutaram por criar parques baseados no modelo Yellowstone, e transferiram moradores, frequentemente de maneira forçada, de áreas em que tinham vivido por séculos. Segundo Harmon, as conseqüências de modelos podem ser terríveis "(KEMF, 1993:6 *apud* DIEGUES, 2001, p. 28).

Somados, os terrenos comprados por CLT ultrapassam 700.290 ha (Quadro 6).

⁴⁴ Fonte: http://www.theconservationlandtrust.org/esp/our_mission.htm. Acesso em: 20 jan. 2014.

QUADRO 6 - Projetos Conservacionistas de Tompkins Conservation

Projetos *The Conservation Land Trust-Chile*:

- Parque Pumalín—Región de los Lagos: 283.000 hectáreas
- Parque Nacional Corcovado— Región de los Lagos: 84.200 ha
- Yendegaia—Región de Magallanes 38.000 ha, Tierra del Fuego.
- Melimoyu e Isla Magdalena—Región de Aysén
- Cabo León—Región de Magallanes 590 ha
- Santuario El Cañi—Región de la Araucanía 500 h

Projetos de The Conservation Land Trust-Argentina:

- Futuro Parque Nacional Iberá—Provincia de Corrientes: 553.000ha do Estado Argentino e 150 000ha da CLT.
- Parque Provincial El Piñalito—Provincia de Corrientes
- El Rincón (Parque Nacional Perito Moreno)—Provincia de Santa Cruz

Projetos de Conservacion Patagonica:

- Futuro Parque Nacional Patagonia—Región de Aysén 250.000ha sendo 78.000ha de CP
- Parque Nacional Monte León—Provincia de Santa Cruz: 66.000 hectáreas

Fonte: Adaptado do site Tompkins Conservation: <http://www.tompkinsconservation.org/>. Acesso em: 20 jan. 2014.



Fonte: <http://www.tompkinsconservation.org/>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Figura 45: Mapa das áreas protegidas por The Conservation Land Trust-Chile.

O propósito da CP na região da Aysén consiste em promover a criação junto ao Estado Chileno de uma extensa área protegida, o futuro Parque Nacional Patagonia, por meio da integração da Estância Valle Chacabuco, de 78 mil hectares, e duas reservas nacionais administradas pelo Estado, conformando uma unidade de 250 mil hectares.

Não é nenhuma surpresa como muitos projetos conservacionistas⁴⁵ internacionais são controversos. Em Aysén a compra da Estância Valle Chacabuco na localidade de Cochrane, no ano de 2004, não está livre de polêmica e apresenta características de um conflito ambiental local. Quando CP adquiriu a estância, havia cerca de 25 mil ovelhas e 4000 vacas (informações segundo CP, os dados são imprecisos). Para os moradores locais isso representou um drástico impacto na economia, e uma afronta aos costumes locais:

É um senhor que se autodenomina ambientalista - QUE EU CREIO QUE NÃO É AMBIENTALISTA [tom de exclamação] - eu creio que esse senhor é um *palo blanco*⁴⁶, esse senhor está defendendo interesses estrangeiros. Ele matou as tradições da Estância Chacabuco. *Ele matou as tradições e matou a cultura da gente daqui*, porque ele destruiu o posto de cuidados de ovelhas, destruiu 30 mil ovelhas, destruiu 4500 vacas, destruiu 700 km de arame, destruiu galpões de *esquila*, sabes o que é *esquila*, Yara? É quando se tira a lã das ovelhas. Destruí os trabalhos “*de la pelada*” de olhos das ovelhas, destruí as pessoas que trabalhavam com arame e toda essa atividade típica já não se executa porque não há onde fazê-lo! *Porque era o que se fazia ali!* Aí subsistiam 40 famílias em ano redondo de trabalho e outras 40 famílias como temporários, no banho de ovelhas no arreio das vacas, *pelada de olhos* de ovelha, *esquila* de ovelhas, cuidado de ovelha. (Trecho de entrevista do presidente do *Movimiento La Voz de La Patagonia*, favorável ao PHA, Cochrane, jul/2013).

Encontrando-se resistência mesmo entre o movimento Patagonia Sin Represas, como no o descrito abaixo na entrevista realizada com uma ativista:

Douglas Tompkins é um *conflito super forte em minha família*, o tema com Douglas é um conflito fortíssimo. Porque minha família é de origem *campesina* e eles não gostam do tema das represas, mas não lhes parece também que o movimento anti-represa tenha um conservacionista como Douglas Tompkins, mas, além disso, acho que existe muita mentira criada pelo mesmo campesino, pelos mesmos *pobladores* do setor com respeito ao gringo Tompkins, que mantém os pumas que não dá alimentos, por isso vão comer as ovelhas dos vizinhos. [...] O que, sim, me parece um pouco, com o que eu discrepo com o projeto de Conservación é que tem muito território para conservar e que não esteve muito claro o tema de que vão entregar ou não para o Estado de Chile. Por aí me dá um pouco de desconfiança. Acho que devem existir áreas de conservação, mas precisam ser do Estado ou um organismo cidadão, por que não? Mas uma só pessoa proprietária de tanto território chileno, não! O mesmo que (o presidente) Piñera tem um tremendo território e tampouco me

⁴⁵“Hoje a lista de instituições destruidoras de culturas denunciadas por líderes tribais em quase todos os continentes inclui não somente Shell, Texaco, Freeport e Bechtel, mas nomes também mais surpreendentes como a Conservation International (CI), a Nature Conservancy (TNC), o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), e a Wildlife Conservation Society (WCS). Mesmo a mais sensível aos aspectos culturais, a União Mundial para a Conservação poderia ser mencionada” (DOWIE, 2006, p. 2 trad. Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues).

⁴⁶ Palo blanco: Pessoa que atua em uma intriga ou numa montagem para enganar uma ou muitas pessoas. Referência: *Chilenismos*, diccionario © Apocatastasis: Literatura y Contenidos Seleccionados

parece bem. Os Lucksi em Villa O'Higgins são donos e senhores dos territórios. Há muitos latifundiários nestes setores. (Trecho de entrevista: Militante do *Chonkes de Tortel*, Coyhaique, opositor ao PHA jun/2013).

Ecosistemas, que figura como responsável pela área internacional no CDP, é uma organização não governamental chilena “orientada a la defensa ambiental –ecológica y socio cultural [...] preocupada por temas críticos relacionados con el agua, la protección de los ríos e impactos ambientales y sociales de mega proyectos industriales e hidroeléctricos”. Tem como presidente uma personalidade de destaque nacional, Juan Pablo Orrego:

Magíster en Estudios del Medio Ambiente con mención en ecología y antropología, profesor, investigador y músico, galardonado con el Premio Ambiental Goldman ('97) y el Right Livelihood Award ('98) por su desempeño como fundador y coordinador del Grupo de Acción por el Biobío, que desarrolló la campaña de defensa del río Biobío y de las comunidades Pehuenche ante la construcción de grandes centrales hidroeléctricas. Desde el año 2006 concentra sus esfuerzos en la Campaña Patagonia Sin Represas, de defensa de la zona austral de Chile, siendo vocero y coordinador internacional de PSR. (Site *Ecosistemas*).

Conforme informado no sítio eletrônico⁴⁷, a ONG sediada em Santiago possui vínculos regionais com a organização *Coalición Ciudadana por Aysén Reserva de Vida* (com sede em Coyhaique) e com o Vicariato de Aysén. De fato, nas entrevistas realizadas a campo, *Ecosistemas* surgiu em ao menos duas conversas. Conforme relatos, a ONG desempenhou um importante papel ao ser uma das primeiras organizações a tornar viável a transmissão de informação até os lugares mais afastados.

Realmente, em Villa O'Higgins, último povoado da Carretera, nas conversas informais sobre como se iniciou o debate na localidade, um nome sempre era recordado e indicado para que se entrevistasse. Para muitos, *El Bagual* foi o primeiro a notificar o povoado sobre as intenções do PHA. *El Bagual* é um morador da região, nascido e criado, que quando se formou começou a trabalhar em *Ecosistemas*:

Era muito engraçado, nos encontrávamos! A gente ia para o campo e aparecia uma camionete de HidroAysén, pra lá, pra cá, outra para lá, era um contingente impressionante. E nós sempre ficávamos com a ideia de lentos, mas seguros. De chegar e tentar que nos entendam, que acreditem em nós e se convençam com a maior quantidade de antecedentes. Para que nossa gente entendesse *que o que vinha era complicado e que não era algo de ecologistas*, como *eles* tentavam dar esse tom. E bom, as pessoas aqui sempre me conheceram por ser daqui. Também não fui muito de me apresentar "sou da ONG tal", não, era algo "*Somos do movimiento ciudadano PSR, vamos informar e dar a briga*". Então eu sou um agradecido do trabalho que tivemos naquele momento, do conhecimento de *Juan Pablo Orrego* e durou o que tinha de durar. (Trecho de entrevista: *El Bagual*, opositor ao PHA. Coyhaique, jul/2013).

Corporación Chile Ambiente existe desde 1992 e figura como responsável pela área política e pela secretaria executiva do Comitê de Defesa da Patagônia.

⁴⁷Disponível em: <http://www.ecosistemas.cl/quienes-somos/>. Acesso em 20 jan. 2014.

Corporación é para conservação e preservação meio ambiente. Trabalhamos em território e sabemos que parte do território requer ser preservado por sua fragilidade e nível de biodiversidade e parte do território pode ser conservado com um uso mais limitado[...] Fazemos tudo isso no marco teórico conceitual do ordenamento territorial. Com isso temos nos dedicado a criar áreas protegidas, ordenar bacias criar os parques nacionais [...]. (Trecho de entrevista: Patricio R., Diretor executivo de Corporación Chile Ambiente e CDP, Santiago, maio/2013).

Por último, compõem a diretiva do CDP, a CODEFF que é uma organização ambiental, Coalición (responsável pela área econômica e social) e Corporación de Desarrollo de Aysén (responsável pela Secretaria Regional de Aysén) que são entidades sediadas em Coyhaique.

5.1.2 Atuação de opositores em escala de ação local

Entre os seres coletivos, uma diversidade de grupos e organizações emergiu a nível local articulando-se com outras organizações com significativa expressão nacional e internacional. Optamos por não instaurar a priori desconfianças sobre o modo de relação entre estes, considerando mais interessante interrogar os próprios atores sobre a qualidade dos vínculos construídos com outros grupos ou agentes.

Em escala regional a maior parte dos coletivos se encontra em Coyhaique, capital regional de Aysén. Durante o trabalho de campo, por meio da atividade realizada em início de junho (a Consulta Cidadã já mencionada), estive em contato com quatro delas: (1) Comité Oscar Romero; (2) Mujeres Unidas Por los Ríos Libres; (3) Coalición Ciudadana Aysén Reserva de Vida (CODEFF, CODESA e outras); (4) Jovenes Coyhaiquinos; (5) Jovenes Tehuelches.

Nas demais localidades afetadas havia um coletivo organizado em cada lugar: em Caleta Tortel, o Chonkes de Tortel; em Cochrane, Los Defensores del Espíritu de La Patagonia e em Villa O'Higgins, a Agrupación Rio Pásqua.

Ainda compondo o quadro de agentes de intervem na denúncia também se destacam o Vicariato Apostólico de Aysén, cujo representante maior, o Bispo Luis Infanti é reconhecido opositor a HidroAysén, e dois prefeitos, o de Coyhaique e de Caleta Tortel.

O Comité Oscar Romero e a Agrupación de Mujeres Unidas por Los Ríos Libres

O Comité Oscar Romero e a Agrupación de Mujeres Unidas por Los Ríos Libres são organizações sem personalidade jurídica que se reúnem de modo eventual em Coyhaique. O

Comité Oscar Romero é uma organização de ordem religiosa, surgida em 2012 em que muitos membros de outras entidades participam:

[...] tentamos de alguma forma viver a consequência, com a fé no que cremos, recordando a figura de Oscar Romero, que foi um bispo que foi assassinado por ser conseqüente com sua fé. Isso foi há muito tempo, no início dos anos 80, a princípio dos anos 1980 em El Salvador e surgiram esses grupos em diferentes lugares, em diferentes países (Trecho de entrevista: Gloria, Coyhaique, jun, 2013).

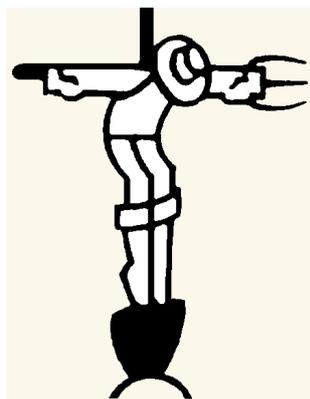


Figura 46: Símbolo internacional do Comitê Oscar Romero.
Fonte: <http://www.comitesromero.org/>

Já a *Agrupación de Mujeres Unidas por Los Ríos Libres* surgiu logo após a votação do dia 9 de maio de 2011. Nasce da necessidade de entender o que estava acontecendo, reunindo “muitas mulheres de todos os lados, desde a dona de casa, mulheres funcionárias públicas, com trabalho ou sem trabalho, de dezoito até oitenta anos, foi transversal” (Trecho de entrevista: Nela, Coyhaique, jun. 2013). No período de maior atuação realizaram marchas, palestras com enfoque na área da saúde e organizaram uma coleta de assinaturas para a realização de um plebiscito. A motivação para ser um movimento/organização só de mulheres está relacionada a um evento em especial:

Foi um chamado de ver a situação, o que aconteceu o 9 de maio foi tremendo. Foi uma experiência...horível. Porque foi um abuso de poder dos policiais e nós vimos que tinha mulheres avós que foram com seus netos se manifestar. E nós vimos como jogaram os cavalos em cima. Sentimos-nos passadas para trás como mulheres por esses policiais. Foi assim. E sentimos que como mulheres somos capazes de ter força para mudar o mundo, como isso. (Trecho de entrevista: Nela, Coyhaique, jun/2013).



Figura 47: Símbolo Mujeres Unidas por los Rios Libres.
Fonte: Adesivo do grupo, acervo pessoal.

Coalición Ciudadana Aysén Reserva de Vida (CODEFF, CODESA e outras)

A *Coalición* surge em 2005, em razão do anúncio de ENDESA. Agrupa outras organizações como uma corporação para o desenvolvimento (CODESA) e o *Comité Nacional Pro Defensa de la Flora y Fauna* (CODEFF) que é uma Ong preservacionista que atua em nível nacional, com cerca de 45 anos de existência, sendo a primeira organização ambientalista chilena. A filial de CODEFF em Aysén atua desde 1990 e tem como diretor Peter H., que também coordena a *Coalición* e outras entidades. Peter H. é uma referência local, mora na região desde a década de 1980, e ao longo de sua trajetória “iniciou” muitos ativistas na temática ambiental e encabeçou outros movimentos emblemáticos na região.

A *Coalición* quando se conformou seu objetivo foi, e segue sendo, ter uma posição crítica diante do megaprojeto hidroelétrico em Aysén e nos dedicamos a informar as pessoas do que se tratava e mobilizar as pessoas nisso. De vez em quando nos dedicamos a outras coisas, mas não deveria ser esse é nosso centro. A Coordenadora passa pelo mesmo, na Coordinadora Anti-Represas alguns acham que devemos nos meter em temas como os pescadores, salmoneiras, e temas que não têm nada a ver com as represas [...] Não gosto muito, porque sai do teu objetivo e perdes energia em coisas que não te correspondem e não és especialista [...] Bom, por exemplo, o tema pesqueiro e salmoneiro tem alguma relação. Está tudo inter-relacionado, então é muito difícil definir o limite do que vais te dedicar. (Trecho de entrevista: Peter H., Coyhaique, jun/2013).

A entidade possui uma sede que funciona em um espaço cedido pela igreja católica. Carrega em seu nome o conceito “Aysén, Reserva de vida”, que trata de uma proposta de desenvolvimento regional que é amplamente difundido em nível regional (na cidade de Coyhaique é possível ver o lema na entrada de uma escola, nos ônibus e em prédios da administração pública).

Esta propuesta de “Reserva de Vida” implica un uso respetuoso y a escala humana de las excepcionales cualidades ambientales y culturales de la Región, para el

desarrollo sustentable por y para los aiseni nos, intentando resguardar nuestra opción de ser diferentes y para construir un mundo mejor (HARTMANN, 2009, p.s/n)⁴⁸.

Jovenes Coyhaiquinos e Jovenes Tehuelches

O *Colectivo Jovenes Coyhaiquinos* (CJC) e *Jovenes Tehuelches* (JT), embora sejam ambas as entidades compostas por jovens da região, possuem características bem distintas. O CJC é organizado e composto majoritariamente por jovens da periferia de Coyhaique. Se apresentam como “una organización independiente, que trabaja en contra del capitalismo, la desigualdad social y los abusos de poder” (Retirado da página do grupo de uma rede social⁴⁹).

As marchas contra as represas começaram em 2006, eu fui na primeira marcha e era ridículo ver as pessoas marchando (nas passeatas), porque aqui isso não acontecia, então era vergonhoso ver marchar esse *lesos* (algo como “bobinhos”), segundo o que eu pensava. Apesar de que todos nós nos conhecemos [...] pensei em algum momento, deve ter tido muita gente "que ridículo andar marchando, por quê?"

[pesquisadora] Em que momento mudou essa tua visão?

[...] um dia estava em casa com tantos problemas e não sabia tirar minha raiva e me perguntava: por que terei nascido pobre? Por que não nasci com dinheiro, não para viver luxuosamente, mas para viver um pouco mais cômoda. Eu não queria luxos e nada. E pensava quem será o culpado? [...] e buscando cheguei aos poderosos e me dei conta de como vinham, porque sou pobre, porque não tive oportunidades e existe gente que merece tanto e nunca vai ter nada. E não vai ter não porque seja preguiçoso ou porque não trabalhe, ou seja, desonesto, senão porque uns pares de velhos no mundo têm poder de tudo. Desse dia em diante eu disse “não”, o que eu ganho estando aqui casa? Melhor sair para fazer desordem, por último para incomodar as autoridades, que custe que não tomem cafezinho e nem comam seu pedacinho de carne tranquilos em casa. Que saibam que sempre vão andar os revoltosos nas ruas. E gostei isso foi melhor. (Trecho de entrevista: Deise, fundadora do Colectivo Jovenes Coyhaiquinos, jul/2013).

Iniciaram suas atividades em 2011 entre quatro pessoas, em um “perfil” de rede social emitindo críticas ao PHA, ao sistema capitalista e ao próprio movimento PSR. Logo chegaram a cinquenta jovens com idade entre 17 e 18 anos, chegando a realizar marchas com 600 e 1500 pessoas. Possuem um caráter “confrontacional”, chegando a ser enquadrados como “terroristas” pelas demais entidades:

[...] terroristas é porque às vezes achávamos que não era o caso de sair com flor na frente de um *guanaco* [carro lança águas]. Ou sair com uma florzinha em frente de um *paco* [policial de forma depreciativa] com uma arma cheia de perdigões, não era a solução, quem sabe uma barricada, outra forma de protestar, mais violenta. Se tiver que entrar em choque e jogar pedras, se jogava, sempre foi isso, de ir ao choque. Com paus e pedras nunca com armas, porque não podemos nos armar, senão estás frito neste país, todos os que protestam é terrorista, não sei o que seria com uma arma. Por isso, em algum momento nos trataram de delinquentes,

⁴⁸ Trecho extraído da coluna de opinião “Aisen tiene el derecho a decidir que usos prefiere en su territorio”. Disponível em: http://pulsoverde.nrdc.org/aiseni_tiene_el_derecho_a_decid.html. Acesso em 20 jun. 2014.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Jovenes-Coyhaiquinos/130494637025176>. Acesso em: 20 mar. 2014.

terroristas, dentro do próprio movimento. Foi um trabalho árduo para limpar nossa imagem, tivemos que fazer muitas coisas. (Trecho de entrevista: Deise, Coyhaique, jul/2013).

Funcionam sem personalidade jurídica: “Não queremos ter que prestar contas para o Estado porque lutamos contra o Estado. Seria muito contraditório dizer ‘vamos lutar contra o Estado, mas vamos pedir recursos para fazer protestos contra o Estado’. Nós funcionamos na garra, por isso a informalidade”. Por outro lado, o grupo organiza mutirões, rifas e coleta de alimentos junto à comunidade.

Já o coletivo *Agrupación Nacional Jovenes Tehuelches* é composto por jovens estudantes universitários que, em razão da falta instituições de ensino superior na Região de Aysén, estão distribuídos por todo o país. O que de certa forma é avaliado como um fator a favor do movimento PSR:

[...] uma vantagem, de fato as pessoas, não sei se CODEFF ou o CDP, como que nos “utilizavam” um pouco, mas de boa maneira, porque como nós estávamos espalhados em todo o país e nos enviavam informações a todos, então nós podíamos repartir em [...] em todos os lados. Todos trabalhávamos da mesma forma, fazíamos festivais, passávamos documentários, fazíamos *Peñas* (festivais com música e comida típica chilena)[...] eu acho que de alguma forma foi massivo, essa foi a questão, abrangeu um bom espaço. Isso começou com um amigo, que, em 2006, encontrou a informação que fariam as represas aqui e ele chegou com a informação em casa, eu vivia com ele e com seu irmão [...]e começamos "isso não pode ser", "temos que fazer algo". Então escreveram uma carta⁵⁰, ou escrevemos entre os três, não sei, porque não me lembro, eu estava sentada ali, mas não lembro se eu só anotava. "Tá e como assinamos?" não sabíamos como assinar, "assinamos nós mesmos?" "Coloquemos Tehuelches!" "Tá, Jovenes Tehuelches" [...] eles igual sofreram com a vinda de um invasor. "Jovenes Tehuelches" Como que foi uma espécie de brincadeira e creio que nunca dimensionei pelo menos eu nunca dimensionei. E nessa carta dizia aqui na região queriam fazer represas, quantas represas [...] e meu amigo enviou essa carta para todos os seus contatos, de todos os lados. E aí todas as pessoas reagiram. (Trecho de entrevista: Ximena e Sebastian, Cochrane, jul/2013).

Desta forma, cumpriram um importante papel para difundir a denúncia do PHA em escala nacional. No período de férias acadêmicas os jovens organizam todos os anos, com apoio da prefeitura, uma escola de verão na região “POBLARTE”, com oficinas de circo, teatro, música, entre outras atividades, e uma feira de energias limpas e eficiência energética. Durante o período acadêmico organizam seminários e outros tipos de atividades nas distintas universidades espalhadas pelo Chile.

⁵⁰ Carta declaração dos Jovenes Tehuelches disponível na íntegra no ANEXO C.



Figura 48: Símbolo do Colectivo Jovenes Coyhaiquinos.
Fonte: Página da internet do grupo.



Figura 49: Símbolo da Agrupación Jovenes Tehuelches.
Fonte: Blog do grupo.

Los Defensores del Espíritu de La Patagonia

A entidade *Los Defensores* é uma organização comunitária sem fins lucrativos, funciona como uma associação comunitária, com registro na prefeitura, fundada em 2005, depois de ENDESA anunciar os seus interesses em iniciar os estudos formais de um EIA. Em 2007, parte de seus integrantes foi conhecer um projeto emblemático de ENDESA, as centrais hidrelétricas de Ralco e Pangué na região de Alto Bio Bio, que deslocou sete comunidades Mapuche Pehuenche⁵¹. Suas atividades de centram em acompanhar as famílias diretamente atingidas, entregando informação e ajudando a fazer ações judiciais. Possuem uma sede própria no centro de Cochrane.

Nós temos contato com organizações comunitárias principalmente, porque têm uma visão mais próxima que a nossa. Nós não temos uma visão ecologista, não somos uma ONG verde, não estamos focados no temas das energias renováveis não convencionais, não é nossa ênfase. Em particular sim, obviamente tenho sensibilidade pelo tema ambiental e social [...] Têm outros que olham como algo mais ambiental e dizem "o pior deste projeto são as linhas ambientais" ou "o pior é o impacto ambiental". Para mim o pior impacto é o social e a agrupação pensa isso. O

⁵¹ No início dos anos 1990 o governo autorizou a construção da central *Pangué*, a primeira de um complexo de centrais no Rio Bio Bio. O ápice do conflito ocorreu em 1994 em razão da segunda central, *Ralco*, que teve uma oposição mais férrea, organizada e onde ficaram conhecidas a irmãs mapuche Pehuenches Berta e Nicolasa Quilteman, que se negavam a negociar suas terras. No entanto, em 2003 terminam negociando com a empresa. Hoje em dia as comunidades atingidas e realocadas estão profundamente desintegradas, é a localidade com os maiores índices de pobreza do Chile, receberam terras em áreas improdutivas, os índices de alcoolismos dispararam, e as promessas de ENDESA não tiveram um segmento. Para saber mais: <http://www.derechos.org/nizkor/chile/libros/endesa/cap2.html#E1%20Proyecto%20de%20la%20Central%20Hidroel%C3%A9ctrica%20de%20Ralco><http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96731.html>; Federación internacional de derechos humanos: <http://www.mapuche.info/mapuint/fidh030318.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

primeiro impacto é social. Aqui seria o epicentro do projeto, 600, 700, 1000 trabalhadores fazendo uma represa. Sessenta quilômetros ao sul, outros mil, 700 ou mil trabalhadores e todos vão ter que vir aqui para Cochrane. (Trecho de Entrevista: Carlos G., Cochrane, jul/ 2013).



Figura 50: Sede da associação *Defensores del Espíritu de Patagonia*.
Fonte: Fotografia da autora (jul/2013).

Los Chonkes de Tortel

Los Chonkes é uma organização comunitária surgida em 2007 para fazer oposição à HidroAysén. O nome Chonkes faz referência aos povos Alakalufe, que circulavam na região de Tortel. Chonkes era o modo depreciativo para se referir aos Alakalufes. Não possuem sede própria, atualmente conta com aproximadamente 14 membros ativos. Iniciaram suas atividades para aproximar o tema ambiental da comunidade com oficinas com crianças, mutirões de limpeza. Embora também tenham um caráter de confronto com a empresa, não se definem como uma organização ambientalista.

Tortel é super pequeno, com 500 habitantes no máximo. Começamos a ver o valor que significava viver em Tortel, que, além disso, é Patrimônio da Humanidade, então começamos a mostrar para as pessoas que era uma boa ferramenta o fato de

morar nesse setor, e que tinha que defendê-lo porque não podia ser que viesse uma empresa e quisesse instalar uma represa na região e dentro da área de influencia não se considerasse o povo de Tortel. Porque segundo eles, nós vivemos mais abaixo da represa que estaria mais próxima, então eles dizem que não há perigo e que o povoado não está na área de influencia. Por quê? Porque joga contra o fato de ser patrimônio da humanidade e isso significaria talvez realocar 500 pessoas e tirar um povo de onde está, então pra eles é um gasto extra. (Trecho de entrevista: ativista Chonkes de Tortel, Caleta Tortel, jul/2013).

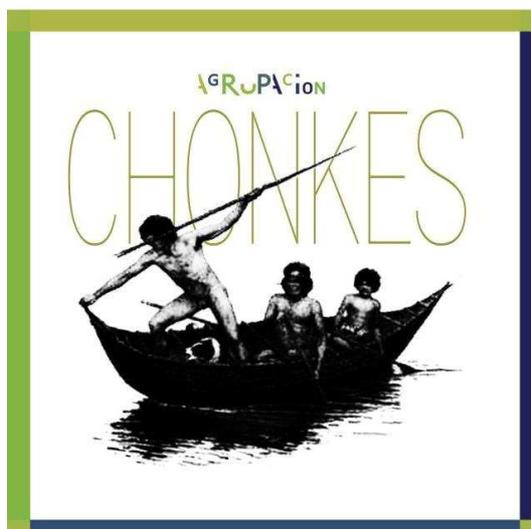


Figura 51: Símbolo da Agrupación Chonkes.
Fontes: Página do grupo na rede social *Facebook*.

Agrupación Río Páscua

A associação comunitária Agrupación Río Páscua surgiu em 2009. De início surgiu para reunir as pessoas contrárias a HidroAysén e

[...] logo, obviamente foi evoluindo, porque não poderíamos estar eternamente apenas tendo o único norte falando das represas e nada mais. Então a agrupação tem vários objetivos, entre eles tudo o que tem a ver com o tema cultural e ambiental, então temos nos dedicado a trabalhar com projetos na comunidade, de caráter ambiental e cultural. De fato, fechamos um projeto de resgate oral e histórico de povoadores aqui de Villa, estamos executando um projeto de reciclagem, também aqui na comunidade temos feito vários projetos para as pessoas, para as crianças, na escola se trabalha bastante. Para fomentar tudo o que tem a ver com a consciência ambiental e o resgate da identidade do lugar. (Trecho de entrevista: Yanile, presidenta da Río Páscua, jul/2013).

A agrupação tem uma forte presença na comunidade, além de desenvolver as atividades mencionadas no enunciado acima, o grupo, graças ao apoio da igreja da católica, conta uma sede comunitária e administra a rádio comunitária local, MADRIPO⁵².

⁵² A rádio Madripo é uma emissora comunitária fundada pelo sacerdote italiano Antonio Ronchi em 1983. Pertence ao Vicariato de Aysén e é administrada pela Agrupación Río Páscua. A transmissão online é acessível em: <http://www.villaohiggins.com/radio/>.



Figura 52: Sede da Agrupación Río Pascua.

Fonte: Fotografía da autora (Jul/2013).



Figura 53: Esboço do símbolo da agrupación Río Pascua.

Fonte: Fotografía da autora. Atelier da artista plástica Marcela Stomersan, radicada em Villa O'Higgins e ativista na Agrupación Río Pascua.

A Igreja Católica

A igreja católica na região desempenha um papel fundamental na articulação entre opositores e na instauração do debate a nível local e nacional. Em nível local a igreja coloca à disposição dos opositores a estrutura de duas rádios, a Rádio Santa Maria, localizada em Coyhaique, a mais ouvida e com cobertura em toda a região, e a estrutura da Rádio Madripo, que funciona em Villa O'Higgins. Também sede espaços físicos pertencentes à igreja a duas organizações, a sede da Coalición Reserva de Vida e a da associação Agrupación Río Pásqua.

Na sede do Vicariato Apostólico de Aysén funciona a Comissão de Justiça e Paz, que no ano de 2010 estabeleceu como projeto guia da Comissão “*Promoção e Defesa de Direitos Fundamentais e Meioambientais na Região de Aysén*”:

[...] estamos trabalhando desde então nessa perspectiva. Por um lado, o acompanhamento a pessoas e comunidades e organizações que não têm onde acudir ou têm acudido alguma instância e não têm sido atendidos, vulneráveis em de seus direitos mais fundamentais de todo tipo e estamos incorporando também o tema dos direitos ambientais. [...] há também os objetivos de desenvolvimento que tem a ver com a formação e a conscientização sobre esses temas. Que tem a ver, obviamente, com o trabalho em rede com outras organizações. Com a finalidade e com temas bem concretos e pontuais como podem ser recuperação dos direitos de água públicos e não privados. a promoção e promulgação de normas e leis que cuidem do meio ambiente especialmente nesta região. Que mantenham a região uma *reserva de vida* (Trecho de entrevista: Teólogo, do Vicariato de Aysén, jun/2013).

Além disso, é do Vicariato de Aysén que emerge um dos “seres individuais” mais destacados na denúncia do PHA, considerando que Bispo Luis Infanti, além de ferrenho opositor é um acionista da empresa italiana ENEL⁵³.

Ao todo, os seres coletivos entrevistados estão distribuídos em três Ongs ambientalistas, quatro coletivos autônomos e quatro associações (ou agrupações) comunitárias. Destes, sete surgiram na situação de conflito com o PHA. Cada grupo mobiliza distintas motivações ou competências “para enfrentar as exigências de engajamento”.

Na descrição das entidades, as que estão em um espaço de ação nacional, como Conservación, Patagonica, Chile Ambiente, entre outros, possuem um caráter voltado à proteção ambiental, seja na perspectiva preservacionista ou conservacionista. São dotados de uma complexa infraestrutura que permite, entre outras coisas, viabilizar estudos técnicos e instaurar demandas judiciais.

⁵³ ENEL é o acrônimo de “Ente nazionale per l'energia elettrica”. É a maior companhia de energia elétrica da Itália. Endesa Chile é uma filial de Enersis S.A., que por sua vez é controlada pela empresa hispanoitaliana Endesa (Enel).Fonte: <http://www.enel.com/en-GB/>. Acesso em: 24 mar. 2014.

Já os que atuam em escala local têm seus interesses majoritariamente (não exclusivamente) voltados aos problemas sociais que ameaçam ou podem ameaçar as comunidades locais, e têm entre suas preocupações fornecer orientações jurídicas e informações sobre os impactos do projeto. Grande parte de suas atividades estão voltadas para o trabalho voluntário nas comunidades. A relação entre as entidades é essencial para circulação do conhecimento técnico, vindo em geral das ONGs ambientalistas, assim como a relação destas com as demais entidades locais é essencial para conseguir adesão a denúncia pública do projeto HidroAysén. Em geral, há o entendimento de que cada um cumpre com sua parte nas distintas escalas ação

Por exemplo, hoje de tarde estão com as leis de Hidroaysén e no Senado tem gente de PSR que pode ser que jamais estiveram aqui, ou visitaram um dia para conhecer, igual que você, não conhecem, mas estão aí, faz dias que estão aí, porque estão discutindo a lei de concessões elétricas, estão lutando, fazem um trabalho incrível, que eu não poderia fazer, nem o Carlos, e talvez ninguém de Coyhaique. Bom eles estão mais próximo, mas .não sei, tampouco não sei se é tão importante, porque cada um tem que fazer o que pode fazer. É importante se são PSR se alguém é político tem que trabalhar e tentar no âmbito político, quando é dirigente, tem que estar aí, se é técnico, até o estudante que tem que se esconder em casa porque quer andar com um broche sem represas. Cada um tem que fazer o pode fazer. Não olhar com receio "aah...esse sempre sai na televisão, é a cara visível" (Trecho de entrevista: Lili, campesina diretamente atingida e ativista no Defensores, Cochrane, jul/2013).

O processo de construção de um conflito do porte do conflito em torno ao PHA passa por superar ou suspender temporariamente diferenças e interesses que poderiam ser conflitantes em outras situações. O caso de Douglas Tompkins é emblemático dessa situação de desconforto gerado entre os agentes que se engajam, como relatado por Anita, para os campesinos é um “conflito fortíssimo”. De fato, se nas entrevistas as falas em geral se demonstravam moderadas quanto aos seus pares, normalmente entre as conversas informais havia desconforto quanto ao protagonismo de uns, “que estão sempre na televisão dando entrevista” ou quanto aos interesses do conservacionista Douglas Tompkins.

O tema da conservação me parece excelente, o tema de fundo é que não é claro para mim. Porque não sou adivinho [...] no caso de Douglas Tompkins eu creio que é ruim que haja uma imposição de um modelo, respeitável e tudo, mas não gosto das coisas que acontecem quando passa um David Rockefeller visitando uma Valle Chacabuco [...], ou seja, todos sabem o que são a família Rockefeller e não são os mais autruistas e conservacionista no mundo é como que uma contradição que nos faz duvidar. Aqui no Chile tem um ditado que é diga-me com que andas e te direi quem eres. Para mim David Rockefeller nos faz duvidar e questionar muitas coisas (Trecho de entrevistas: Bagual, ativista PSR).

Assim, observa-se que na convergência de um interesse em comum posicionam-se, ao mesmo lado, pessoas que em situações distintas talvez estivessem em lados opostos: pequenos produtores rurais e conservacionistas, “anarquistas” e moderados, entre outros. Diante disso,

pode-se inferir que os/as pessoas que se engajam nessa situação de embate para denunciar o PHA são obrigadas a “escorregar” de um mundo a outro.

Essas situações representam a estilização de cenas da vida nas quais as pessoas, em desacordo entre si, apóiam-se em diferentes princípios de justificação para argumentar de seu ponto de vista e, eventualmente encontrar formas de um acordo legítimo (DODIER, 1993, p.79).

5.2 NATUREZA DOS ARGUMENTOS: OS FUNDAMENTOS DAS DENÚNCIAS, CRÍTICAS E JUSTIFICATIVAS.

Nossa abordagem volta-se para uma análise descritiva e interpretativa que considera o ator social como um agente competente. “Pela expressão ‘agente competente’, entende-se que as pessoas possuem e desenvolvem competências próprias quando problematizam determinados assuntos” (FREIRE, p. 722, 2013). No processo de *modelização* e formulação do regime de críticas vale entender quais são os objetos e seres que são mobilizados para embasar as argumentações que constroem a denúncia pública de uma injustiça

Partindo de tal perspectiva, para dar seguimento a nossa investigação colocamos como referências a serem observadas questões oriundas da perspectiva da construção dos problemas ambientais: “O que tem sido dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual é a retórica das argumentações? Como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir seu público?” (HANNIGAN, 2009).

Consequente, durante nosso percurso investigativo percebemos que na trajetória de um problema com vistas à sensibilização e mobilização em seu entorno, as competências emergem basicamente de três *situações*: a necessidade de instaurar a Patagônia Chilena como algo a ser defendido, as percepções quanto ao PHA e o embate entre distintas concepções de desenvolvimento. Desta forma, buscamos neste capítulo evidenciar a natureza dos argumentos ou as distintas ordens (princípios ou “seres metafísicos”) que as pessoas fazem referência para construir a denúncia contra o PHA.

As ordens que consistem em princípios ou “seres metafísicos” (BOLTANSKI, 1990, p. 73), aos quais as pessoas fazem referência em suas ações para justificar, para julgar outras, para criticar ou para qualificar uma situação e os objetos sobre os quais se apóiam as pessoas para estabilizar certas interpretações de uma situação são pragmaticamente indispensáveis às pessoas (BÉNATOUÏL, p.300 – tradução livre).⁵⁴

⁵⁴ “Les odres qui consistent dans de principes, ou “êtres métaphysiques” (BOLTANSKI, 1990, p. 73), auxquels lês personnes font référence dans leur actions pour lês justifier, pous juger autrui, pour stabiliser certains interprétations d’une situation, sont pragmatiquement indispensables aux personnes”

5.2.1 A Patagônia como o *bem comum*

As ações em um regime de justificação devem vincular eventos particulares na busca de uma entidade metafísica, o “bem comum” (IZQUIERDO, 2004). Na construção da denúncia pública do PHA como uma denúncia de injustiça o esforço dos agentes em passar de um problema particular ao geral passa por determinar uma das *coisas* ou o “*ser metafísico*” que está jogo: aquilo que merece ser “defendido”. Nesse sentido, diante de um difícil horizonte de *publicização* de demandas, a instauração da “Patagônia Chilena” como um bem comum emerge como primordial para instaurar o movimento de críticas ao PHA. Só assim, nessa disputa, “defender” a Patagônia pode adquirir o peso de uma reivindicação entre os distintos agentes políticos engajados com a finalidade de ascender a uma generalidade. Portanto, esta análise busca evidenciar quais são as percepções e competências mobilizadas que modelam a instauração do *bem comum* com vistas à formulação de uma reivindicação: “Patagônia Chilena Sin Represas”.

Entende-se o conflito ambiental como aquele que “envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, ameaçada por impactos indesejáveis” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Cumpre-se, também, analisá-los “simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica” (ACSELRAD, 2004).

Primeiramente, entre os agentes entrevistados em nível regional, procurar dar um significado ao território ou lugar “Patagônia” passa por problematizar o “ser Patagón”. A localização territorial, marcada pela falta conectividade e as condições ambientais ordenam não apenas os tempos de deslocamento e o modo de reprodução material da vida, como de certa forma, conformam o modo de *existir e ser* do “Patagón” ou, especificamente, do “Aysenino”. Nesse sentido, há muitas semelhanças entre os relatos, nos quais objetos que remetem à ideia de “natureza” e a seu “conteúdo” como “face de neve” “o frio faz com que sejamos rudes” sejam mobilizados para conformar sua identidade com o lugar

[...] nós aqui na Patagônia temos um pouco uma “*face de neve*”, a cara um pouco, quem sabe, podem nos ver um pouco frios, mas sim somos, nesse sentido *somos invencíveis tanto para as neves, quanto para a geada, como para a chuva*, que foi o que fizeram nossos avós e nossos pais quando chegaram. (Trecho de entrevista: Prof. Cheukeman, ativista na agrupação comunitária Los Defensores del Espíritu de Patagonia. Cochrane, jul/2013).

O *Patagón* eu diria que é um cara meio *terco* [tosco], mesmo frio e as inclemências do tempo e mesmo o isolamento faz com a gente seja [...] mais duro para enfrentar a vida. Saímos adiante, não ficamos sentados quando caem as grandes quantidades de neve, quando faz oito graus abaixo de zero. Sempre saímos e tudo funciona, começa nevar, faz 15 graus abaixo de zero e tudo funciona, um pouco mais lento, mas tudo funciona. A pessoa que não é daqui se impressiona “como vai andar com 15 graus

abaixo de zero trabalhando, fazendo seu labores diários". Mas efetivamente, isso é o Patagón. (Prefeito de Coyhaique, anti-represas. Coyhaique, jul/2013).

[...] ao redor desse lago [Lago General Carrera ou Lago Chelénke, para os Tehuelches] temos microclimas onde se podem cultivar árvores frutíferas e cerejas. Ou seja, não é só essa imagem da Patagônia com neve, geada e muito frio, ou muito vento. Sim é, mas não é só assim. Portanto é amigável com as pessoas e os assentamentos comunitários. *Onde podes viver de uma forma totalmente natural*, onde há tempo porque há menos ruído, como para viver também a contemplação. *Isso gera o tipo de pessoas com personalidade diferente, mais arraigada e profunda interiormente*. Talvez menos instruída, mas sim mais sábia com uma sabedoria maior. (Trecho de Entrevista: Jesus, Vicariato Apostólico de Aysén, Coyhaique, jun/2013).

Conforme Zhouri (2010, p. 25) os conflitos ambientais territoriais surgem quando a apropriação do espaço choca-se com territórios gerados por grupos em que as “formas de uso dependem em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado”. Na maioria dos casos, as formas de uso são vinculadas a uma “socialização do grupo” baseada em princípios de “reciprocidade” e “coletividade”. No decorrer da investigação a campo, foi possível observar que características como “reciprocidade” e “coletividade” marcam as relações sociais das comunidades da região, que vão desde organizar atividades para crianças, passando pela troca de pão por carne, até construção de trilhas entre os bosques que serão úteis para todos. Em razão disso, a *solidariedade* é apontada por muitos como uma característica comum ao patagón. Tal solidariedade seria, em parte, fruto das próprias relações com o entorno:

Para mim o aysenino é solidariedade (...) de partida acho que o homem *aysenino patagón* é de caráter muito sério... dá a entender como se fosse muito "parco"[calmo, passivo]. Mas é *parte dessas pausas que te dão as épocas do ano...* Quem sabe *somos mais de observar* para depois começar a comunicar. Ainda que o corpo seja um meio de comunicação importante... te dá a entender que há um momento que é preciso escutar e depois começar a opinar. Mas para mim o *aysenino é solidariedade acima de tudo*, muito esforço. Como eu te digo, o isolamento tem sido uma das complicações. Mas também em algum momento se decidiu a povoar estas terras, porque eram terras que não estavam em mãos de ninguém e assim mesmo se foram forjando os caminhos, famílias e com base sempre na solidariedade. De fato, o trabalho no campo continua se fazendo com trabalhos conjuntos, esquila, trabalho conjunto no litoral, na pesca artesanal, então creio que isso nos marca. É uma característica que nos marca. E de fortaleza física especial também o frio curte bastante e isso nos faz adequar-nos a situações importantes e nos dá para ter um pouco mais de fortaleza (Trecho de entrevista: Bagual em Coyhaique, julho/2013).

O *Patagón* é uma pessoa, como te dizia antes, que se bem é certo a primeira vista pode dar uma impressão de uma pessoa fria e distante, tem que conhecê-lo muito bem para se dar conta que o *patagón* é uma *pessoa solidária e humanitária*. Isso mesmo é assim porque marcou o fato de viver nesta região tão distante um de outro, tinha de percorrer muitas distâncias e se um *campesino* saía de seu campo demorava dois dias para chegar a outro, por exemplo, era bem recebido, prontamente atendido, tinha pasto para seus cavalos, hospedagem em suas casas. Bom, *um pouco a geografia e o clima acabou fazendo a personalidade do patagón* (Trecho de entrevista: Prof. Cheukeman, ativista na agrupação comunitária Los Defensores del Espíritu de Patagonia. Cochrane, jul/2013).

Para outros, a relação com o ambiente na Patagonia não implica apenas numa configuração diferente do modo de existir, mas também uma relação que chega a ser *transcendental*. Como no relato de Glória, que quando questionada sobre como é viver na Patagônia, contrastou o ato de abrir uma torneira com o ato de ter que ir buscar água caminhando por um rio congelado

[...] creio que há um apego a natureza e à paisagem da terra que é distinto de como se pode viver em outras partes. É diferente que no inverno tenhas que buscar água ao rio e que tenhas que *caminhar no rio* para pegar água porque a água circula no centro do rio à, sei lá, que a qualquer momento possas abrir a torneira e te saia uma água com sabor dos canos. Te dá uma *consciência diferente de natureza*. E eu acho que aqui temos essa possibilidade de ter essa consciência diferente de natureza. (Trecho de entrevista: Professora de educação diferenciada, Comité Oscar Romero. Coyhaique, jun/2013)

Enquanto que para outros, falar da Patagônia é falar de obviedades, como na fala de Lili, quando questionada sobre o que é a Patagônia

Muita *paisagem* e pouca *gente*. Ah ..não sei. (Lili, Campesina atingida direta, membro dos Defensores del Espíritu de La Patagonia. Cochrane, jul/2013)

No entanto, quando questionada sobre a importância de preservá-la, a iminência da perda e a existência de pessoas que valorizam o projeto surge

[...] Não sei, acho que muitos não estão conscientes de onde vivem. Como com a saúde, talvez, se estamos saudável, andas por aí contente, mas no momento de ficar doente percebes o que vale a saúde. Não sei como te explicar. Assim, as pessoas não estão muito conscientes de onde vivem e a qualidade de vida, pode ser que muitos que pedem o progresso não sabem que se impactos negativos pode trazer esse tão esperado progresso. O que perderiam. Tem a ver muito com o contato com a natureza. (Trecho de entrevista: Camponesa, Cochrane, jul/2013)

Ao apontar aspectos culturais e sociais da Patagônia e dos seus habitantes há uma constante mobilização de termos que compõem o ambiente: a neve, o frio, os bosques, entre outros. Assim, a configuração da imagem do *patagón* entre os opositores ao projeto é em parte fundamentada na sua relação com o entorno, o ambiente e a paisagem.

Outro recurso mobilizado ao definir a Patagônia diz respeito à relação do território com o resto do país. Trata-se, como mencionado ao longo deste trabalho de uma região isolada por terra e de uma população historicamente isolada e *abandonada* (sensação frequentemente evocada pelos entrevistados) em termos de investimentos públicos para a garantia de acesso a direitos básicos como educação fundamental e superior, saúde, estradas, entre outros. Conforme Dodier (1993, p.107) muitas vezes, nas disputas por justiça, as pessoas “reencontram no passado os acontecimentos que, organizados em relatos, isto é, aproximados uns dos outros, permitem julgar o presente”. Nesse sentido o histórico da região é ajustado à situação em que se elabora a crítica, pois as pessoas “pressupõem [...] que as ações obedecem a cálculos que elas podem reconstruir fortalecidas pelo aporte permitido por

uma posição retrospectiva sobre o acontecido” remontando, muitas vezes, a períodos antes do próprio nascimento, “buscando pontos de partida lhe pareçam verdadeiras origens do presente (DODIER, 1993, p. 106-107).

Bom, em primeiro lugar é preciso dizer que muitas pessoas daqui dizem que o que antes chamávamos Aysén e agora chamamos Patagônia [...] sempre foi Patagônia, mas já foi a TRAPANANDA. Trapananda foi o nome fantasia que os colonizadores espanhóis deram a este território no século XVI, que é algo como dizer é “aqui onde não habita ninguém” “ali onde há algo que não é para nada”. E isso ficou no imaginário de tal forma que o Chile termina em Puerto Montt e Chilo é e depois não tem mais nada. Isso levou em algum momento a se pensar em praticamente em vender ou dar este território. Era imprestável. Estamos falando do século XIX, que não havia essa consciência dos recursos naturais. Se soubesse naquele momento não o teriam feito. Portanto, o patagón sempre tem se sentido desde o principio como apartado, *desprezado* [...] como disse um Ministro de Energia do presidente Lagos em 2002, “Como lá não vive ninguém” [...] Tu me perguntas o que é a Patagônia, isso tem marcado. Por outro lado eu penso que a Patagônia não é isso, é tudo o contrário é a segunda ou terceira reserva mundial de água doce [...]. (Trecho de entrevista: Jesus, teólogo do Vicariato. Coyhaique. Jun/2013).

Nós olhamos a Patagônia como um todo. Eu não faço muita diferença entre a chilena e a argentina, [...] Muitos de nós temos a metade dos parentes na Argentina, ao lado sul da Argentina. Então, quando o Chile foi chamado para a guerra com a Argentina, eu... você compreenderá que eu primeiro corto minha mão antes de ir para a guerra [...] então se você me fala de *Patagonia Chilena*, para mim a *Patagonia é um todo*, Argentina e Chile. Isto do ilhamento, de estar desconectado com os governos centrais, de peitar com os climas, eu vejo como uma coisa mais integrada. E a Patagônia Chilena eu vejo que tem a ver com o esforço realizado por SERNATUR [Secretaria de Turismo] de alguma forma se diferenciar de Argentina. *E também com o tema dos projetos hidrelétricos, para diferenciar um pouco mais do que acontece com as transnacionais* no Chile, nós seguimos o jogo, mas no fundo os que somos *patagônicos, patagônicos*, temos como que essa coisa *binacional*. Se amanhã Piñeira [presidente] falasse para ir a guerra contra Argentina para recuperar petróleo, nós não vamos, eu não vou, quando foi o movimento Aysén o primeiro que surgiu foi levantar a bandeira da Argentina no Chile, neste lado de Chile, porque há uma sentimento binacional super forte. (Trecho de entrevista: Miriam, empresária local, Coyhaique, jun/2013).

No enunciado de Jesus, ao ser interrogado sobre o que é a Patagônia, a sensação de esquecimento por parte do Estado remonta ao período da colonização espanhola. No enunciado seguinte, sob a mesma interrogação, a definição de Patagônia parte de uma visão totalizante, amparada muito mais numa perspectiva integrada geográfica e culturalmente com a Argentina, que numa separação administrativa do que é Patagônia. Para Miriam, falar em Patagônia é falar em um todo e falar na *Patagonia Chilena* é seguir um *jogo*, seja para as políticas destinadas a fomentar o turismo na região, seja para se opor a projetos hidrelétricos. Nesse sentido, nos dois relatos acima transcritos, ao definir o que é Patagônia é possível perceber o forte enraizamento da sensação de esquecidos ou, nas palavras de Jesus, *desprezados* pelo Estado, o que reforça a rejeição de projetos como o PHA. Ainda no relato de Miriam, é possível observar já o esforço que sinaliza para a construção da “Patagônia Chilena”.

Na conjunção entre *desprezados* pelo Estado e a relação com a Argentina também surge uma definição do Patagón:

O patagón é a simbiose cultural entre o excluído e o poblador [colono, povoador] humilde do campo, do resto do Chile de Puerto Montt para lá e o trabalhador peão das Pampas Argentinas. Não porque a Argentina tenha tido maior influência em nosso território, senão que todos os que chegaram nesta região, chegaram trabalhando, por exemplo, para as sociedades de gado, mas também apostaram a sorte trabalhando e suportando o inverno na Pampa, nas estâncias argentinas, onde se dava trabalho, enquanto que no Chile não tinham, no Chile não tinham terra, não tinham casa, suas famílias passavam fome. (Trecho de entrevista: Andrea, ativista na Agrupación Rio Pásqua, Villa O'Higgins).

Há muito mais proximidade com a Argentina que com o resto Chile. E o esquecimento por parte do Estado, muitas vezes é a explicação para o fato de ser uma região de “natureza intocada”, o que, por conseguinte, reforça a sensação de injustiça e o rechaço ao projeto.

E o tema de que aqui o território seja esquecido pelo mesmo Estado, implica que somos um lugar mais prístino, menos percorrido, com menos população. Existem lugares que ainda são quase virgens, como talvez na Amazônia. Eu sempre penso que a Amazônia ainda tenha lugares virgens, são os pequenos pulmões que estão ficando no mundo. Essa diferença também com a Patagônia Argentina, nós ainda podemos dizer que somos um lugar limpo. Nós aqui ainda não temos nada disso, quer dizer, temos mineiras pequenas, mas estão os campos de gelo e *as reservas de água* aqui na zona, neste território [...]. É um lugar selvagem, a diferença do outro lado. (Trecho de Entrevista: Anita, Chonkes de Tortel, Coyhaique, jun/2013).

A mim não interessa me unir ao resto do país se o resto do país que me vê com dispensa de recurso de energia de água [...] Não me interessa essa conexão, mas se as pessoas precisam porque temos água, ou para poder alimentar a população não há problemas nesse sentido. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e candidata a deputada, Coyhaique).

Outro aspecto presente entre os denunciante é a concepção da Patagônia como *dádiva divina*:

É uma zona onde a água é destilada ao dobro de forma natural [...], portanto temos a água mais pura do mundo [...] *Que tem paisagens recém tiradas da criação, de quando se criou a Terra.* Com uma beleza que eu chamo de beleza selvagem ao bruto. (Trecho de entrevista: Jesus, Teólogo do Vicariato Apóstólico de Aysén, Coyhaique).

Esses fundamentos estão expressos na carta Pastoral “*Danos hoy el agua de cada dia*”, que propõe uma visão “ecocêntrica” entre pessoas e demais criaturas existentes no planeta, em oposição a uma visão “antropocêntrica”, que “separa o seres humanos da natureza” e a visão “cosmocêntrica” que “vê o ser humano como uma espécie a mais na natureza”:

Considera al *ser humano em íntima relación com el meio ambiente*, que vive em la “casa común” que Dios nos regaló, para todos. A partir de la antiqüíssima Fe del pueblo de Israel y de su absoluta vigência actual, de que LA TIERRA ES DE DIOS, se afirma que *DIOS ES EL CREADOR, ES EL SEÑOR, ES EL DUEÑO*, y el ser humano, “creado a imagen y semejanza de Dios” tiene la gran responsabilidad de *llevar a casa creatura hacia la finalidad por la cual el Creador la creó*, cooperador

em el cuidado y crecimiento de cada creatura hacia su plenitud, hacia su desarrollo, hacia su perfección. (Trecho extraído da Carta Pastoral “Danos Hoy el agua de cada día”. Fonte: Huellas de una Iglesia Profética en la Patagonia, 2011. Destaques no original).

A visão *sagrada* de natureza presente entre os denunciantes coaduna-se perfeitamente com a *visão de natureza selvagem, intocada e bela* a ser preservada que é profundamente explorada pelo movimento opositor. Em termos de consolidação do que é a “Patagônia Chilena”, a evocação à paisagem “intocada” é amplamente utilizada a nível nacional, para reinstalar a Patagônia como algo chileno, tido como um território *perdido* no imaginário nacional. No relato abaixo transcrito de um dos principais “mentores” do movimento PSR e diretor executivo do Conselho de Defesa da Patagônia, é possível observar o processo de colocação do “conceito” “Patagônia Chilena” em nível nacional e como a mobilização de aspectos *emocionais* foi importante nesse sentido:

[...] a maioria dos chilenos dava por perdida a Patagônia, depois da guerra do pacífico [...] quando o Chile teve a guerra com Peru e Bolívia, para não criar um conflito maior cedeu o território para a Argentina, então os chilenos davam por perdida a Patagônia. Então, quando colocamos o *conceito "Patagônia Chilena"* também descobriram "ah! o Chile segue tendo patagônia!" “não a tínhamos perdido para Argentina!” Então aí tem algo como um sentido de pertencimento. “Temos uma Patagônia que nos pertence e, além disso, é bela!”. Porque tocávamos o tema da beleza [...] Por onde entramos a razão e a emoção. *A emoção é a beleza, que é algo muito belo e querem destruir a beleza. e a beleza é parte da harmonia, é parte da alma nacional, a beleza do paisagem.* O Chile e subliminarmente, todos os chilenos têm desde a mais terna infância uma valorização pela paisagem. Tu vês no hino nacional. Que repete "o mar, o céu, o campo, as montanhas", então o *hino nacional é paisagem*, então tem algo subliminar nos chilenos, que demonstra que sua paisagem é seu país. Paisagem vem de país. "País-sagem" [...] Se estão danificando tua paisagem, estão danificando teu país e isso é algo mais do que racional, é algo *emocional*, mas gatilha processos que as pessoas começam a buscar razões para entender suas emoções. Então, isso não é um tema puramente racional ou puramente descritivo, há um mix, da parte emocional e racional. Isso nós temos buscado no psicossocial. (Trecho de entrevista: Patricio P, Diretor Executivo da Ong Chile Ambiente e CDP, Santiago, maio/2013).

O trecho da entrevista acima transcrito já projeta a articulação da Patagônia como um *bem em si*. E nível local, avaliando o processo que elevou a defesa da patagônia como tema nacional, o jornalista de Coalición Reserva de Vida, entre outros fatores, atribui o sucesso da adesão a causa a uma “virtude de origem”:

O que acontece, bom, isso partiu em 2005 e em 2006 começa... eu acho que o tema importante é que foi ...teve várias, múltiplas variáveis [...] o bom é que temos uma *virtude de origem*. A virtude de origem é que proteger a Patagônia chama a atenção, é uma linda causa. *Uma linda causa!* Porque se estivéssemos, não sei, se nossa causa fosse, protejamos os arranha céus, não sei muita gente estaria de acordo. Mas a patagônia é algo que está no ideário coletivo.

Para Dodier (2004), o trabalho de articulação entre esses bens em si encontra-se no âmbito das construções políticas. Para tanto, a “arquitetura” do modelo de análise do

*Laboratório das Cités*⁵⁵ a palavra é unidade elementar da crítica e da sua interpretação. A robustez da instauração da denúncia, neste caso, conforme podemos notar, está em colocar a Patagônia como algo de interesse geral, e para tanto é necessário uma demarcação como “Patagônia Chilena”. No entanto, a condição de pertencimento também emerge do entendimento ampliado daquilo que significa defender a Patagônia, que fica explícito ao questionarmos o porquê é importante preservar a Patagônia:

Se não entendemos que a *água é a base da vida* - e isso não tem a ver com os temas ambientalistas, nem de ser ecologista nem nada, tem a ver com senso comum - não vamos saber nada. Para mim é essencial recuperar os bens comuns e isso é água, território, fazer soberania alimentaria, no sentido de resgatar o que se tem feito com nossos povos originários e povos campestres e os povos entranhados de cada lugar no Chile, na Patagônia, no mundo. Voltar a isso, ou seja, erradicar e dar essa luta com essas grandes empresas que tem transformado tudo, que têm intervindo geneticamente tudo, Monsanto é o melhor exemplo e aqui temos a oportunidade de fazer as coisas diferentes, por isso queremos ser parte do *início deste bom viver*, de criar esperança. E por aí um rapaz disse, que para nós, claro soa bem romântico, *mas que se a gente conseguisse salvar a Patagônia, poderíamos salvar o mundo*. (Trecho de entrevista: Bagual em Coyhaique, julho/2013).

O maior *patrimônio ambiental natural* do país e tem um valor intrínseco muito alto, porque o país e a cidadania o tem reconhecido com um território próprio e como um bem público. Porque 80% é território fiscal pertence a todos os chilenos, é do fisco. Então nisso, portanto, as metas da sociedade querem que a Patagônia tenha outro destino, que não seja megarepresas, ou mega-mineiras. Querem para a patagônia a sustentabilidade. (Trecho de entrevista: Patricio P, Diretor Executivo da Ong Chile Ambiente e CDP, Santiago, maio/2013).

Eu acho que sempre dizem que somos um fardo para o governo, mas creio que isso não é o mais importante. Creio que *somos a reserva de vida* de Chile. E somos ainda o lugar que não tem sido tocado ou danificado como se quer danificar e creio que aí está nosso potencial e em algum momento esta região que tem sido um fardo para o país porque economicamente não entrega muito para o país, em algum momento ou *em sua hora vai ser a salvação de muita gente*. Creio que por suas reservas de água, por seus bosques, pela sua natureza, pelo ar que tem, pela forma de vida, isso, pela forma de comer, tudo, tudo é mais são. (Lolo, vereadora e campestre, Villa O'Higgins, jul/2013).

Creio que não tem uma importância para nós assim como tal, eu vivo aqui, se sigo vivendo aqui vou ter uma vida anti-stress, relativamente com uma boa qualidade de vida [...]. Se eu penso no meu companheiro, ou no resto do mundo, *tenho que defender ou ser parte disto para eles, no fim, para as futuras gerações*, não para mim, porque eu já estou desfrutando disso e se o resto do mundo estão contaminando tem que ter uns pulmões verdes e que por último sirvam de *exemplo para o futuro*, para a pessoas que moram num lugar contaminado e vem aqui fazer turismo e pensem, “na realidade não estou vivendo tão bem quanto eu penso”. (Transcrição de entrevista: Anita, Chonkes, Coyhaique, jun/2013).

A construção da Patagônia com um bem comum parte de características singulares apresentadas pelos coletivos e seres individuais que compõem a denúncia e é como descrevem

⁵⁵ O termo “Laboratório das Cités” diz respeito ao conjunto de estudos que partem do fim da década de 1980 com teorias centradas no estudo do bem comum explorando seguidamente outros modos de ação, mas preocupados “em posicionar esses modos com outras adições ao modelo inicial, no quadro de um plano de conjunto que nos propomos chamar aqui o *Laboratório das Cités*” (DODIER, 1993, p.2).

Almeida e Gerhardt (2005) uma “salada propositiva”, em que convivem distintos pontos de vista que colocam a defesa da natureza relacionada

(...) à ideias vinculadas à proteção da natureza de todo e qualquer artifício humano, (re)sacralizando assim os processos naturais e colocando ênfase na possibilidade daquela encerrar no seu interior alguns dos mistérios da própria existência e essência do universo; ou ainda a um tipo de abordagem que pretende focar, simplesmente a possibilidade de se estabelecer uma convivência “harmônica” entre seres humanos e elementos da natureza (GERDHART; ALMEIDA, 2005, p. 12).

Conforme Dodier (2004 p. 263), “quando se entra no estudo das operações críticas por intermédio dos bens em si, encontra-se, de imediato o movimento do sentido crítico”. Percebemos que o processo de construção do conflito em torno ao PHA é acompanhado pelo movimento de instauração da Patagônia como um bem comum e a luta por preservá-lo em sua integridade.

Ao mesmo tempo, observa-se que junto com exaltar as propriedades do lugar, a defesa da Patagônia tem implicado num fortalecimento e valorização da memória, origens e características sócio-culturais, em suma, seus modos de existir e configurar seus mundos. São os caminhos necessários para não serem “vítimas passivas” e assim realizar e expressar que existem diferentes formas de existência. Para Zhouri (2010), essas defesas do lugar representam uma “fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino” (p. 445).

Por fim, acompanhando o sentido da formulação e direcionamento da construção da Patagônia com um bem comum, são mobilizados recursos com vistas a uma qualificação ambiental das justificativas, “*em sua hora vai ser a salvação de muita gente*” “*se a gente conseguisse salvar a Patagônia, poderíamos salvar o mundo*” “*Tenho que defender ou ser parte disto para eles, no fim, para as futuras gerações*”, exatamente no sentido mencionado por Lafaye e Thevenot (1993), em que uma das especificidades dos recursos mobilizados nos regimes de ação referentes a questões ambientais, é em relação às consequências em relação ao tempo futuro, às futuras gerações.

5.2.2 A formulação de críticas ao projeto HidroAysén

Os questionamentos mais recorrentes em torno ao projeto HidroAysén centram-se no processo que levou à aprovação do projeto pelas autoridades ambientais; nos possíveis impactos sociais, ambientais e econômicos; os modos de agir da empresa em campo e nas modificações nas relações sociais locais que já estão impactados com a iminência do projeto.

Permeando toda a discussão, é no processo de formulação de críticas ao projeto, que está em *disputa* a concepção de quem são os “atingidos”. Do lado de HidroAysén, as informações divulgadas pela empresa parecem ter como objetivo minimizar seus impactos. No sítio eletrônico da empresa a primeira informação que surge é a proporcionalidade do projeto em relação ao tamanho da região de Aysén. A informação do número de atingidos diretos incluídos no EIA é bastante divulgado:

Con una superficie total de 5.910 hectáreas, que equivale al 0.05% de la Región de Aysén (Trecho extraído do sítio eletrônico da empresa)

18 familias relocalizadas; 18 familias reubicadas dentro de los predios que habitan; 2 familias trasladadas temporalmente fuera de su actual lugar de residencia; 1 caso especial con problemas de conectividad (Memorial 2012)⁵⁶

Quando os questionamentos são direcionados aos planos da empresa podemos observar fortemente a disputa em torno do conceito de “atingido”. A todo o momento as falas dos agentes aparecem marcadas pelos *efeitos* do empreendimento, seja pelas *ações* da empresa em campo para realizar os estudos que compõem o EIA, ou pela definição dos “atingidos” colocados no EIA. O caso mais drástico é o descrito pelo Prefeito de Caleta Tortel e por Claudia, que atualmente vive em Coyhaique, mas que por muitos anos viveu em Tortel e quando questionada sobre quem são os atingidos por HidroAysén remeteu-se imediatamente à comunidade mencionada

E neste caso, para HidroAysén, formalmente eles detectaram 14 famílias entre o Baker e o Pásqua, nós, e eu trabalhei em campo por anos percorrendo, com seu projeto em mãos e para mim só na comuna de Tortel são *60 familias os afetadas directas*. Mas para mim *toda a comuna de Tortel é afetada*, porque no fundo quando afetas cinco ou seis familias, essas familias têm outras familias que estão em Tortel outros lugares e quando afetas a vida deles afeta a vida dos outros também. Quando interrompes o curso de um rio, um rio que se navega, em Tortel quando se corta o caminho a unica via de escape é o Baker, como se fazia antigamente. Quando eu cheguei a Tortel não havia caminhos, era como uma ilha, tudo se fazia pelo rio, subir e descer, subir descer. *Então quando afetas o rio afetas uma vida natural de intercambio cultural, de intercambio comercial, uma vía de escape, uma vía de chegada segura*. As pessoas (de Tortel) conhecem melhor o rio que os caminhos, mas isso o projeto não reconhece. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR. Coyhaique, jun/2013).

[...] em seus estudos de impacto ambiental dizem que Tortel não está dentro da zona de impacto do projeto. Eu quero lhes dizer que *a zona de impacto do projeto é justamente a zona de Tortel*, porque o Puerto Yungai, onde eles pretendem fazer um porto de desembarque e fazer toda a logística para fazer as represas no BAKER está dentro da Comuna de Tortel e aí eles querem fazer um mega porto com serviços e tudo e no setor do Rio Bravo querem colocar os acampamentos onde vão se instalar para construir as represas do Rio Pásqua. Acontece que esses territórios também estão dentro da comuna de Tortel. Então não podem dizer que Tortel não está dentro da zona de impacto do projeto é a porta de entrada. Ou seja, se amanhã vão chegar

⁵⁶ Memorial e prestação de contas da empresa disponível em: http://www.hidroaysen.cl/?page_id=28. Acesso em: 20 mar. 2014.

6000 trabalhadores, e Tortel tem uma habitação de 600 habitantes, *não vamos suportar*. (Trecho de entrevista: Prefeito de Caleta Tortel, Caleta Tortel, jul/2013).

Neste caso, observando as falas acima transcritas, a disputa em torno de quem são os atingidos remete diretamente às falhas do EIA. No entanto, numa análise mais acurada, a própria Claudia expressa, na fala transcrita abaixo, uma inconformidade com os parâmetros adotados para delimitar “impactos” e “perdas” e a incomensurabilidade do que está em jogo, já que “*não é uma questão de metros mais ou metros menos*” (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR. Coyhaique, jun/2013).

O projeto te mede com critérios que eles desconhecem, para eles vai afetar um 0,01% km da superfície da Patagonia. Para nós tudo é patrimônio e as *peças também são patrimônio*, portanto uma família que tu afetas, para mim é muito. Numa população de 500 pessoas afetas uma família de 15 ou 20 é muito. E eu sempre dizia, aqui não é um tema de superfície, *não é uma questão de metros mais ou metros menos*. Se eu te digo, vou fazer explodir La Moneda, vou tirar ela daí. Eu posso te dizer igual que Hidroaysén “isso não pode te afetar”, porque La Moneda deve ser 500 metros quadrados, num país como Chile, nada! Mas é La Moneda. Ou, posso dizer, vou fazer vou fazer um quadro e vou cortar a Monalisa, olha são 20 cm quadrados, mas é a Monalisa é um patrimônio. Bom, a Patagônia é o mesmo, 0,0001% para mim é importante. Mas esse critério a empresa não tem, nem o governo, o temos nós e não a lei e *o sistema de como te avaliam é muito injusto*. Não consideram tua opinião, não consideram o que *tu* acreditas, e o que sentes como patrimônio e o que tu sentes como afetado. Então eles *reduzem* tudo porque legalmente lhe convém, afetar 14 é muito diferente que dizer que afeta toda uma região, é mais, este projeto afeta metade de Chile, são oito regiões com as linhas de transmissão, oito de quinze, ou seja, é metade do país, então tudo é relativo. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR. Coyhaique, jun/2013).

No enunciado anterior além da crítica direcionada ao modo injusto “como te avaliam” emergem outra série de críticas “não consideram tua opinião”, “não consideram o que acreditas”, sensações que atingem e alimentam diretamente o senso de injustiça e indignação. Para muitos, sob qualquer aspecto HidroAysén é um projeto injusto, mas está claro que a empresa atua amparada pelo Estado. Como avalia Lili, empresa e Estado são seus *inimigos* neste conflito.

O Estado que permite que uma empresa estrangeira tenha os direitos de água em nosso território, mais que *injusto* não pode ser. Mas não é toda culpa da empresa, mas também o Estado que permite. Os dois. Eu sinto assim, que *os dois são meus inimigos*, não é somente a empresa, mas também o governo que aprovou e que esta...*aiii*...não quero nem saber o que estão fazendo no Senado neste momento [referência à votação sobre a lei de concessões elétricas que ocorria naquele dia no Senado]. (Trecho de entrevista: Lili, camponesa diretamente atingida e ativista nos Defensores del Espíritu de la Patagonia).

Não é justo que intervenham uma região e em sua parte social, ambiental, em tudo, ou seja, identidade, tudo, não é justo, por onde *tu* olhes”. (Trecho de entrevista: Lolo, Vereadora de Villa O’Higgins, jul/2013).

No entanto, para instaurar de modo satisfatório uma denúncia pública de injustiça, ou seja, “para tener la posibilidad de éxito, es decir, para ser escuchado” (BOLTANSKI, 2000, p.

276) os agentes precisam realizar o processo de *des-singularização* da denúncia diante da opinião pública, para poder partir do particular ao geral e tornar sua causa universal. Nesse percurso, a generalização pode contar ou não com o apoio de conjuntos ou recursos coletivos (BOLTANSKI, 2000). De modo geral, todos os agentes possuem capacidade crítica e podem mobilizar, ainda que de maneira desigual, segundo a situação, *recursos críticos*. Numa sociedade crítica é “normal” que um ator acione seu sentido de justiça para assinalar humilhações, ofensas, ou fazer com que outros compartilhem a indignação diante de uma situação. O fora do comum é efetuar uma denúncia que diante de uma situação permita que haja concordância entre actantes para efetuar uma denúncia (BOLTANSKI, 2000).

Constituir uma denúncia, “impõe em efeito a designação de um culpado ou responsável” (BOLTANSKI, 2000, p. 237 - tradução livre). Este culpado pode emergir segundo uma lógica casuística abstrata, por exemplo, “o capitalismo” num enunciado sindical (BOLTANSKI, 2000). Entre os agentes que concordam em efetuar a denúncia do projeto HidroAysén podemos ver uma crítica com poucos recursos técnicos, ou “abstrata” a algo que se “sente que é ruim”, ou a indignação diante da “imposição” de projetos de desenvolvimento em geral. Como é caso Deyse, ativista do Jovenes Coyhaiquinos

Eu, por exemplo, não entendo nada da parte técnica, mas sei que as represas são ruins. Porque sinto como pessoa, porque meu coração me diz e penso que as represas são ruins, no sentido que são destruição é contaminação, tem muito dinheiro por trás, e poder é poder, nunca é uma coisa boa. (Trecho de entrevista: Deyse, ativista Jovenes Coyhaiquinos, Coyhaique, jul/2013).

Ao parecer, a ausência de conhecimento inicial sobre o projeto é reflexo da ausência de participação da sociedade em geral na decisão da localização destes projetos. Entre as conversas informais e as entrevistas muitos denunciavam o fato de não ter ocorrido um consulta sequer. A problematização de Anita, no enunciado abaixo, narrando sua primeira *ação* como denunciante, direciona a crítica à essa ausência de participação

Anos atrás escrevi uma carta para o diário La Tercera, que foi como primeira grande carta e lá coloquei o fato de que esses grandes projetos se decidem em lugares, inclusive, fora de Chile. Se decidem esses projetos e não se consideram as pessoas que moram nos lugares, sequer se mencionam os que moram aí, porém, sim são capazes de decidir o que se vai construir uma empresa de mineração, ou que se vai construir uma hidrelétrica, ou que se vai construir uma termoeletrica e se dizem capazes de controlar perfeitamente todos os problemas técnicos e como solucionar, mas em nenhum momento *consideram a cidadania*. (Trecho de entrevista: Anita, ativista Chonkes de Tortel, Coyhaique, jun/2013).

Desta forma, muitos relataram saber das intenções da empresa apenas quando os estudos que compõem o EIA estavam em andamento, observando as movimentações em campo, o que ocorreu de maneira invasiva e permeada de atos considerados irregulares

A gente em terreno já captava que as pessoas que estavam fazendo um trabalho de linha base para depois colocar um projeto dentro desse território. Foi uma alçada

grande, mais de cem profissionais recém formados [...] A chegada de ENDESA e depois, quando mudou para HidroAysén quando se uniu com COLBÚN sempre foi muito invasiva. Nos primeiros anos, nos primeiros estudos estavam as concessões elétricas provisória para poder fazer estudos em terreno, que eles deveriam ter e que eles não tinham, e entravam nos campos igual. Íam bater na porteira do *campesino*. Então esperavam que eles baixassem para os povoados, Cochrane, ou a O'Higgins e entravam com helicópteros [...] de alguns funcionários que eram os que ficavam permanentemente nos campos, fazendo favores para as pessoas, levando-as de camionete para onde precisassem. Mas sempre foi muito *oscuro* o modo de atuar da empresa [...]. Eles jogam com a necessidade da população e diretamente jogam com o engano para poder conseguir adesão. Tem feito isso com campanhas publicitárias a nível nacional, como a pessoa que está secando o cabelo e de repente fica sem energia, estão jogando futebol e de repente ficam sem energia e apelando ao terror de que Chile está déficit energético. (Trecho de entrevista: Bagual ativista PSR, Coyhaique, jul/2013).

A mencionada *obscuridade* da atuação da empresa pode ser exemplificada no relato do *campesino* que sendo um *atingido* não sabe necessariamente como se posicionar com respeito ao projeto. Durante umas das viagens, na estrada, conheci um casal de *campesinos*, que jamais haviam saído da região. Estavam divididos entre suas incertezas quanto ao próprio futuro e negociar com a empresa, sem contato ou assessoramento com qualquer grupo opositor ao PHA. Ironicamente, em sua casa utilizam placa solar para captação de energia. Tiveram suas terras invadidas pela empresa para demarcação dos locais onde instalariam uma torre de transmissão. Com muitas ressalvas (desconfianças quanto à minha identificação e “medo” de que a empresa soubesse de suas opiniões), o homem aceitou gravar uma entrevista e assim manifestou suas percepções quanto à HidroAysén:

Eu não posso opinar por nenhum dos dois lados, porque a energia vai chegar mais barata, certo? Tá bem. Mas resulta que a região *de Aysén somos esquecidos*, somos pouquinhos, onde está a necessidade grande é em Santiago[...] Aqui em Tortel o *único planeta no mundo que temos natureza*, eu, como te digo, não sou contra nem a favor. Mas não posso [ou não consigo] me decidir para que façam, porque como te comentava o dinheiro não era muito. Mas o que será mais adiante, se começarem a construir? Daqui há 30 anos mais adiante o que vai acontecer com Tortel? [...] Imagina, hoje em dia somos livres, caminhamos pelas ruas, pelos campos, deixamos a mochila em qualquer parte e ninguém nos rouba. Vai chegar o momento que não vamos poder viver assim, é uma lástima, uma pena, mas não é tudo, *eu não sou ninguém, façam ou não façam*. Isso é o que eu sinto. Apesar de que eu sou um “poblador”, um nascido aqui, um colono, não tenho tantas riquezas, *a única riqueza que tenho é o campo*, que eu penso se algum dia, *e se é assim, bom, eu tenho que negociar* e ver de forma boa para poder seguir vivendo, mudar por um outro lugar, *mas se sou campesino, na cidade não vivo, morro*. Eu sou *campesino*, eu tenho que estar cortando lenha, tenho que estar fazendo madeira, tenho que estar com a motosserra, tenho que ter cavalos e vacas e um montão de outras coisas que o *campesino* não vive sem, ou seja, eu não posso viver com um salário, com patrão que diga levantar às oito da manhã e almoçar rapidinho e ir trabalhar, não posso. (Trecho de entrevista: *Campesino* atingido de Caleta Tortel, Cochrane, jul/2013).

E sobre a atuação de HidroAysén:

[...] eu acho errado, porque eu igual tenho problema com HidroAysén, colocaram, como se chama, um “ponto” no meu campo sem autorização e tudo isso eu sendo

um povoador de anos, com propriedade e tudo, e isso me estranha e não estou muito de acordo com isso. Porque é minha propriedade e passaram por cima de minha propriedade e, bom, pode ter sido um erro, mas é difícil que seja um erro porque eles têm pessoas capacitadas para isso e eu inclusive aluguei uma embarcação e com minha embarcação e me pagaram trinta mil pesos e não pensei que fossem fazer isso (Trecho de entrevista: *Campesino* atingido de Caleta Tortel, Cochrane, jul/2013).

No relato do *campesino*, há uma ausência de recursos coletivos que permitam delimitar sua indignação e por consequência sua crítica. A presença de recursos coletivos não apenas exercem um efeito na denúncia, ao permitir que os indivíduos *vitimizados* possam exteriorizar suas queixas de modo organizado, também permite definir o objeto mesmo de denúncia. Conforme Boltanski (2000), os recursos coletivos que exercem um poder de *des-singularização* mais poderosos são, por exemplo, um partido político, uma organização ou um sindicato. Sem tais recursos, mais próximo é o “perseguidor” da vítima, como é o caso do *campesino* que se vê diante do abuso da empresa que invade seu terreno. “Em efeito, quanto mais próximo é o perseguidor, mais endógenas se tornam as feridas e ofensas infringidas – e que, na ausência de uma elevação coletiva, não podem formular-se um discurso normal – e mais, tem por efeito atacar a integridade da vítima e de algum modo, arrancá-la de si mesma” (BOLTANSKI, 2000, p. 271, tradução livre). O que no caso descrito, está expresso na fala do *campesino* ao dizer que pouco importa o que ele pensa, pois, “eu não sou ninguém, façam ou não façam”.

Nesse sentido, a instauração do culpado ou responsável pelo problema em escala local foi processual. Muitos relatos dão conta da necessidade de estudar o projeto, da realização de oficinas para então posicionar-se, passando desta forma de uma sensação incomensurável de algo que “se leva entre a pele e o sangue” à uma crítica ou um sentido de injustiça estudada e fundamentada racionalmente em tudo o que para eles representa o projeto:

O principal para mim, que *a gente leva entre a pele e o sangue*, que são projetos muito invasivos que ameaçam teu território e aquilo que te disse, *quando ameaças o território de patagón, é como bater na tua mãe*, por isso reagimos de imediato e sem conhecer projetos deste tipo a gente questiona de cara, somos desconfiados, e depois começa a ver os fundamentos de sua oposição. E vê que HidroAysén, no fundo, é ENDESSA e Colbún, que têm uma origem muito ilegítima, os direitos de água que pertence à ENDESA, ou com que partiu ENDESA foi entregue na ditadura, um dos últimos decretos assinados pelo Ditador foi justamente o Código de Águas que temos que entregou os direitos de água gigantescos do Baker e Pascua à perpetuidade e de forma gratuita a esta empresa ENDESA. (Trecho de entrevista: Cláudia, radialista e candidata a deputada, Coyhaique, jun/2013).

Nós começamos o ano... especificamente com o tema das represas, das represas do Baker e o Pascua o ano de 2005 fazendo oficinas. [...] Aparece uma nota no jornal La Tercera, onde diz que a empresa retoma projetos de represas em Aysén [...] A partir disso nos perguntávamos: o que vamos fazer com isso? E decidimos nos informar e informar a comunidade também. Apresentamos um projeto de informação cidadã, fizemos umas oficinas chamadas “*Por Chile e por Aysén, aprendamos sobre energía*” entre setembro e novembro do ano de 2005. Mas,

obviamente havia um trabalho prévio feito por Peter Hartmann e outras organizações vinculadas com a proteção ambiental. (Patricio S, Jornalista da Coalición Reserva de Vida. Coyhaique, jul/2013)

[...] *há todo um processo* e acho que o que diretamente me levou a ser opositor ao projeto de HidroAysén e Energia Austral [outro projeto em tramitação ambiental] é *o conhecimento e a informação que tivemos acerca dos impactos negativos* que caso fosse levado a cabo poderiam gerar. [...] Nós mesmos fomos nos informando da magnitude [...]. Se esse projeto que querem desenvolver fossem projetos, por exemplo, de pequenas centrais de passagem que não fossem tão invasivos, que não tivessem essa magnitude de desequilibrar o ecossistema [...] eu não me oporia, [...] Eu não vivo no país das maravilhas, que não usamos energia, efetivamente precisamos de energia, mas é o conhecimento da repercussão negativa, da *bestialidade*, para dizer de algum modo, que pretendem com o PHA [...] Não é um preconceito, por exemplo, se fosse um projeto de energia nuclear, eu reconheceria abertamente que teria o preconceito de estar contra a energia nuclear e que qualquer projeto de energia é inegociável. (Trecho de Entrevista: Jesus, Teólogo, Vicariato de Aysén, Coyhaique, jun/2013).

Para muitos o sentido de injustiça emerge do contato com outras entidades, como é relatada a chegada de dois membros de organizações ambientais em Villa O'Higgins:

olha, mais que como organizações vou falar de duas pessoas que eu resgato muito, que são o Hipólito e o Bagual. Eles fizeram seu trabalho em seu momento muito forte, eles nos informaram, eles nos mantiveram em dia, eles visitavam as pessoas, eles vinham a campo, eles vinham até aqui e isso se agradece. (Trecho de entrevista: Lolo, vereadora e campesina, Villa O'Higgins, jul/2013).

Contudo, é na atuação da empresa em terreno, nas estratégias de persuasão nas comunidades, em especial no período de realização dos chamados estudos de base que compõem o EIA e nos programas de responsabilidade social da empresa, que estão os fundamentos iniciais da crítica daqueles vivenciam o conflito no seu dia a dia. A atuação da empresa parece responder à tendência observada na América Latina: a “resolução negociada de conflitos ambientais” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010) que objetiva despolitizar litígios utilizando táticas de negociação diretas para promover supostos ganhos mútuos. Em tais iniciativas, trata-se de “psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnicizando seu tratamento através de regras e manuais destinado a transformar os ‘pontos quentes’ em ‘comunidade de aprendizado’” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 35). No caso estudado, a empresa, sob o seu programa de responsabilidade social desde 2009, entre outros programas, tem distribuído recursos por meio de “fundos concursáveis” para “projetos de desenvolvimento” local. Entre 2009 e 2011 mais de 340 fundos “favoreceram” cerca 1100 pessoas⁵⁷. Nesse sentido, muitos relatos denunciaram essas políticas como uma “compra de consciência”:

⁵⁷ Dados consultados no Memorial 2011 da empresa. Fonte: www.hidroaysen.cl. Acesso em: 15 fev. 2014.

Comprando consciências, acho que seu principal objetivo foi esse. Ou seja, entregando muito dinheiro comprando muitos terrenos, entregando muito dinheiro para instituições, inclusive para estamentos governamentais, oferecendo financiamentos para a construção de muitas obras que devem ser responsabilidade do Estado e do governo de turno. Por outro lado, envolvimento da presidência da república [...] e são situações que realmente que beiram a falta de ética e moral e nesse sentido [...] entregando bolsas para os estudantes, sim, os estudantes precisam de bolsas, mas, não sei até que ponto são as empresas que devem aportar com esse tipo de recurso, no lugar do estado. Por isso as grandes manifestações em favor da educação. (Trecho de entrevista: Prof. Cheukeman, Cochrane, jul/2013).

Aqui (em Coyhaique) *está dividido* porque está o dinheiro de Hidroaysén comprando a consciência das pessoas. (Trecho de entrevista: Miriam, empresária local).

Como te dizia anteriormente, comprando consciência. Projeto que se apresentava projeto que se financiava. Também devo assinalar que a relação que havia com o Prefeito anterior com HidroAysén era muito próxima, isso permitiu ter as portas abertas em muito lugares [...]. Um projeto, nem sequer é uma indústria desenvolvida. é uma ideia de projeto. (Trecho de entrevista: Prefeito de Coyhaique).

É um projeto que é muito agressivo, e aqui na comuna chegou para *dividir a comunidade*. Eles pagam pessoas que têm alguma influência dentro da comunidade, tem realizado viagens, visitas a La Moneda e a outros lugares, pagando tudo, todos os custos. Financiam projetos individuais de pessoas que possam ter alguma ingerência ou influência, famílias grandes da localidade, colocando muito dinheiro aqui. Para as eleições municipais apoiaram o candidato da direita, colocando muitos recursos a esse candidato e ainda sim, Caleta Tortel disse “não, aqui nós temos o nosso prefeito e esse prefeito vai ter que seguir”. (Trecho de entrevista: Prefeito de Caleta Tortel, jul/2013).

Nos relatos acima, as pessoas que “vendem” sua “consciência” são os membros das comunidades que negociam com a empresa. O que tem provocado constrangimentos e fragmentação interna nas localidades. Assim, o resultado das políticas da empresa tem sido o dissenso na comunidade.

Da indignação inicial sobre as práticas da empresa, quando questionados as razões pelas quais se opõem ao PHA ou sobre os principais argumentos contrários ao projeto, o fechamento das críticas vai apontando distintos aspectos, como a insuficiência do EIA nos que diz respeito aos impactos ambientais:

Não é um projeto ruim, é um projeto mal feito. Para os que nos demos o trabalho de ler os 11 volumes mais os anexos que tinham o projeto quando vieram jogá-lo aqui na casa comunitária, porque eles jogaram, eles não se preocuparam em pensar se as pessoas iriam ler. Sem mentir, eram cadernos da metade desta mesa, "cuadernillos" diziam. Verificar que dentro de suas linhas de bases *não tinha um projeção de acordo como os degelos* que nós temos experimentado nos últimos cinco anos, não havia um conhecimento da geografia, ou melhor, do impacto que geraria na geografia ou no solo que temos no setor do Pascua. Solos novos. (Trecho de entrevista: Andrea, ativista na Agrupación Río Pascua. Villa O'Higgins).

Questionamentos direcionados ao processo que levou a aprovação do projeto pelo sistema de avaliação ambiental:

[...] temos argumentos técnicos, porque é um projeto mal desenvolvido que omitiu informações, onde houve dois governos o [...] que apesar de todas as oposições técnicas e jurídicas que existiam para impedir que este projeto continuasse seu caminho legal, pelo sistema de avaliação ambiental que temos em Chile se dobrou a mão política e disse que sim que ia continuar. Foi omissa nos argumentos técnicos e jurídicos. Já neste governo simplesmente não importou nada, se mudaram informes, demitiram pessoas que falou sobre como se mudaram as informações (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR, Coyhaique, jun/2013).

Críticas com repeito à chegada da população trabalhadora e às possíveis alterações na política local, ao direcionamento dos “benefícios” apenas para as mineiras e a perda da própria história, como enfatiza o Professor Cheukeman:

[...] a desigualdade que marca este projeto, a concentração do *poder econômico e a concentração do poder político em povoados tão pequenos* como os que temos aqui. Porque a chegada de populações tão grande, não tenha dúvida que em algum momento poderia influenciar o poder político de comunidades como Villa Ohiggins, com 500 habitantes, Caleta Tortel com outros 500 habitantes, Cochrane com 3000 habitantes. (Trecho de entrevista: Bagual, ativista PSR, Coyhaique, jul/2013).

[...] sou um opositor feroz a HidroAysén, por muitas razões. Principalmente, por exemplo, bom... *Em primeiro lugar pensamos no dano ecológico, pensamos nas condições sociais* desfavoráveis que podem se produzir com a chegada de outros trabalhadores de outras partes, também estamos seguros de que os benefícios não vão ficar na região, vão para os grandes capitalistas, vão vender para as grandes mineiras, vão levar para o resto do país, nós vamos ficar com um rio que neste momento nos dá grandes benefícios enquanto ao turismo, vamos ficar com um rio aprisionados, com um rio enterrado, os recursos naturais que tem[...] *então vamos perder parte de nossa história*, as mesmas pessoas que venderam seus campos, claro venderam considerando o benefício econômico, mas também tem perdido muita parte de sua histórias. (Trecho de entrevista: Prof. Cheukeman, ativista na agrupação comunitária Los Defensores del Espíritu de Patagonia. Cochrane, jul/2013).

Crítica à ideia propagada de que HidroAysén e outros grandes projetos são a única alternativa energética:

[...] eu sou contrária aos megaprojetos que tentam se instalar aqui. Faz um tempo esteve Alumysa, está *Energía Austral* e está HidroAysén, no fundo *é contra os megaprojetos que não deixam nada na região e levam os recursos gratuitamente* porque a lei chilena permite. Creio totalmente que há outras alternativas para gerar energia elétrica. Também creio que nos enganam quando nos dizem que em um par de anos vamos ficar sem energia, se não se faz HidroAysén, penso que isso é uma falácia, uma mentira, se fizéssemos um plano de eficiência energética. (Trecho de entrevista: Nela, funcionária pública e ativista do Mujeres Unidas Pelos Rios Libres. Coyhaique, jun/2013).

Para o prefeito de Caleta Tortel, além dos possíveis impactos ambientais e sociais com a vinda trabalhadores, Hidroaysén romperia com os “esquemas”, seria o fim de um sonho de ter uma forma diferente de existir “livres”:

[...] creio que é um projeto muito ruim e nocivo para a nossa região. Vendo só dois pontos fundamentais que centram todos, que é um *dano cultural* que se fará para a Patagônia, porque as pessoas que vivem nestes lugares do Chile, em realidade quiseram colonizar porque quiseram estar tranquilos e ser livres e formar sua própria

cultura e ter um espaço onde se possam desenvolver livremente [...] HidroAysén viria a romper esse esquema. *Quebrar esse sonho*, e eu acho que não é justo que por uma *necessidade do país, ou por uma necessidade de uma empresa, ou por uma necessidade de uma multinacional, que quer fazer um investimento para ganhar dinheiro* ao mais baixo custo, aqui vai se dar um grande custo cultural. E o segundo, é evidente que aqui vai se dar um impacto sumamente importante no que é o meio ambiente.

Na formulação de críticas ao PHA, a Igreja Católica, na figura do Bispo Infanti, pôde dirigir seus questionamentos diretamente aos responsáveis pelo projeto durante uma reunião de acionista de ENEL. Em sua denúncia a acusação de uma nova forma de “colonização” e as limitações no estudo de impacto ambiental:

1. A participação da ENEL nos projetos da Patagônia a consideramos uma nova forma de *colonização* nos países pobres, ainda que tenha beneplácito do governo de turno, o apoio de capitais chilenos e as leis chilenas a seu favor. Que elementos colocam em evidência a consciência ético-social e ecológica da ENEL neste mega-projeto?
2. Chile é um país de alto risco, por terremotos, vulcões, degelo de lagos glaciais, experimentados com muita dor ultimamente. Gostaria de saber por que o estudo de impacto ambiental não considera os elevados custos econômicos que despenderiam as possíveis catástrofes tanto para as represas como para a linha de transmissão de 2300 km, que atravessariam mais da metade do Chile. E se tem informado adequadamente os investidores sobre esse tema. (Trecho da Intervenção de acionistas de ENEL. 29 de Roma, 2010 – tradução livre).

Para dar mais “robustez” às denúncias, pode-se evocar um “exemplo como referência” (BOLTANSKI, 2000, p. 285). Como é o caso da evocação das centrais hidrelétricas instaladas na década de 1990 na região de Bio Bio:

Colbún tem várias termoelétricas, têm represas e com muitos problemas com as comunidades Pehuelches, principalmente no setor do Alto Bio Bio. Houve enganos, inundações, cemitérios sagrados inundados, um custo social altíssimo no Alto Bio Bio. Em 2006 houve um forte crescimento, da qual nunca se encarregaram [...] uma empresa que tem um prontuário para mim assassino. ENDESA, além disso, também outros projetos na América Latina que também deixa a desejar. Endesa é bem conhecida em nível mundial, essa origem para mim já ilegítima e é obscuro, como se tentou instalar aqui o projeto, mediante mentiras, com enganos, com dinheiro para comprar vontades ou consciências, já me fala bastante mal. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e ativista PSR, Coyhaique, jun/2013).

A convergência das críticas baseados nos argumentos contrários à HidroAysén podem ser sistematizadas nos aspectos mencionados por Patricio R, da Ong que encabeça o CDP, que define os impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos:

Ambientais, pelos sérios impactos ambientais. Foi um estudo mal feito, não tem, não considerou não, por exemplo, [...] a produtividade das bacias oceânicas quando sabemos que tem uma corrente do rio Baker e Pascua, que tem influência em seis milhões de hectares oceânicas, onde se faz uma importante quantidade de fotossíntese, que fixa o carbono e produz redes tróficas [...] não se mediu esse impacto, porque a área de influência se cortou antes do oceano. Não considerou o impacto nos Loffs, que são os esvaziamentos dos lagos periglaciais. Ou seja, tem um

conjunto de insuficiências ambientais. Do ponto de vista de ambiental é um desastre [...]

Com argumentos *legais*, nós temos estado em litígios na Corte Suprema e hoje em dia esperamos que o Comitê de Ministro se pronuncie em torno das reclamações. Comitê que tem sido postergado mais de 20 vezes porque o governo não quer pagar o *custo político* de aprovar um projeto que poucos gostam especialmente o presidente que quer retornar no ano de 2017. Se quero voltar em 2017, não vou colocar nas minhas costas Hidroyaésen [...]

Social, há uma cultura muito frágil, muito, eu diria que na zona do Báker, principalmente. No Pascua tem um só povoador, no rio Baker vivem os *gauchos* patagones que há uns 100 anos que entraram de Argentina, por isso “*gaucho-argentino-patagonico-chileno*”, uma mistura de *gaucho* e *campesino* chileno. Se bem inunda 0,03% de Aysén, inunda 78% dos vales da Província de Capitán Prat, onde está o habitat humano. As pessoas não vivem no meio dos campos de Gelo Sul, nem nos bosques, e nem no meio da Pampa, vivem nos vales. Onde está o turismo, onde estão louge de pesca, onde estão os hotéis, é a zona onde está o filão de todo o território. Então com isso destroem uma cultura [...], portanto, um impacto sociocultural brutal [...]

[...] no *econômico* eu diria simplesmente que consolida um monopólio elétrico negativo para o país, [...] bloquearia a concorrência, bloquearia o ingresso de outros projetos de energias renováveis não convencionais e consolida um paradigma atual de grandes megageradoras *versus* a geração distribuída, que é ter distintas gerações em distintas partes do território, com redes de transmissão de energia, redes inteligentes, com menos custo de geração e com a geração milhares de empregos, então economicamente é mau negócio. (Trecho de entrevista: Patricio R. Diretor executivo de Chile Ambiente e CDP, Santiago, maio/2013).

Para finalizar, quando questionados sobre “o quê fica” de toda a discussão desde que Hidroyaésen “apareceu” em suas vidas, as falas em geral estão orientadas a valorizar a união existente entre os opositores, apesar da divisão que provoca o tema na região, o fortalecimento da identidade Patagônica, a assensão da própria região como tema em nível nacional e a perspectiva da continuidade na resistência:

Acho que a gente aqui da região como que abriu os olhos, essa discussão de identidade, da qualidade de vida, de estar conciente do que temos nesta região e o que temos que cuidar. Eu acho que isso é unidade [...] pelo menos entre os que pensam parecidos, serviu para nos unirmos mais. (Trecho de entrevista: Lili, *campesina* e ativista nos Defensores, Cochrane, jul/2013).

E o bom é que as pessoas conseguiram ter unidade, uma unidade que aqui não se tinha visto e que as pessoas estão perdendo o medo. O medo a se empoderar do que é nosso. A gente não pede mais nada. Eu peço respeito, Hidroyaésen não me respeita, o único que peço é um pouco respeito, porque sou um ser humano, que produzo que pago meus impostos, que dou de comer aos ricos, se vão me arrebentar trabalhando que me respeite, me deem meu espaço, me perguntem se eu quero que hajam represas aqui, porque não perguntam para mim? Esse respeito nós não vimos e as pessoas estão entendendo. Então o ganho é a união das pessoas, o despertar das pessoas e o concientizar, que as pessoas tenham consciência que há coisas que estão ruins, outras que estão piores e outras muito pior que precisam dar uma virada. (Trecho de entrevista: Deyse, ativista Jovenes Coyhaiquinos, Coyhaique, jul/2013).
[...] se colocamos o tema numa linha do tempo..não saberia dizer se estamos na metade... só sei que não estamos no fim. Só sei que devemos continuar brigando. Do positivo creio que isto tem nos unido, nós patagones. Tem nos ajudado a crescer em consciência de identidade, me refiro e creio que tem colocado o tema da natureza e da

criação num lugar que antes não estava. Num lugar antes o antropocentrismo era total, o importante era apenas o ser humano, então eu creio que isso é positivo. (Trecho de entrevista: Jesus, Teólogo, Vicariato de Aysén, Coyhaique, jun/2013).

Na afirmação da Patagônia com um bem a ser protegido, como um patrimônio nacional (ou da humanidade) e no andamento das críticas ao projeto, observa-se o processo que leva a concordância entre os actantes para estabelecer uma denúncia pública. Nessa dinâmica, percebe-se que a formulação das críticas apontam em direção à denúncia de um modelo econômico, jurídico e político abusivo, expresso nos distintos relatos: os abusos da empresa em campo, a origem dos recursos das empresas, as críticas ao Código de Águas, ao monopólio energético, que contrariam os interesses da região que tem como base de desenvolvimento a ideia de “Aysén como reserva de vida”.

Nesse sentido, a discussão acerca do desenvolvimento está presente no fundamento e na delimitação da denúncia pública, pois é a força ou fundamento que justifica a proposta do PHA, que por sua vez responde a uma política econômica de desenvolvimento que impõe o projeto como uma necessidade nacional.

5.2.3 Sobre o Desenvolvimento

Invariavelmente em um contexto de conflito em que coloca em jogo formas distintas de apropriação, material e simbólica, do uso de “recursos naturais” a disputa recai nas distintas concepções de desenvolvimento. De um lado, um Estado que sob argumento de uma crise energética a longo prazo⁵⁸, com cálculo diretamente relacionado aos índices de crescimento do PIB (LARRAÍN, 2012), articula meios de viabilizar grandes projetos de desenvolvimento, de outro, um empreendimento que se apresenta como a salvação sob o lema “Energia para Chile e desenvolvimento para Aysén”; e no meio disso, indivíduos, coletivos e populações que sentem seus direitos vulnerados, resistem e que trabalham com perspectivas futuras e expectativas vocacionais distintas de “desenvolvimento” para seu mundo.

HidroAysén tem proposto as centrais hidroelétricas com um benefício para o país e não para uma empresa particular, posicionando-o como um “Proyecto País”, que tem como “inimigos” principalmente ambientalistas, os quais enfrenta com o discurso do progresso, da modernização e do desenvolvimento (TOLEDO *et al*, 2009).

⁵⁸ Estudio da Comisión Nacional de Energía (CNE) que estima que em 2025 a demanda nacional total ficaria em torno de 20.800 MW (p. 26). Sendo a potência instalada total de cerca 18.300MW e a demanda de 10.000 MW. Fonte: “Demanda Energética de Largo Plazo” <http://www.cne.cl/images/stories/public%20estudios/raiz/resumen2.pdf> e <http://ciperchile.cl/2013/07/08/el-verdadero-impacto-de-hidroaysen-frente-al-deficit-energetico-en-chile/>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Bom, o Chile tem, lamentavelmente, [...] estes grandes projetos de desenvolvimento, que são chamados "*projetos-país*", mal chamados projetos-país, que sempre te dizem que tem um custo e o desenvolvimento do país tem um custo e o custo lamentavelmente sempre pagam os mesmos, porque nunca vão pagar eles, não pagam os empresários, não pagam o senador, o deputado, não paga o presidente, paga a população e geralmente, coincidentemente, pagam os mais pobres, as pessoas mais vulneráveis. (Trecho de entrevista: Claudia, radialista e candidata a deputada, Coyhaique, jul/2013).

Diante de tal contexto, a discussão sobre desenvolvimento aparece como central para a argumentação pública e na tentativa de fechamento das críticas. Nesse sentido, "fazer valer suas competências críticas, é fazer valer a lucidez daquele que sabe combater a ilusão daqueles que creem viver em um único mundo, ou a hipocrisia daqueles que querem fazer crer que agem em um único mundo" (DODIER, 1993, p105).

Primeiramente, os entrevistados foram questionados sobre o que entendem por desenvolvimento e, logo em seguida, sobre o tipo de desenvolvimento desejável para a região. Para alguns, o questionamento provocou um rechaço à própria concepção de desenvolvimento:

Não creio no desenvolvimento. Para mim o desenvolvimento é termo economicista, que é sem fim. *Não compro o discurso de países desenvolvidos*, para mim não existem países desenvolvidos, Alemanha, Espanha Itália para mim quando dizem "que lá é desenvolvido" [...] Um país desenvolvido que tem que atravessar o mundo para ver o que perdeu, não é um país desenvolvido, com tudo que é usurpado e profanado e toda a opulência, produto do abuso no sul do mundo, não é um país desenvolvido, nunca. (Trecho de entrevista: Bagual, ativista PSR, Coyhaique, jul/2013).

Após a negação inicial da ideia de desenvolvimento, no caso de Lolo, a expressão a remeteu a constantes críticas que recebe por ser opositora ao projeto e para finalmente elaborar a noção de *bom desenvolvimento* ou *desenvolvimento sustentável* ligado a uma boa educação para os filhos, e à necessidade de participação nos processos decisórios:

[desenvolvimento] Esse é um conceito que *eles* inventaram. Nós igual queremos um bom desenvolvimento, já nem gosto da palavra progresso porque creio já está muito suja. Mas teve uma delas [uma pessoa favorável ao projeto] que [escreveu] no seu *facebook* quando morreu um militar que vinha para votar, que a culpa tinha sido dos ambientalistas porque não queriam o progresso. Tu não podes culpar da morte de alguém. [...] Nós queremos bons caminhos, nós também usamos a *Carretera*. Me entendes? Para mim isso é um *bom desenvolvimento*, que as coisas vão andando, coisas que correspondem ao governo. Eu quero uma boa educação para meus filhos, mas também corresponde ao governo e a todos os que estamos envolvidos. E isso é o que sigo lutando até agora. Isso para mim é um *desenvolvimento sustentável*, não só na educação, mas em todos os âmbitos. Nós queremos desenvolvimento e sempre tem existido desenvolvimento e de fato o queremos do melhor modo. *Com consulta, que participe a comunidade nas decisões* tomadas, coisa que não ocorre muito, ocorre entre quatro paredes apenas. Se for preciso pará-lo se faz ainda que nos digam revoltosos, não importa, mas é o que corresponde fazer. (Trecho de entrevista: Lolo, vereadora e ativista da Agrupación Rio Pascua, Villa O'Higgins, jul/2013).

Quando perguntados sobre o que seria bom para o desenvolvimento da região percebe-se que nas ideias mobilizadas praticamente não há termos ou ideias relacionados à crescimento econômico, grandes construções, aumento de consumo, industrialização ou exportação, que são as bases do modelo econômico chileno (FUENZALIDA; QUIROZ, 2012; LARRAÍN, 2012). Na formulação de críticas ao PHA o desenvolvimento, segue um sentido contrário ao modelo econômico vigente. Por exemplo, a empresária local de Coyhaique e líder de uma cooperativa para o desenvolvimento de Aysén, coloca que seu olhar para o desenvolvimento é simplesmente *incompatível* com grandes projetos de desenvolvimento, não só o PHA, mencionando outros.

Muitos de nós, os de minha idade mais ou menos, de 40 para cima, temos um olhar de desenvolvimento que não é compatível com as “megaempresas”, então HidroAysén é uma a mais [...] anteriormente nos invadiram os salmoneiros. Muitos de nós nos opusemos à indústria de salmão, porque sabíamos o que ia acontecer e aconteceu...deixaram um estrago no fundo do mar, e empregos de má qualidade, depois veio ALUMYSA que era uma refinadora de alumínio [...] nos opusemos e nos opusemos porque sabíamos que significava que se perdia a imagem e a qualidade ambiental da Região de Aysén, que é *reserva de vida*. Então, claro, para muitos que estão em outro bando, pensam que a gente está contra o desenvolvimento e do progresso. Não é assim, eu creio no progresso e quero desenvolvimento. Mas quero o desenvolvimento que tenha que ver com empresas na escala humana, me entende? Pequenas empresas desenvolvidas por locais. Pode chegar gente de fora, não tem problema, mas que também que todos venham com essa proposta de desenvolvimento em escala humana. (Trecho de entrevista: Miriam, empresária regional e ativista PSR, Coyhaique, jun/2013).

Da problematização sobre desenvolvimento também emergem alternativas para pensar as potencialidades da região em um sentido oposto ao modelo de desenvolvimento que impõe o PHA como necessidade nacional, implicando demandas de mudanças, nas formas de produção de conhecimento e modos de apropriação de recursos naturais, colocando Aysén com um *laboratório* experimental com propostas distintas para, por exemplo, a produção de energias renováveis não convencionais:

Eu acho em primeira instância esse lugar pode ser um *laboratório para o crescimento* em todos os âmbitos, no sentido de gerar inteligência de ter um grande *laboratório ambiental* [...] apontando ao tema do turismo de interesses especiais [...] Creio que essa seria uma das possibilidades de gerar uma instância de conhecimento científico para que esse conhecimento científico se transpasse para as comunidades, para as pessoas comuns, [...] não sei se no Brasil, é assim, mas aqui em Chile o conhecimento científico é dos cientistas e de ninguém mais. Fazem estudo e ficam nas universidades e o mais triste é que as vezes o conhecimento vai para uma MONSANTO, uma empresa e o único o que publicam é um *paper* [...]. Aqui creio que *temos a possibilidade de ser líderes no tema de gerar energia térmica*, a outra escala quem sabe não numa escala tão pequena como nós queremos [...] inclusive se pode fazer em algum momento com o tema do hidrôgenos, temos litoral por todos os lados [...] podemos ter plantas eólicas, [...] *creio que o desenvolvimento aponta para que as coisas se possam fazer bem, ao gerar um valor agregado, um intangível que é o conhecimento* [...] podemos gerar o dobro do que está propondo Hidroaysén. (Trecho de entrevista: Bagual, ativista PSR, Coyhaique, jul/2013).

Para o Prefeito de Coyhaique, desenvolvimento está relacionado a um modo de vida tranquilo e feliz, e projetos como HidroAysén fomentam a *desigualdade e provocam frustração* na população, pois, no fim das contas o “*desenvolvimento não vem*”:

[...] o que acontece é que o enfoque neste modelo econômico de desenvolvimento tem a ver com que tenhamos três carros em casa, TV de plasma em cada quarto. Vivamos como o sonho americano, essa é a realidade. E muitas vezes isso não é desenvolvimento. Desenvolvimento tem a ver com que nossas crianças tenham melhor educação, saúde, acesso a mais ferramentas. Não significa que venha uma quantidade impressionante de milhões de dólares para que exista desenvolvimento com cultura, tradições, com manter um selo próprio. Desenvolvimento tem a ver que a pessoa humana viva tranquila e feliz, tenha acesso a tudo o que tenha que ter acesso. [...] há uma grande desigualdade e seguir fomentando a desigualdade através desses megaprojetos. O único que fazem é trazer frutação entre as pessoas não há desenvolvimento... eu não creio no desenvolvimento desse projeto ou que esse projeto traga desenvolvimento para a comuna. Vai trazer muito dinheiro e muita gente. Gente que venha com contrato direto com a empresa e também gente que venha provar a sorte. (Trecho de entrevista: Prefeito de Coyhaique, Coyhaique, jul/2013).

Para os conservacionistas que compõem o quadro de denunciante, o *conservacionismo* aliado ao turismo representa uma alternativa de desenvolvimento para a região:

[...] aqui o principal conflito que temos é o tema de HidroAysén. Não afeta diretamente esta parte [o parque reserva]. Este projeto, que nós dissemos é uma proposta alternativa de desenvolvimento para essa zona, baseado num parque nacional, em desenvolvimento sustentável, em turismo, em fomentar o uso das bondades naturais que temos nesta região e para este tipo de desenvolvimento e não necessariamente a industrialização, pensamos que se contrapõe e, portanto também somos parte da campanha de oposição. (Trecho de entrevista: Daniela C., responsável área técnica de Conservación Patagonica e CDP, Coyhaique, jun/2013).

Eu acho que para o desenvolvimento é preciso um forte trabalho no turismo, o desenvolvimento de uma carretera alternativa, o desenvolvimento de manter caminhos mais transitáveis, planejamento municipal que mantenham um tipo de construção em nossa Villa, tudo isso é parte de desenvolvimento. (Trecho de entrevista: Lolo, vereadora e ativista de Agrupación Rio Pascua, Villa O'Higgins, jul/2013).

Para o professor de Cochrane, desenvolvimento entendido como uma “sociedade que avança” passa pela garantia de acesso à educação:

[...] bom, como eu sou professor vou falar deste ponto de vista. Primeiro que tudo, o povo não avança se não tem uma boa educação. Me refiro ao povo, ao país, ao povo em geral, uma nação ou um povo não avança se não tem uma boa educação. E aqui em Cochrane na passagem de recursos, temos sofrido com uma má educação e uma má administração, onde não tem tido nenhuma política local de desenvolvimento da educação. (Trecho de entrevista: Prof. Cheukeman, ativista na agrupação comunitária Los Defensores del Espíritu de Patagonia. Cochrane, jul/2013).

Humm. Que pergunta! Eu creio que as pessoas têm outra ideia de desenvolvimento. Algumas, não todas, têm outra ideia de desenvolvimento. Para mim, o desenvolvimento, não sei... o bem das pessoas, melhorar a qualidade de vida, sempre. Não sei, melhorar a qualidade de vida é isso aí...a definição, mas muita

gente entende de outra maneira. (Trecho de entrevista: Lili, *Campesina*, Cochrane, jul/2013).

Para Lili, um possível “desenvolvimento” desejável está em fortalecer aspectos da cultura local e logo a crítica recai no sentido que coloca o desenvolvimento relacionado a grandes obras, como a própria estrada que possibilitaria a conexão com o resto do Chile:

Desenvolver, ou potencializar ou apoiar a manutenção da cultura. A identidade... Não sei. Não tanto. *O cuidado da cultura não sei se... pode ser desenvolvimento?* Todo desenvolvimento teria que ser, não sei com uma finalidade, mas sempre cuidando a cultura local e inclusive fomentando um pouco, porque já se está perdendo a cultura e a identidade, para não perdermos nossa identidade. Difícil a pergunta, eu sou mais técnica, não filósofa. Igual é importante melhorar a saúde, desenvolver o turismo sustentável, melhorar a internet, não sei o que pensar. A *Carretera*, que tanto falam aqui na região... da conexão, não sei se seria tão bom, porque isso não tenho bem claro, por exemplo, não sei se será tão benéfico, a conexão com o resto de Chile que tanto querem. Também renegam Tompkins, que não deixa, segundo eles, a passagem para Puerto Montt por causa do parque Pumalín, não sei se será *tão tão tão* bom. Algo de bom tem, mas também teria impactos negativos. Por isso estou ...*uf*..não sei se estou a favor ou em contra (ao desenvolvimento). (Trecho de entrevista: Lili, campesina e secretária na associação Defensores del Espíritu de la Patagonia).

Os distintos posicionamentos, vindos de diferentes agentes da região, de *campesinos*, prefeitos, ativistas sociais e ambientais, apontam uma série de prioridades: educação, turismo, saúde, fortalecimento das tradições, da cultura, entre outros, que em nada se aproximam com a suposta necessidade de grandes projetos de desenvolvimento. Propostas que se encerram no conceito de desenvolvimento regional “Aysén, Reserva de Vida”. O embate entre o planejado localmente e a imposição de um projeto de desenvolvimento, apresenta as características de um “drama desenvolvimentista”, mencionados por Gustavo Ribeiro, que instalam uma dicotomia:

Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser seqüestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como certa realidade será — implica a apropriação, por parte de *outsiders*, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, 2008, p.121-122).

5.3 CENÁRIOS DE AÇÃO: A OPERAÇÃO DAS CRÍTICAS NAS ARENAS DE DEBATE

No estudo da construção dos problemas ambientais, distintos trabalhos se dedicam a examinar a constituição das arenas públicas de ação e debate (HANNIGAN, 2009; FUKS, 2001). Nicolas Dodier, um dos teóricos da escola pragmática, remontando a Daniel Cefaï⁵⁹,

⁵⁹ “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans de arènes publiques”, Réseaux, n° 75, 33-66. (CEFAÏ *apud* DODIER, 1993).

coloca que o movimento da crítica, particularmente em situações de debate público apresenta-se sobre a forma de arenas. “As tomadas de posição vão dando resposta umas das outras, seja para se reforçarem, seja para se oporem” (DODIER, 2005, p. 264). Para Dodier (2005) é numa arena que o sentido crítico tende a se “cristalizar”.

Freire (2003), que em distintos trabalhos também partilha do quadro analítico pragmático de Boltanski, toma como referencial as arenas de Cefaï por permitir uma mudança de escala espacial, de análise da ação e de alcance dos objetos:

Do nosso ponto de vista, a arena pública mostra-se mais adequada para pensar a ação coletiva, visto que aborda as relações de conflito e de cooperação como construídas segundo uma *lógica dramatúrgica*, na qual os atores interpretam determinados papéis, agindo de acordo com a interpretação que fazem das ações e comportamentos dos outros e de suas próprias posições em uma situação dada (FREIRE, 2003, p. 78).

Para Freire, observar a arena pública é um caminho que permite entender e apreender “as práticas cívicas concretas levando em conta a pluralidade de ‘regimes de engajamento’ nas situações” (FREIRE, 2003, p. 88). Para Cefaï (*apud* FREIRE, 2003) a adoção do termo “arena” apresenta uma dupla conotação, como um lugar de combate e como lugar de encenação de performances diante de um público. Nesse sentido, Cefaï destaca a diferença entre arena pública e espaço público: “este último apresenta uma característica mais estática, não leva necessariamente em conta a dimensão dramatúrgica e é fortemente marcado pelo entendimento habermasiano” (FREIRE, 2003, p. 88).

O propósito deste capítulo não é apresentar um estudo de como se conformam as arenas de ação de debate público por completo. Tendo em vista os limites deste trabalho, optamos apenas por apresentar como se constituem as *provas* (DODIER, 1993; BOLTANSKI, 2010) em relação às distintas arenas em situação de debate. Para tanto, utilizamos como referência as áreas de ação prioritárias estabelecidas pelo próprio movimento PSR. Conforme seu diretor executivo, a organização do Conselho de Defesa da Patagônia se divide em sete áreas de trabalho:

uma área técnica, que estuda todos os EIAs e conteúdos técnicos, tanto a coisa ambiental e agora coisa energética; temos uma *área legal* que vê toda a legalidade do projeto, os juízos, as reclamações, uma *área comunicações*, que vê os insertos, hoje saiu um inserto de imprensa no *La Tercera*; temos uma *área internacional*, que se vincula com os aliados nosso em Europa, EUA e Canadá; uma *área de estudos*, onde aprofundamos temas como o impacto em turismo, as energias alternativas, uma proposta energética alternativa e também temos uma *área política* que estabelece um diálogo com os atores políticos, partidos parlamentares e movimentos sociais que estão mobilizado; e por ultimo uma *área de ativismo* que contribui a participar nas mobilizações cidadãs, no ativismo mesmo da campanha, para mostrar força cidadã. (Patricio R., Diretor executivo de Chile Ambiente e CDP, Santiago, maio/2013).

Partindo das áreas de atuação definidas pelo movimento opositor, vamos adaptar e explorar brevemente o modo como as áreas de trabalho se expressam em distintas arenas: Arena Técnico-Científica; Arena Legal; Arena Comunicacional; Arena Internacional e Arena Política.

Arena Técnico- Científica

Difícilmente se constrói um problema ambiental sem um corpo de pesquisa científico (HANNIGAN, 2009). Seguindo o movimento da crítica, é por meio do trabalho do CDP que a crítica tende a se *cristalizar* para intervir em situações de debate público. Conforme mencionado, a *área técnica* e a *área de estudos* do CDP têm como focos de atuação os estudos dos EIAs, a apresentação de estudos sobre o cenário energético, estudos sobre os impactos no desenvolvimento regional (por exemplo, no turismo) e a apresentação de propostas de energias alternativas. É com base no trabalho desenvolvido nestas duas áreas de atuação, sempre em relação ao outro (no caso o PHA), que se constituem as provas que serão colocadas em debate. No quadro a seguir é possível conhecer algumas das principais *fontes* técnico-científicas que orientam e compõem a arena técnico-científica, todas retiradas do sítio eletrônico do CDP.

Quadro 7 - Quadro descritivo das principais publicações técnico-científicas	
Principais publicações técnico-científicas	Argumento central dos trabalhos
<p>1) Chile necesita una reforma energética: Propuestas de la comisión ciudadana técnico-parlamentaria para la transición hacia un desarrollo eléctrico limpio, seguro, sustentable y justo. Autores: Comité Editorial Comisión Ciudadana-Técnico-Parlamentaria para la Política y la Matriz Eléctrica Outubro de 2011, 138 p.</p>	<p>Comissão mista (técnicos/parlamentares e sociedade civil) criada em razão do crescente descontento com megaprojetos como o PHA, que apresenta propostas orientadas a: -Desconcentração do mercado e da segurança elétrica. -Diversificação, descarbonização e limpeza da matriz. -Prevenção de impactos ambientais e internalização de custos do parque existente -Equidade no consumo e no pagamento entre setores sociais e entre regiões -Papel ativo do Estado e dos cidadãos na formulação da política energética “(p.7).</p>
<p>2) El costo nivelado de energía y el futuro de la energía renovable no convencional en Chile 47 slides Autores: Natural Resources Defense Council (NRDC). Maio de 2011</p>	<p>Estudo encomendado: NRDC é uma ong ambiental criada em 1970, que participa na elaboração de políticas energéticas nos EUA e com forte presença na China. Considera o Chile como um lugar de alto potencial para ERNC e problematiza três mitos em torno ao tema energético: 1. La demanda eléctrica en Chile se duplica cada diez años. 2. Las energías renovables no convencionales son</p>

	<p>una apuesta muy a futuro y hoy son tres a seis veces más caras que la hidroelectricidad en gran escala. 3. No existen otras alternativas económicas a HidroAysén salvo más carbón y combustibles fósiles.”</p>
<p>3) ¿Se necesitan represas en la Patagonia? Un análisis del futuro energético chileno Autores: Stephen F. Hall y Asociados Roberto Román, Felipe Cuevas, Pablo Sánchez Universidad de Chile. Junho de 2009. 94 p.</p>	<p>Trabalho em parceria com Natural Resources Defense Council (NRDC), The Patagonia Foundation (TPF) e membros Consejo de Defensa de la Patagonia (CDP).</p> <p>Contrapõem-se aos argumentos das empresas para justificar HidroAysén e Energia Austral, que seria a necessidade energética que demandaria o crescimento da economia Chile.</p> <p>“Esta afirmación es falsa al saberse que el país tiene en carpeta proyectos de generación que, producto del alto precio que ha capturado el monopolio eléctrico en los procesos de fijación de tarifas, superan con creces la demanda de los próximos 15 años, destacando además que la limitante está más en la transmisión que en la generación”(p.10)</p> <p>“Chile puede y debe diversificar su matriz energética”</p>
<p>4) Represas sucias. Las represas y las emisiones de gases de efecto invernadero. Autores: International Rivers. s.d. 6p.</p>	<p>“Muchas veces la energía hidroeléctrica es considerada una tecnología amigable con el ambiente, sin embargo los estudios científicos indican que la descomposición de la materia orgánica en los embalses produce cantidades significativas de gases de efecto invernadero: dióxido de carbono, metano y óxido nitroso. El impacto de los embalses tropicales puede ser mucho más alto incluso comparado con las plantas más contaminantes de combustibles fósiles” (p.1)</p>
<p>5) Estudio Aporte potencial de Energías Renovables No Convencionales y Eficiencia Energética a la Matriz Eléctrica, 2008 - 2025 Autores: Programa de Estudios e Investigaciones en Energíadel Instituto de Asuntos Públicos de la Universidad de Chile. Núcleo Milenio de Electrónica Industrial y Mecatrónica Centro de Innovación en Energía de la Universidad Técnica Federico Santa María Junho de 2008. 20 p.</p>	<p>“Chile debe concebir las ERNC no como un recurso marginal, sino como un suministro de importancia para la red troncal y para los usuarios finales en un esquema de generación distribuida. El país también debe reconocer el uso eficiente de la energía eléctrica (UEEE) no sólo como una estrategia de ahorro en períodos de escasez de la oferta, sino como un recurso energético generado a partir de la racionalización de la demanda y de la gestión eficiente de la energía en los distintos usos finales y procesos productivos. La experiencia internacional demuestra que las ERNC y el UEEE aportan dinamismo y diversificación al mercado</p>

	energético y reducen la vulnerabilidad”(p.2).
<p>6) Efectos de la Radiación Electromagnética sobre la Salud Autores: Dr. Andrei N. Tchernitchin* e Rubén Riveros**</p> <p>*Departamento de Biofísica y Medicina Nuclear, Facultad de Ciencias Médicas, Universidad de Santiago de Chile; Servicio de Radiología, Hospital Salvador, Santiago de Chile.</p> <p>**Laboratorio de Endocrinología Experimental y Patología Ambiental, Instituto de Ciencias Biomédicas, Facultad de Medicina, Universidad de Chile; Departamento de Salud y Medioambiente, Consejo Regional Santiago, Colegio Médico de Chile.</p>	<p>“O desenvolvimento tecnológico tem causado uma exposição cada vez maior dos seres humanos a radiações eletromagnéticas de diversos tipos. As linhas de transmissão de alta tensão não são apenas um problema estético.” (Argumento do CDP com base no texto)</p>
<p>7) Impacto de los Proyectos de Represas en Aysén en el Desarrollo del Turismo de la Región Universidad de Chile. Facultad de Ciencias Sociales/ Departamento de Psicología. Junio de 2008. 65 p.</p>	<p>A beleza da natureza e a baixa intervenção humana são os aspectos que mais atraem turistas para a região. Os dados demonstram que ao se implementar as represas haveria um significativo.</p> <p>“Alrededor de un 40% de quienes visitan la zona afirman que en ese escenario no regresarían a la región”(p.47)</p> <p>“En este escenario y ante la opción de visitar otra zona con características naturales similares y regresar a la región, Aysén se ve perjudicada pues más del 92% de los turistas extranjeros y más del 88% de los turistas nacionales señalan que en ese contexto preferirían visitar otro lugar.” (p.47)</p> <p>“En este sentido es interesante que del porcentaje de turistas nacionales que aprobarían estos proyectos un 46,4% preferirían visitar otro lugar” (p.48)</p>
<p>8) Turismo de naturaleza, desarrollo local sustentable y megaproyectos hidroeléctricos en la Patagonia chilena 2º semestre de 2006. 22 p.</p> <p>*Jorge Rojas Hernández **Gunhild Hansen-Rojas *Sociólogo. Profesor del Departamento de Sociología y Antropología de la Universidad de Concepción. Concepción, Chile. E-mail: jrojas@udec.cl **Profesora. Asesora curricular Universidad de Concepción. Concepción, Chile. E-mail: hansen-rojas@udec</p>	<p>“Las centrales hidroeléctricas aparecen más como un problema que una solución, un nuevo conflicto que se suma a un conjunto de problemas estructurales heredados del pasado y aún no resueltos, expresados claramente en las paradojas del desarrollo endógeno. El turismo de naturaleza tiene enormes potencialidades de desarrollo local” (p.107)</p>
<p>9) Por Una Patagonia Reserva De Vida 20 slides Autores: CDP.</p>	<p>Apresentação articulando diversos estudos fundamentando a ideia “Aysén, Reserva de Vida”</p>

S/d	“Para los Ayseninos, la Patagonia es Reserva de Vida. Um sueño hecho realidad, um modo de vida y um território que quiere legar a sus descendientes em mejores condiciones que como la heredaron. <i>Su Estrategia de Desarrollo Regional</i> , acordada por los actores que habitan este território, manifiesta que aspiran a ser uma región descentralizada que asegure uma alta calidad de vida em base la conservación de los atributos ambientales(...)” (último slide)
Elaboração própria. Fonte: Publicações disponíveis no sítio eletrônico do <i>Consejo de Defensa de la Patagonia</i> .	

Observando o quadro descritivo das principais publicações do CDP, é possível acompanhar como ocorre a tomada de posição diante dos “atributos” lançados para justificar o empreendimento, expressos no sítio eletrônico da empresa:



Figura 54: Quadro de atributos do PHA.

Fonte: http://www.hidroaysen.cl/?page_id=22. Acesso em: 15 mar. 2014.

Acessando sítio eletrônico da empresa, cada *atributo* corresponde a um *link* que direciona o visitante para uma descrição. Com base nos enunciados da empresa é possível ordenar os principais contrapontos presentes no debate, o que permite ter uma noção da dinâmica gramatical (ou argumentativa) do conflito.

QUADRO 8 - Dinâmica gramatical do conflito	
Atributos HidroAysén	Contrapontos
<p>ENERGIA PARA EL DESARROLLO 1)” HidroAysén será un aporte al desarrollo de la Región de Aysén, a través del compromiso adquirido de entregar energía de menor costo a los habitantes de Aysén. 2) Asimismo, el proyecto HidroAysén permitirá la creación de puestos de trabajo, la implementación de programas de capacitación y entrega de becas y el mejoramiento y construcción de infraestructura caminera y portuaria, entre otros aspectos”.</p>	<p>IMPACTOS NEGATIVOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL 1) Existem obstáculos legais que impedem um fornecimento de energia mais barata por parte da empresa⁶⁰. 2) Reduziria a afluência de turistas; não há cálculos sobre o impacto nas demais atividades econômicas da região (pequena pecuária, extrativismo de madeira, e pequena agricultura (Publicações Nº 7, 8 e 9 do quadro anterior, tradução livre).</p>
<p>ENERGIA LIMPA “El proyecto HidroAysén reemplazará la emisión de 16 millones de toneladas de CO2, equivalentes a las emisiones de todo el parque automotriz de Chile en un año y su potencia instalada -2.750 MW- equivalen a 7 centrales termoeléctricas. Por otra parte, la energía de HidroAysén permitirá reducir hasta en un 20% el volumen de los gases efecto invernadero que hoy emite nuestro país, que en la actualidad importa más del 50% de la energía que consume en forma de petróleo, gas y carbón, lo que nos hace dependientes de la disponibilidad y precios de estos insumos en el mercado internacional.”</p>	<p>ENERGIA SUJA “Muchas veces la energía hidroeléctrica es considerada una tecnología amigable con el ambiente, sin embargo los estudios científicos indican que la descomposición de la materia orgánica en los embalses produce cantidades significativas de gases de efecto invernadero: dióxido de carbono, metano y óxido nitroso. El impacto de los embalses tropicales puede ser mucho más alto incluso comparado con las plantas más contaminantes de combustibles fósiles” (Publicação Nº 4 do quadro anterior)</p>
<p>ENERGÍA RENOVABLE “La energía del proyecto HidroAysén es renovable porque no agota la fuente al utilizarla y restituye el agua en su totalidad al cauce del río; por lo tanto, cada partícula de agua que ingrese al embalse se reintegrará al cauce del río durante las siguientes 24 horas.”</p>	<p>MORTE PARA OS RIOS “As represas não duram para sempre, já que o assoreamento por sedimentação do leito das barragens a convertem em energia com data de término e não renovável, do qual o único legado serão as imensas paredes de cimento com o risco para as gerações futuras de ayseninos que vivam águas abaixo. O desmantelamento das barragens não está incluído nos custos do projeto, sendo transferido para a região com um passivo ambiental” (Publicação Nº 9, destaques no original e tradução da autora)</p>
<p>ENERGÍA CHILENA “El Proyecto HidroAysén se plantea como un importante aporte al escenario energético del país, contribuyendo a su independencia energética al disminuir el consumo de combustibles importados, ya que nuestro país no produce más de un 4% del total de los combustibles fósiles que se consumen para la generación de energía. Asimismo, toda la energía producida por el proyecto HidroAysén se</p>	<p>ENERGIA DE E PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS “Ainda que a empresa assinale que a energia seria para a maioria dos chilenos que dependem do SIC e não para a Grande Mineração (já que esta se concentra no SIG, não se esclarece que a maior pressão por energia para os próximos anos virá desse setor econômico, no caso do cobre 30% é de Codelco enquanto que o 70% restante é privado, fundamentalmente transnacional. Se não se considerassem os projetos do SIC como Pascua Lama⁶¹,</p>

⁶⁰ No período de aprovação do EIA, a *intendenta regional* (cargo de nomeação e máxima autoridade regional) incluiu entre as medidas compensatórias que houvesse uma rebaixa na tarifa de luz de 50% na região. No entanto, primeiramente, o sistema interconectado não permite viabilizar tal exigência, já que a energia produzida por HidroAysén seria conectada diretamente ao SIC. Segundo, já existem empresas responsáveis pela distribuição de energia no Sistema Aysén. Por fim, a própria empresa entrou com recurso contra essa medida e aguarda a resolução do Comité de Ministros. Fonte: http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/noticia.php?id_noticia=8978 Acesso em: 06 mar. 2014.

⁶¹ Primeiro projeto de mineração binacional no mundo e consiste em desenvolver uma mina de extração de ouro localizada a mais 4000 metros de altura na fronteira do Chile com argentina. Pertencente a *Barrick Gold Corporation*, empresa canadense de líder mundial em extração de ouro.

<p>incorporará al Sistema Interconectado Central (SIC), que abastece a más del 90% del país.”</p>	<p>Pelambres⁶² e Lomas Bayas⁶³, entre outras iniciativas de mineração, a demanda dos próximos anos diminuiria consideravelmente. Sem estes projetos a energia dos chilenos estaria assegurada por muito tempo.” (Publicação Nº 9, slide 12, destaques no original e tradução livre)</p>
<p>ENERGÍA COMPETITIVA “El proyecto HidroAysén es una alternativa de generación de energía limpia, renovable y de bajos costos de producción en comparación otros tipos de energía como el petróleo, gas y carbón, y más aún, con la energía eólica o solar fotovoltaica.”</p>	<p>REFORÇA A CONCENTRAÇÃO DO MERCADO ENERGÉTICO E DE CONTROLE DE ÁGUAS “Un desarrollo que no debe quedar a merced de un mercado desregulado y especulativo que ha tenido como consecuencia el establecimiento de un monopolio eléctrico por parte de Endesa y Colbún en el SIC que hoy alcanza al 74% de la matriz y que si se llegara a concretar el proyecto Hidroaysén llegaría a dominar más del 90% de dicho mercado, con lo cual estos grupos económicos atrasarían efectivamente el desarrollo equilibrado y sustentable del país (Publicação Nº 3, p.11) “ENDESA de capitais estrangeiros, é dona de 80% dos direitos de água não consuntivos do Chile, uma situação desproporcionada, injusta e inaceitável. Em Aysén, junto com Colbún controla mais de um 95% dos direito de água” (Publicação Nº 9, lâmina 6, tradução livre)</p>
<p>TECNOLOGÍA VIGENTE “El proyecto HidroAysén será un aporte al desarrollo del potencial hidroeléctrico que presenta nuestro país, integrando 2.750 MW de un total de 25.000 MW y del que sólo se ha aprovechado menos de un 25%. Asimismo, la hidroelectricidad constituye el 19% de la energía total que se genera en el mundo, lo que se refleja en el desarrollo hidroeléctrico de Europa, Norteamérica y Australia, con un 75%, 69% y 70%, respectivamente, mientras Latinoamérica solo ha desarrollado un 33% de su potencial.</p>	<p>TECNOLOGIA “OBSOLETA” O crescimento dos investimentos nas ERNC, os custos operacionais aliados à proximidade com os locais de consumo e a adaptabilidade às condições locais colocariam as ERNC como a alternativa do futuro (Publicações 3 e 5 do quadro anterior).</p>
<p>ENERGÍA EFICIENTE “El proyecto HidroAysén será uno de los más eficientes a nivel mundial, ya que producirán una gran cantidad de energía en una superficie de embalse reducida. Bajo este escenario, el proyecto HidroAysén será 18 veces más eficiente que Rapel, 11.1 veces más eficiente que La Romaine (Canadá), 8 veces más eficiente que Colbún, 6.24 veces más eficiente que Itaipú (Brasil y Paraguay), 5.2 veces más eficiente que Belo Monte (Brasil) y 3.9 veces más eficiente que la central hidroeléctrica Kárahnjúkar (Islandia), puesta en operación durante el año 2007. Por otra parte, para generar los 18.430 GWh anuales en 5.910 hectáreas del proyecto HidroAysén, se</p>	<p>USO EFICIENTE DE ENERGÍA E ERNC COMO ALTERNATIVA “En general, las ERNC se harán cada vez más competitivas con las fuentes convencionales de energía. •Las nuevas fuentes de biogás, pequeñas hidroeléctricas, biomasa, energía eólica terrestre y energía geotérmica ya compiten con los costos de las principales tecnologías de Chile de grandes hidroeléctricas y termoeléctricas de gas natural. de grandes hidroeléctricas y termoeléctricas de gas natural. “Chile debe concebir las ERNC no como un recurso marginal, sino como un suministro de importancia para la red troncal y para los usuarios finales en un esquema de generación distribuida. El país también debe reconocer el uso eficiente de la energía eléctrica</p>

Fonte: <http://barricksudamerica.com/inicio/>. Acesso em: 25 fev. 2014.

⁶² A propriedade de *Los Pelambres* corresponde: 60% a *Antofagasta Minerals* (Família Luksic); 40% a um consórcio de empresas japonesas composto por *Nippon LP Investment* (25%) y *Marubeni & Mitsubishi LP Holding BV* (15%). Extraem concentrado de cobre e subprodutos como ouro, prata y *molibdeno*. Desde 2010 estão ampliando *Los Pelambres*.

Fonte: <http://www.aminerals.cl/>. Acesso: 25 fev. 2014.

⁶³ Localizada a 120 kms ao noroeste da cidade de Antofagasta. Propriedade do consorcio Glencore International AG (Suíça) e Companhia Mineradora Xstrata Lomas Bayas (Suíça).

Fonte: http://chile.infomine.com/properties/listings/14288/LOMAS_BAYAS.html. Acesso em: 25 fev. 2014.

necesitarían 55.000 hectáreas con paneles solares fotovoltaicos y 150.000 hectáreas con aerogeneradores (energía eólica).”	(UEEE) no sólo como una estrategia de ahorro en períodos de escasez de la oferta, sino como un recurso energético generado a partir de la racionalización de la demanda y de la gestión eficiente de la energía en los distintos usos finales y procesos productivos. La experiencia internacional demuestra que las ERNC y el UEEE aportan dinamismo y diversificación al mercado energético y reducen la vulnerabilidad”(Publicação Nº 5, p. 2)
<p>ENERGÍA COMPLEMENTARIA</p> <p>“El desarrollo del proyecto HidroAysén es compatible con las Energías Renovables No Convencionales, ya que les entregará una base sólida y estable para su integración a la matriz energética. Las energías alternativas utilizan recursos de disponibilidad variable e intermitente como el viento, el sol o las mareas, por lo que requieren contar con el respaldo de otras fuentes de energía más estables –como la hidroelectricidad- para garantizar el suministro. La incorporación de un bloque de potencia y energía de las características de HidroAysén permitirá robustecer la base del Sistema Interconectado Central (SIC), diversificando la matriz energética con fuentes propias y renovables.”</p>	<p>PROJETO INCOMPATÍVEL COM AS ERNC</p> <p>Os custos e impactos de um projeto como Hidroaysén o torna incompatível com as ERNC.</p>
<p>ENERGÍA ESTABLE</p> <p>El proyecto HidroAysén se constituye como un aporte fundamental para la seguridad y estabilidad energética del país, al aportar un bloque de energía equivalente a cerca del 20% de las necesidades energéticas de Chile hacia el año 2025. Asimismo, la energía de HidroAysén permitirá atenuar los períodos de escasez del Sistema Interconectado Central (SIC). Los ríos Baker y Pascua –que reciben las aguas provenientes de los deshielos de dos grandes masas glaciares, Campo de Hielo Norte y Campo de Hielo Sur- se caracterizan por presentar caudales abundantes y de baja variación, siendo un recurso complementario y contra cíclico a los que hoy se aprovechan en la zona central de Chile, que dependen de las lluvias y nieve, lo que genera inestabilidad en la generación de energía.</p>	<p>Para o ano de 2008, o andamento de projetos ERNC já aprovados supriria necessidade de consumo entre 37,5% e 53,6% da necessidade até 2025 (Publicação Nº5).</p>

Elaboração própria. Fonte: Publicações disponíveis no sítio eletrônico do CDP.

Podemos observar que na arena técnico-científica, o movimento PSR centra seus esforços em apresentar alternativas ao modelo energético vigente. É um dos caminhos para desconstruir a inexorabilidade de projetos como HidroAysén que, se apresentam como única alternativa possível para atender as demandas de desenvolvimento e crescimento econômico do país. Embora estejam presentes estudos em outras áreas, como por exemplo, sobre os impactos na economia regional, é na apresentação de críticas ao setor elétrico e ao controle das águas que se concentram as críticas. Para contrabalançar, observa-se uma forte aposta nas ERNC.

Arena legal

Esta área do CDP é responsável por acompanhar a legalidade do projeto, os juízos e os encaminhamentos das reclamações que entram em jogo na arena legal. Este é o lugar de *combate* em essência, onde se cristalizam as provas legais e legítimas que alimentam as batalhas judiciais que impedem o andamento do projeto.

No Chile, cabe ao *Servicio de Evaluación Ambiental* (SEA), órgão público descentralizado, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, administrar e fornecer instrumentos para viabilizar o andamento do Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental (SEIA) que entrou em vigência no ano de 1997. O SEIA se apresenta como um dos principais instrumentos para prevenir a degradação ambiental. É por este instrumento que se introduz a dimensão ambiental no desenho e execução de projetos e atividades que se realizam no país, avaliando e certificando iniciativas no setor público e privado⁶⁴.

Para dar início ao processo de tramitação de um projeto ou atividade, o titular deve apresentar uma *Declaración de Impacto Ambiental* (DIA) que ira determinar, conforme norma legal, a necessidade ou não de um *Estudio de Impacto Ambiental* (EIA). HidroAysén ingressou o EIA em 14 de agosto de 2008. Após o ingresso há um prazo legal de 30 dias para passar por avaliação de distintos serviços públicos e pela sociedade civil, que pode por meio das observações apresentar questionamentos ao projeto. No dia 13 de novembro de 2008, o SEIA enviou o primeiro *Informe de Aclaraciones, Rectificaciones y/o Ampliaciones* (ICSARA N°1), com 2698 observações realizadas por 32 serviços públicos. Para elaborar as respostas, o projeto solicitou a suspensão do processo de avaliação ambiental até agosto de 2009. Posteriormente, no dia 18 de janeiro de 2010, o SEIA entregou para a empresa a ICSARA N°2, com mais 1114 observações. Cada suspensão é motivo de comemoração entre os opositores. Durante o processo administrativo, as distintas organizações se articulam para construir as críticas ao projeto e encaminhá-las ao órgão competente. No dia 25 de novembro de 2011 deu início a última etapa do processo de tramitação ambiental do projeto ao receber o ICSARA N° 3, com 199 observações e novamente a empresa solicitou a suspensão da tramitação, para finalmente fazer a entrega da ADENDA N° 3, em abril de 2011. Após essa tramitação administrativa, após quase três anos, no fatídico dia 9 de maio de 2011, a Comissão de Avaliação ambiental aprovou o EIA, obtendo a *Resolución de Calificación Ambiental* (RCA).

⁶⁴ Sítio Eletrônico <http://www.sea.gob.cl/contenido/que-es-el-sistema-de-evaluacion-de-impacto-ambiental>. Acesso em: 25 fev. 2014.

O acompanhamento da equipe técnica do CDP é descrito e avaliado pela engenheira agrônoma Daniela C., responsável técnica pelos estudos de avaliação dos EIA do *Conservación Patagonica* e do CDP. Encerrado o processo administrativo que, resultou favorável HidroAysén, o passo seguinte corresponde as ações legais. Em seu relato está a dificuldade no Chile de encontrar profissionais dispostos a analisar o EIA para formular as constatações, pois, muitos “trabalham para as empresas que trabalham nos estudos de impacto ambiental”. Em Aysén a dificuldade aumenta em razão da falta de uma universidade na região.

[trabalhamos para] fazer um nexo entre a revisão do EIA, as comunidades e os profissionais ou técnicos idôneos. No fundo, quando entram os estudos são muito grandes, há muito que revisar, então tentamos ver uma equipe de pessoas. Temos pessoas da Fundação Pumalin em Puerto Varas que trabalham nisso e como começar partes do estudo e procurar encontrar as *deficiências*. E como não somos especialistas em geologia, mineralogia, em [...] em todas as áreas buscar pessoas é muito difícil no Chile porque a maioria dos *acadêmicos trabalham para as empresas que trabalham nos estudos de impacto ambiental*, então preferem manter certa distância. Mas têm alguns que se atrevem, estudantes de doutorado em geral que se atrevem, alguns investigadores de fora que são chilenos, mas que têm saído para estudar e voltam e estão dispostos a revisar os estudos e gerar observações. Também há profissionais da região, que se bem não são especialistas com doutorado destes temas, às vezes tem muito mais conhecimento que a maioria dos especialistas que são de fora da região. Aqui não temos universidade, recém se está formando um centro de investigação. Então como tentar vincular essas pessoas para que revisem o documento e depois buscar na sociedade civil quem está disposto a levantar as observações. E partir daí fazer o segmento, ver o que responde a empresa ao serviço público. Por exemplo, tem um tema que o serviço público já não questiona, no entanto, a empresa não respondeu e, portanto, é um tema que fica sem avaliar.[trabalhamos para] que não passe assim despercebido, tentamos demonstrar, quem sabe colocar na imprensa, denunciar como uma irregularidade, buscar quem está disposto a denunciar, tentar informar, é todo esse processo que depois se transforma em ações legais. Todo o caminho administrativo para finalmente chegar, quando já tens uma irregularidade clara, já podes chegar a uma ação legal. (Trecho de entrevista: Daniela, Área técnica de revisão de EIA de Conservación Patagónica, Cochrane, jun/2013).

No caso de HidroAysén são apontadas muitas irregularidades, a quantidade de observações apresentadas durante o processo de licenciamento dão um sinal disso. Além do fato do projeto em termos de EIA, ser “fracionado” entre os componentes de geração (as represas) e de transmissão (as torres de alta tensão), o que para muitos é a maior de todas as irregularidades. Entre os moradores da região, a maior reclamação é em relação à falta de consulta local, embora esteja previsto no processo de elaboração do EIA, muitos denunciam os limites de participação, os prazos, a falta de publicização na época. No entanto, a maior de todas as críticas é direcionada ao sistema da avaliação ambiental chileno. O descrédito no sistema de avaliação ambiental parte da percepção de que o todo o processo de avaliação é

direcionado a aprovar os projetos e sem haver jamais uma “verdadeira regulação” que leve a uma aprovação ou reprovação:

Há muitas irregularidades no processo e nós em distintos momentos temos interposto recursos de proteção ou ações de querela. Hoje vigente não existem tantas, umas quatro ou cinco. Quando volta a acontecer um ato administrativo se volta a apresentar várias ações, por exemplo, se se reúne o Comitê de Ministros seguramente se apresentam varias ações legais em torno a essa decisão que seguramente vai ser de aprovação do projeto. *É pouco provável que revoguem a resolução. Nós sabendo disso, vamos preparando o caminho para apresentar novas ações.* Geralmente essas ações não detêm um projeto, porque a lei ambiental no Chile está feita, e não só eu que digo, o dizem os acadêmicos que trabalham no tema, para *fazer um branqueamento do projeto*, em nenhum caso é uma verdadeira regulação que te leve a uma aprovação ou rechaço do projeto, quase nunca acontece isso. (Trecho de entrevista: Daniela, Área técnica de revisão de EIA de Conservación Patagónica, Cochrane, jun/2013).

Por ser uma decisão política, as ações legais servem para ganhar tempo e nesse ínterim é fundamental o processo de mobilização e sensibilização a respeito do projeto e as alternativas a ele:

Então o sistema como sistema de EIA é uma ferramenta para evitar impactos ambientais, não uma ferramenta para aprovar projeto e dizer que “estamos dentro da legislação vigente”. Por isso é muito difícil detê-lo e só com todas as ações que nós fazemos aqui ganhamos tempo. Tempo muito importante porque por outro lado estão todas as ações de sensibilização e mobilização e etc, que permitem que as pessoas sejam cada vez mais empoderadas em torno aos temas das energias, sobre as represas, e se gera a pressão política suficiente para que, desde o ponto de visto político, porque nunca é de um ponto de vista técnico, um projeto se detenha. A decisão é política, a decisão final [...], além disso, se permite, pelo menos nos casos de projetos energéticos, que outras propostas energéticas surjam com mais força, de eficiência, renováveis, e nos sete anos que leva essa campanha isso tem acontecido. (Trecho de entrevista: Daniela, Área técnica de revisão de EIA de Conservación Patagónica, Cochrane, jun/2013).

Arena comunicacional

A área comunicacional do CDP é um dos pontos fortes do movimento oposicionista. No sítio eletrônico do Conselho estão disponíveis 57 peças publicitárias veiculadas na imprensa escrita em jornais de grande circulação (*La Tercera* e *El Mercurio*), um acervo de 180 crônicas ou colunas de opinião também publicadas em sítios eletrônicos, jornais de grande circulação nacional e regional (*El divisadero*), um documentário com 22407 visualizações⁶⁵, 24 pôsteres em alta resolução, registros sonoros do Rio Baker. Circulando na região de Aysén me deparei por diversas vezes com o material produzido e distribuído em Santiago. E a grande “carta de apresentação” que é o livro “Patagonia Sin Represas”, lançado

⁶⁵ Documentário 'Patagonia Se Levanta' de 88min, produzido em 2011 em parceria com EEUU. Direção: Brian Lilla. Disponível em: <http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/documental-patagonia-se-levanta-en-el-festival-internacional-de-cine-de-valdivia.php> Acesso em: 05 mar. 2014.

no ano de 2010. Este livro contém 27 textos distribuídos em quatro capítulos: os pesadelos do passado; os pesadelos de hoje; o crescimento sem fim; e, esperanças, sonhos e propostas, de autores que são referência no movimento PSR.

Conforme Patricio R, é no fechamento da edição do livro que se define o grande lema, a palavra de ordem, enfim, o que encerra a grande *reivindicação* e traz a público as denúncias em torno ao projeto HidroAysén, que é uma “Patagonia Sin Represa”. Durante minha primeira entrevista, para minha surpresa, tomei conhecimento, por meio de Patricio, de detalhes de como a capa de um livro tornou-se lema de uma campanha, ou nas palavras do entrevistado, um *slogan*, com marca registrada no sistema de patentes, para posteriormente tomar as ruas:

O nome PSR vem do livro, porque quando eu recebi o projeto da linha editorial, atrás do livro tinha um esboço e esse esboço falava de "Patagonia Chile Sin Represa". A primeira mudança que sugeri foi que não falássemos de "Patagonia-Chile", senão que, "Patagonia Chilena", dar como mais... como que sentido de pertencimento, não um nacionalismo barato, mas sim o sentido de pertencimento de um território que precisávamos reivindicar. Estava muito longe, muito pouco conhecido, muito abandonado, muito longe da política pública, etc...E ainda por cima com *gente muito passiva*. Gente muito dependente da administração pública, por isso o levante de fevereiro de 2012⁶⁶ é inédito, quer dizer nunca tinha acontecido na história de Aysén. Brigas internas sim, mas por outras razões. Então logo quando decidi o momento de definir o *slogan* de campanha "Patagonia Chilena Sin Represas" era *muito longo* e como afinal *Patagônia é Patagônia*. Tiramos o “chilena”. Então, PSR ficou como parte da página web "patagoniasinrepresas.cl". *Para nós foi uma marca e de fato nós registramos a marca* e tudo, porque no fundo era o que identificava o movimento PSR. Agora, depois foram os gritos "Patagonia, sin Represas!". Foi um grito que se cantou com muita força, digamos um *slogan*. Uma *marca* que hoje é muito valorizada, porque se conseguiu imprimir esse conceito de marca.

Numa observação mais atenta do material disponibilizado, chama à atenção a quase ausência de intervenção humana na paisagem. Dos 24 pôsteres apenas um faz menção a intervenção humana, com uma casa, as demais, apenas paisagens. A mensagem é uma resposta à justificativa de “Projeto País” versus “A pior Imagem País”.

⁶⁶ No mês de fevereiro de 2012 ocorre um inédito levante popular na Região de Aysén. Durante 45 dias dezenas de entidades tomaram as ruas, pontes e órgãos públicos sob o lema “Aysén, tu problema es mi problema” para reivindicar uma série de demandas do governo. O movimento iniciado por um grupo de pescadores e dirigentes sociais no dia 7 de fevereiro, logo adquiriu um caráter transversal. O momento foi marcado pela negativa do governo central em negociar com os manifestantes e pela forte e desproporcional repressão policial enviada de Santiago para a Região. Durante aquele mês, o levante de Aysén monopolizou os temas nos meios de comunicação e debate público, elevando mais uma vez uma região esquecida a tema de debate nacional.

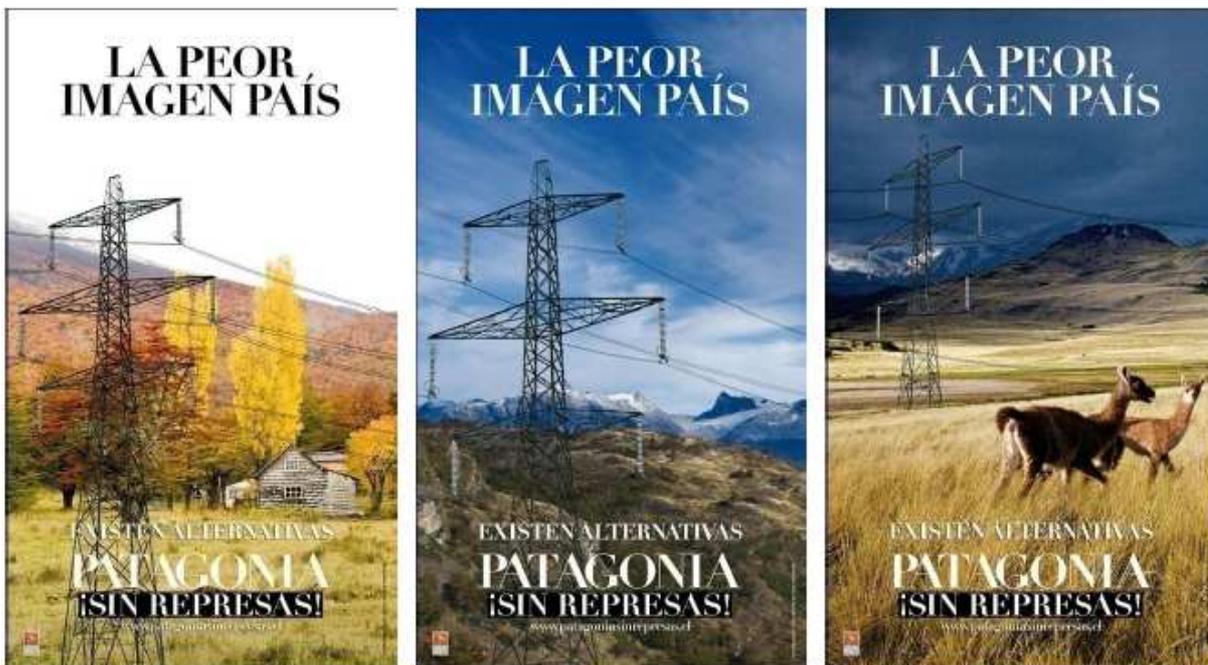


Figura 55: Sequência de pôsteres “*La Peor Imagen del País*”, “*Existen Alternativas*”.

Fonte: Sítio eletrônico do CDP. Disponível em: <http://www.patagoniasinrepresas.cl>. Acesso em 19 mar. 2014.

Também há uma série de pôsteres que fazem menção a vários patrimônios chilenos, que vai ao encontro da tratativa de consolidar a Patagônia com um “Patrimônio Nacional” e reforçar a iniciativa de incluir Patagônia (Chilena e Argentina) como Patrimônio da Humanidade junto a UNESCO⁶⁷.

⁶⁷“Organizaciones ambientales y senadores entregaron al Presidente Sebastián Piñera una carta solicitando su patrocinio ante la Unesco para declarar a la Patagonia chilena como Patrimonio de la Humanidad. Mientras la parte Argentina de la zona ya recibió la declaración patrimonial en 1981, en Chile la iniciativa está estancada desde 2009.” Fonte: <http://radio.uchile.cl/2010/06/17/piden-declarar-patrimonio-de-la-humanidad-a-patagonia-chilena>. Acesso em: 19 mar. 2014.

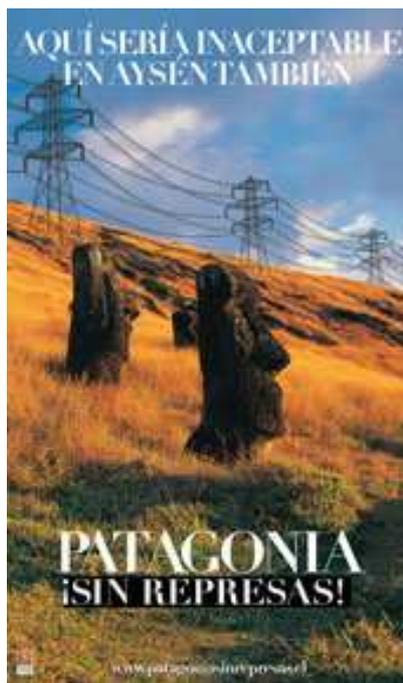


Figura 56: Pôsteres com referência aos Patrimônios da Humanidade. “Aqui seria inaceitável, em Aysén também”.

Fonte: Sítio eletrônico do CDP. Disponível em: <http://www.patagoniasinrepresas.cl>. Acesso em: 19 mar. 2014.

As peças publicitárias que são enviadas para os jornais são as que melhor expressam a dinâmica do conflito e se apresentam como um instrumento de sensibilização por meio de informação. As figuras 57 e 58 correspondem a uma série denominada “Nove razões” que expõem detalhadamente diversos argumentos contrários ao projeto. A figura 59 apresenta o respaldo da população às demandas dos movimentos e a contrariedade geral ao projeto em uma de tantas pesquisas de opinião realizadas sobre temática. A que está divulgada em questão, apresenta 58% da população contrária a HidroAysén é de 2008, ou seja, dois anos antes da aprovação do EIA e das grandes manifestações sociais vividas em 2011. A figura 60 problematiza a “realidade” da demanda elétrica e defende a necessidade de discutir a implementação das ERNC.

As figuras 61 à 64 apresentam os debates mais recentes acerca do conflito. A figura 61 denominada “A birra do Fast Track elétrico” faz referência ao chamado “colbunazo” ocorrido em maio de 2012, situação em que Colbún anunciava parar as tramitações de Hidroaysén enquanto não houvesse um consenso nacional acerca do futuro energético do país. A figura 62, “Concessões Elétricas, cozinhando uma lei para Hidroaysén” diz respeito aos movimentos do governo central em viabilizar a execução do projeto. A figura 63, “Vota Sem Represas” diz respeito ao processo eleitoral realizado no ano de 2013 e a figura 64, é uma campanha publicitária censurada pelos jornais La Tercera e El Mercurio, e remete ao fato ocorrido no

início do ano de 2014 quando ENDESA retira Hidroaysén de sua carta de investimentos futuros. Para o movimento PSR foi a “morte” do projeto HidroAysén. Coincidentemente, Boltanski (2010) coloca que as operações realizadas em uma denúncia pública nos casos em busca de “veredito” público podem ter por finalidade, por meio da condenação moral, um “homicídio civil”.

Embora na arena comunicacional o movimento PSR se apresente com força, vale registrar que em nada se compara ao poder comunicacional de um consórcio do porte de HidroAysén, que quando foi pertinente, veiculava suas campanhas por televisão, ou, por exemplo, tem o poder suficiente para encomendar um documentário (com ares de mega-produção) favorável ao projeto ao canal Discovery Chanel⁶⁸.

Na análise do material comunicacional, observa-se a primazia de elementos relacionados à “natureza” descolada da cultura local. O que é compreensível em termos de “estratégia” de sensibilização, mas que se apresenta como uma contradição enquanto um “Conselho de Defesa da Patagônia”. Se comparados apenas os símbolos que representam os coletivos que atuam a nível local, que são grupos que surgiram em situação de conflito, por exemplo, a referência ao homem do campo crucificado, no caso do Comité Oscar Romero, o índio tehuelche caçando um puma, como no caso dos Jovenes Tehuelches, ou o *gaucho* a cavalo no caso da agrupação *Defensores del Espíritu de la Patagonia*, com as imagens veiculadas pelo CDP dificilmente diríamos se tratar de um mesmo movimento, o movimento PSR.

⁶⁸ Discovery Channel: “Desafíos Futuros, HidroAysén”. Disponível em: <http://vimeo.com/63904694> Acesso em: 19mar. 2014.

Razones por qué Hidroaysén es Negocio de Pocos... y Ruina de Muchos.

Regulación Para el Negocio
En Chile, el sector eléctrico ha sido históricamente un negocio de pocos. Desde la creación de la Codelco y la creación de la Empresa Eléctrica Nacional (EEN) en 1979, el gobierno ha controlado el negocio eléctrico. En 1999, el gobierno privatizó la Empresa Eléctrica Nacional (EEN) y creó la Empresa Eléctrica de Chile (EECH), que pasó a ser una sociedad anónima de capital abierto. Desde entonces, el negocio eléctrico ha estado en manos de unos pocos grupos económicos, como el grupo de los Salas y el grupo de los Valdovinoso, quienes han acumulado grandes fortunas gracias a este negocio.

Nuevas Leyes
En los últimos años, se han promulgado nuevas leyes que benefician a los grandes grupos económicos. Estas leyes permiten que los grandes grupos económicos obtengan licencias de explotación de energía eléctrica de manera más fácil y rápida. Además, se han creado nuevas modalidades de inversión que permiten a los grandes grupos económicos obtener licencias de explotación de energía eléctrica de manera más fácil y rápida.

Concentración Extrema
El negocio eléctrico en Chile está altamente concentrado en manos de unos pocos grupos económicos. Los principales grupos económicos que controlan el negocio eléctrico en Chile son el grupo de los Salas, el grupo de los Valdovinoso, el grupo de los Valdovinoso y el grupo de los Valdovinoso.

Monopolio Energético
El negocio eléctrico en Chile es un monopolio energético. Los grandes grupos económicos que controlan el negocio eléctrico en Chile tienen el control absoluto sobre el negocio eléctrico en Chile. Esto les permite fijar precios y controlar el suministro de energía eléctrica en Chile.

El Negocio es un Negocio de Pocos... y Ruina de Muchos.

OTRO FUTURO ENERGÉTICO ES POSIBLE!
¿PODRIAMOS CONSTRUIR UN NEGOCIO PARA LAS EMPRESAS Y LAS REPREASAS EN AYSEN?

Hidroaysén no es un negocio para pocos... ¡Es un negocio para todos!

¡PATAGONIA SIN REPREASAS!

Figura 57: Série “9 razones”. “Porque Hidroaysén é negócio de poucos e ruina de muitos. Fonte: Acervo CDP.

Razones para Reducir el Consumo Energético. No al Derroche... Así se pierden nuestros ríos.

Una demanda eléctrica sobredimensionada. Las grandes empresas, al igual que el sector público, tienen un consumo eléctrico excesivo. Esto genera una demanda eléctrica que no se puede satisfacer con las fuentes renovables disponibles. Como resultado, se necesitan grandes inversiones en centrales eléctricas de combustibles fósiles, lo que genera emisiones de gases de efecto invernadero y contaminación ambiental.

Las ERNC son factibles hoy. Chile no es un país rico en recursos naturales, pero sí tiene un gran potencial de energías renovables. Las energías renovables son limpias, sostenibles y económicas. Chile puede aprovechar este potencial para reducir su dependencia de los combustibles fósiles y reducir sus emisiones de gases de efecto invernadero.

El kilowatt más barato es el que no se consume. La electricidad es un recurso valioso. Si no se consume, se pierde. Por lo tanto, es importante promover el ahorro de energía y la eficiencia energética. Esto puede lograrse mediante la implementación de medidas de ahorro de energía en hogares, empresas y edificios públicos.

Energías renovables: fíjate y cájate. Las energías renovables son una fuente de energía limpia y sostenible. Chile debe promover el uso de energías renovables para reducir su dependencia de los combustibles fósiles y reducir sus emisiones de gases de efecto invernadero. Esto puede lograrse mediante la implementación de políticas que fomenten el desarrollo de la industria de energías renovables.

Subsidios encubiertos para mega represas y termoeléctricas. El gobierno chileno ha otorgado subsidios encubiertos para la construcción de grandes represas hidroeléctricas y centrales termoeléctricas. Estos subsidios han permitido que estas empresas obtengan licencias de explotación de energía eléctrica de manera más fácil y rápida, lo que ha generado una concentración extrema del negocio eléctrico en Chile.

¡PATAGONIA SIN REPREASAS!

Figura 58: Série “9 razones”. “Para reducir o consumo energético. Fonte: Acervo CDP.

DERROTAN LA TIRANÍA DE LA MINORÍA. CHILE DECIDE. El 58% se opone a las REPREASAS EN LA PATAGONIA.

¡PATAGONIA SIN REPREASAS!

Un mercado altamente concentrado. El negocio eléctrico en Chile está altamente concentrado en manos de unos pocos grupos económicos. Esto les permite fijar precios y controlar el suministro de energía eléctrica en Chile. Como resultado, los consumidores pagan precios altos por la electricidad que consumen.

Subsidios encubiertos para mega represas y termoeléctricas. El gobierno chileno ha otorgado subsidios encubiertos para la construcción de grandes represas hidroeléctricas y centrales termoeléctricas. Estos subsidios han permitido que estas empresas obtengan licencias de explotación de energía eléctrica de manera más fácil y rápida, lo que ha generado una concentración extrema del negocio eléctrico en Chile.

Tu compromiso y participación son claves para detener este proyecto. Participa de las movilizaciones, únete a la campaña. Tu voz cuenta. Juntos podemos detener el proyecto de las represas en la Patagonia y proteger nuestro medio ambiente.

¡PATAGONIA SIN REPREASAS!

Figura 59: “Chile Decide, 58% se opõem as represas na Patagônia”. Fonte: Acervo CDP

Necesitamos una Revolución Energética Ahora.

Las ERNC son factibles hoy. Chile no es un país rico en recursos naturales, pero sí tiene un gran potencial de energías renovables. Las energías renovables son limpias, sostenibles y económicas. Chile puede aprovechar este potencial para reducir su dependencia de los combustibles fósiles y reducir sus emisiones de gases de efecto invernadero.

Energías renovables: fíjate y cájate. Las energías renovables son una fuente de energía limpia y sostenible. Chile debe promover el uso de energías renovables para reducir su dependencia de los combustibles fósiles y reducir sus emisiones de gases de efecto invernadero. Esto puede lograrse mediante la implementación de políticas que fomenten el desarrollo de la industria de energías renovables.

Subsidios encubiertos para mega represas y termoeléctricas. El gobierno chileno ha otorgado subsidios encubiertos para la construcción de grandes represas hidroeléctricas y centrales termoeléctricas. Estos subsidios han permitido que estas empresas obtengan licencias de explotación de energía eléctrica de manera más fácil y rápida, lo que ha generado una concentración extrema del negocio eléctrico en Chile.

¡PATAGONIA SIN REPREASAS!

Figura 60: “Precisamos de uma revolução elétrica agora”. Fonte: Acervo CDP.

Arena internacional

Na área internacional do CDP realiza-se o trabalho que contacta o movimento PSR aos aliados internacionais em Europa, EUA, América Latina e Canadá. Observando o quadro abaixo é notável a presença de entidades norte-americanas e europeias e a fraca interlocução com o resto da América Latina.

QUADRO 9 - Organizações internacionais que integram o CDP		
USA e CANADÁ	EUROPA	AMÉRICA LÁTINA
-Ancient Forest International- USA -Environmental Law Alliance Worldwide –USA -Free Flowing Rivers- USA -FutaFriends – USA -Global Response -Greenpeace -International Rivers – USA -Natural Resources Defense Council- USA -Probe International - Canadá -WWF	-Associazione Studi America Latina Italia -Asociación Cultural Agraria de España -COAGRET- España -Ecologistas en Acción- España -Fondazione Culturale di Banca Etica- Italia -Ingeniería Sin Fronteras - España -Mani Tese - Italia -Observatorio de Multinacionales en América Latina Paz con Dignidad - España -Paz con Dignidad Madrid y País Vasco – España -Servizio Civile Internazionale/Italia -SETEM – España -Xarxa per una Nova Cultura del’Aigua – España	-Centro de Documentación e Información- Bolivia -Fundación Vaino Auer – Argentina Proyecto Lemu Argentina

Fonte: Elaboração da autora com base informações disponíveis do sítio eletrônico do CDP.

Para o movimento PSR a arena internacional é vital não apenas por publicizar o problema além das fronteiras, mas por ser uma importante fonte de financiamento, o que não é de modo algum oculto, algo que é constante alvo de críticas pelo pólo favorável ao projeto⁶⁹, ao que o movimento responde recordando que os grandes financiadores dos megaprojetos também são estrangeiros:

Como las cizaña va dirigida al financiamiento internacional, en primer lugar debemos recordar que las transnacionales (como Endesa España, ENEL y Xstrata están acá gracias a la globalización de la economía y que uno de los dogmas que rige la economía chilena es aquel de la importancia de obtener financiamiento desde el extranjero. Pero, en esto como en otras cosas, les gusta el doble estándar y cuando

⁶⁹ No dia cinco de outubro de 2010, semanas antes que se reiniciasse a tramitação ambiental que levou a aprovação no dia 9 de maio de 2011, o diretor da empresa em entrevista para um canal de televisão estatal, denunciou que organizações opositoras de receber recursos internacionais para atacar e impulsionar “falsos mitos”. Fonte: <http://www.elmostrador.cl/pais/2010/10/05/%E2%80%9Cfernandez-busca-descalificar-a-los-que-rechazan-hidroaysen-con-argumentos-falaces%E2%80%9D/>. Acesso em: 20 mar. 2014.

somos nosotros los que recurrimos a la solidaridad internacional, la globalización y el dogma dejan de ser dulces y en la clásica ley del embudo lo encuentran sospechoso, y terrorífico. (Peter Hartmann⁷⁰).

O PSR assinala que nos últimos anos tem recebido ajuda e financiamento internacional de Greenpeace España, Internacional Rivers, Natural Resources Defense Council, Observatorio de Responsabilidad Corporativa e das fundações Green Grant Latinoamérica, Conservación Patagonica, Hollomon Price y Tides. Além de doações de turistas. “A todos ellos les estamos muy agradecidos y por cierto no tienen nada de siniestros ni están ligados al terrorismo internacional”(Ibid).

Arena política

Certamente, jamais um tema ambiental instaurou-se de maneira tão contundente na agenda pública de debates no Chile⁷¹. A repercussão na arena política institucional foi de tal maneira que posicionar-se com respeito à HidroAysén tornou-se quase tão caro quanto posicionar-se a favor ou contra a educação gratuita, matrimônio igualitário, entre outros. O divisor de águas foram as manifestações ocorridas no início de 2011 que sacudiram o cenário político na ocasião. Um momento considerado emblemático da situação foi a ocasião em que o ex-presidente socialista Ricardo Lagos afirmou em um programa de debates, logo após a aprovação do dia 9 de maio que "[HidroAysén] es necesario porque necesitamos más energía, pero eso tiene que incorporarse en un contexto más amplio que es cuál es la política energética de Chile", para menos 24 horas depois voltar atrás em sua posição⁷². A Concertación (coalizão partidária de centro esquerda) e Alianza (coalizão partidária de centro-direita) passaram, desde então, a se recriminar mutuamente no que tange à responsabilidade de cada uma na aprovação do projeto. No entanto, é o governo de Michel Bachelet (2006-2010) que aceitou e impulsionou a tramitação do PHA como uma necessidade nacional. Agora, reeleita, Michel Bachelet tem a responsabilidade de levar adiante ou paralisar definitivamente HidroAysén.

Diante de tal cenário, com vistas a pressionar os setores políticos o CDP coordenou a campanha “Vota sem Represas” durante as eleições em 2013 que tinha por objetivo coagir os

⁷⁰ Declaração realizada no dia 20 de janeiro de 2011. Fonte: http://www.patagoniasinrepresas.cl/final/noticia.php?id_noticia=2035. Acesso em: 15 mar. 2014.

⁷¹ Exemplo disso, foi o debate presidencial transmitido por CNN realizado em torno ao tema energético que obteve altos índices de audiência, chegando a ter seu tempo de duração prolongando. Fonte: <http://www.eldinamo.cl/blog/energia-presidencial-sepulta-proyecto-hidroaysen/>. Acesso em: 15 mar. 2014.

⁷² <http://www.veoverde.com/2011/05/hidroaysen-ricardo-lagos-se-desdice/>. Acesso em: 15 mar. 2014.

candidatos à presidência, senado e parlamento a assinar um compromisso público “anti-represas”. Paralelamente a essa campanha, os membros do movimento PSR participaram da iniciativa cidadã “Vota AC” (vota assembleia constituinte), que consistiu numa campanha em prol da realização de uma assembléia constituinte para remover a Constituição de 1981, legado de Pinochet. Diferentemente do Brasil e de outros países da América Latina que imediatamente no período pós-ditadura convocaram assembleias constituintes, o Chile ainda é regido por uma Constituição herdada da ditadura, que apresenta, entre outras distorções, entraves para diversificação do cenário energético.

A política nacional é marcada por um forte centralismo, que geralmente entra colisão com interesses regionais. No caso estudado, é de se destacar que em nível regional boa parte dos representantes políticos eleitos pela região, prefeitos, senadores e vereadores mantêm uma posição contrária ao projeto.

5.4 TENDÊNCIA DAS CRÍTICAS E JUSTIFICATIVAS

Com base nas sessões anteriores é possível caracterizar uma tendência das ordens de justificação evocadas pelos agentes implicados no conflito em questão, quanto aos princípios normativos ou às ordens de justificação evocados nas críticas ao projeto HidroAysén:

- *críticas ambiental e estética* – fundamentada nos impactos ambientais e paisagísticos. Considera o projeto um “assassinato” dos rios, representando uma ameaça para os campos de gelo, fauna e flora local, entre outros;
- *crítica ambiental e social* – fundamentada nos impactos culturais, sociais e econômicos. Temor de possíveis modificações no modo de vida do *patagón* que poderiam ocorrer ao se duplicar o contingente populacional durante a construção das represas, entre outros argumentos;
- *críticas às práticas da empresa* – fundamentada nos vícios e nas supostas irregularidades do Estudo de Impacto Ambiental; na campanha realizada pela empresa e nas estratégias de aproximação da empresa com as comunidades com ofertas de dinheiro, entre outros;
- *críticas ao modelo desenvolvimento* – que questiona o modelo de desenvolvimento extrativo e entregue a interesses de transnacionais, em contradição com a vocação da região que prospecta seu desenvolvimento baseado no conceito *Aysén Reserva de Vida*.

Por outro lado, as justificativas acionadas pelo ente criticado e pelo polo favorável ao projeto apontam aos menos três tendências:

- projeto país – fundamentada na suposta necessidade energética para manter o ritmo de “crescimento” do país e no risco de blecaute energético nos próximos anos;
- *desenvolvimento e progresso regional e nacional* – fundamentada nas dificuldades da região, isolamento, custos da energia, (elevado custo de vida de modo geral), pouca produtividade, entre outros;
- *críticas ao ambientalismo* – fundamentada no argumento “anti-progresso” dos movimentos ambientalistas e no “intervencionismo” de ambientalistas estrangeiros na aquisição e usufruto do território nacional.

5.5 OS FATORES NECESSÁRIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO E PERMANÊNCIA DA DISPUTA

Por fim, à medida que se reconstitui a trajetória da definição pública do problema em torno ao projeto HidroAysén percebe-se que a existência dos fatores mencionados por Hannigan(2009), com maior ou menor relevância de um outro fator no decorrer da discussão, são fundamentais para o entendimento da permanência e ampliação do debate em nível nacional.

QUADRO 10 – A construção do problema ambiental em torno do PHA, segundo proposição de Hannigan (2009).	
Fatores necessários	Fatores Identificados
Autoridade científica para a validação dos argumentos	Na arena de discussão, além dos estudos que embasam os recursos judiciais referentes ao projeto, ao menos dois tipos de estudos fundamentam os argumentos opositores: (1) sobre a conjuntura energética, apresentando argumentos que contestam as justificativas de escassez energética; e (2) sobre a viabilidade de projetos de energia renováveis não convencionais.
A existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência	É principalmente no interior das ONGs – como <i>Conservacion Patagonia, Fundación Terram, Ecosistemas, Chile Sustentable</i> , entre outras - que se encontram os técnicos responsáveis por reestruturar e reformular os argumentos para “seduzir os editores, jornalistas, líderes políticos e outros formadores de opinião” (HANNIGAN, 2009).
Dramatização do problema em termos simbólicos e visuais	<ul style="list-style-type: none"> • Na dimensão regional, o histórico do movimento é marcado por momentos emblemáticos que são sempre recordados e mencionados em distintas entrevistas, como por exemplo, a cavalgada realizada no ano de 2008, os encontros realizados nas beiras rios; • Na escala nacional e internacional a campanha PSR utiliza fortemente o recurso da paisagem para demonstrar os impactos relacionados ao projeto.

Atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante	<ul style="list-style-type: none"> • Após as mobilizações de 2011, o problema consolidou seu espaço na mídia, os comunicados do movimento PSR em geral recebem uma boa cobertura tanto em nível regional, como na escala nacional; • Personalidades nacionais, formadoras de opinião, têm manifestado publicamente seu rechaço às represas; • O CDP tem se encarregado de, ao longo dos anos, publicar quase semanalmente informes publicitários (de página inteira) no jornal <i>La Tercera</i>, um dos meios de maior circulação no país; • As organizações locais dispõem de uma rádio pertencente à Igreja Católica, Rádio Santa Maria que tem alto índice de audiência e reserva ao menos um programa diário para abordar a temática ambiental. Além disso, semanalmente publicam uma coluna de opinião no jornal de maior circulação local; • Conforme declarado em entrevista com o Secretário Executivo do CDP, a internet por meio das redes sociais de relacionamento, tais como Twitter e Facebook, foi fundamental na circulação de informação e articulação de atividades críticas ao projeto.
Incentivos econômicos para uma ação positiva	<ul style="list-style-type: none"> • A campanha PSR conta com um importante e reconhecido financiador, Douglas Tompkins, dono da fundação conservacionista <i>Tompkins Conservation</i> que mantém diversas reservas e parques ecológicos, proprietário de cerca de 8100 km² entre a Patagônia chilena e argentina; • A contribuição de Douglas Tompkins também é considerada, conforme avaliação de entrevistados da própria fundação <i>Conservación Patagónica</i>, o elo fraco da campanha PSR e sendo alvo constante de ataque e suspeita por ser pertencer a um estrangeiro.
Recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade	<ul style="list-style-type: none"> • Uma das estratégias das organizações em defesa da Patagônia é a pressão para que o governo solicite junto à UNESCO a declaração integral da Patagônia chilena como Patrimônio da Humanidade, iniciativa que está paralisada desde o ano de 2009 sob a administração da presidenta Michelle Bachelet.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro proposto por Hannigan é pertinente na medida em que permite operacionalizar e sistematizar a realidade observada. Em nosso caso, o percurso para chegar aos fatores enumerados foi reconstituindo uma situação de conflito. Observamos que todos os elementos enumerados estão presentes na constituição do problema e, de fato, o debate até o momento não pereceu num “mar de desinteresse e irrelevância” (HANNIGAN, 2009, p. 117), pelo contrário, conforme observado nas sessões anteriores o debate em torno ao PHA têm se consolidado como uma reivindicação e potencializado debates mais profundos (reforma constituinte, reforma energética, entre outros). Considerando a dinâmica e a atual situação do conflito em torno ao PHA podemos considerar que estamos diante de uma construção bem

sucedida de um problema ambiental. No entanto, justamente pela dimensão do debate que, no limite, coloca em questão um modelo de econômico e político de desenvolvimento não é possível limitar a análise à existência ou não de determinados fatores como determinantes na emergência e permanência do debate.

Por outro lado, seria precipitado afirmar que a presença destes elementos são as condicionantes que tornam este conflito excepcional em termos de sucesso ou não da constituição de um problema. Pode-se afirmar que tais elementos são importantes para a consolidação e para a permanência da disputa. Contudo, para estabelecer uma relação direta entre os fatores e os resultados de sucesso ou fracasso, considera-se que talvez fosse pertinente em estudos futuros realizar uma perspectiva comparada de conflitos, para então poder inferir maiores deduções a respeito de quais são “os” elementos necessários para inserir um problema ambiental na agenda pública de debates. Sendo de todos os modos, um quadro interessante e provocador, por apresentar mais possibilidades de exploração.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa investigou as ações e mobilizações coletivas e individuais contrárias ao Projeto Hidrelétrico HidroAysén, buscando caracterizar e interpretar as diferentes gramáticas evocadas pelos agentes durante o processo de constituição do conflito. A partir da perspectiva pragmática dos regimes da ação, priorizou-se decompor o fio das ações, observando as competências mobilizadas pelos diferentes agentes engajados, buscando evidenciar os objetos em que as pessoas se apóiam para referendar a validade de suas argumentações. Por se tratar de um problema social que desloca a questão ambiental para o centro do conflito, consideramos adequado articular a perspectiva pragmática mencionada com a síntese construcionista de John Hannigan

A hipótese geral deste trabalho partiu do argumento que a ação dos agentes denunciante centra seus esforços em demonstrar que um caso particular se reveste de um interesse geral. O que se viu durante a realização do trabalho empírico confirma esta hipótese. Nesse sentido, nosso esforço foi demonstrar como se configurou a gramática do conflito em questão. Para tanto, buscou-se caracterizar o sistema actancial da denúncia, que instaura um sistema de relações em que é possível evidenciar aquele que denuncia; aquele que se favorece com a denúncia; aquele contra quem se apresenta a denúncia. Pesa sobre esse sistema, a exigência da realização das provas para referendar as denúncias.

Adaptado à nossa investigação, para definir o sistema actancial da denúncia colocamos como necessário: identificar os argumentadores, investigar os fundamentos das denúncias, as críticas e justificativas e observar as arenas da ação onde se cristalizam as denúncias.

Na identificação dos argumentadores, observou-se uma heterogeneidade entre os agentes, que resulta numa multiplicidade de competências e prioridades que se engajam nesta disputa: conservacionistas, trabalhadores do campo, coletivos autônomos, ONGs ambientalistas profissionais, igreja católica, entre outros. Diante de tais diferenças, os agentes engajados se veem obrigados a “escorregar” entre mundos distintos, que mobilizam competências distintas, porém necessárias, para a construção do conflito.

Para investigar os fundamentos das denúncias, críticas e justificativas observou-se que as competências emergem basicamente de três situações: da necessidade de instaurar a Patagônia Chilena como uma causa a ser defendida, as percepções quanto ao PHA e o embate entre distintas concepções de desenvolvimento.

A instauração da defesa da Patagônia como pauta e debate em nível nacional encontra como primeiro obstáculo o desconhecimento geral da região por parte da população em nível nacional. Nesse sentido, o esforço inicial dos agentes engajados foi o de instaurar a Patagônia como um bem comum com vistas à formulação de uma reivindicação: a “Patagônia Chilena Sin Represas”. No bojo desse processo, a defesa da Patagônia implicou no fortalecimento e na valorização do modo de existir do Patagón, o que seria um caminho necessário para expressar que existem outras formas de existência dispostas a disputar e a se defender diante da ameaça de um grande projeto. Por fim, acompanhando o sentido e o direcionamento da formulação da Patagônia como um bem comum, destacou-se a recorrente mobilização de recursos com vistas a uma qualificação ambiental das justificativas, no sentido de colocá-la sistematicamente em relação ao tempo futuro, como algo importante para as futuras gerações.

Constituir uma denúncia impõe a designação de um culpado. A designação desse culpado neste caso, para muitos foi processual e não imediata, passando por um período de estudo e troca de informações e contatos entre diferentes agentes engajados, permitindo assim que os indivíduos *vitimizados* pudessem exteriorizar suas queixas de modo organizado e definir o objeto mesmo da denúncia. Nesse ponto, observou-se que os questionamentos no processo de formulação de críticas ao projeto HidroAysén circulam principalmente entre o processo que levou à aprovação do projeto pelas autoridades ambientais; os possíveis impactos sociais, ambientais e econômicos; os modos de agir da empresa em campo e as modificações nas relações sociais locais que já estão impactadas com a iminência do projeto. Também, destacou-se que é principalmente no processo de formulação de críticas ao projeto que está em disputa a concepção de quem são os “atingidos”.

Reconstituindo a dinâmica do conflito percebeu-se que observando as competências mobilizadas para instaurar a Patagônia como um bem comum e para a *modelização* das críticas ao PHA, o sentido crítico da discussão invariavelmente repercutiu no embate entre concepções de desenvolvimento. Ou melhor, no embate entre o que é planejado localmente, expresso no conceito “Aysén, Reserva de Vida” e o que vem a se impor sob a égide do “desenvolvimento”.

Por fim, para consolidar o processo de denúncia pública observou-se o modo como o movimento da crítica, se comporta ou se conforma nas distintas arenas em situação de debate: arena técnico-Científica; arena legal; arena comunicacional; arena internacional e arena política.

Na arena técnico-científica destacou-se o esforço em consolidar e apresentar alternativas ao modelo energético vigente; na arena legal destacou-se a dinâmica de atuação

que leva os agentes à *judicialização* do conflito; na arena comunicacional apresentaram-se os distintos veículos de informação e sensibilização utilizados para elevar a defesa da Patagônia como um patrimônio, para informar acerca de todos os movimentos do Estado e da empresa para viabilizar o projeto e para *publicizar* as críticas e demonstrar alternativas ao modelo energético vigente; na arena internacional destaca-se que as ações do movimento não apenas buscam respaldo público internacional, mas orientam-se a angariar verbas para a manutenção do movimento PSR; na arena política as ações visam aproveitar e colher os frutos da repercussão negativa da aprovação do projeto ocorrida no ano de 2011, para pressionar os setores políticos a se posicionarem sobre as represas. Desta forma, nas últimas eleições realizadas no o ano de 2013, posicionar-se sobre as represas foi tão imprescindível quanto posicionar-se sobre temas como aborto terapêutico, matrimônio igualitário, entre outros.

Na segunda hipótese de trabalho nosso objetivo era testar se há uma relação direta entre a aceitação da denúncia pública e existência dos elementos necessários para a construção bem sucedida de um problema ambiental. Na busca por entender o modo exitoso que se instaurou o conflito na agenda pública de debates pareceu interessante explorar se os elementos presentes no conflito eram compatíveis como fatores elencados por Hannigan (2009). A pesquisa empírica constatou que todos os fatores estão preenchidos, no entanto, seria precipitado afirmar que a presença destes elementos são as condicionantes que tornam este conflito excepcional em termos de sucesso ou não da constituição de um problema. Pode-se afirmar que tais elementos são importantes para a consolidação e para a permanência da disputa. Contudo, para estabelecer uma relação direta entre os fatores e os resultados de sucesso ou fracasso, considera-se que talvez fosse pertinente em estudos futuros realizar uma perspectiva comparada de conflitos, para então poder inferir maiores deduções a respeito de quais são “os” elementos necessários para inserir um problema ambiental na agenda pública de debates. Nesse sentido, análises específicas para cada um dos elementos apresentados também poderiam trazer importantes contribuições para compreensão dos caminhos possíveis e necessários para a construção bem sucedida de um problema ambiental.

A posição analítica adotada para pensar o quadro empírico deste estudo, permitiu observar o processo de ampliação discursiva dos agentes e o modo como isso interfere nas formas de ação. Na fala dos agentes que sentem ameaçados pelo PHA percebe-se a necessidade de rever e/ou compor identidades, laços, a relação como o lugar e a natureza. É um caso ilustrativo de processos que envolvem a disputa pela apropriação, uso e significado de um determinado território, no qual, projetos de vida ameaçados reivindicam e disputam o controle do próprio destino. Na disputa pelo reconhecimento de significados culturais

diferentes e de projetos sociais alternativos, a perspectiva teórica adotada que implica em “levar a sério a fala dos agentes” demonstrou-se satisfatória ao evidenciar os distintos sentidos e/ou noções em jogo em um conflito ambiental, possibilitando, ao mesmo tempo, observar a experiência negociada entre diferentes agentes em torno das noções compartilhadas para a convergência em interesses comuns.

Nesse sentido, os resultados também apresentam os indícios de uma pluralidade de vozes e sentidos que não são explorados em profundidade. Embora ao longo do trabalho apareçam indícios das vozes distoantes, como por exemplo, do grupo favorável ao PHA, ou das tensões internas entre os agentes opositores, a dimensão analítica “esbarra” nos limites de um trabalho de dissertação. No entanto, considera-se positivo que o trabalho tenha permitido que estas *multiplicidades* de sentidos e de posições fossem captadas, sinalizando para outras possibilidades futuras de abordagem e aprofundamento diante do quadro empírico apresentado.

Além disso, a complexidade intrínseca da problemática aponta para uma dimensão analítica recorrente no estudo de conflitos ambientais que é a colonialidade na discussão sobre desenvolvimento (QUIJANO, 2012; WALSH, 2010; ESCOBAR, 2005 *apud* FLEURY, 2013). Especificamente no caso estudado, emerge entre os agentes (principalmente entre os que estão ligados a Igreja Católica) a percepção de “novo colonialismo” associada ao modo que o projeto é imposto para a região, ou seja, projetos de desenvolvimento que na prática contrariam o localmente planejado e excluem a consulta e participação das comunidades locais. Cabe, portanto, o questionamento: se um contexto de conflito ambiental invariavelmente recai no embate entre distintas concepções de desenvolvimento, seria possível inferir que, por sua vez, a discussão sobre desenvolvimento nos países alvos dessa “nova geopolítica mundial de recursos naturais” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010) invariavelmente recai numa discussão sobre colonialismo?

Nesse sentido, o caso do PHA no Chile pode ser considerado um efeito da mundialização que se expressa nos processos de “descentralização das operações produtivas e centralização do capital” (CHESNAIS, 1996, *apud* ZHOURI, 2007) que resultam na “transferência das degradações para os países e classes mais vulneráveis, de forma que os efeitos da(s) crise(s) ecológica(s) atingem predominantemente determinadas parcelas da população dos países do Sul (CHESNAIS; SERFATI, 2003 *apud* ZHOURI, 2007). A especificidade do caso está na repercussão, no raio de inferência/influência das ações e mobilizações contrárias ao projeto e na capacidade de articulação entre grupos de características e poder tão diferenciados. Desta forma, considerando os limites e variáveis, o

estudo efetuado espera contribuir (teórica e empiricamente) especialmente para o entendimento do dinamismo interior dos grupos e de nossa(s) sociedade(s) diante de cenários em que se multiplicam os confrontos entre populações locais, Estado(s) e setores empresariais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FATO RELEVANTE APÓS A FINALIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Após a finalização e defesa desta dissertação, um fato novo e relevante ocorreu referente ao tema estudado. No dia 10 de junho de 2014, em Santiago do Chile, o *Comitê de Ministros*, presidido pelo ministro de Meio Ambiente, Pablo Badenier e composto por representantes dos Ministérios de Agricultura, Saúde, Economia, Mineração e de Energia, se reuniu para revisar e analisar o processo de invalidação e os recursos de reclamação associados.

Ao todo, foram realizadas 35 reclamações contendo 993 observações, por falta ou deficiente ponderação da Comissão de Avaliação da Região de Aysén. Estas se agrupam nas variáveis: Paisagem e turismo (308); Plano de Relocalização e Plano de relocalização e patrimônio cultural (225); questionamentos sobre os procedimentos da Lei 19.300 (153); meio físico-hidrologia (132); ecossistema terrestre, flora e fauna (124) e ecossistema aquático, continental e marinho-flora e fauna (51)⁷³.

No dia 30 de janeiro de 2014, o Comitê de Ministros da gestão anterior – sob o governo de Sebastián Piñera - resolveu as reclamações de modo parcial, deixando pendentes 18 recursos e solicitando novos estudos. Em março, já sob o governo de Michelle Bachelet, o Comitê decidiu invalidar a resolução anterior para não afetar a *unicidade* do processo administrativo e o princípio de “avaliação integral” que compete ao SEIA. Por fim, no dia 10 de junho de 2014, o Comitê decidiu de maneira unânime acolher todos os recursos apresentados pela comunidade, deixando sem efeito a RCA que aprovou HidroAysén, sendo esta um decisão *definitiva* por parte da administração pública.

A empresa ainda pode recorrer ao *Terceiro Tribunal Ambiental*, com sede em Valdivia ou ainda reformular e reapresentar o estudo de impacto ambiental. No momento, (a empresa) apenas declara que aguarda a notificação oficial sobre a decisão do governo para tornar público os próximos passos a seguir. No entanto, após oito anos da sua criação e seis de tramitação de legal, agentes opositores e do poder público, consideram encerrada a possibilidade de HidroAysén - que seria o maior complexo hidrelétrico do Chile - ser levado adiante.

⁷³ Íntegra da resolução no Anexo D.

A decisão foi aguardada com ansiedade pelas comunidades afetadas e pelas entidades opositoras. O resultado foi celebrado como a maior conquista da história do movimento ambientalista chileno e repercutido mundialmente nas redes sociais e nos meios de comunicação. O *Consejo de Defensa de la Patagonia* declarou que a decisão não implica na dissolução da entidade e já anunciou que as próximas campanhas estarão focadas em regularizar o uso dos direitos de água como um bem público, evitar a implantação de outros projetos hidrelétricos propostos para a região e encaminhar antigos projetos:

“Patagonia sin Represas no se disuelve. Además de seguir oponiéndonos a los proyectos hidroeléctricos que siguen pendientes, vamos a participar en la creación del Estatuto de la Patagonia, que ordene y establezca el desarrollo territorial de la región”, afirmó Patricio Rodrigo, secretario ejecutivo del Consejo de Defensa de la Patagonia. (La Tercera, 15 de junho de 2014)⁷⁴

Por ser um acontecimento recente, os desdobramentos deste ainda não podem ser contabilizados ou avaliados. Uma leitura possível pode considerar como um sinal por parte do governo em exercício em restaurar a credibilidade de um sistema de avaliação ambiental. No entanto, um dia antes do anúncio do rechaço ao PHA, foi autorizada a instalação de uma usina termoelétrica sem a necessidade de estudo de impacto ambiental e contra a vontade do município, na Região de Bio Bio, na comuna de Cabrero⁷⁵. Deixando em evidência uma das reivindicações dos críticos ao PHA sobre a necessidade de um efetivo planejamento energético nacional.

Em escala regional, não pode ser ignorado o “rastros” deixado pelo PHA, com famílias e comunidades divididas. Realidades alteradas pelo dissenso provocado pelo projeto.

De minha parte, deixo registrada a satisfação ter conhecido uma parte dos protagonistas desta história durante o meu processo de formação como pesquisadora. Em um contexto em que milhares de populações travam verdadeiros confrontos para decidir os rumos da própria história diante da imposição de grandes projetos de desenvolvimento, foi um privilégio testemunhar o desenrolar de uma batalha que, ao menos momentaneamente, foi ganha pelos que se organizaram para defender a manutenção do modo de vida que escolheram.

⁷⁴ Trecho de reportagem na íntegra no ANEXO E.

⁷⁵ Reportagem publicada no dia 11 de junho de 2014 intitulada “Un día antes de rechazar HidroAysén, intendente y seremis del Biobío aprueban termoeléctrica sin estudio de impacto”. Disponível em: <http://www.chileb.cl/noticias/un-dia-antes-al-rechazo-de-hidroaysen-intendente-y-seremis-del-biobio-aprobaron-central-termoelectrica-sin-estudio-de-impacto-ambiental/>. Acesso em: 18 jun. 2014.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves; MUÑOZ GAVIRIA, Edwin. **Inserción económica internacional y "resolución negociada" de conflictos ambientales en América Latina**. Eure, Vol. 36, Núm. 107, abril-sinmes, 2010.

ARCOS, Hugo E.; BERNAL, Juan C. G. La justicia, la crítica y la justificación: Un análisis desde la perspectiva de la sociología pragmática. **Revista Colombiana de Sociología**. Bogotá, Colombia: Vol. 34, nº 1, 2011.

ALMEIDA, Jalcione. **O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente**. Texto didático. 2000.

ALMEIDA, Jalcione; GERHARDT, C.H.; Dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas: v. 8, n. 2, p.1-32, 2005.

BAUER, M.W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.W.; GASKEL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008. p.39-63.

BELLINI, Marta Luiza; ULBOA, Victor. A Usina Hidrelétrica de Yacretá: Insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná (Corrientes, Argentina). **Sociedade & Natureza**. Uberlândia. 21(3): 373-391, dez. 2009.

BENÁTOUÏL, T. **Critique et pragmatique em sociologie: quelques principes de lecture**. **Annales Histoire, Sciences Sociales**, Paris, n. 02, 1999, p. 281-317.

BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na "metade sul" do Rio Grande do Sul**. UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado, Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22662>. Acesso em dez. 2012.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la Justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción**. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 2000.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Éve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. **Revista Rio de Janeiro**, n. 16- 17, maio-dez, 2005.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**. Tradução: Bruno Cardoso. 2009. p. 11-48.

CEPAL, **Identificación y análisis de oportunidades de inversión para la Región de Aysén** Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES, SERIE gestión pública, N°26. Santiago de Chile, diciembre 2002

CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social.** Bauru: EDUSC, 2001.

CONTRERAS M. Hernán. Los incêndios: Cuando Comenzamos a Hacer Mal las Cosas. IN: Rodrigo, P y Orrego, J.P (org.). **Patagonia Chilena ¡Sin Represas!**. Ocho Libros Editores, Santiago, Chile. 2007

DE BLIC, D. La sociologie politique et morale de Luc Boltanski. **Raisons politiques.** Paris, n. 03, p. 149-58, 2000.

DOSSE, François. **O Império dos Sentidos: a Humanização das Ciências Sociais.** Bauru EDUSC, 2003.

DODIER, Nicolas. **O espaço e o movimento do sentido crítico.** Fórum Sociológico, 13/14 (2ª série), 2005, PP. 239-277.

DODIER, Nicolas. Agir em diversos mundos. CARVALHO, M. C. B.(Org). In: **Teorias de Ação em debate.** São Paulo: Cortez: FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.

DOUROJEANNI, AXEL; JOURAVLEV, ANDREI. **El Código de Aguas de Chile: entre la ideología y la realidad**”. **División de Recursos Naturales e Infraestructura.** CEPAL. Serie Recursos Naturales e Infraestructura N°3, Santiago de Chile, Octubre, 1999.

FLEURY, Lorena. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo monte em perspectiva.** UFRGS, 2013. Tese de Doutorado.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica in GARKELL, George e BAUER, Martin (org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2008

FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de maio de 2011. **Protesto reúne 40 mil em Santiago contra represas na Patagônia.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/918970-protesto-reune-40-mil-em-santiago-contrarepresas-na-patagonia.shtml> Acesso em: 07 nov. 2011.

FUENZALIDA, Manuel; QUIROZ, Rodolfo. La dimensión espacial de los conflictos ambientales en Chile. **Polis,** Santiago, v. 11, n. 31, abr. 2012. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071865682012000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 28 fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682012000100009>.

FUKS, Mario. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FREIRE, Jussara. "Uma caixa de ferramentas para a compre-ensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias prag-matistas". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 720-736, Dezembro de 2013. ISSN 1676-8965.

FREIRE, Jussara; **Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local**. CADERNOS METRÓPOLE, N. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003

GAMBOA, Ricardo; SEGOVIA, Carolina. **Chile: el año que salimos a la calle**. Revista de Ciencia Política, Volumen 32, N° 1, 2012, p. 65-85.

GODARD, Olivier. Jeux de natures: quand le débat sur l'efficacité des politiques publiques contient la question de leur légitimité, in. Mathieu et M. Jollivet (dir.), *Du Rural à l'environnement – La question de la nature aujourd'hui*. Paris, ARF éditions/ L'Harmattan, 1989, pp. 303-342.

HANNIGAN, John. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

HARTMANN S. Peter. Desde Tortel hasta La Moneda, un largo camino. **Revista de Urbanismo N°4** - Julio de 2001

HOLZAPFEL P. Moyra Los caminos australes: Es Difícil Destruir la Naturaleza sin Caminos. IN: Rodrigo, P y Orrego, J.P (org.). **Patagonia Chilena ¡Sin Represas!** Ocho Libros Editores, Santiago, Chile. 2007

INFORME, 2013. Grados De Intervencion Y Naturalidad De La Patagonia Chilena - Informe Final. Universidad de Chile. Facultad de Ciencias Agronómicas.

IGLESIAS VÁZQUEZ, Mónica. Chile 2010: In Crescendo. **Informe de coyuntura sobre conflicto social en OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Año XII, N° 29, mayo. 2011.

INGA R., P. Anghela. Hidroaysén, El megaproyecto Hidroeléctrico de Chile. **Revista Andina de Estudios Políticos**. Chile/número 6/Mayo 2011.

IZQUIERDO, JAVIER A. Consultores em crítica Política: notas sobre la sociología "post-etnometodológica" de Luc Boltanski. **Revista Colombiana de Sociología**. 2004

LA TERCERA, 22 de maio de 2011. **El Gran Remezón**. Ed. impressa, disponível para download em: <http://diario.latercera.com/2011/05/22/01/contenido/reportajes/25-69909-9-el-gran-remezon.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2012.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique? **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993.

LARRAÍN, Sara. Agua, Derechos Humanos y Reglas del Mercado. In: **Conflictos por el Agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado** (2012)

LIBERONA, Flavia. Descontento ciudadano frente a política ambiental: el estallido de Hidroaysén. **Barómetro de Política y Equidad. Nuevos actores, nuevas banderas. Chile.** Fundación Equitas, Oct. 2011.

MARTINIC, M. **De la Trapananda al Aysén: Una Mirada reflexiva sobre el acontecer desde La prehistoria hasta nuestros días.** Pehuén, Santiago, 2004

MATTEDI, Marcos A. **Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia.** In: XXIV Encontro Latinoamericano de Sociologia, *Anais*, Arequipa, Perú, 2003.

M. D. Muñoz y R. Torres Salinas **Conectividad, apertura territorial y formación de un destino turístico de naturaleza Estudios y Perspectivas en Turismo.** Volumen 19 (2010) pp 447 -470

MEMORIAL, anual 2011. **Memoria anual 2011, HidroAysén.** Publicação disponível para download no site da empresa. <http://www.hidroaysen.cl/index.php/04/memoria-hidroaysen-2011/> Acesso em 05/08/2012.

MIRA S, Andrea. **Crise de representatividade y estallido social: Una aproximación a la actual experiência chilena.** Revista de Universidad Bolivariana, Volumen 10, Nº 30, 2011, p.185 – 197

MUÑOZ, María Dolores; TORRES SALINAS, Robinson. **Conectividad, apertura territorial y formación de un destino turístico de naturaleza: el caso de Aysén (Patagonia chilena).** *Estud. perspect. tur.* [online]. 2010, vol.19, n.4, pp. 447-470. ISSN 1851-1732.

NERUDA, Pablo. **Confieso que he vivido.** Ed. Pehuén, 2005.

NUNES, Emanuel Marcio; TAVARES, Francinei Bentes. **Algumas possibilidades de estudo dos conflitos sócio-ambientais a partir da sociologia dos regimes de ação.** In: XLIV Congresso Da Sober “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Fortaleza, 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX.** *Ci. Inf., Brasília*, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2008, n.80, pp. 109-125. ISSN 0101-3300.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 342-364.

RUPPENTHAL, Eduardo Luis. **A desterritorialização de populações rurais atingidas por obras de infra-estrutura: o caso da hidrelétrica de Barra Grande, RS, Brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEGURA, Patrício. **Represas en la Patagonia: Crónica de una locura.** Reportaje en revista española AEMS Ríos con Vida, número 84-diciembre de 2009.

SPINK, M. J. **O discurso como produção de sentido.** In: SCHULZE, C. (org.). *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representações sociais.* Coletâneas da ANPEPP. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 10, p. 37-46, 1996.

TOLEDO, Hugo Romero; ARAVENA, Hugo Romero; OLIVARES, Ximena Toledo. Agua, poder y discursos en el conflicto socio-territorial por la construcción de represas hidroeléctricas en la Patagonia Chilena. **Anuario de Estudios Americanos**, Vol 66, No 2 (2009).

TORRES SALINAS, Robinson; GARCIA CARMONA, Alfredo. Conflictos por el agua en Chile: el gran capital contra las comunidades locales. Análisis comparativo de las cuencas de los ríos Huasco (desierto de Atacama) y Baker (patagonia austral). **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 18, n. 4, Dec. 2009. Available from <http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-00062009000400005&lng=en&nrm=iso>. access on 22 June 2014.

VAINER, Carlos B. **Conceitos de atingido:** uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, jul/2005.

VANDENBERGUE, Frédéric. **Construção e crítica na nova sociologia francesa.** **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n. 2, maio/ago. 2006, p.315-366.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & sociedade.** Campinas, v. X, p. 119-135, jul-dez, 2007.

APÊNDICE A: Roteiro das entrevistas

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTADORES

Seres que intervêm na denúncia sejam estes seres individuais, coletivos ou em vias de constituição. As questões visam impulsionar uma narrativa da trajetória e vivências do entrevistado com relação à temática ambiental e ao conflito em questão.

I) Identificação do entrevistado e do movimento social/ ONG/fundação ou grupo (doravante chamado de organização)

- 1) Atividade profissional atual, o que faz atualmente;
- 2) Há quanto tempo mora na região e em Coyhaique/Chochrane/Tortel/Villa O'Higgins?
- 3) Como é viver na região? (as dificuldades, os benefícios)
- 4) Em sua opinião, quais são as principais diferenças entre morar aqui e na região central do país;
- 5) É uma opção morar aqui?
- 6) Como defines a um "Patagón"? Você se define como um?

Para aqueles que participam em ONG/Movimento/organização

Resumidamente, como é a organização que participa/representa; Há quanto tempo atua na região, quais as principais atividades.

- a) Para organizações ambientais, abordar como se define conservacionista/preservacionista; Período de atuação na organização;
- a) Papel na organização;
- b) Motivos que o levaram a participar na organização;
- c) Tem experiências anteriores em outras organizações?

II) A participação no debate

- 7) O que o convenceu a ser um opositor a HIDROAYSÉN?
- 8) Com tem sido a atuação de Hidroaysen em Coyhaique?
- 9) Tem realizado, participado, apoiadoem ações ou atividades anti-represas?
- 10) Existiram espaços institucionais de consulta da cidadania sobre o projeto?
- 11) Quais são as principais críticas enquanto opositoristas precisam lidar?
- 12) Como vê a atuação das organizações sociais anti e pró-represas na região?

BLOCO 2 – A NATUREZA DOS ARGUMENTOS

Bloco que objetiva delimitar críticas, justificações e reivindicações. A maioria das questões visa impulsionar manifestações sobre categorias relevantes em relação ao tema.

III) Sobre a Patagônia

- 13) Como você define a Patagônia Chilena (em termos gerais, econômicos, culturais, ambientais, sociais);
 - a) Quais são as principais características da paisagem natural;
- 14) Por que considera importante a preservação da Patagônia? Qual é a “utilidade” da Patagônia?;
- 15) De modo geral, como percebe a relação da população da região com o ambiente;
- 16) Em sua opinião, qual é o significado da Patagônia Chilena para o país/ população em geral;

IV) Sobre o projeto HidroAysén

- 17) Como descreveria o processo que levou à aprovação do projeto HidroAysén? Como foi o dia 9 de maio de 2011?
- 18) Porque acredita que o país NÃO precisa de projetos como HidroAysén;
- 19) Quais foram/são os argumentos mais eficientes para estimular a reprovação por parte da população NA REGIÃO;
- 20) Como HidroAysén modificaria a vida em Coyhaique/Cochrane/Tortel/ Villa? Quais seriam os principais problemas e impactos acarretados pelo projeto HidroAysén para Coyhaique/Cochrane/Tortel/ Villa? Quem seriam os “afetados” pelo projeto?
- 21) Qual a sua concepção do que é desenvolvimento? O que seria bom para o desenvolvimento da região?

BLOCO 3 – O PROCESSO DE ARGUMENTAÇÃO – A DENÚCIA PÚBLICA

As enunciações das críticas/ Os processos de animação e dramatização dos problemas. As estratégias de legitimação pública./As demonstrações do problema.

- 22) Como foi ver as manifestações em anti-represas em Santiago e no resto do país? Como explicaria a reação da população ao projeto HidroAysén;
- 23) Em que momento passou a ser um tema de debate nacional?
- 24) Qual a sua opinião da campanha anti-represas? Do CDP?

- 25) Hidroaysén lançou uma campanha de “Chile com energia”, na qual o país sofreria em pouco tempo uma espécie de blecaute energético. Como foi recebida essa campanha? Como combater o discurso da escassez energética?
- 26) Qual foi o caminho para se chegar a lemas como “Patagônia Sin Represas” e “Aysén Reserva de Vida”;
- 27) Como foi a participação redes sociais e a cobertura dos meio de comunicação no debate;
- 28) Como avalia a adesão de artistas e celebridades;
- 29) Como foi a participação dos setores políticos;
- 30) Quais foram os principais efeitos positivos da campanha contra HidroAysén; **O que fica de tudo isso?** De modo geral como avalia todo o processo de discussão de HidroAysén;
- 31) Como pretendem dar continuidade ao debate; desafios futuros; perspectivas do “movimento” etc.
- 32) Tem alguma frustração com respeito a todo o processo de discussão sobre HidroAysén?

ANEXO A: Íntegra da declaração cavalgada de 2007



DECLARACIÓN POR AYSÉN

Los pobladores de la Región de Aysén en la Patagonia, aquí presentes, provenientes del norte y el sur, del campo y el litoral, de las ciudades y los pueblos, y en representación de miles de ayseninos y de quienes viven en las cuencas amenazadas, en especial de los ríos Baker y Pascua, luego de recorrer nuestra tierra durante 9 días y ante el peligro de proyectos de represas y líneas de alta tensión que se ciernen sobre nuestro territorio, nuestras aguas, nuestra cultura, nuestra identidad, nuestro desarrollo futuro y el de nuestros hijos, hoy martes 27 de noviembre de 2007, en Coyhaique, capital de la Región de Aysén, declaramos que:

1. LOS AYSENINOS RECHAZAMOS LOS MEGAPROYECTOS HIDROELECTRICOS

- La Región de Aysén debe mantenerse libre de represas y de todo proyecto que amenace su sustentabilidad social, ambiental y económica.
- Estamos convencidos de que éste es un mal negocio no sólo para Aysén sino también para Chile y para la humanidad.

2. EL AGUA ES UN BIEN PÚBLICO Y UN DERECHO HUMANO

- El agua debe estar al servicio de los ecosistemas y del bien común, en primer lugar de quienes habitan el territorio donde brota y fluye, y disponible para promover el desarrollo regional.
- Los grandes volúmenes de derechos de agua ya entregados en Chile deben ser recuperados para las regiones y sus habitantes, y deben detenerse nuevos otorgamientos.

3. CHILE NECESITA UNA GESTIÓN INTEGRADA DE CUENCAS

- La Presidenta Michelle Bachelet debe cumplir con su Programa de Gobierno y su compromiso de 2006 ante el país y el Congreso de la Nación respecto de que no se evaluarán proyectos sin contar con una Estrategia de Gestión Integrada de Cuencas.

- Nuestra responsabilidad ante el derecho internacional exige el cumplimiento del Protocolo sobre Recursos Hídricos Compartidos del Tratado de Medio Ambiente suscrito con Argentina en 1991, que contempla el mismo instrumento de planificación antes mencionado.

4. CHILE REQUIERE DE UNA POLÍTICA ENERGÉTICA SUSTENTABLE

- Adherimos completamente al proyecto de acuerdo del Senado de la República donde se solicita a la Presidenta Michelle Bachelet que se implemente una Política Nacional de Energía que contemple:
 - Diversificación de la matriz energética.
 - Un programa de ahorro y eficiencia.
 - Calificación de urgencia a mociones y proyectos que incentiven el uso de las energías alternativas, renovables y limpias.
 - Una Política y Ley Marco de Ordenamiento Territorial y de Manejo Integrado de Cuencas.
 - Liberación del monopolio para la exploración y explotación de hidrocarburos.
 - Recurrir a los mecanismos establecidos en los Tratados y Acuerdos firmados con Argentina para exigir el cumplimiento o indemnización por incumplimiento de contratos.

5. EL DESARROLLO REGIONAL DEBE SER COHERENTE CON LOS INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN Y DE FOMENTO PRODUCTIVO

- Hasta hoy la visión de la región ha sido consecuente con una Estrategia de Desarrollo Regional, un Plan de Zonificación del Borde Costero, una Estrategia Regional de Biodiversidad, una Plan Regional de Ordenamiento Territorial, planes reguladores, la Zona de Interés Turístico Nacional del Lago General Carrera y la Carta Magna del Proyecto ACCA, donde se define claramente que el desarrollo regional se fundamenta en la calidad ambiental de excepción y pasa por el uso sustentable de nuestros recursos naturales.
- Además, esta coherencia se ha materializado en múltiples inversiones del Estado que en la Región de Aysén (a través de organismos como INDAP, CONAF, SAG, CORFO, SERCOTEC, SERNATUR, entre otros) han relevado la importancia de mantener en la Patagonia actividades productivas sustentables.

6. EL ESTADO DEBE SER GARANTE DEL BIEN COMÚN

- Hasta hoy el Estado en Aysén no ha generado un proceso de información amplio, transparente y objetivo sobre la propiedad de los derechos de agua que ponen en riesgo el desarrollo regional y de todas las actividades que son distintas a la generación de energía.
- No ha transparentado su actuación a nivel regional en torno a la tramitación de todo tipo de autorizaciones por parte de las compañías eléctricas (*regularización de ingreso ilegal a predios fiscales, utilización de infraestructura pública como aeropuertos y otros, convenios para acciones conjuntas como rondas médicas en localidades*), los diálogos y acuerdos que ha establecido con estas empresas (*reuniones informativas con servicios públicos*), lo cual es su deber con el fin de que la ciudadanía conozca su accionar en estas materias.
- Tampoco ha apoyado a nuestros pobladores en materias legales, quienes se encuentran en la indefensión para hacer valer sus derechos cuando representantes de las empresas los han contactado para suscribir contratos y acuerdos abusivos, sin tener toda la información sobre lo que éstos involucran y aprovechándose de la ignorancia legal de los ayseninos.
- Un Estado que vele realmente por el bien común no permite que esto ocurra y se debe primordialmente a su gente y no a intereses económicos que merman la calidad de vida de sus ciudadanos.

7. EL SISTEMA DE EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL REQUIERE DE UNA MAYOR Y MEJOR EVALUACIÓN TÉCNICA EN LA INSTITUCIONALIDAD AMBIENTAL

- Hoy no están dadas las condiciones que aseguren una real participación de la ciudadanía en los procesos de evaluación de los proyectos que deben ser aprobados o rechazados por el Estado.
- Tampoco existe un sistema público capaz de evaluar los megaproyectos que se han planteado para la Región de Aysén, inéditos en la inversión y estudios involucrados.
- Un Estado que crea realmente en un proceso ecuánime para decidir sobre iniciativas de inversión con criterios ambientales, toma las medidas necesarias para revertir esta situación.

Lo anteriormente planteado es un téngase presente de la visión que múltiples organizaciones y habitantes de la Región de Aysén creemos necesario trabajar para que los megaproyectos que se están planteando puedan ser evaluados en propiedad en el marco de la institucionalidad ambiental vigente.

La Región de Aysén es una región joven, pero que en sus cien años de conformación ha dado muestras de ímpetu frente a la adversidad, donde miles de hombres y mujeres han sorteado las dificultades para construir un hogar, un lugar digno para vivir. Por esto, los ayseninos lucharemos para que lo que aquí hemos expresado se cumpla, por nuestra tierra, por nosotros, por nuestros hijos, por nuestra dignidad.

Hoy estamos en una encrucijada y usaremos la misma voluntad, el mismo esfuerzo de antaño para mantener esa casa digna, hermosa, que nos legaron los colonos y pioneros, y así poder entregársela con la frente en alto a los colonos y pioneros del futuro.

Así se construye Patagonia. Así se construye un Aysén, Reserva de Vida.

Región de Aysén, Patagonia Chilena, 27 de noviembre de 2007

Suscriben la presente declaración las agrupaciones y ciudadanos abajo firmantes (listado que será entregado el día del arribo de la Cabalgata Patagonia SIN Represas a Coyhaique):

ANEXO B: Entrega da carta da empresa Colbún



Av. Apoquindo 4775, piso 11
Las Condes, Santiago - CH
Tel: (56-2) 660 40 00
Fax: (56-2) 660 40 05

Santiago, 30 de Mayo de 2012
CP N°01/12

Señor
Fernando Coloma Correa
Superintendente de Valores y Seguros
Santiago

Ref: HECHO ESENCIAL COLBÚN S.A.
Registro de Valores N° 295

De mi consideración:

Comunico a usted, en carácter de hecho esencial, que en sesión celebrada con fecha 29 de Mayo de 2012, el Directorio de Colbún acordó recomendar en las instancias correspondientes de Hidroaysén S.A. la suspensión indefinida del ingreso del Estudio de Impacto Ambiental del proyecto de transmisión que inyectaría la energía generada por las centrales que componen el proyecto al Sistema Interconectado Central.

Para la adopción de este acuerdo, se tuvo en consideración lo siguiente:

1. Mientras no exista una política nacional que cuente con amplio consenso y otorgue los lineamientos de la matriz energética que el país requiere, Colbún estima que no están dadas las condiciones para desarrollar proyectos energéticos de esta magnitud y complejidad. Será misión de los poderes ejecutivo y legislativo consensuar los cambios institucionales y regulatorios necesarios para viabilizar los proyectos de generación y transmisión que demanda el desarrollo económico y social de Chile.
2. Colbún está abierto a adaptar el proyecto Hidroaysén en aspectos tales como su propiedad, modelo de negocio y en el desarrollo del proyecto de transmisión, abriendo la puerta en grande para que su desarrollo sea parte de una política energética nacional.
3. La compañía tiene la convicción de que el desarrollo del potencial hidroeléctrico de Aysén es imprescindible para el equilibrio energético sustentable y de largo plazo del país. Específicamente respecto de Hidroaysén, Colbún tiene el convencimiento de que aporta a una matriz energética más sustentable, segura y competitiva.
4. Colbún reitera su compromiso de acompañar con inversiones el crecimiento de la demanda energética que el progreso de Chile requiere, a través del desarrollo de proyectos que estén en el marco de una política energética nacional.



Av. Apoquindo 4775, piso 11
Las Condes, Santiago - Chile
Tel: (56-2) 660 40 00
Fax: (56-2) 660 40 05

Finalmente, expreso a usted que Conforme al artículo 9º e inciso segundo del artículo 10º de la Ley 18.045 sobre Mercado de Valores y la Norma de Carácter General N°30 de esa Superintendencia, fui autorizado por el directorio para comunicar lo anterior en carácter de hecho esencial.

Sin otro particular saluda atentamente a usted,


Bernardo Larrain Matte
Presidente del Directorio

ANEXO C: Íntegra da declaração dos *Jovenes Tehuelches*

DECLARACIÓN AGRUPACIÓN NACIONAL JÓVENES TEHUELCHES

(Temuco Junio 2011)

Este modelo de desarrollo económico es insustentable dadas las capacidades de nuestro planeta por tratarse de un modelo que no está acorde a las potencialidades de los territorios, por lo que es necesario plantear alternativas de desarrollo social local con identidad, vinculado a un proyecto país, donde las personas y los medios donde viven sean consideradas de manera activa en estos procesos para que logremos un desarrollo que sea ecológicamente sostenible, socialmente aceptable y económicamente viable.

El hecho que no seamos considerados/as crea esta situación actual de descontento, de movilización y participación activa, debido a que como ciudadanos no hemos sido parte en decisiones trascendentales para el país. Que Chile no tenga procesos de participación ciudadana VINCULANTE con mega proyectos como HidroAysén, que las autoridades de este país hayan pasado por alto la posición del 74% de los ciudadanos de Chile* , que hayan entregado las semillas de los campesinos a transnacionales, que seamos criminalizados porque estamos exigiendo nuestros derechos fundamentales, nos lleva a la acción de hoy, bajo el escenario de organización y construcción social que hemos generado como movimiento ciudadano, y es por todo lo anterior que hoy DENUNCIAMOS Y EXIGIMOS lo siguiente:

- 1) La anulación del proyecto HidroAysén y Energía Austral en la región de Aysén, porque han sido procesos ilegales y anti democráticos.
- 2) Así también, exigimos la renuncia, así como la inhabilitación para ejercer funciones o cargos públicos, de las autoridades de quienes favorecieron la aprobación de HidroAysén, y de todos aquellos que han faltado a su responsabilidad política con el pueblo chileno.
- 3) Consideramos que los movimientos sociales que se han manifestado han sido desvalidados por la manipulación mediática de medios de comunicación y que están en función de la criminalización de los movimientos ciudadanos, que actualmente están siendo avalados por este país con la actual la ley anti-terrorista. Esto se fundamenta porque los grandes consorcios económicos que controlan Chile manipulan lo que se nos comunica.
- 4) Nuestro Derecho a decidir en políticas de desarrollo del país, por ejemplo: cómo queremos educarnos frente a las condiciones de nuestros territorios e identidad, qué condiciones laborales son las apropiadas para los trabajadores y que apunten a terminar la precarización del trabajo que sustenta la acumulación de riquezas de grandes grupos económicos. En lo fundamental, decidir cómo nos desarrollamos.
- 5) Para la continuidad de procesos de desarrollo a escalas locales, exigimos la recuperación de nuestros bienes comunes: el agua, el bosque, las semillas, la tierra, el cobre, el mar, y el poder en las decisiones de cómo los manejamos.

Finalmente, hacemos el llamado a continuar con la participación activa de todos nosotros y nosotras en cómo se dirige Chile, para que seamos un país que se desarrolle con equidad social.

Un gobierno que no escucha a su pueblo enciende la mecha de la movilización.

Fonte: Acervo pessoal de Ximena M.

ANEXO D: Íntegra da resolução do Comitê de Ministros

25/6/2014 Comité de Ministros acoge reclamaciones presentadas por la ciudadanía y decide rechazar proyecto HidroAysén - Portal Ministerio del Medio Amb...

[INICIO](#) [MINISTERIO](#) [AUTORIDADES](#) [SALA DE PRENSA](#) [SEREMI REGIONALES](#) [CONSULTAS PÚBLICAS](#) [CONTACTENOS](#)

Focos Estratégicos

- [Biodiversidad](#)
- [Calidad del Aire](#)
- [Gestión de Residuos](#)
- [Recuperación de Pasivos](#)

Ejes Transversales

- [Educación Ambiental](#)
- [Información y Estadísticas Ambientales](#)
- [Cambio Climático](#)
- [Regulación Ambiental](#)

SEREMI Regionales

- [Región de Arica y Parinacota](#)
- [Región de Tarapacá](#)
- [Región de Antofagasta](#)
- [Región de Atacama](#)
- [Región de Coquimbo](#)
- [Región de Valparaíso](#)
- [Región Metropolitana de Santiago](#)
- [Región del Libertador General Bernardo O'Higgins](#)
- [Región del Maule](#)
- [Región del Bío Bío](#)
- [Región de La Araucanía](#)
- [Región de Los Ríos](#)
- [Región de Los Lagos](#)
- [Región de Aysén del General Carlos Ibáñez del Campo](#)
- [Región de Magallanes y Antártica Chilena](#)

Redes Sociales

 [Síguenos en Facebook](#)

 [Síguenos en Twitter](#)

Comité de Ministros acoge reclamaciones presentadas por la ciudadanía y decide rechazar proyecto HidroAysén

"Se ha decidido acoger los recursos presentados por la comunidad y dejar sin efecto la RCA que aprobó HidroAysén, por lo que el proyecto se declara rechazado en este acto administrativo", afirmó el ministro del Medio Ambiente, Pablo Badenier, tras la reunión.



El Comité de Ministros encabezado por el titular del Medio Ambiente, Pablo Badenier, resolvió hoy rechazar el proyecto HidroAysén tras analizar las 35 reclamaciones pendientes respecto de la Resolución de Calificación Ambiental (RCA) para construir cinco centrales de generación hidroeléctrica (Baker 1, Baker 2, Pascua 1, Pascua 2.1 y Pascua 2.2) en las comunas de Cochrane, Villa O'Higgins y Tortel de la Región de Aysén.

"En el marco de los recursos de reclamación interpuestos contra el proyecto HidroAysén, se ha decidido acoger los recursos presentados por la comunidad y dejar sin efecto la RCA que aprobó HidroAysén, por lo que el proyecto se declara rechazado en este acto administrativo", afirmó el ministro del Medio Ambiente, Pablo Badenier, al anunciar la decisión adoptada por el Comité de Ministros en la reunión de esta mañana.

Con esto, se toma una decisión definitiva respecto de la construcción de estas centrales, luego que en enero el Comité de Ministros de la administración anterior resolviera de manera parcial las reclamaciones, acto que fue invalidado en el mes de marzo por el Comité de Ministros actual por considerarlo ilegal.

"Creo que las decisiones del Comité de Ministros anterior le hicieron daño a la institucionalidad ambiental, no es conveniente que recursos hayan estado pendiente por dos años", dijo Badenier.

Junto con ello, y respecto del escenario que abre el rechazo a HidroAysén, el ministro del Medio Ambiente afirmó que "lo importante acá es que los buenos proyectos se aprueben y los malos se rechacen (...) Hoy tenemos muchos proyectos ingresados donde vemos con buenos ojos la presentación de energías no convencionales. Alternativas hay, en proyectos aprobados y no materializados"

Antecedentes:

El Estudio de Impacto Ambiental del proyecto HidroAysén ingresó a trámite en agosto de 2008, y obtuvo su RCA el 13 de mayo de 2011. Entre mayo y octubre de 2011 se presentaron 35 recursos de reclamación a la aprobación de HidroAysén, 34 de organizaciones ciudadanas y una del titular del proyecto.

El 30 de enero de 2014, el Comité de Ministros de la anterior administración resolvió estas reclamaciones de manera parcial, dejando pendientes 18 recursos y solicitando nuevos estudios. El 19 de marzo de 2014, el Comité de Ministros del actual gobierno decidió invalidar la resolución anterior, ya que la resolución parcial de las reclamaciones afecta la unidad del procedimiento administrativo y el principio de "evaluación integral" que subyace al SEIA, por lo que se determinó su ilegalidad.

Resolución de recursos de reclamación:

Fueron reclamadas 993 observaciones, por falta o deficiente ponderación de la Comisión de Evaluación de la Región de Aysén. Estas se agrupan en las variables Paisaje y Turismo (308); Medio Humano -con Plan de Relocalización (PdR) y sin Plan de Relocalización- y Patrimonio Cultural (225), Cuestiones Procedimentales de la Ley 19.300 (153), Medio Físico -Hidrología- (132), Ecosistema Terrestre -flora y fauna- (124), y Ecosistema Acuático Continental y Marino -flora y fauna- (51).

Tras analizar las reclamaciones, se determinó que algunas de ellas presentan deficiencias graves, que se detallan a continuación y que fundamentan la decisión del Comité de Ministros:

1) Medio Humano con Plan de Relocalización (39 familias)

Inexistencia de sitios de acogida y estudios de cabida: El PdR presentado por el titular del proyecto no puede

<http://www.mma.gob.cl/1304/w3-article-56497.html>

1/2

25/6/2014 Comité de Ministros acoge reclamaciones presentadas por la ciudadanía y decide rechazar proyecto HidroAysén - Portal Ministerio del Medio Amb...

considerarse apropiado porque no se presentaron los sitios de acogida y no se realizó estudio de cabida alguno. Esta es una medida de compensación que debe producir o generar un efecto positivo alternativo equivalente a un efecto adverso identificado. Sin embargo, en el EIA de HidroAysén sólo se da cuenta de los criterios para escoger los predios receptores, pero no se presentó predio receptor ni estudio de cabida alguno (este último determina la sustentabilidad económica de los predios receptores).

Estos elementos constituyen un requisito mínimo en cualquier PdR, por lo que se considera que no se hace cargo del impacto. Por tanto, se debe aplicar el inciso final del Art. 16 de la Ley 19.300, el que dispone que el EIA será aprobado si propone medidas de mitigación, compensación o reparación apropiadas. En caso contrario será rechazado. Conforme a lo anterior, el proyecto debió ser rechazado.

2) Hidrología

Crecidas de origen hidrometeorológico o de tipo GLOF (Glacial Lake Outburst Flood): Para una crecida de 3.500 m³/s (1.000 m³/s base del río Baker más 2.500 m³/s en el peak del aporte producto del GLOF), los efectos en la angostura en la confluencia Baker-Colonia (Valle Grande) no fueron evaluados. No se presentaron modelaciones de los riesgos de inundación solicitados por la DGA y Sernageomin. Esto vulnera el Art 12 letra d) de la Ley 19.300, que establece que un EIA considerará "una predicción y evaluación del impacto ambiental del proyecto o actividad, incluidas las eventuales situaciones de riesgo".

En consecuencia, no se propusieron medidas de mitigación, reparación y compensación, y medidas de prevención de riesgos y control de accidentes. Por tanto, se vulneró el Art. 12 letra e) de la Ley 19.300. En suma, se vulneró el inciso final del Art. 16 de la Ley 19.300.

Fluctuación de caudal intradiaria por operación normal de la central (pulsos): El proyecto permite que la central - una vez despachada por el CDEC- aumente su caudal de evacuación de manera inmediata para alcanzar los 1.275 m³/s que permiten generar a máxima potencia. Estos cambios de caudal generan oscilaciones en el nivel del río a diario, lo que tendría efectos negativos no evaluados aguas abajo del embalse. Al no ser evaluados estos impactos, se vulneró el Art 12 letras d) y e) de la Ley 19.300, así como el inciso final del Art. 16 de la Ley 19.300.

3) Ecosistema Terrestre (Fauna)

Sólo se contempla un estudio de cérvidos, no hay medidas para carnívoros ni anfibios. Respecto de los primeros, hay un deficiente levantamiento de línea base respecto a metodologías e implementación. Falta análisis del impacto que generaría el desplazamiento de carnívoros producto de las intervenciones e inundaciones.

En cuanto a los anfibios, el levantamiento de información en general fue deficitario, pero aun así, durante el proceso de levantamiento de línea base se detectó la presencia de especímenes que no pudieron ser identificados a nivel de especie, por lo que se deben precisar estas deficiencias.

Al no evaluarse determinados impactos, se vulneraron el Art 12 letra d) y el Art. 12 letra e) de la Ley 19.300, y en consecuencia, el inciso final del Art. 16 de la Ley 19.300.

En base a estas consideraciones, el Comité de Ministros encabezado por el titular del Medio Ambiente, Pablo Badenier, resolvió acoger los recursos de reclamación provenientes de la Participación Ciudadana y deja sin efecto la RCA del proyecto HidroAysén, por lo que el proyecto es rechazado.

San Martín 73, Santiago, Chile / Recepción: (56-2) 25735600 / Oficina de Informaciones, Reclamos y Sugerencias: (56-2) 25735800 / Oficina de Partes: Lunes a viernes de 09:00 a 14:00 horas, (56-2) 25735652

ANEXO E: Trecho de reportagem, 15 de junho de 2014.

R18 ● PODER

LA TERCERA Domingo 15 de junio de 2014



La agenda ecologista después de HidroAysén

Tras celebrar el rechazo al megaproyecto hidroeléctrico en la Patagonia, los activistas centrarán sus esfuerzos en regularizar el uso del agua como un bien público.

TEXTO: Francisco Artaza FOTOGRAFÍA: Juan González / AgenciaUno

Para fines de mes, los ambientalistas y activistas del Consejo de Defensa de la Patagonia preparan una gran cena de celebración por el término del proyecto HidroAysén.

La convocatoria incluye a Robert Kennedy Jr. y el equipo de la estadounidense Natural Resource Defense Council (NRDC); a Douglas Tompkins, a su esposa, Kristine McDivitt, y a los directivos de su fundación Conservation Land Trust, que pusieron buena parte de los más de US\$ 4 millones que costó la campaña contra el megaproyecto hidroeléctrico. Pero también a los publicistas, intelectuales y colaboradores que participaron en la pelea que se prolongó por ocho años y que se ha convertido en el mayor triunfo en la historia del movimiento medioambiental chileno.

La batalla tuvo su punto cúlmine el martes 10, cuando de manera unánime el Comité de Ministros del Medioambiente del gobierno de Michelle Bachelet acogió las 34 reclamaciones que pesaban sobre la iniciativa que pretendía construir cinco represas en la Patagonia, invalidando de paso su Resolución de Calificación Ambiental (RCA).

En la práctica, la instancia firmó el acta de defunción del megaproyecto tras seis años de tramitación y cerca de US\$ 320 millones de inversión de Endesa y Colbún.

Entre los dirigentes del Consejo de Defensa de la Patagonia, movimiento que logró reunir a 80 ONG medioambientalistas y organizaciones sociales en contra de HidroAysén, están conscientes de que resultará casi imposible volver a levantar una campaña a nivel nacional e internacional de la magnitud que tuvo la pelea contra el megaproyecto hidroeléctrico. No sólo por los recursos financieros que dispusieron para su embestida, impenables para los pequeños movimientos ecologistas chilenos, sino también por el apoyo ciudadano que logró Patagonia sin Represas.

La presión de las expectativas en todo caso no es exclusiva de los activistas, sino que también recae en La Moneda, respecto de futuros proyectos energéticos y batallas medioambientales. El gobierno de Bachelet, a diferencia del de su antecesor, Sebastián Piñera, mantiene fuertes vínculos con los grupos ecologistas y un sector no menor de la Nueva Mayoría, la coalición oficialista, no sólo simpatiza, sino que también impulsa algunas de sus causas.

“Este triunfo potencia al movimiento ambiental, porque HidroAysén se había convertido en un proyecto emblemático, pero también tiene efectos prácticos, pues se acababan los gigantes energéticos. Con la resolución se dio una señal muy potente en contra de un modelo y una política energética que había permitido la concentración de la generación eléctrica en muy pocos actores”, señaló Manuel Baquedano, director del Instituto de Ecología Política y dirigente del movimiento contra HidroAysén.

Por lo pronto, el Consejo de Defensa de la Patagonia ya decidió que no se va a disolver tras la resolución del Comité de Ministros del martes 10. ¿Las razones? Aún man tiene temas pendientes.

El más urgente es esperar la decisión que tomen los accionistas de Endesa y Colbún frente a la determinación del gobierno de Bachelet, ya que luego del rechazo del Comité de Ministros tienen 30 días desde el momento en que son notificados formalmente para definir si optan o no por la vía judicial. Una alternativa que se evalúa en HidroAysén es recurrir al Tercer Tribunal Medioambiental, con sede en Valdivia, para tratar de revertir la medida.